

HENRIQUE GALVÃO

HISTÓRIA
DO
Nosso Tempo



ACÇÃO E OBRA
DE
JOÃO DE ALMEIDA
(1904-1910)

2.ª EDIÇÃO

1934

Sala C
Est. 1
Tab. 7
N.º 18



HISTÓRIA DO NOSSO TEMPO

JOÃO DE ALMEIDA

1964

INV: N 3459

HENRIQUE GALVÃO



HISTÓRIA

DO

1311

NOSSO TEMPO

JOÃO DE ALMEIDA

(SUA OBRA E ACÇÃO)



RC
MNCET
92
GAL



585



1984



O brigadeiro João de Almeida — (1931)

PREFÁCIO



Um grupo de amigos de João de Almeida publicou, em 1927, um livrinho sôbre a sua acção militar e administrativa em Angola, de 1906 a 1911 — um simples enunciado dessa acção — em que se lêem algumas páginas que, por constituírem uma síntese clara e expressiva da sua obra e da sua personalidade, transcrevemos :

«O presente livro escrito por um grupo de officiais do Exército, amigos devotados das nossas colónias, é uma homenagem tardia ao mérito e ao valor do Coronel do Corpo do Estado Maior João de Almeida, figura magnífica de português e de colonial do mais alto relêvo, homenagem de que tomam a iniciativa alguns dos seus antigos auxiliares e cooperadores.

No dia sagrado em que Portugal entrar definitivamente no caminho das realizações práticas dos seus objectivos nacionais, isto é, no dia em que as paixões políticas cessarem de turvar a límpida maravilha que é este abençoado país, o nome de João de Almeida ficará gravado a ouro na história da colonização portuguesa em Africa, e o seu gesto enérgico, rude e sóbrio será perpetuado no mármore e no bronze que assinala aos vindouros os filhos que mais engrandeceram a sua pátria.

É que não se sabe o que mais admirar em João de Almeida, porque êle é simultâneamente homem de acção e pensador, militar e administrador, político na nobre acepção do termo e educador, colonial e engenheiro.

A sua robusta intelligência omnímota só é igualada pela sua bravura indómila.

Tenaz, metódico, sábio, sereno, resistente, providente, decidido e justo — êle reúne tôdas as qualidades dum verdadeiro chefe.

Criador como Gallieni, audacioso como Marchand, êle pertence à galeria dos grandes coloniais a par de Lyautey, de Lord Kitchener e de Mousinho de Albuquerque, e é sem contestação o maior colonial português do primeiro quartel dèste século, no dizer do eminente professor Silva Teles.

O que mais assombra porém em João de Almeida não é apenas a obra realizada mas também os escassos recursos de que dispôs para a realizar.

Poucos conquistadores no grande século deram a Portugal e à Civilização mais terras que João de Almeida, a quem o País deve a posse de territórios muito mais extensos que a metrópole. Só com os recursos que êle soube arrancar ao distrito de Huila, sem uma única expedição de refôrço que saísse de Portugal, conquistou o vasto mundo desconhecido que vai desde o Sul de Mossâmedes ao Barotze, algumas centenas de milhares de quilómetros quadrados. Dirigiu nove campanhas, oito como comandante e uma como chefe de Estado Maior; passou fome e sêde, foi ferido duas vezes em combate; fez os reconhecimentos mais audazes acompanhado apenas por uma ordenança fiel, só ao milagre devendo a vida em mais de uma ocasião em que a morte parecia inevitável. Construiu trinta e seis fortes nos quais pela primeira vez tremulou a bandeira das quinas. Da certeza da sua visão e da sua iniciativa resultou a garantia da posse de todo êsse hinterland do Sul de Angola; a segurança do seu critério científico foram tais, que um desses fortes, o da Dombondola está edificado sobre o paralelo limite meridional com o sudoeste alemão. E quando, há pouco, se procedeu à delimitação de fronteiras dessa região, actualmente sob o mandato da União Sul-Africana os seus dados geográficos alcançaram plena confirmação.

Todavia, êste homem não se contentou com a ocupação dos vastos territórios nem com a pacificação das grandes massas indígenas; organizou a administração,

desenvolveu uma activa e inteligente política de fomento e civilização, e estudou scientificamente os territórios.

Oficial do estado-maior, licenciado em sciências naturais pela Universidade de Coimbra, escreveu relatórios politico-militares sôbre os seus reconhecimentos e as suas campanhas do Cuanhama e do Evale, dos distritos de Mossâmedes, Benguela, Loanda e do Congo, dos Dembos e Mahungos, de além Cunene, do Baixo Cubango, do Pocolo, do Otoquero e de Cafima, documentados com valiosos mpaas itinerários e hidrográficos, por êle mesmo levantados.

Em 1912, à maneira de um balanço da sua acção africana, publicou o livro Sul de Angola (Relatório de um govêrno), obra prima da sciência colonizadora, no qual começando pelo estudo mais rigoroso da geografia, descreve a conquista e a estrutura da administração civil e militar, e relata todo o trabalho de fomento da riqueza, da agricultura, das comunicações, das minas, das finanças, etc.

As vicissitudes políticas conduzem-no ao desterro, cujas amarguras, descreve com dolorosa expressão literária na Visão do Crente, livro que é uma espécie de compêndio da sua ideologia política e do seu programa de realisações.

Nela surge inédita uma idea admirável de grande «Confederação Lusitana» definindo claramente os nossos objectivos nacionais em política de expansão, indicando a attitude a manter nas nossas relações de natureza diplomática com a Inglaterra, França, Espanha e Brasil, nações visinhas e em contacto com as nossas aspirações nacionais.

Achando-se uma vez em Marrocos, que João de Almeida considera terra irredenta de Portugal, concebeu um plano de comunicações entre aquele país e a França através de Portugal que vivamente interessou Lyautey e Sidónio Pais, e seria hoje uma realidade se não fôra a trágica sucessão de perturbações que tem sido a nossa vida política. E, uma vez postos em execução os seus planos, da maior grandeza e concepção diplomática, teriam originado talvez a expansão portuguesa em Mar-

rocos, pela infiltração pacífica e cooperação económica e social, realização duma parte do grande sonho do domínio de Marrocos, que avassalou a alma nacional por mais de trezentos anos, e ainda hoje perdura como uma herança ancestral da raça. Demorando-se em Cabo Verde, fez êsse magnífico trabalho de engenharia que é o projecto do Pôrto Grande de S. Vicente, comercial e militar, obra tão grandiosa e apropriada que parece a continuação da própria natureza e que só o génio de João de Almeida podia conceber.

E aproveitando o ensejo, deixamos aqui consignados os nossos votos de que não seja protelada por mais tempo uma obra que já devia estar em execução, trabalho de tão grande magnitude que, uma vez realizado, valorizará no mais alto grau o notável arquipélago de Cabo Verde, ponto estratégico militar e naval da maior importância, chave do domínio do Atlântico Sul, passagem forçada da escala das grandes linhas aéreas e de navegação, dando-nos um sólido apoio à manutenção de tôdas as nossas colónias do Ocidente.

¿ Como se explica pois o ostracismo a que tem sido votado êste Homem tão superiormente dotado por Deus para os máximos empreendimentos patrióticos ?

Explica-se porque, ai de nós ! em Portugal o mérito nada vale na extraordinária e caótica confusão de valores em que há tantos anos nos debatemos. Explica-se como se explicam a execução de Gomes Freire e a prisão de Afonso de Albuquerque.

Minado pelos desgostos da Política, depauperado e envelhecido prematuramente pelas doenças que contraiu em Africa e pelo esforço que necessitam dispender aqueles que vivem sòmente do seu braço, João de Almeida sem um desfalecimento, sem uma hesitação, conserva ainda intacta a flama ideal do patriotismo e da energia. Êle pensa e actua como um novo.

A mocidade portuguesa, a fulgida esperança dum Portugal Maior bem o compreende, e daí a apoteose que recentemente lhe fez.

E' que João de Almeida, com tantos pontos de contacto com o heróico e medieval Mousinho, têm sôbre êle

a superioridade da imperturbabilidade perante os vendavais da desventura: ao primeiro embate dela Mousinho rompeu com a vida; João de Almeida—não! porque crê sempre, espera sempre. A sua fé actual nos destinos da sua Pátria é a da primeira hora, é a dos primeiros combates de Africa—é a que o inspirou como governador de Huila.

Num tempo que não fôsse o presente, João de Almeida teria realizado a maior obra colonial de todos os tempos. O que seria hoje Angola se João de Almeida, promovido a major por distinção (com data de 20 de Outubro de 1907, tomada do Cazoangongo) como eram intenções do Rei e de João Franco—dívida nacional ainda em aberto—e sucedido, mais tarde, a Paiva Couceiro no Govêrno Geral de Angola, como era natural?

A sua previdência ter-nos ia facilitado a nossa acção durante a Grande Guerra, em auxílio dos aliados, no sentido duma ofensiva franca e enérgica contra as colónias alemães, e a esta hora teríamos pelo menos reavido uma parte do Sudoeste Alemão. Assim, tão falhos de homens e iniciativas, nem sequer tivemos bases para reclamar a antiga fronteira, do Cabo Frio, tomando para separação das duas colónias do deserto de Calahari, como tudo indicava. O território da Grande Angola estaria hoje certamente sulcado de vias de comunicação em tôdas as direcções servindo numerosos núcleos de população branca cuja actividade supriria com abundância tôdas as necessidades económicas da Província e deficiências da Metrópole, e cujo sangue seria uma admirável reserva de energias para defeza da Pátria comum.

Num país que não fôsse o nosso, João de Almeida teria hoje um renome mundial e cupado na sua Pátria as mais altas situações. Mais do que isso. Tinha direito incontestável a ser um orientador em todos os ramos da actividade nacional em que se tem illustrado.

Leiam-se com o espírito atento as páginas que vão seguir-se, escritas por companheiros do Herói cuja vibração mais directamente sentiram em graves e saudosos momentos de perigo, de glória e sonho que passaram, e ver-se há que não exageramos.

João de Almeida tem pois direito a um inconfundível, a um grande preito de gratidão e admiração dos portugueses.

Como dum extremo a outro de Portugal se apregoa a necessidade de Justiça, que ela se faça também, embora tardiamente, a João de Almeida».

A vida de João de Almeida—a verdadeira vida que êle fez esforçadamente num meio hóstil para os que bem servem o seu País, e não aquela que, por motivos misteriosos, lhe atribuem certos iconoclastas de café, que ninguém sabe ao certo o que têm feito por êste mundo—é, portanto, um exemplo que convém vulgarizar, não só pelas razões sentimentais que o impõem ao respeito e gratidão da gente desta terra, como também pelas razões práticas que resultam de se revelar às gerações novas, às correntes de opinião (se as há), aos elementos dinâmicos da vida nacional, emfim, o valor e a têmpera dum homem do qual o País ainda tem muito a esperar.

Nesta época desoladora em que a confusão anárquica dos valores tem permitido que se transformem em eminentes, por graça de alguns artigos nos jornais e obra de algumas habilidades inconfessáveis, aventureiros, inúteis e incompetentes, nesta época lamentável em que o valor depende muito mais das influências exteriores que das qualidades intrínsecas de cada um e em que os homens, independentemente do mérito real, têm apenas a posição que lhes marcam as intrigas da política e os adjetivos destrambelhados da imprensa, João de Almeida tem sofrido os vexames mais inacreditáveis e as ingratições mais revoltantes que podem atingir um homem de valor.

Dir-se ia que a sua personalidade, feita pelo seu esfôrço, pelo potencial enorme do seu valor intrínseco, integrada no mais lídimo sentido das virtudes portuguezas de todos os tempos, inconfundível por tantas acções notáveis, revelada sem favor de adjetivos impróprios nem combinação de interêsses torpes, representa uma ameaça ou um perigo para todos aqueles a quem só é cómodo, possível e lucrativo viver entre a confusão de valores.

Dir-se ia por isso que tem havido o propósito firme, preconcebido, odiento, de o eliminar da vida social portuguesa, custe o que custar, com o auxílio de todos os meios—e inclusivamente daqueles que mais aviltam quem os usa: A calúnia, a intriga cobarde e a preparação paciente dos alçapões para onde, tantas vezes, se tem querido lançar a sua moralidade, o seu carácter e as suas mais evidentes qualidades.

Vivemos numa época em que é extraordinariamente difícil fazer um nome ou afirmar um valor apenas por efeito de qualidades próprias, por mais altas e dinâmicas que essas qualidades sejam. Há sempre uma massa interessada em não os reconhecer e uma maioria educada para os tornar suspeitos.

Em compensação, queira, por interesse réles ou doença moral, o último dos homens vomitar a mais inconcebível das calúnias sôbre o primeiro dos heróis, e não faltará quem, sem escrúpulos, sem dificuldade e sem pudor, o aplauda e se preste a conduzir e a avolumar a calúnia.

É um caso de todos os dias—um grande pecado dos portuguezes!

Tem sido, em grande escala, o caso de João de Almeida.

Homens do seu tempo e da sua geração, que chegaram a êste quartel de vida, sem brilho nem expressão própria e cujos serviços e préstimos ao país são rótulos artificiais de possibilidades mediocres—homens que têm vivido a solicitar empurrões de estranhos que os elevem, mesmo que êsses empurrões venham por pontapés—não o compreendem nem o estimam. Invejam nele as qualidades que lhes faltam, de dentro dum disfarce grotesco de moralistas—temem-no.

Outros que valeram realmente, alguns que foram seus companheiros e testemunhas do seu valor, ou porque lhes esmoreceu a fé, ou porque o pessimismo os envenenou, talvez por dolorosa fadiga de injustiças que também sofreram, possivelmente porque andam nauseados de ver correr a moeda com que nesta terra se paga aqueles que a servem com dedicação, deram em indiferentes e, ou o esqueceram por comodismo, ou se limitam a lamentá-lo do fundo do seu fatalismo musulmano,

Os primeiros dão às gerações novas uma lição e um exemplo ignobeis: *«Se querem viver tranquilamente, na felicidade relativa que é possível em Portugal e ir onde nós fomos sigam as pisadas que nós trilhamos!»* — E do triunfo da sua vida resulta o elogio dos mediocres e dos acomodaticios.

Os segundos significam, para essas mesmas gerações, a necessidade prática de evitar os entusiasmos, as dedicações, o são patriotismo que conduzem a bem servir, para não virem a sofrer o que outros que bem serviram têm sofrido. — E do fra-

casso da sua vida resulta o ceticismo dos novos e a mutilação dos que de facto valem.

Pois bem! Que assim seja se assim tem que ser fatalmente!

Mas que não se diga amanhã que, entre estas gerações novas que se debatem na confusão e na incerteza, que não encontram orientadores nem métodos sérios de selecção, que tendo às vezes a noção duma hierarquia de valores ignoram contudo o sentido da sua realidade, que não se diga amanhã que entre estas gerações não houve quem conhecesse João de Almeida e quem soubesse resistir à pressão de tantos que sistemática e interessadamente o têm querido eliminar da própria gratidão que a Pátria lhe deve.

E daí a razão dêste livro.

Contra tantos ataques anónimos e traiçoeiros, tanta situação confusa propositadamente creada e tanta fôrça obscura hàbilmente movida contra o seu prestígio e o seu nome, há que opor, com a serenidade de quem historia factos, a sua vida de soldado, de administrador, de colonial, de chefe—à sua vida militar e a sua vida política—e perguntar a quantos o invejam, o temem e caluniam: «¿Que tendes feito por êste mundo senhores Tartufos?»

Ficará esclarecido o que propositadamente se confundiu, destruir-se hão, com a prova dos factos, as calúnias que se forjaram, restituir-se hão à luz em que foram creadas as acções que lhe deram o nome, a glória e o direito ao respeito de todos nós.

E que quantos em Portugal conservam ainda, na transparência das suas almas e na pureza dos seus espíritos, um amor desinteressado por esta terra

e imunidade bastante contra as paixões doentias que nos deprimem, julguem em consciência o caso dum homem, que sendo dos primeiros portuguezes dêste século, não encontrou na sua terra, muitas vezes, nem sequer a própria liberdade de nela viver tranquilamente.

E que o seu exemplo seja, para bem de todos, realmente, aquele em que as gerações modernas se fixem, mesmo quando o doutros, pessoalmente mais práticos, pareça mais cómodo e mais rendoso.

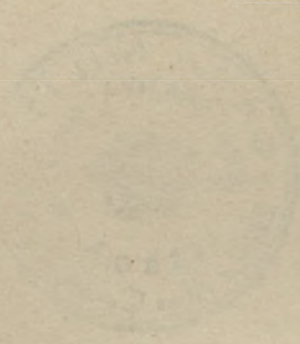


Estado da ocupação de Angola em 1906



I

O estado de ocupação de Angola antes de 1906



I

O estado de ocupação de Angola antes de 1908



Quando, em 1929, tomei posse do cargo de Governador da Huila, em Angola, tinham decorrido precisamente dezanove anos sôbre o govêrno do Capitão João de Almeida no mesmo Distrito.

Nestes dezanove anos trepidantes, porventura dos mais intensos que a humanidade tem vivido depois da Revolução Francesa — dezanove anos revolucionários, vibrantes, tumultuosos, laboriosamente preparados por tôda a metade final do Século XIX — a fisionomia social, política e económica do Mundo sofreu transformações profundas. Uma Grande Guerra — a maior de que a História reza — em quatro anos apenas, confundia uma ordem social, desmembrava uma ordem política e lançava o Mundo para uma nova ordem económica a cuja gestação difficil estamos assistindo. Êsses dezanove anos corresponderam a muitas dezenas de outros que a humanidade viveu. Durante êles tudo se transformou — desde a alma dos homens até ao aspecto das cousas.

Foi durante êste tempo revolucionário e vertiginoso que as colónias e a colonização se revelaram com perspectivas novas e que os seus problemas entraram definitivamente entre os grandes problemas mundiais da Política e da Economia. E também elas se transformaram profundamente, quer no papel que passaram a representar para os países coloniais, quer ainda, e conseqüentemente, nos seus aspectos internos de ocupação, organização e civilização.

Dentro da nossa Colónia de Angola que, evidentemente, não foi estranha ao grande movimento e que nestes dezanove anos galgou distâncias que bruscamente quebraram o ritmo lento dos quatrocentos anos anteriores, o distrito da Huila, à data do meu govêrno, não desmerecia muito sensivelmente do desenvolvimento e do pro-

gresso que tinham atingido outras regiões da Colónia.

Na extremidade sul de Angola, abrigando os povos mais aguerridos e, por consequência, aqueles que mais sérios obstáculos opuzeram à nossa ocupação militar e económica, um pouco mais esquecido em virtude da distância que o separava de Loanda, um pouco mais português por mercê da intensidade que a Colonização tinha atingido, o distrito da Huila, através de vicissitudes várias, tinha, mais ou menos, acompanhado o movimento de progresso económico por que Angola tinha passado.

Mas, enquanto o resto da Colónia, e, sobretudo, as regiões próximas da capital e o distrito de Benguela, se desenvolviam por acção governativa ou particular (sobretudo particular) mais ou menos contínua, o distrito da Huila, dezanove anos depois de João de Almeida, ainda lhe devia, quasi exclusivamente, tudo quanto era e quanto veio a ser.

Senti muitas vezes esta impressão através dessa região enorme que constantemente percorri: A Huila teve um Governador, que foi João de Almeida! Depois dêle só no labor de destruir o que êle tinha feito ou nas páginas do Diário do Govêrno e do Boletim Oficial, nunca em obras criadoras e marcantes, se pode perceber que outros homens passaram pela mesma casa e tiveram os mesmos títulos. Depois dele — e não importa indagar razões e motivos do facto que é, por vezes, alheio à responsabilidade pessoal dalguns — todos os que viemos fomos praticamente inexistentes.

Há pois uma obra que se prolonga no espaço e no tempo, que perdura, que acciona e que ainda tem fisionomia própria depois dêstes dezanove anos tumultuosos de vertigem que decorreram até 1929.

E todavia, a obra de João de Almeida na Huila é apenas uma parcela da sua obra em Angola.

Como devem sorrir com ironia e desdem aqueles que pelos cafés e bastidores da política e da intriga, com menos trabalho e mais confôrto, almoçando e jantando todos os dias, sem risco da vida nem da saúde, conquistaram alcandoradas posições donde se permitem agredi-lo!



A História de Portugal reflete sucessivamente, com a formação do Reino, uma finalidade peninsular; com a luta contra os mouros — o elemento anti-europeu — luta que é nitidamente uma defesa da Europa, uma finalidade europeia; finalmente, na expansão dos nossos domínios ultramarinos, uma finalidade mundial.

Alcançaram-se as primeiras, inteiramente, há muitas centenas de anos — mas é com João de Almeida que ficam totalmente definidas as fronteiras do nosso Império Colonial e se fecha o ciclo que nos coloca no limiar da finalidade mundial da nossa vida histórica.

Essa razão, mais que tôdas as outras, explica a penetração da sua obra no macisso dos tempos que a procederam. João de Almeida, com o auxílio generoso e inteligente de Paiva Couceiro — o maior dos Governadores Gerais que passaram por Angola — completou na Colónia, através de maiores dificuldades, com mais talento e sentido de organização, com a mesma bravura e a mesma galhardia, a obra essencial de ocupação que Mousinho tinha iniciado em Moçambique como discípulo da escola admirável de António Ennes.

É lamentável que nos nossos tempos, e enquanto o Homem está ainda vivo e pujante, haja que historiar, como factos ignorados para a grande maioria dos portugueses, os acontecimentos que constituem a vida e a obra de João de Almeida — acontecimentos dos nossos dias e que bem mais legitimamente que as ideologias torpes da política, podiam servir de base ao nosso orgulho de portugueses. Mas há que fazê-lo. Por um lado porque o esquecimento e abandono a que durante tantos anos votamos o nosso domínio colonial, fez da África o ignorado hipogeu das maiores glórias e faustos de que nos podíamos orgulhar. Por outro lado porque o País, na ignorância propositada em que o deixaram, está em pecado de ingratitude para com João de Almeida.



O desconhecimento que havia sôbre as cousas da Africa e que ainda hoje é profundo, pelo que respeita à Angola de 1904 a 1910, obriga, antes de narrar a acção de João de Almeida, a descrever o meio em que essa acção se exerceu.

Os próprios que hoje viajam em Angola e aqueles que lá vivem há uma dezena de anos apenas, só muito confusamente farão uma idea ligeira do que fôsse a Colónia dêsse tempo. Hoje que há vinte e quatro mil quilómetros de estradas, uma rêde telegráfica e telefónica importante, a paz em tôdas as regiões, cidades e vilas que então não existiam, caminhos de ferro, automôveis, tudo isso cuja existência em grande parte foi possível graças à acção de João de Almeida e dos seus companheiros, não pode realmente fazer-se uma idea precisa sôbre a Angola misteriosa de há vinte anos e sôbre as dificuldades sobre-humanas que a sua occupação encontrou.

Angola era então um território quási completamente desconhecido, onde a nossa soberania era precária e onde quem de facto dominava eram os povos indígenas que a habitavam — muitas vezes sob a influênciã de aventureiros e estrangeiros que em Angola se estabeleciam à sombra de todos os pretextos.

A influênciã portuguesa — termo possivelmente mais apropriado que o de soberania — restringia-se às feitorias do litoral, isoladas por terra uma das outras, e constituindo, ao longo da costas uma cadeia intermitente de pontos fulcrais de uma occupação incipiente e a duas linhas de penetração, nem sempre seguras, uma que ia de Loanda à Lunda e outra que atravessava sensivelmente o centro da Colónia pelo distrito de Benguela. Tudo o mais, com excepção de pequeníssimas zonas militares ou comerciais, que eram como luzes perdidas na densa escuridão da Colónia, eram, ou terras desconhecidas, ou regiões de facto dominadas pelo gentio e nas quais nem a simples passagem de europeus era, por vezes, consentida.

É o triste martirólogo do tempo, a comitiva sombria de tantos que lá perderam a vida em lances cruéis e de que a história não resará, porque dos humildes, em geral, se não ocupa, quem melhor nos elucida sôbre a situação da Colônia dêsse tempo.

Os próprios comerciantes, os *aviados*, os *pombeiros* e os *funantes*, que foram vanguardistas da ocupação, nem sempre se aventuravam impunemente nas terras do interior.

A situação dos portugueses de Angola em relação ao gentio rebelde, que ocupava a maior e melhor parte da Colônia, era muito semelhante à de Portugal, antes da conquista do sul aos mouros. Simplesmente a zona ocupada era muito menor e mais dispersa em relação ao todo, e não existia, entre a população branca, amarrada à terra por interesses materiais e oriunda, às vezes, de fontes morais muito duvidosas, nem os motivos religiosos nem o magnífico espirito de expansão e independência que no século XII animava os subditos de Afonso Henriques.

Na Metrópole não se sentia nem se percebia o alcance moral, político e económico do problema colonial. Sentimento e idea que se quebraram com os primeiros tempos do liberalismo e cuja quebra tivera como primeira consequência a perda do Brasil, não se tinham reacendido mais. As colônias ligavam-nos apenas as amarguras daqueles que por lá tinham perdido gente querida—quanto ao mais eram terras de pretos!

Os que moirejavam na Africa em serviço dos seus interesses só dêles cuidavam e, muitas vezes, eram ou provinham de ruins misturas de condenados. Os que labutavam em serviço da Pátria, ou não resistiam à pressão imoral do meio e se abandalhavam em negócios torpes, ou, encontravam como prêmio da sua solidês moral e de tantas qualidades que por Africa se têm esbanjado, apenas o sentimento amargo do seu abandono e tôdas as depressões e acometimentos do clima.

As barreiras políticas e militares opostas pelo gentio à nossa ocupação chegaram a ter o aspecto de sobrevivências das feias lendas do Mar Tenebroso. Era com mal recatado terror que se encarava a idea de expedições ao

interior, cujos perigos reais eram enormes — como tristemente se verificou em muitos massacres, dos quais os maiores, o dos Dembos em 1872, e o do Cuamato em 1904, estão ainda na memória de todos nós, e cujos perigos imaginários eram avolumados pelo desconhecimento quasi completo que havia acerca de tantas regiões misteriosas que constituíam a Angola do tempo.

Um rápido exame do estado em que se encontrava a nossa ocupação dá, na ordem puramente geográfica, que não na política e na moral, uma idea quantitativa do esforço que foi necessário realizar para chegar onde João de Almeida chegou e fixar efectivamente as nossas fronteiras e o domínio real da nossa soberania.

O litoral formava uma série intermitente de pontos ocupados que, na sua maior parte, não comunicavam por terra uns com os outros : Landana, Cabinda, Santo António, Ambrizete, Ambriz, Loanda, Benguela-a-Velha, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Mossâmedes e Baía dos Tigres.

O enclave de Cabinda presumia-se ocupado, mas, apesar das suas exíguas dimensões, no interior de Landana a ocupação não podia dizer-se completa porque o estado de guerra era permanente.

Santo António do Zaire dispunha duma linha de penetração que ia por Noqui até S. Salvador e Maquela do Zombo, ao longo da fronteira Norte, e que se devia não só à actividade dos comerciantes do Congo e à índole menos belicosa do gentio, como também, e sobretudo, à influencia das missões religiosas que, como se sabe, tiveram no Congo uma acção notabilíssima.

Ambrizete já não comunicava com o interior. Era uma feitoria encravada na costa angolana e isolada de comunicações terrestres. O mesmo acontecia com o Ambriz, que só difficilmente e por interminências de tempo, podia comunicar com Loanda.

Loanda, a capital da Colónia, a velha Loanda, estava limitada pelo Alto Dande, os Musseques e o Forno da Cal. Havia então uma linha de penetração para a Lunda com caminho de ferro até Ambaca e, em construção, o troço de Malange. Ao lado desta linha, e por sua influên-



João de Almeida—1897



Família Almeida—1893

cia, podiam dizer-se ocupadas as zonas do Encole e Bengo, o Dondo, o Golungo Alto, o Vale da Luinha e Ambaca.

No então distrito da Lunda havia, por sua vez, Malange com três linhas definidas de penetração: uma na direcção do forte Duque de Bragança e duas nas direcções Nordeste e Leste. Este distrito deveu a sua ocupação, e até a organização incipiente de que gosava, a Veríssimo Sarmento, outro esquecido, então Governador da Lunda e um dos mais notáveis ocupadores que serviram em Angola.

A linha de penetração para a Lunda tinha resultado, não só duma menor opposição oferecida pelos indígenas, como também do conhecimento e influência creados através dessa região desde o tempo em que se comunicava de Angola à contra-costa.

Abaixo de Loanda ficavam Benguela a Velha, a Foz do Quanza (pequena feitoria da Companhia do Cazengo) e o grande centro comercial que já era Novo Redondo, cuja influência se estendia pelo vale do Gunza. Começava então a comunicar-se, embora com pouca segurança, com o Seles e o Amboim.

O Lobito começava a constituir-se e a virgindade da sua terra podia dizer-se recentemente desflorada pelas obras do caminho de ferro que então chegava até Benguela.

Era no distrito de Benguela que a influência se estendia a maior distância.

A zona efectiva de ocupação podia considerar-se limitada ao Norte por uma linha passando pelo Lobito, Seles, Bailundo, e Huambo, e ao Sul por uma linha que ia até ao forte Princesa Amélia, na capitania-mór do Cubango, tendo por eixo a linha Benguela-Catumbela-Bailundo-Bié-Móxico-Nana Candundo. Nos Luchazes já não havia influência portuguesa.

No distrito de Mossâmedes existiam apenas os três núcleos isolados que eram a Foz do Giraul, Munhino e Mossâmedes. Mais ao sul ficavam S. Nicolau e Pôrto Alexandre com uma fazenda na Foz do Coroque e a colónia piscatória da Baía dos Tigres.

Finalmente, no distrito da Huila, que era constituído

pela fxa sul da Colónia e onde ficavam as regiões mais ignoradas e os povos mais belicosos e aguerridos, apenas ocupavamos a pequenissima zona do Planalto, Lubango — Humpata — Chibia — Huila, com uma frágil linha de penetração que ia pelo Quipungo até ao Capelongo.

A esta parte da Colónia nos referiremos mais detalhadamente na altura oportuna.

Mais de quatro quintas partes de Angola, por consequência, só platonicamente nos pertenciam.

A agravar a situação punha-se o problema dos transportes e das vias de comunicação. Estas, além dos pequenos troços de caminho de ferro que já indicamos, estavam reduzidas a algumas carreteiras que a falta de trânsito e de cuidados de conservação rapidamente destruíam, aqueles eram feitos por carregadores e em machila e, no sul, pelos carros boers que constituíam ao tempo o meio de transporte mais eficaz da Colónia. Os cavalos só em raras regiões podiam ser utilizados porque ou não suportavam o clima ou só podiam viver estabulados por motivo das propriedades tóxicas de alguns pastos.

Havia postos militares onde os oficiais que partiam de Loanda só chegavam três, quatro e seis meses depois, à custa de marchas penosíssimas.

O Comércio a quem se devia uma grande parte da influência alcançada, estabelecia-se em torno das autoridades, junto das quais gosava de protecção, e daí irradiava para o interior, aventurosamente, por meio dos seus *pombeiros, aviados e funantes*.

As condições de resistência e indomabilidade naturais do gentio, sobretudo o do Sul (Cuanhamas) eram acrescidas pelo comércio de pólvora e armas, que nunca foi possível impedir com o rigor das leis, apesar de serem muitas vezes os próprios comerciantes que as forneciam as primeiras vítimas da sua ganância.

E aqui se põe um novo paralelo com a brilhante ocupação realisada em Moçambique por António Ennes e Mousinho.

Emquanto os indígenas moçambicanos que se opunham à ocupação—os Vátuas sobretudo—guerreavam, em geral, com as suas armas gentílicas, os Cuanhamas e,

duma maneira geral, todos os povos do Sul da Colónia, tinham armamento de fogo europeu, muitas vezes, mais moderno que aquele que estava distribuido às nossas tropas.

Esta era, a traços largos que oportunamente serão desenvolvidos no decurso dêste livro, a Angola onde o capitão João de Almeida foi colocado em Janeiro do ano de 1906, quando ainda estava por vingar o massacre horrível de 1904 e sôbre o interior de Angola corriam lendas que muitos desastres pareciam confirmar.



II

A Primeira Comissão em África

Algumas notas biográficas

O chefe do Estado Maior das fôrças do Exército

I

A tentação de Africa começou para João de Almeida com a sua carreira militar.

A Africa era então, na incipiência da nossa occupação, o ambiente natural de expansão do temperamento militar dos officiaes portuguezes.

Viviam-se os últimos anos do romantismo — êsse romantismo tam ridicularizado pelo snobismo intelectual que o procedeu, mas que, em opposição em ceticismo elegante dos novos de hoje, era o fruto de ideais e acções que a ordem prática do presente não pôde manter nem renovar.

E a Africa, sobretudo depois de António Ennes e de Mousinho, feita campo pleno duma nova epopeia colonial, oferecia a êsses homens novos, cuja infância tinha decorrido entre as lutas militares do liberalismo e as narrações heróicas da guerra de 70 e cuja educação militar — também nimbada de romantismo — fomentava potenciais de energia e de acção cujo natural emprêgo só nas colónias se podia encontrar, tôdas as seducções que uma Europa pacífica e profundamente burguesa lhes negava.

A dentro das largas fronteiras do Império Português, fronteiras ainda por definir, umas vezes ameaçadas outras vezes desconhecidas, estava em plena actividade a acção desenvolvida pela brilhantíssima pleiade de coloniais que nos deu o último quartel do Século XIX — aquelles que deviam reatar o pensamento colonial perdido com o liberalismo e dos quais o próprio João de Almeida é um dos prolongamentos que maior influencia deveriam exercer sôbre as gerações novas do presente.

Na Metrópole não havia, como hoje não há, a mentalidade duma nação colonial nem mesmo o sentimento elementar da nossa missão imperial. Tudo isso eram ve-



lhas histórias indiferentes a uma sociedade burguesa feita à imagem e semelhança dos empolados conselheiros que a governavam.

Mas havia uma classe para quem as colónias representavam de facto o objectivo dum ideal inquieto e que, ao tempo, dava às colónias, em vidas, em sacrifícios muitas vezes ignorados, em actividades muitas vezes heróicas, em entusiasmos quentes e rija fé patriótica, tudo de que dependia a sua administração, a sua segurança — até a sua economia!

Era a classe militar.

O Exército era então — e pode dizer-se que só êle entre as classes sociais portuguesas — o depositário e accionador do pensamento colonial português.

Era, de resto natural que assim fôsse. As Colónias começavam, geralmente, a constituir-se como prolongamentos económicos e espirituais das metrópoles pela acção de ocupar militarmente. E nós, quanto às nossas duas grandes colónias de Africa, apesar da idade secular da nossa soberania e do grande esforço colonizador já realizado, mesmo em Africa, depois de 1820, tínhamos voltado ao princípio.

Ir à Africa era para os officiaes do tempo em que João de Almeida começou a sua carreira militar — officiaes militares e não officiaes funcionários, *officiaes ganhões* na frase de D. Carlos, bem entendido — a única forma brilhante de ganhar as esporas de ouro da carreira e viver completa e abundantemente tôdas as grandezas da profissão.

O Exército iniciava pois a terceira grande época da nossa acção colonial no Mundo e estava então lançado por Antonio Ennes em Moçambique o grande movimento que havia de encontrar em João de Almeida o seu expoente máximo na Colónia de Angola.

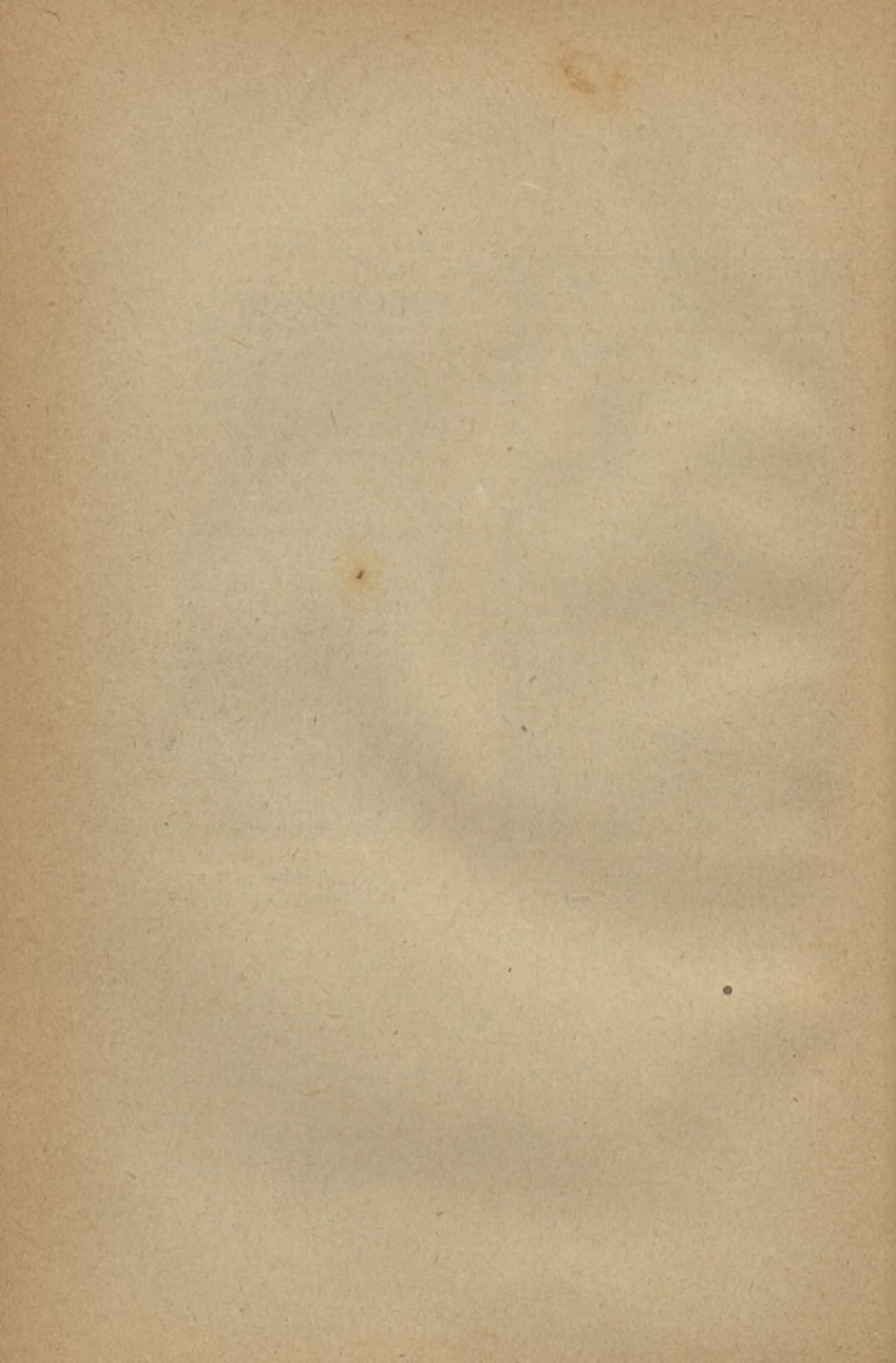
São duma entrevista por êle concedida em Dezembro de 1930 à «Revista Insular de Turismo», a propósito da morte recente do Conselheiro Ayres de Ornelas, as seguintes palavras que dão uma idea exacta do espirito, natureza e alcance que caracterizaram essa época do nosso resurgimento colonial:



João de Almeida
estudante do Liceu da Guarda—1891



João de Almeida quintanista
da Universidade de Coimbra



«Podemos dividir a história da nossa acção colonial em três grandes épocas: A época heróica que vai desde a metade do Século XV até ao fim do Século XVI, à perda da independência; a época da decadência que abre com a dominação espanhola e vai até ao fim do Século XIX; a época do resurgimento que se abre nos últimos anos do Século XIX.

A primeira época foi a das descobertas, da navegação, das conquistas, com que talhámos o maior império do mundo, dando realidade ao sonho que embalava a alma da Raça, desde o seu contacto com os romanos, os gregos, os cartagineses, cujos processos de ocupação litoral seguimos. A reduzida população de Portugal não lhe permitia então realizar uma ocupação por penetração profunda. No entanto o que realizamos foi alguma cousa de tam grande e tam assombroso, que só pode explicar-se pela acção dum heroísmo que, por vezes, se confundia com a loucura.

.....
A derrota de Alcácer Kibir entorpeceu as energias da raça. A perda da independência quebrou-as, anulou-as, dissolveu-as, numa longa época de *apagada e vil tristeza*, nessa atmosfera de corrupção em que tantos portugueses se venderam.

A restauração de 1640 poderia, porém, ter marcado o início da época do resurgimento colonial, pois que, a-pesar-de todos os infortúnios, a energia dos portugueses manifestou-se brilhantemente nos nossos domínios coloniais, sobretudo na luta contra os holandeses, como, por exemplo, em Angola, onde os portugueses se mantiveram durante oito anos, até à chegada da frota de Salvador da Costa. Faltavam porém as fôrças para acudir a tóda a parte, na prolongada luta que tivemos que manter para consolidar a restauração.

O mais grave porém, para a decadência, foi o êrro de visão dos nossos governates do século XVIII que orientaram a política fora do sentido colonial. O próprio Marquês de Pombal abandonando Mazagão em 1769, entregando Ceilão aos ingleses, desinteressando-se da nossa influência no Oriente, ideando um império restrito com a capital no Ceará, aprovou a decadência.

No primeiro quartel do século XIX o liberalismo veio completá-la, cortando de vez o sentido colonial.

De 1820 a 1894 vegetou-se. As generosas tentativas do Marquês de Sá da Bandeira ficaram estéreis. Creara-se o terror da África. A África era só para condenados.

.....
 É neste quadro do fim da decadência, com uma África só para criminosos, com uma soberania de hipótese, com os régulos revoltados, com Lourenço Marques dominada por um pavor enorme que surge essa grande figura que foi António Ennes.

António Ennes, com os seus oficiais e os que se lhe seguiram constituem a pleiade heróica do ressurgimento. Foram eles que nos restituíram ao sentido colonial, ao sentido do heroísmo, perdido pelas circunstâncias já apontadas e, sobretudo, desde 1820, pelo abandono da ligação de Angola a Moçambique, de costa a contra costa, do Atlântico ao Índico, subindo o Vale do Quanza e descendo o Vale do Zambeze, pois tínhamos regressado, sem grandeza, numa decadência a acentuar-se de dia para dia, ao sistema primitivo da simples ocupação litoral».

Há que acrescentar que esta época de ressurgimento que começa em Moçambique com António Ennes só vem a ser real em Angola, uns anos depois, com Paiva Couceiro e João de Almeida — um o animador, outro o realizador do grande movimento que havia de fixar definitivamente as fronteiras do nosso Império em Angola.

João de Almeida aparece, por consequência, na nossa história colonial, no momento preciso em que dispertam as tendências ancestrais de expansão dum povo cujo génio não cabia nas estreitas fronteiras do território metropolitano.

E assim a Africa que se tinha transformado, de ignorada e aventureira feitoria que era, em campo de acção de homens cujo temperamento militar se não saciava com os exercícios de pólvora sêca e que em si traziam sonhos inquietos duma ancestralidade imperiosa, foi para João de Almeida, uma tentação que, imediatamente, seduziu o seu temperamento inato de militar.

Ele era bem o representante duma raça em que áncia de expansão constitui um dos traços mais originais e nunca apareceu na sua acção gloriosa de guerreiro, de organisador, de chefe e administrador como uma dessas improvisações que os acontecimentos, mais que o valor próprio, guindam a píncaros notáveis.

Raras vezes esta expressão «temperamento militar» terá tido, como nêle, um significado mais real e mais vivo, um sentido mais afinado e mais perfeito.

Realmente, se a Africa aparece na sua vida como uma *oportunidade*, como o ambiente que lhe convinha, isto é, sob uma forma exterior, as suas qualidades, intensamente reveladas e postas à prova em Angola — o seu temperamento enfim — eram inatos e produtos ancestrais de rijas virtudes portuguezas.

Por isso podemos dizer: A Africa foi para João de Almeida uma tentação que começou com a sua carreira militar. A sua carreira militar, com todas as grandesas e todas as supericres virtudes dessa nobre acção de *servir* resulta duma vocação que nasceu com êle.

E se é certo que merecia ter nascido noutros tempos de maior equilibrio social e melhor consciência nacional, é inegável que nasceu para marcar e para se tornar inconfundível na sociedade a que pertencesse.

Durante a preparação dêste livro, entre os documentos que compulsamos, a memória dos factos a que assistimos e as narrações de muitos dos seus companheiros, surgiram um certo número de detalhes curiosos, que são anteriores às suas primeiras acções de vulto — que pertencem por vezes à sua infância de beirão colegial — e que claramente revelam, em embrião, tôdas as qualidades que mais tarde haviam de assinalar o chefe, o organizador, o soldado, o administrador.

São notas vivas da sua biografia de colegial, de soldado, de cadete e de subalterno, que demonstram que o herói dos Dembos, o fronteiro de Angola e o Governador da Huila não foram uma improvisação dos acontecimentos e dos homens, mas sim que resultaram do desenvolvimento dum espirito e duma vontade que traziam do berço uma boa marca de raça.

João de Almeida que, pelo avô paterno, descende de João Fernandes Pacheco, alcaide de Alfayates, que na batalha de Aljubarrota se apresentou à chamada de D. João I, comandando uma hoste de beirões por êle organizada, nasceu na Beira (Cairrão do concelho da Guarda) e aí viveu os primeiros anos da sua infância.

Uma sólida educação de família, um ambiente de boa saúde moral, que os nossos tempos vão desconhecendo na educação dos moços, a velha austeridade beirã, tudo isso contribuiu para uma base de formação em que deviam encontrar sólido apoio as suas qualidades inatas.

Dêsses primeiros tempos da vida de João de Almeida, decorridos entre o cenário e os costumes severos da Beira, veio o sr. Dionísio da Costa Passos, seu antigo condiscipulo do liceu da Guarda contar-me um facto curioso que é em si um síntese biográfica da sua infância :

— O João já em pequeno era capitão. Era o nosso capitão!

E descreve-me êsse companheiro mais novo que alcançava sôbre os colegas um verdadeiro prestígio de chefe e a quem todos obedeciam.

Sugestionado pelas leituras de Júlio Verne—«O herói de 15 anos», «A Jangada», emfim, tôda essa literatura sã que a má sina dos tempos havia de substituir mais tarde, na maleta dos colegiais, pelos livros só para homens— João de Almeida tinha constituido e organizado um grupo de colegas que êle comandava, dirigia e manobrava em atitudes e acções definidas de chefe. Nesse grupo tudo estava regulamentado e distribuido sob uma disciplina curiosa que não dispunha doutros meios para se manter senão do prestígio do chefe— os jogos, a estúrdia académica e o estudo. Era então costume irem os estudantes para o campo, onde faziam longas excursões em que gastavam êsse remanescente de energias que os rapazes precisam dispende e que a educação moderna deveria orientar para sãs finalidades.

Nessas excursões havia paragens destinadas ao estudo. O capitão reünia os seus companheiros— alguns mais velhos que êle— e preleccionava sôbre as lições do dia seguinte.

Dizia-me o sr. Dionísio Passos :

— Estudava para êle e para nós. Se não fôsse êle não tinha apanhado duas distinções em História e Geografia.

Como se desse o caso de ser o chefe pouco versado em línguas, êle próprio foi descobrir um estudante dis-

tinto nessas matérias que agregou ao grupo, com a missão de ser o explicador. E assim, o chefe e o organizador, dentro já duma mentalidade militar incipiente, revelavam-se no garoto de doze anos que ainda não vira do mundo senão o cenário torturado da sua Beira.

Terminados os preparatórios da instrução secundária, quando foi necessário pensar na carreira a seguir — problema grave por todos os motivos e ainda porque os haveres de família, muito comprometidos pelas lutas liberais, eram escassos e tinham que acudir à educação de oito irmãos, desejou o pai de João de Almeida, que este, seguindo uma velha tradição de família se ordenasse.

Mas João de Almeida tinha já a sua idea: Queria ser militar!

Não foi sem dificuldade que conseguiu realizar o seu intento. Havia na família velhas recordações de que tinham resultado antipatias profundas pela carreira das armas. Mas, finalmente, por intervenção de sua mãe, o estudante da Guarda conseguiu ser admitido à matrícula na Escola do Exército.

As qualidades e a personalidade que já se tinham revelado no garoto bisonho do liceu da Guarda, encontraram, naturalmente, na nova carreira, o ambiente em que podiam afirmar-se em plena liberdade.

Dos factos que constituíram essa afirmação, da impressão que João de Almeida foi deixando, através dos anos da sua mocidade de estudante e de oficial subalterno, entre a gente do seu tempo, escreveram, em 1908, por ocasião da sua vinda à metrópole, depois da campanha dos Dembos, os seus companheiros, amigos e contemporâneos palavras que formam o melhor registo biográfico de que podia lançar mão.

Subscreveram-nas Raul Brandão, Dr. José Alberto dos Reis, decano da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Adriano Beça, José Augusto de Castro, Dr. Cláudio Olímpio, Dr. Celestino David, Dr. Ladislau Patrício, Cónego Paiva, Dr. Pereira Barata, etc.

A mais perfeita compilação ou síntese que me fôsse possível fazer para demonstrar que João de Almeida nasceu efectivamente para marcar e tornar-se inconfundível

entre a sociedade a que pertencesse, quero antepôr as palavras dos homens ilustres que com êle conviveram e foram testemunhas presenciais da sua vida.

Num artigo de Junho de 1908, publicado num número especial pela Comissão Promotora da Homenagem aos vencedores dos Dembos escreveu o grande escritor Raul Brandão :

Destaco João de Almeida de entre muitos rapazes que conheci — há tantos anos já ! — e vejo ainda nitidamente a sua fisionomia, quando outras de todo se me varreram da memória. É que já êsse rapaz, de olhos claros e leais, obstinado e tão pouco exuberante que ninguém dava por êle, tinha carácter próprio e definido. Onde muitos para vencer se valiam de relações e empenhos, empregava êle trabalho, inteligência e esforço. Ninguém deu por João de Almeida no primeiro ano de Escola do Exército. Calava-se, sumia-se, e estudava com o afinco, o sério, a tenacidade dum homem feito, e, ao fim de meses, num curso de rapazes quasi todos inteligentes e brilhantes, collocava-se logo, desprotegido e pobre, num dos primeiros logares. Não tinha o verniz fácil nem a vantagem da parola insinuante; dispunha porém disto que é simples e formidável: uma energia férrea, uma inteligência precisa e lúcida e o trabalho atento do homem que quer a todo o custo vencer. Dir-se ia que êsse rapaz conhecia já a existência e o seu travor amargo e que sobre os seus dezoito anos pesavam responsabilidades graves — irmãos pequenos a educar, uma família pobre, as coisas sérias e profundas da vida...

Dêsse período recordo-me bem dum pormenor interessante: um dia, por uma questão que esqueci, ousou medir-se com um dos mais valentes rapazes do seu tempo — outro que mais tarde havia de dar também na África provas dum arrojo e duma bravura incedíveis. O adversário tinha fama, João de Almeida dava-lhe pela cinta. Vencido esperavam-no decerto o escárneo e o riso dos que em tôda a parte adulam sempre o mais forte. Nem recuou uma linha, nem hesitou um segundo: arrojou-se como um bravo e dominou-o por acaso, à primeira investida.

Foram estas linhas do seu carácter, que, acentuando-se mais tarde, fizeram dêle, modesto e simples, reflectido e tranqüilo no meio dos maiores perigos, o soldado que honra o exército português. Só ao seu próprio esforço deve o logar que ocupa. Nem arras-

tou a espada nas antecâmaras dos ministros, nem veio da política para um triunfo fácil e cómodo. Trabalhou, trabalhou sempre. Acabado o curso da Escola, começou logo outro curso mais longo e mais difícil, o do estado maior, e passados êsses trabalhosos anos, partiu com a mesma decisão fria para a África — para trabalhar ainda, para trabalhar sempre.

A campanha dos Dembos merece um longo estudo. Alguém o fará mais tarde folheando os relatórios. O que eu quero agora acentuar é o carácter de João de Almeida, o seu heroísmo, a sua energia indômita, e para isso poucas e rápidas linhas bastam :

A região é difícil, ora cortada de rios e pântanos, ora montanhosa e árida: á planície monótona, de capim uniforme, succedem-se os barrancos, os desfiladeiros, os montes pedregosos. Ocupa-a uma população aguerrida, que em 1872 os esforços de 900 homens não conseguiram dominar.

Não há material, faltam os soldados, escasseiam as munições. João de Almeida não hesita: com a serenidade com que cumpriu sempre o seu dever, organiza a expedição valendo-se de soldados de segunda linha, de recrutas, de condenados — e de doentes! Tôdas as frases de efeito caem perante pormenores como êste. Dia e noite trabalha, e com um efectivo de 500 e tantos homens, duas metralhadoras e duas peças, lá marcha pelo sertão. O sol é de chumbo, os soldados adoecem, a própria natureza derranca e oprime, mas não há inimigos nem contrariedades que o dominem. Êle é a alma da expedição. Ferem no gravemente, amontoam-se e crescem a todo o instante os perigos; fogem os carregadores; os guias desconhecem os caminhos cada dia mais incertos e difíceis, e João de Almeida conserva a serenidade, a prudência e a coragem reflectida — a maior de tôdas — no meio de tantos perigos. Combate atrás de combate, realiza enfim o objectivo que se havia proposto.

Há uma nota que desejo aqui consignar: entre êsses homens não se encontra um único, que se não bata como um herói: e são officiaes da administração militar, são almoxarifes que comandam! Para terminar êste artiguinho não encontro melhor que algumas linhas do punho de João de Almeida, descrevendo a tomada da Banza de Santo António de Lisboa. A bandeira é arvorada, a peça salva, e êle diz:

«Todos nós estávamos comovidos e possuidos duma sensação como jámais havíamos experimentado na vida. Não havia tristeza,

até os feridos riam». Até os feridos riam — e da coluna que partira com 500 e tantos homens não havia 40 sãos!

Eu não sei se João de Almeida tem ainda viva sua mãe. Se tem, ela que o aperte bem de encontro ao peito: à uma abraça um homem na mais alta acepção da palavra; à outra não há recompensas na vida que valham êsse simples minuto de amor.

De José Alberto dos Reis, lente da Universidade de Coimbra, são as seguintes palavras:

A campanha dos Dembos foi para muita gente, mesmo culta e profissional, uma revelação e uma surpresa. Dela emergira, em relevo luminoso, a figura grandiosa dum jovem capitão, que o mundo oficial ainda não tinha admitido no recinto reservado da *élite* militar.

Para mim, a brilhante odisseia dos Dembos foi um successo tam natural e tam lógico, como a eflorescência duma planta ou o triunfo dum lutador. E é êste aspecto que torna o factio singularmente tocante e grato ao meu espírito.

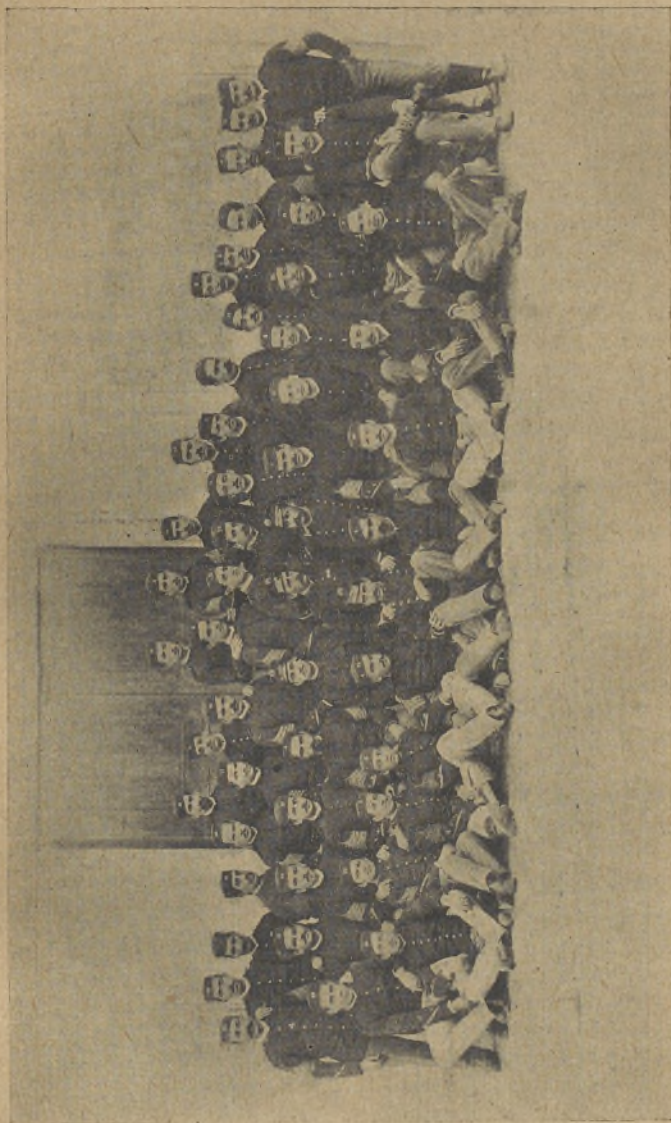
Vejo ali, não um golpe de sorte ou um exito de acaso, mas a afirmação consciente e o desdobramento regular duma força que eu sabia ricamente dotada e admiravelmente constituída.

.....
 ...Conheci-o na fase ardente e generosa da adolescencia; João de Almeida era então um moço expansivo e idealista, cheio já de animo varonil e de entusiasmo belicoso. Aos 15 anos comprazia-se em comandar exercícius ásperos e em dirigir expedições fatigantes; e nós, um pequeno grupo de condiscípulos, aceitavamos irresistivelmente a autoridade do seu comando, porque nos fascinava o prestígio do seu ardor.

Adriano Bessa, então major de infantaria escreveu:

De entre os officiaes da geração nova destaca-se já com refulgente brilho, com especial relevo, a figura insinuante, viril e enérgica de João de Almeida, o vencedor dos Dembos.

Nome aureolado na vastidão imensa dos sertões africanos por memoráveis feitos em que transpareceram scintilantes fulgurações



Curso de infantaria «O 99 de linha»
Tirocínio em Malra — 1894

de génio, João de Almeida afirmou-se em pouco tempo uma individualidade de incontestável valor, que ilustra o exército português e faz o orgulho da arma de infantaria, que se ufana de o contar no número dos seus mais dilectos oficiais.

Esboçar, embora a traços largos, a biografia de tam distinto militar, é tarefa superior às nossas forças.

Se o artista, ainda o mais conhecedor das regras da estética, encontra dificuldades em acentuar bem na tela a verdadeira expressão do carácter que lhe serviu de original, mui superiores serão as nossas dificuldades em frisar os traços mais característicos do capitão João de Almeida, essa compleição nervosa, essencialmente activa, ávida do movimento que prepara o successo, sequiosa de feitos heroicos, que abrem o caminho da glória; essa psicologia curiosa, verdadeiro mixto de rudeza e bondade, de rijeza e maleabilidade, difficil de descrever, mas fácil de comprehender logo que se fixe bem a sua fisionomia franca e altiva, insinuante e enérgica.

Completando com notável distinção o curso do estado maior em 1903, João de Almeida anceava por uma comissão de serviço a que lhe permitisse dar largas à sua extraordinária actividade, ao seu fogoso temperamento de trabalhador incansável e produtivo.

A monotonia do serviço pautado da metrópole não se coadunava com o seu feitio, sobremaneira irrequieto, cheio de acção de movimento, de vida.

O continente africano com a sua perspectiva de lutas gentílicas, onde a coragem individual se evidenciasse, a par e passo com outras qualidades e aptidões de comando, fascinava-o, atraía-o irresistivelmente.

Deparou-se lhe o ensejo azado: a 30 de Janeiro de 1906 desembarcava em Loanda passando desde logo a exercer o cargo de sub-chefe do estado maior da provincia.

A sua actividade manifestou-se desde logo elaborando com a máxima rapidez a carta itinerária dos distritos de Huila, Benguela e Mossamedes, de indiscutível utilidade por interessar as regiões das prováveis operações militares dos Cuamatas, Cuanhamas e Evals.

Pouco depois, investido já no importante cargo de chefe do estado maior da província, organizou a estatística militar de Angola, trabalho verdadeiramente interessante pelos valiosos elementos que continha e pelas suas preciosas indicações logicamente

deduzidas, muitas das quais tiveram uma consagração prática imediatamente, tam alto falaram e tam decisivamente se impuseram à consideração do governo os argumentos aduzidos pelo talentoso official.

.....
 O maior elogio de João de Almeida encontra-se nessa unanimidade de ovações, de justa apoteose que tôda a imprensa de Angola e a da metrópole dispensa ao illustre vencedor dos Dembos.

A síntese de todos os louvores que a burocracia official pode produzir, resumiu-a o governador Paiva Couceiro, depois de avaliar justamente os serviços prestados por João de Almeida firmando uma proposta para a promoção dêste official ao posto de major por distincção.

Para quem couhecer a têmpera moral e a integridade de carácter de Paiva Couceiro, aquella proposta constitui o maior elogio do capitão João de Almeida.

O Dr. Cláudio Olímpio, seu companheiro no liceu da Guarda depôs :

Não sei se há vocações para heróis.

A respeito de João de Almeida, cujo processo de *Canonização*, nós, os seus amigos e admiradores, vamos num acto de justiça, avolumando pelo nosso depoimento e pelo testemunho inconfundível dos seus feitos, — possa eu dizer que desde que fui seu *subordinado* nos batalhões infantis que êle organizava e mobilizava, me acostumei a ver nêlo o intrépido e corajoso combatente, agora, na acção de Dembos, tornado notável entre os primeiros homens da nossa história colonial, e querido e amado por todos os seus compatriotas.

Fomos contemporâneos no Liceu da Guarda, e desde aí que somos verdadeiros amigos.

Eramos então duas crianças. E a-pesar da distância a que nos collocaram largos anos, nem por isso tenho menos viva na memória, aquella época, em que deu brado a *febre guerreira* do nosso João de Almeida, nervoso, pequeno (também Napoleão o era) aprumado, com aquelle andar pesado, de homem forte, assentando firmemente os calcanhares, com arreganho, compassadamente as mãos, de punhos cerrados, o olhar severo, a voz de comando...

Trazia sempre em mente, grandiosos planos guerreiros que êle

executava com os seus batalhões de crianças, recrutados no jôgo da bilharda (eu não sei se ao modernismo de agora, faz vergonha falar num jôgo plebeu) e outras brincadeiras de rapazes.

Não perdendo um único exercício daqueles que a êsse tempo o regimento de infantaria 12 fazia nos campos da Guarda, onde João de Almeida ia com os seus oficiais, observando escrupulosamente todos os movimentos e tôdas as manobras, tomando notas e apontamentos —, os seus batalhões tinham sempre um garbo, uma linha marcial que inculcia respeito.

João de Almeida procurou fazer émulos para os combates. E algumas vezes o rasgado elogio que os soldados dêle faziam, criou rivalidades em quem não acreditava nos nossos entusiasmos e na perícia do nosso comandante.

Nessas ocasiões a luta tinha entusiasmos inéditos e uma concorrência enorme de espectadores — quási sempre académicos. E era sabido que nunca houve ninguêem, nem o tempo, nem a canceira que vencessem aquele general. Os campos de Santo André, a *África* dêsses tempos, contaram por vitórias todos os combates que João de Almeida dirigiu.

O que impressionava, era o ardor guerreiro do nosso general que amava a guerra, pela guerra, que não fazia ostentação das suas forças aos olhos dos profanos, pelas ruas da cidade, que levava as suas hostes aguerridas até onde queria, amando-lhe o desembaraço, o conhecimento técnico, e o carinho com que tratava os seus queridos soldados, fora daquelas encarniçadas horas.

Respeitando-o nessas qualidades que já então se impunham, o nosso fanatismo pela sua acção não conhecia limites. Mais duma vez se pensaria em desafiar o regimento da Guarda, em pêso, e, a nossa fé, acreditava que se tivéssemos armas verdadeiras, infantaria 12 teria, numa guerra com João de Almeida, uma página muito triste.

Pela vida adiante, em Coimbra, onde também nos encontramos (e por sinal à Porta-férrea, quando caloiro, os seus brios de oficial, mas já então a valer, não tolerava o canelão que em nome da praxe lhe jogavam), em Lisboa onde às vezes o via, sempre estudioso, sempre trabalhador, o seu olhar dizia-me, como dizia a todos os seus amigos e admiradores, que lhe vagueava uma aspiração que não se satisfazia com os louros escolares e as considerações de seus camaradas. Falava em *África*, nesta prisão do continente. . .

E essa sede de batalhar, consciencia do seu valor e da sua

educação, denunciava sempre a aspiração mais ardente do seu espírito.

Por isso mesmo, quando o país começou a enaltecer-lhe os feitos e a aclamá-lo como herói, para nós, que lemos com alegria, com entusiasmo essas notícias, não era mais que a realização duma profecia.

E sendo, como de facto é, a vitória de Dembos um grandioso feito, desses que gravando-se a bronzes na história, enaltecem o nome portuguez — para nós, os seus amigos de infância, daquilo e de tôdas as façanhas heróicas o julga capaz à sua competencia, o sabermos do seu temperamenro, do seu stoicismo, do seu amor patriótico.

Numa carta aberta escrita por Celestino David, sobre a homenagem aos vencedores dos Dembos, dizia o illustre escritor :

Meu caro herói:

Se bem me lembro, foi aqui há uns dez anos, quando eu era ainda aluno do liceu, numa pequena cidade provinciana — a friorenta Guarda, — que em certo dia, João, o conheci e pude adivinhar na modéstia acentuada do seu todo, a individualidade rara e forte que o tempo havia de enaltecer e a mocidade de então consagra já em sinceras manifestações de adoração e respeito.

Foi aqui há uns dez anos! Lembra-se?

Emquanto eu, recolhida e desconhecidamente, aplanava a estrada que me conduziria ao bacharelato, V. sempre arrojado e sempre confiante, tirava uma cadeira indispensável aos preparatórios do curso do estado-maior, insatisfeito ainda com o brilhante curso que terminara, e não conformado, a meu ver, com o sossego que ele lhe acarretaria, se V. fôra propenso à inércia confortadora e sempre ambicionada dos seus contemporâneos.

No tempo, a idea de saber, dominava-o.

No seu cérebro lúcido e privilegiado vagueava porventura a visão acariciadora de um largo futuro, e abria-se, deslumbrante e sedutor, o cenário grandioso dos sonhos do passado. Afagava, sem vaidades que o envergonhassem ou orgulhos que o indisposessem, modesta, mas justamente, a vaga e indefinida imagem de uma tentadora glória. Tinha o sentimento da sua raça, o espírito aventu-

roso dos seus maiores. E eu que o percebi, e pude ver que V. o desejava, senti que o João viria a ser, num dia não remoto, grande e herói.

Em Coimbra, mais tarde, fui seu amigo.

A afectuosa camaradagem no 17 — aquella república tam característica da rua da Trindade, — aproximou-nos; e de tal modo o fez, meu caro, que neste momento — cinco anos passados — eu sinto pela primeira vez, e unicamente porque o lembro, a amargura suave de uma saúde que o tempo que ali se passa, nessa afastada e legendária terra, diziam provocar.

.....
O João era então olhado como uma promessa.

A mim, a sua fé e a sua vontade enchiam-me de confiança, e pode dizer-se que devo ao seu convívio o abandono a que votei o acanhamento medroso que possuía. A sua voz sugestiva, cheia de persuasão, levava-me consigo. Caminho que V. traçasse, seguia-o. Com os outros, o mesmo. Conheciam todos a nobreza da sua alma, tôda a sua valentia, todo o seu valor. O seu carácter dominava.

Um dia, ouvi, falar-se ia de si.

Um homem que possui ao lado de um amorável sentimentalismo, um vibrante temperamento de meridional, uma energia de aço, um talento e uma illustração não vulgares — deve e pode ser alguém. E V. tinha tudo isso. No seu corpo franzino de militar agitava-se uma grande alma. O seu peito era o abrigo de um belo coração. Amava, como os da sua raça, a sua linda terra. Sacrificar-se ia por ela. O sacrificio gera os heróis. E o João seria herói, se o acaso, a sorte, esse nada, assim o quisesse.

E a ocasião, Deus louvado, chegou.

A campanha contra os Dembos, donde V. coberto de glória, agora chega, dizendo-me a razão da minha, da nossa esperança nas suas altíssimas qualidades de capitão, faz-me crer que não foi sem motivo a quasi alegria com que o vi partir a caminho de África e se annunciou, como realizado alguma vez, o sonho vago que V. teçera, ao architectar na poeira leve das nossas crónicas as criações inconscientes de um adorável fantasista.

V. volta como eu sempre o imaginei.

Volta como viveu outrora na minha imaginação, na imaginação incorrigível da mocidade do nosso tempo: mocidade que o conheceu, primeiro, no liceu de uma pequena cidade provinciana — a friorenta Guarda, — e mais tarde, em Coimbra, na leal cama-

radagem das repúblicas em que V. teve o lugar indiscutido dos que muito valem. Volta da realização de um sonho — seu e nosso. Volta heroi.

E Ladislau Patrício :

João de Almeida, desde os saudosos tempos em que o tive por companheiro em Coimbra, ocupa no meu coração o carinhoso lugar a que tem direito. É, pois, para mim sobremaneira grata a tarefa que nestas circunstâncias se me impõe, dirigindo algumas palavras de felicitação a um amigo, que as merece por tantos motivos.

Recordo como se fôsse ontem, (e é sempre bom recordar, mesmo quando se não entrou ainda a envelhecer...) a afectuosa camaradagem dêsse official, há sete anos, na familiaridade duma *re-pública* de estudantes, tudo rapazes alegres e sinceros todos. João de Almeida tinha porêem entre os mais, — na franca mobilidade da sua fisionomia, na gesticulação brusca e nervosa, na forma altiva, sem arrogância, de se exprimir, — um certo ar, qualquer coisa em suma, que deixava logo perceber nêle o homem corajoso e destemido, de consciente valor moral, que havia no futuro de revelar-se como se revelou há meses. Pois na sua coragem, sem arrancos quixotescos e ridículos, manifestava-se a fidalga superioridade que sempre distingue o valente do farçola...

Eu possuía razões de sobra, portanto, para esperar dêle o que na verdade veio a conseguir; e isto de agora voltar de terras afastadas, glorioso e vencedor, representa para quem o conhece uma circunstância natural, que se previra já...

É claro, — e não ignoro eu semelhante facto — muita gente pretende insinuar a pouca importância das campanhas africanas, dizendo que elas, com a sua negralhada ignara e cobarde, desapercibida e sem nenhuma táctica militar que lhes attribuisse probabilidades de vitória, constituem um bom e fácil manancial de heróis, a troco do sacrifício, por algumas vezes, da convivência de parentes e de amigos, com a compensação no entanto do triunfo certo, das medalhas e da immortalidade na história...

Mas a verdade é serem os que assim, resolutos, (embora com a certeza quasi de vencer), se lançam numa luta a-pesar-de tudo arriscada, homens reconhecidamente capazes de mostrar a mesma coragem e a mesma indiferença perante a morte, nas situações crí-

ticas das grandes batalhas, — dessas que produzem entre fumarada de canhões os supremos heróis das epopeias.

O Cónego Paiva, seu companheiro declarava :

Quando, há pouco mais de dois anos, o vi partir, foi com tristeza que me despedi d'êle.

.....

Nós, os rapazes do seu tempo, que todos o admirámos sempre pelas suas excepcionais qualidades de carácter, pelo prestígio dominador e empolgante do seu trato, pela sobriedade com que vestia o seu mérito e ainda pela rara discrecção e habilidade usada nas crises e nos problemas da vida, sempre tivemos como certo que o João de Almeida não era só um homem de valor, era mais do que isso — um homem de excepcional valor.

A terra que o viu nascer e que se prepara para o receber festivamente, é visinha dos Hermínios, e nós — os beirões — sentimos orgulho por o chamarmos nosso.

Se êste homem vivesse na idade antiga, êle, como Viriato, era capaz de abater a altivez das águias romanas, disse-me há dias um distinto official do nosso exército em conversa sôbre as festas que o país projecta realizar para comemorar os feitos gloriosos da guerra peninsular.

E de facto. A fibra militar das figuras de maior destaque do nosso exército, em tôdas as idades, é a mesma que possui ainda hoje o valente João de Almeida.

Finalmente, porquanto o que se transcreve basta para constituir sufficiente esclarecimento biográfico, dizia Pereira Barata sôbre o fronteiro insigne do Sul de Angola :

Falar do capitão João de Almeida é sempre para mim rememorar uma página já voltada da mocidade. E poisar a nossa lembrança sôbre o trecho já findo de uma vida de rapaz, constitue uma emoção suavíssima em que se revê e se compraz a nossa alma já tocada pelas agruras da vida. Pronunciar o seu nome é ouvir ainda os últimos acordes duma sinfonia heróica distante, em que êle fôsse o herói autêntico celebrado. É a evocação de todo o nosso tempo de liceu na Guarda.

Na minha mente aparecem tardes de batalha acesa, ardente que o capitão de hoje já então comandava e vencida naquele mesmo local onde hoje se fere uma luta não menos valente contra um morbo terrível. E já então êle desprezava todos os perigos, que os havia por vezes nas nossas loucuras de rapazes, para conseguir o seu objectivo fixo e irrevogável.

Depois da façanha, o herói incontestado recolhia à cidade entre as aclamações dos soldados entusiasmados que o seguiam. Cansado das lutas em terra, atirava-se por vezes também ao elemento líquido e organizava a esquadra do Noéme em jangadas de tábuas e simples troncos de árvores.

A arte da guerra era nêle uma vocação irresistível. Todos nós sentíamos, era para nós uma coisa certa, que aquele rapaz baixo, inteligente, de olhar penetrante e mento proeminente, denotando qualidades de energia férrea, havia de dar mais tarde que falar de si.

O termo do curso liceal separou-nos. Mais tarde apparece-me em Coimbra o João de Almeida, já tenente de infantaria.

La tirar o curso de Filosofia para seguir a carreira do Estado-Maior da arma de infantaria. Não parecia o mesmo rapaz fogoso do liceu. Num meio diferente, o bom João parecia saudoso dos seus antigos bravos ou nostálgico da Glória que êle desejava ter já conquistado na África dos seus sonhos.

Passam anos e ei-lo que volta de África coberto de louros, tendo realizado a predição dos seus antigos companheiros.

Através de tôdas as desgraças e das maiores vicissitudes que a nação tem atravessado, uma coisa se não dissolveu ainda: é a tradição de heroísmo do povo português, de que João de Almeida é um dos mais brilhantes continuadores pela página gloriosa que acaba de escrever na nossa história colonial.

Conhecedor do seu carácter, posso afoutamente afirmar que não será este o último serviço que êle presta à sua Pátria.

Daqui o abraço efusivamente e com tanta emoção e tanto calor que até parece que o coração se me faz moço, para outra vez rufar a mesma marcha triunfal de outrora, na mesma cidade que em breve há-de acolhe-lo como seu filho dilecto, entre vivas e aclamações que a velocidade do tempo me faz parecer ainda a continuação das do sonho vívido da nossa mocidade.



Um grupo do 2.^o ano matemático
da Universidade de Coimbra—1899



Curso do Estado Maior—1902-1903

* * *

Era João de Almeida aspirante a oficial quando se organizou em Portugal a expedição contra o Gungunhana.

Ofereceu-se imediatamente para tomar parte nela, entusiasmado com os preparativos que então se faziam em Mafra, onde êle também se encontrava em tirocínio e Mousinho de Albuquerque comandava um esquadrão expedicionário que recebia instrução de tiro.

Recusado o oferecimento, como era natural, ao militar que ainda era um estudante, e enquanto em Moçambique se desenrolava a magnifica acção de Mousinho de Albuquerque, os anos foram decorrendo em tranquila paz.

Afastada e perdida, por fôrça das circunstâncias, a primeira oportunidade de ir à Africa fazer um nome glorioso, João de Almeida, em quem não adormecia o sonho inquieto da sua mocidade, formou-se em Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra e completou, com distinção, na Escola do Exército o curso do Estado Maior.

Em 1904 dava-se no Cuamato o formidável massacre do Pembe de que resultou a derrota e desbarato da coluna do capitão Aguiar.

A impressão produzida na Metrópole foi profundíssima.

Em Angola estabelecia-se dum dia para o outro o pavor acêrca de tudo que se referisse a êsses povos aguerridos de Além-Cunene.

Além da perda de muitas vidas o cheque para o nosso brio militar, e as consequências que dêle deviam resultar, eram enormes.

Na opinião pública metropolitana formou-se imediatamente um movimento tendente a fazer vingar o desaire e Eduardo Costa foi encarregado pelo Ministério da Marinha e do Ultramar de organizar um projecto de expedição ao Cuamato.

Eduardo Costa dispunha então, e muito justamente, dum prestígio militar e intelectual consideráveis. Discípulo de António Ennes, colaborador ilustre na obra de ocupação realisada em Moçambique e um dos oficiais

mais cultos que o Estado Maior tinha nas suas fileiras, era, incontestavelmente, o homem indicado para a missão de organizar a vingança sobre os cuamatos.

Começando imediatamente a trabalhar, e firmemente convencido de que o Ministério do Ultramar não deixaria de seguir o caminho que, unanimemente, a opinião pública, lhe assinalava, escolheu João de Almeida como um dos seus colaboradores nesses trabalhos, iniciando o futuro ocupador do Sul de Angola nas cousas militares das colónias.

É nesta colaboração com Eduardo Costa que, pode dizer-se, começa a carreira colonial de João de Almeida.

Ao mesmo tempo, em Angola, Ramada Curto que então exercia as funções de Governador Geral, procurava fazer qualquer coisa que, apenas com os recursos da colónia, permitisse castigar a ousadia dos Cuamatos e parar as tremendas conseqüências produzidas entre o gentio pelo desprestígio das nossas armas e da nossa autoridade.

Sentindo-se, naturalmente, inferior à situação por via de falta de conhecimentos militares e ausência duma mentalidade pronta de ocupador como as circunstâncias de então exigiam, pediu para Lisboa que lhe fôsse indicado um oficial do Estado Maior capaz de o auxiliar e dirigir o empreendimento.

E mais uma vez surgiu o nome de João de Almeida.

Foi êle o indicado para a espinhosa missão.

Todavia ainda não era essa a oportunidade que o devia levar a Angola. A sua hora tardava em soar.

Tinha caído o Ministério progressista. Eduardo Costa tinha completado e entregue os seus trabalhos.

E então, como sempre, o Ministério da Marinha e do Ultramar, ninho bafiento de burocratas, com pouco mais alcance e possibilidades que as duma estação de remessa e expedição de funcionários, bancada colegial de ministros incipientes, hesitante e irresoluto perante os grandes problemas, resolveu não fazer expedição e pôr de parte os trabalhos de Eduardo Costa.

Êste, seriamente melindrado porque a decisão fôra acompanhada duma grosseria — o pedido da conta dos seus trabalhos como se êstes fôssem obra de marceneiro

ou alfaiate — afastou-se do ministério do Ultramar. João de Almeida, por solidariedade com o seu chefe e, com êle todos os colaboradores de Eduardo Costa, seguiram-lhe o exemplo, entregando o primeiro no Ministério do Ultramar a declaração de desistência da comissão para que tinha sido convidado.

E assim ficaram, pela segunda vez, insatisfeitos os seus ardentes desejos de ir servir em Africa.

Tempos depois, numa fase nova da sua irresolução, o Ministério do Ultramar resolvia de novo organizar a expedição.

Tinha decorrido quasi um ano sôbre o massacre do Pembe.

Dada a attitude de Eduardo Costa que o Ministério não compreendeu, no que ella tinha tido de nobre e de honrada, foi nomeado comandante da nova expedição o coronel Sousa Machado.

E nem sequer os planos e conselhos de Eduardo Costa — um pratico em campanhas coloniais — foram seguidos.

Começou a trabalhar-se com grande actividade. Foram compradas e remetidas para Angola grandes quantidades de material e tudo fazia crer que o Ministério e os seus apaniguados tinham finalmente enveredado por um caminho decidido de realizações.

Veremos que não era assim. Tambêm a expedição de Sousa Machado havia de ser gorada por uma outra queda de Ministério.

Êles, afinal, só serviam para cair e era a única coisa que faziam com agrado do país!

II

Estamos em Dezembro de 1905.

Tinha decorrido mais dum ano sôbre o massacre do Pembe.

Emquanto em Lisboa se preparava afanosamente a expedição, que mais uma vez havia de ser transferida pela irresolução do Ministério da Marinha e Ultramar, João de Almeida era promovido a capitão e colocado na Província de Angola.

Cumpria-se finalmente o destino que o havia de levar a Africa.

Embarcou em 7 de Janeiro de 1906, tendo como companheiros de viagem alguns dos officiaes destinados à expedição de Sousa Machado.

Em 22 de Fevereiro era colocado, em Loanda, no Quartel General, como sub-chefe de Estado Maior, funções que dois meses mais tarde veio a acumular com as de chefe interino, pelo regresso de Eduardo Marques à Metrópole.

Estava transposto o Rubicon!

la começar a vida colonial de João de Almeida.

* * *

Com a colocação de João de Almeida como sub-chefe de Estado Maior e com a sua interinidade na chefia das fôrças do Exército, coïncide um acontecimento que devia ter, para a sua acção, uma importância decisiva e que, até certo ponto, explica a rapidez e a facilidade com que um noviço em cousas coloniais veio a apreender a vida, a mentalidade e a situação política e militar da Colónia. João de Almeida chegou à Africa, como todos os ofi-

ciais que lá desembarcavam pela primeira vez, no desconhecimento completo do que fôsem esse território ainda misterioso e essa sociedade tam diferente, sob todos os pontos de vista, da pacifica sociedade metropolitana do tempo. E por mais invulgares que fôsem, como de facto eram, as suas qualidades de acção e intelligência, elas só por si não explicariam movimentos tam firmes e seguros, segurança tam firme a resolver, visão tam nitida dos problemas, como os que caracterizaram a acção do sub-chefe e chefe do Estado Maior.

Poucos dias depois de ocupar o seu logar, por motivo de doença de Eduardo Marques, então chefe do Estado Maior, teve João de Almeida que ir despachar com o Governador Geral. Com grande surpresa sua, Ramada Curto, que João de Almeida julgava melindrado pelo facto da sua solidariedade com Eduardo Costa e conseqüente desistência da comissão em Angola, recebeu-o muito bem.

Conversaram largamente. O capitão disse ao Governador todo o seu entusiasmo pelas acções que visionava e o seu ardente desejo de fazer um nome glorioso que, evidentemente, não era possível conquistar em situações cómodas. Dessa conversa resultou o convite de Ramada Curto para que João de Almeida ficasse, particularmente, como seu chefe de gabinete.

Ao tempo o cargo não existia oficialmente e a situação não podia, por conseqüência, ter senão o carácter particular que teve.

Foi nesse logar, magnífico pôsto de observação, em contacto com todos os serviços e todos os problemas da colónia — que João de Almeida fez a sua aprendizagem e concebeu as ideas gerais do plano em que mais tarde devia desenvolver-se a acção do ocupador, do fronteiro e do Governador da Huila: Ocupação da periferia para o interior, pacificação das regiões ocupadas, colonização e nacionalização desse País enorme, que só platonicamente nos pertencia como vimos.

Podemos chamar a esta fase e à que se seguiu, a fase de gestação do plano colonial de João de Almeida — esse plano que teve uma realidade rara entre nós, que dispôs dum pensamento alto e ao qual nem sequer faltou

a acção potente e dinâmica dum temperamento realizador como o seu.

Entretanto caía em Lisboa o govêrno progressista. E como antes e depois, segundo a praxe tradicional que enfeudava o País aos interesses, tantas vezes torpes e inferiores, do partido que dispunha do poder, o projecto da expedição foi posto de parte e Ramada Curto exonerado do cargo de Governador Geral.

Os oficiais que já estavam em Angola para fazer parte da atribulada expedição regressaram à metrópole e ficaram, quási ao abandono, escalonadas de Mossamedes até perto dos Gambos, as grandes quantidades de material que já se tinham adquirido.

Foi nomeado Governador Geral, interinamente, o oficial da armada, director do observatório e capitão dos portos, Gomes de Sousa—um homemm competentíssimo na sua especialidade mas para quem o cargo de Governador Geral, embora interinamente, representava um grave sacrifício por inadapável ao seu temperamento.

Eduardo Marques tinha regressado à metrópole e um dos primeiros actos de Gomes de Sousa foi prover João de Almeida no cargo de chefe do Estado Maior interino e dar-lhe carta branca para tratar de todos os assuntos, quer militares, quer de administração—em que êle se sentia naturalmente deslocado e pouco à vontade.

Gomes de Sousa era o Governador de direito, João de Almeida foi o seu melhor auxiliar. Deu-se até o caso curioso de ser êste e não aquele quem estava alojado no Palácio do Govêrno, pois Gomes de Sousa não quis abandonar o seu Observatório e insistiu com João de Almeida para continuar a dispôr dos alojamentos em que vivia como chefe de gabinete de Ramada Curto.

Tinha então o novo chefe de Estado Maior, mercê da situação de que dispunha, das qualidades extraordinárias que possuía e do fogo sagrado que o animava, o conhecimento bastante da vida e administração da colónia para se permitir empregar decididamente os movimentos livres que o Destino lhe facultava.

Durou esta situação de Março a Junho e foi durante ela que João de Almeida concebeu, com sentido nítida-

mente prático e decidido, a ocupação e pacificação da colônia da periferia para o interior.

Para se assentar no plano a seguir vieram a Loanda, Pinheiro, governador do Congo, Sarmento, da Lunda e Roçadas, da Huila, tendo ficado, na conferência que tiveram com o chefe de Estado Maior, resolvido que a ocupação seria iniciada imediatamente da forma seguinte:

No Congo completar-se ia a ocupação da fronteira com o Congo belga e continuaria a penetração através do Ambrizete até ao Bembe donde devia irradiar para o interior até onde fôsse possível.

Na Lunda, ir-se ia até à verdadeira Lunda, contornando-se os Bangalas que eram então o único potentado que existia naquela fronteira, pois tôda a restante região era povoada por povos mais ou menos pacíficos e hospitaleiros.

Finalmente na Huila, onde a ocupação revestia maiores dificuldades, organizar-se ia imediatamente, segundo plano de João de Almeida, que seria o chefe de Estado Maior dessas operações, e apenas com os recursos da colônia, uma coluna para ir até ao Cuamato e Cuanhama, que, como veremos, se supunha constituírem um só povo.

Emquanto os Governadores do Congo e da Lunda regressavam aos seus distritos para executarem o plano convencionado e Roçadas, na Huila, organizava os elementos locais de que podia dispôr, João de Almeida preparava em Luanda os elementos e os planos da expedição ao Sul.

As dificuldades eram enormes, sob todos os pontos de vista, pois a organização militar da Província além de deficientíssima, quanto ao número e situação dos contingentes, lutava ainda com embaraços graves quanto a recrutamento.

Depois do massacre do Pembe, não havia forma de conseguir recrutar soldados indígenas, tal era o pavor que se tinha apoderado das populações e tal o prestígio que os povos de além Cunene tinham alcançado.

Foi necessário mandar ir tropa de Moçambique.

A organização de 1901 entrou, pela primeira vez, em plena eficiência e, pela primeira vez também, as forças

militares da colónia ganharam condições sérias de utilização.

Ao mesmo tempo que eram completados todos os efectivos e transferida para a Huila a 14.^a Companhia Indígena, organizaram-se a 17.^a e 18.^a Companhias Indígenas, a Companhia do Batalhão Disciplinar, a Bateria de Artilharia de Campanha, o 2.^o Esquadrão de Dragões e a 2.^a Companhia europeia.

O material abandonado da malograda coluna metropolitana foi ordenado e aproveitado metódicamente.

Tôda esta actividade destinada a realizar um sonho inquieto de ocupador e que tem todo o aspecto duma reorganização profunda, não impediu que o Chefe do Estado Maior dispensasse a sua atenção a tôdas as demais obrigações do seu cargo e em tôdas elas exercesse uma acção que podia considerar-se inteiramente nova para o mecanismo habitual das cousas da Província.

Assim, em Março dêsse ano, isto é, a pouco mais dum mês de serviço em Angola era louvado pela iniciativa da preparação de uma carta itinerária da província de Angola e pelo zêlo, inteligência e prontidão com que tinha elaborado as duas primeiras fôlhas da referida carta. Em Julho do mesmo ano novo louvor recompensava o bom critério e solicitude de que tinha dado provas na elaboração da estatística militar da Província relativa ao ano de 1905.

Todos os serviços militares desde as oficinas de material de Guerra até, em especial, à preparação dos oficiais e sargentos que iam servir pela primeira vez na Colónia, sem saber nem experiência colonial, foram completamente organizados.

Pelas instruções que então se publicaram e que, o próprio João de Almeida, mais tarde, durante o Governo de Couceiro, havia de completar, deixavam de ser as fôrças coloniais meros agentes passivos e desorganizados para se constituírem activamente para a alta finalidade que lhes estava destinada e que tão brilhantemente vieram a alcançar.

O ambiente moral e social era difficil para tais emprehendimentos.

Era o tempo em que o Depósito de Degredados,

dependente como hoje do Quartel General, servia de serralho aos mais altos funcionários da Colónia—o tempo da colonização, por assim dizer, penal.

Embora com as excepções do estilo, em tôdas as classes sociais se tinha criado, sob certos pontos de vista, uma moralidade mais que duvidosa que fazia de Angola o eldorado de todos os aventureiros e um paraizo de negócios, até para muitos daqueles cuja missão obrigava ao mais profundo alheamento das negociatas.

A imoralidade de certas situações e de certas atitudes, naquele convívio com degredados e antigos presidiários, tinha ganho tais foros de normalidade que não era fácil nem cómodo tentar investir contra êsse estado de coisas.

Começou João de Almeida por investir com o Depósito de Degredados e acabar, não só com a desorganização em que se vivia, como também com um certo número de liberdades profundamente imorais, entre as quais a menos grave não era a liberdade de não trabalhar.

Criaram-se oficinas para os que tinham prisão no logar do degrêdo, distribuíram-se os regenerados pelos distritos e comandos militares, remodelou-se totalmente o regulamento de condenados e foram então criados os officios, que só no tempo de Couceiro vieram a ter uma execução real.

Tudo o que então se fez constituiu a base e a essência de tudo quanto hoje ainda se faz em matéria de degredados em Angola.

As dificuldades que êste esforço, absolutamente moralizador e — digamos — criador, encontrou não são fáceis de imaginar, hoje, na metrópole, tão separados estamos pelo Tempo e pela Distância da Angola de 1906.

Sobretudo as medidas que se opuseram aos escândalos nos fornecimentos militares e às licenças para as mulheres, encontraram de princípio resistências que só com muita energia, profundo sentimento do dever e absoluto desprezo pelas conseqüências pessoais que daí lhe adviriam, puderam vencer.

O ambiente moral, deprimido pelas *Kuribekas*, então em plena fôrça e pujante actividade era de tal ordem que

era frequente serem dadas licenças a mulheres condenadas, ainda antes de se apresentarem na Fortaleza. As mais novas e mais bonitas vinham já endossadas aos mais altos funcionários da Colónia que as iam esperar a bordo.

É conhecido o caso dum Juiz que, antes da chegada de certa condenada já tinha obtido licença para ela e que a foi depois esperar festivamente ao navio que a levava para o degrêdo.

Da Kuribeka faziam parte juizes, comerciantes, militares, etc. e a sua influênciã podia dizer-se a primeira e mais forte da Colónia. A sua coesão estabelecia-se em volta de interêsses, geralmente inconfessáveis e contra os quaes qualquer ataque de frente era não só difficil como também perigoso para quem o fazia.

Junto do próprio João de Almeida antes do seu embarque para a Africa foram feitas várias tentativas de aliamento ainda em Lisboa.

Um pouco o que hoje succede com a Maçonaria, salvas as devidas proporções de consentimento do meio.

Para se avaliar da situação moral em que se vivia basta recordar, como índice sufficiente, o caso do famigerado capitão Rebocho, do antigo quadro colonial, que então comandava a fortaleza de S. Pedro da Barra.

No regimen penal do tempo os degredados civis e os vadios estavam sujeitos ao Depósito de Degredados cuja sede era na fortaleza. Os vadios constituiam a companhia braçal que ia trabalhar para a Alfândega e recolhia à noite ao Depósito. Os militares formavam o Batalhão Disciplinar em quatro companhias (três de brancos e uma de indígenas) que estavam distribuidas pela fortaleza de S. Pedro da Barra e pelo Penedo.

O capitão Rebocho, uma das figuras da Kuribeka do tempo, gosava de grande protecção por parte dum dos anteriores chefes de Estado Maior, kuribeka também, e exercia o seu comando como verdadeiro, soba já há muito tempo, pondo e dispondo como seus da fortaleza e dos condenados.

Assim, utilizando êstes em proveito próprio, nego-

ciava, às claras, fazendo ao comércio local uma concorrência não só desleal mas criminosa.

Pôde esta situação manter-se durante muito tempo. Era João de Almeida chefe de Estado Maior quando apareceu no Quartel General uma representação de vários comerciantes reclamando contra a concorrência do capitão Rebocho que, com trabalhadores gratuitos, isenção de contribuições e tôdas as demais facilidades que usava nos seus processos, lhes fazia uma guerra comercial irresistível.

João de Almeida mandou imediatamente averiguar o caso.

Logo nas primeiras averiguações se apuraram, não só as faltas que a representação do comércio denunciava, como também outras muito mais graves tais como o pão vendido às praças por conta própria, o comércio da hortaliça que plantava na fortaleza com o trabalho dos presidiários, etc.

Com as primeiras irregularidades apuradas moveram-se imediatamente as mais altas influências para abafar o caso. E tão fortes e insistentes eram essas influências que o próprio Rebocho blasonava de intangível, movendo a kuribeka em seu favor.

Como da *entourage* de Eduardo Costa, já então Governador Geral, fizessem parte os mais conceituados marechais da kuribeka, que conseguiram levar o próprio Governador a interessar-se pelo caso, João de Almeida, com as primeiras averiguações concluídas levou o processo a despacho.

A informação era de tal ordem que Eduardo Costa, embora contrariado, não teve outro remédio senão conformar-se e ordenar o inquérito completo e rigoroso que João de Almeida propunha.

Realizado o inquérito pelo major Inglês de Moura, o que veio a apurar-se definitivamente excede todos os limites do verosímil.

O Rebocho não só tinha praticado tôdas as graves irregularidades de que era acusado, como também cometera crimes que a mais doentia das imaginações não alcança facilmente.

Um exemplo: Os condenados viviam então em ca-

samatas horríveis que o mar invadia na maré alta — um requinte dos carcereiros inquisitoriais — que só por si constituíam um tremendo suplício.

Como entre êles fôsse freqüente o vício de pederastia o Rebocho explorou o caso, acasalando condenados, dos quais cobrava emolumentos pelo consórcio e dando-lhes na explanada e nos fossos da fortaleza moradias mais habitáveis.

Daqui resultou que até os próprios que não eram viciosos, o passaram a ser para assim escaparem ao tormento das casamatas.

Conseguiu João de Almeida fazer luz sôbre o caso e não houve possibilidade de furtar o Rebocho à pena máxima que o Governador Geral lhe pode aplicar, mas as conseqüências da sua atitude não se fizeram esperar.

A camarilha e tôda a kuribeka voltaram-se imediatamente contra êle por causa do castigo inflingido ao Rebocho e da guerra que lhe moveram havia êle de sentir-se para todo o sempre.

Ao mesmo tempo reagem certos interêsses feridos pela sua acção e pelo novo estado de cousas que desejava impôr. Muitos officiais do antigo quadro colonial e dos quadros do reino que, na sua maioria eram muito mais funcionários do que militares e que se tinham habituado a dispôr das situações cómodas onde podiam negociar ou colher benesses que as duras missões do interior e da ocupação não consentiam, não viram, evidentemente, com simpatia, uma acção cujo dinamismo e orientação os pretendia reintegrar no espírito e na realidade das suas profissões.

As dificuldades levantavam-se por conseqüência por tôda a parte. E se delas haviam de ficar êsses ódios que não cansam — os piores — e uma semente de calúnia que o tempo e a qualidade do meio fariam germinar, o que é certo é que também com o ar novo que entrou a grandes lufadas, com o sangue arterial que se transfundiu numa velha e caquética organização e com o exemplo e a actividade do animador, se iam preparando os elementos, o moral e a organização com os quais havia de ser possível fazer depois a ocupação de Angola.

Quando Eduardo Costa chegou à Colónia já havia muito trabalho feito e muita vida nova criada para que de toda a actividade dispendida pelo chefe de Estado Maior alguma cousa não devesse ficar com capacidade de projecção no futuro.

Na administração militar, nos serviços técnicos, na preparação da carta itinerária e até mesmo no fundo do problema político de Angola já se sentia um impulso cujos efeitos não podiam apagar-se.

Eduardo Costa chegou em Junho de 1906.

A sua primeira idéa foi a de anular o projecto de expedição ao Cuamato. Mas alcançada a sua anuência, nos termos que adiante se referem, os trabalhos finais de preparação não foram senão um ligeiro complemento de tudo quanto já estava feito.

O Chefe do Estado Maior, com grande regosijo da kuribeka e de todos a quantos a sua acção tinha acarretado embaraços e prejuizos, embarcava dois meses depois para Mossamedes com o destacamento que na Huila havia de formar o melhor troço da expedição de 1906, ao Cuamato.

O organisador transforma-se assim no realisador do seu próprio plano.

Tinham decorrido apenas seis meses sôbre a sua chegada a Angola — os primeiros seis meses da sua carreira colonial.



III

Expedição ao Cuamato em 1906



Curso do 5.^o ano de Filosofia da Universidade de Coimbra—1901

I

A acção e o espírito organizador de João de Almeida tinham criado e dado corpo a êsse já velho projecto de expedição ao Cuamato, tantas vezes delineado e tantas vezes posto de parte pelos azares da política e pela irresolução dos nossos chefes.

São o seu entusiasmo, a sua vontade de iluminado, a sua energia de soldado e de patriota que constituem a alma dessa primeira arrancada às terras do mistério e do pavor onde tinha sido desbaratada a coluna do capitão Aguiar em 1904.

Roçadas que era um oficial bravo e sereno era também um irresoluto. O Governador Geral interino — era interino, capitão dos portos e director do observatório meteorológico de Luanda. Nem um nem outro, nas posições que ocupavam tinha aquelas qualidades dinâmicas, vivas, animadores, que eram necessárias, para preparar, numa colónia cuja paisagem moral descrevemos, e deprimida ainda pelo pavor das lendas que vinham de Além Cunene, sem o auxílio da Metrópole, uma expedição que, desde o princípio havia de lutar com tôdas as dificuldades.

O único homem em Angola com qualidades e posição para o fazer era João de Almeida.

Quando Eduardo Costa — o homem que à falta de João de Almeida poderia ter organizado a expedição — chegou, tudo estava feito, por assim dizer: Vencidas as resistências do meio, apurados e dispostos os elementos materiais, concebido um plano, montada e pronta a funcionar a máquina que devia mover as operações. Êle apenas modificou o plano inicial que visava a ocupação imediata de todo o Ovampo português — o plano que devia

ter sido seguido conforme os acontecimentos posteriores o vieram a demonstrar — restringindo a sua finalidade a evitar as incursões na margem direita do Cunene, obter uma base de operações na margem esquerda e atingir depois a embala do soba do Cuamato.

Eduardo Costa, ou porque o dominava o sonho duma grande expedição metropolitana que êle desejava comandar, sonho que resultava naturalmente dos trabalhos em que se empenhara em Lisboa para organizar o primeiro projecto de expedição ao Cuamato, ou porque sinceramente estivesse convencido da ineficácia duma coluna organizada apenas com elementos da Colónia para empreendimento de tanta monta, o que é certo é que se opôs terminantemente a que a coluna de 1906 visasse objectivos mais largos.

Do Cuamato e Cuanhama ignorava-se tudo. Para além do Cunene nem informações se podiam colher. Imaginava-se que Cuamato e Cuanhama constituiam um só povo e que êste era um prolongamento angolano do Ovampo.

Alguns afrikanders e comerciantes a quem a ousadia e a ganância tinham levado mais além, traziam vagas notícias que davam o Cuanhama como uma extensão do Cuamato sob a influência alemã. Uns anos antes, realmente, tinha vindo ao Humbe um oficial alemão com uma escolta, o que parecia confirmar as informações dos afrikanders na parte referente à influência alemã e que, de facto, confirmava, como mais tarde se veiu a verificar.

Mais para o Norte conhecia-se o Evale, embora imperfeitamente, mas o acesso da região, como adeante veremos só muito difficil e perigosamente se alcançava.

Sabia-se todavia, e nisso consistiam todos os conhecimentos exactos que haviam sôbre o Além Cunene, que depois das matas da margem direita do rio se encontravam chanas sucessivas que chegavam à embala do Cuamato Grande.

E como a dificuldade parecia resumir-se na travessia das matas até alcançar as chanas que conduziam à embala, o plano de operações visava apenas o estabelecimento duma base na margem esquerda que permitisse atingir êsse objectivo.

A agravar o desconhecimento profundo da região misteriosa havia o efeito moral das proezas dos cuanhamas (que como dissemos se julgava pertencerem aos povos do Cuamato) que vinham com freqüência raziar as margens do Cunene chegando a atravessar o rio e a aproximar-se de Caconda.

Já em 1903, para obstar a estas incursões se tinha construído o posto de Capelongo, que dominava o vau por onde passavam os carros. Mas com o desastre do Pembe em 1904 e a conseqüente dissolução da coluna do capitão Aguiar, tomaram os cuamatos tal alento e ganharam tanto prestígio entre os demais povos que, pode dizer-se, todo o gentio da Chibia ao Humbe e aos Gambos estava em franca rebelião contra as nossas autoridades.

Como fôsse o Mulondo a região de Aquem Cunene onde a hostilidade e rebelião do gentio eram mais sensíveis, organizou-se, em Setembro de 1905, uma expedição comandada pelo capitão Roçadas que conseguiu tomar a embala do soba onde os indígenas se tinham concentrado e construir um posto junto da margem direita do Cunene, que dominava o vau de Handjabero. Mas êste objectivo, consolidando embora a frágil linha de penetração que ia pelo Quipungo até ao Capelongo e prolongando-a de certo modo até ao Mulondo, apenas conseguiu limitar, fora da sua região, as proezas dos cuanhamas.

Esta mesma coluna tendo no seu regresso ao Humbe feito algumas tentativas junto dos cuamatos, viu os seus auxiliares repelidos com bastantes perdas quando tentavam uma passagem à margem esquerda do rio.

Tôda a sua acção consistiu, por conseqüência, em opôr uma resistência às incursões dos cuamatos e cuanhamas para Aquem Cunene e neutralisar, na região dos Gambos, onde foram feitas razias no regresso da coluna ao planalto, o efeito produzido entre os indígenas pelo massacre do Pembe.

A única e verdadeira soberania continuou a pertencer de facto aos cuanhamas e cuamatos e essa soberania sentia-se robustecida e moralmente prestigiada pelo êxito das suas armas em 1904.



Tentou Eduardo Costa reter João de Almeida junto de si e confiar a outros a preparação dos últimos elementos da expedição para não se ver privado do colaborador que já em Lisboa tivera ocasião de apreciar.

Isto representava para o Chefe de Estado Maior, não só o desgosto que provinha de não vir a fruir o trabalho que já tinha dispendido para a organização da coluna, como também, e sobretudo, a perda duma oportunidade — a primeira — para fazer o seu nome de soldado e dar largas à imperiosa necessidade de acção que se agitava no seu temperamento inquieto de realizador.

Eduardo Costa, embora contrariado e ressentido — ressentimento que havia de conservar para o futuro — teve que ceder e confiar a João de Almeida os últimos preparativos da expedição como chefe de Estado Maior da coluna da qual Roçadas, como Governador da Huila, tomaria o comando no Lubango.

E enquanto êle em Loanda, afanosamente, com a sua actividade incansável e o espírito organizador que mais tarde havia de dar, uma realidade a todo o Sul de Angola, apetrechava a coluna, Roçadas organizava na Huila os elementos locais de que podia dispor e em especial a tropa de auxiliares.

Em Junho embarcou João de Almeida para Mossâmedes, onde juntou num efectivo de cêrca de mil homens:

a) — Uma companhia disciplinar, organizada com praças do Batalhão Disciplinar, comandada pelo capitão Pimenta de Castro tendo como subalternos os tenentes Ferreira do Amaral e Henrique Melo e os alferes Valente e Albuquerque.

Esta companhia constituia uma unidade de elite em campanha. A sua constituição muito especial, porque dela faziam parte praças de tôdas as armas e marinheiros que por motivo disciplinar estavam deportados, e o valor dos oficiais que a comandavam faziam dela uma tropa de múltiplas aptidões e muito útil. Com as especialidades que a sua constituição permitiu organizar e que permitiam utilizá-la como uma tropa de engenharia, manobrava Ferreira do Amaral que em Loanda trabalhava nas Obras Públicas e que, como todos os oficiais que faziam parte da coluna,

seguia a convite e por escolha de João de Almeida. O próprio comandante da Companhia, capitão Pimenta de Castro, foi decidido pelo convite de João de Almeida pois estava para regressar à Metrópole com a sua comissão finda, quando a coluna se organizou.

b) — A segunda companhia europeia comandada pelo capitão Farinha Beirão.

c) — A 17.^a e 18.^a Companhias Indígenas comandadas pelos tenentes Vale e Gamelas.

d) — O 2.^o de Dragões que depois teve de ficar em Mossâmedes por atrazo de Martins de Lima que não chegou a tempo da Argentina onde foi em serviço de remonta.

e) — Praças para completarem os efectivos das unidades desfalcadas da Huila.

f) — Uma Secção de Artilharia.

g) — 100 condenados que se destinavam a serviços de sapadores e que o tenente Severino comandava.

Como Chefe de Estado Maior que era da coluna commandou João de Almeida êste destacamento desde Mossâmedes até ao Lubango, onde Roçadas se encontrava.

Esta primeira marcha através dos duzentos e quarenta quilómetros que separam Mossâmedes do Lubango, ora em penoso deserto, com tôdas as dificuldades da falta de água, ora através da serra agreste da Chela, revela immediatamente o homem e o Chefe.

São cêrca de cem quilómetros de deserto até ao Monhino—cem quilómetros trágicos de sêde através da cálida monotonia do areal depilado.

Alcançado o Monhino, onde a energia e a prudência do Chefe tinham conseguido levar a coluna, deram-se tantas deserções entre as praças indígenas que foi necessário bivacar em quadrado, com os pretos no meio, para êstes não fugirem.

Era ainda e sempre o pavor do Cuanhama!

Entre o Monhino e Capangombe faltou a água. E a Companhia Disciplinar entrou em acção abrindo cacimbas no rio. Mas depois dum trabalho exaustivo apenas se encontrou uma água fétida que ninguém podia beber.

Entretanto o enervamento e a depressão moral pro-

duzidos pelas fadigas e pelas dificuldades começaram a manifestar-se por dissensões irritantes que mais vinham agravar as preocupações do comando, já muito pesadas pelas dificuldades materiais da marcha. Esta circunstância levou João de Almeida a fraccionar o destacamento que, depois de Capangombe, já não voltou a juntar-se senão no Lubango.

Durante a marcha para o Lubango como durante os milhares de quilómetros que percorreu em terras desconhecidas de Africa foi João de Almeida fazendo reconhecimentos, estudos, determinações geográficas que ainda hoje constituem elementos preciosos de informação e que deram a todos os seus trabalhos um poder de projecção no futuro e uma utilidade prática inextinguíveis. O grande esclarecedor dos mistérios de tantas regiões ignoradas, o o informador inegalável do Sul de Angola, começou nessa marcha admirável uma das missões mais brilhantes da sua carreira em Angola: a de desvendar aos homens do seu País as mais vastas e ignoradas terras duma colónia que nos pertence há mais de quatrocentos anos!

Já lhe tinha pertencido, como Chefe de Estado Maior das Fôrças do Exército em Loanda, a iniciativa da preparação duma carta itinerária de Angola — iniciativa pela qual foi louvado em Março de 1906. Depois da iniciativa havia de pertencer-lhe a contribuição, por ventura mais brilhante de quantas foram prestadas ao conhecimento topográfico de Angola.

Atingida a vila do Lubango, capital do Distrito da Huila, à custa de dificuldades que hoje, mesmo em Africa, se ignoram, juntou-se ao destacamento a primeira companhia europeia sob o comando do capitão Domingos Patacho. Quanto à artilharia já tinham as suas secções sido escalonadas por Alves Roçadas, encontrando-se portanto a caminho.

Do Lubango João de Almeida enviou o seu relatório de marcha a Eduardo Costa.

Esse relatório muito preciso em todos os detalhes, acompanhado de cróquis e reconhecimentos topográficos, encerrava conclusões preceituais sôbre a maneira de fazer marchas — uma espécie de contribuição doutrinária

com base experimental que êle julgou do seu dever apresentar, na sua qualidade de oficial do Estado Maior, como consequência dos amargos ensinamentos da marcha penosa que tinha feito.

Eduardo Costa louvou-o pela competência, dedicação e disciplina com que se houve, mas fez acompanhar o louvor duma confidencial que era um documento notável de cultura militar. Discordando dalgumas das conclusões a que chegara João de Almeida, não perdeu o ensejo de preleccionar, num trabalho que pode considerar-se notável pela erudição e pela rapidez com que foi elaborado. Ao espírito prático e profundamente observador de João de Almeida opôs Eduardo Costa os conhecimentos teóricos da sua vasta cultura militar. E entre os dois espíritos mais uma vez se provava quanto as circunstâncias especiais duma realidade — no caso a marcha para o Lubango — se tornam por vezes inadaptáveis aos preceitos duma ciência oficial rígida e geral.

No Humbe veio a concentrar-se, finalmente, a coluna do Cuamato sob o comando de Alves Roçadas, com João de Almeida como chefe do Estado Maior, num efectivo de cerca de três mil homens, incluindo auxiliares.

O Humbe constituia então, com o reduto de Moçambique a dominar a *chana* que conduz ao Cunene, o posto mais avançado da nossa ocupação no sentido do Cuanhama.

O reduto tinha sido construído por causa da necessidade de obter um ponto de comandamento sobre o Cunene do qual ficava a cerca de três quilómetros, comandamento que a fortaleza do Humbe, encoberta pelas matas que ladeiam a *chana*, não tinha.

Sensivelmente fronteiro ao alto do Encombe, na margem esquerda do Cunene, dominava a enorme *chana* alagadiça que forma nesse ponto a margem direita, entre o Humbe e as elevações da margem esquerda do rio.

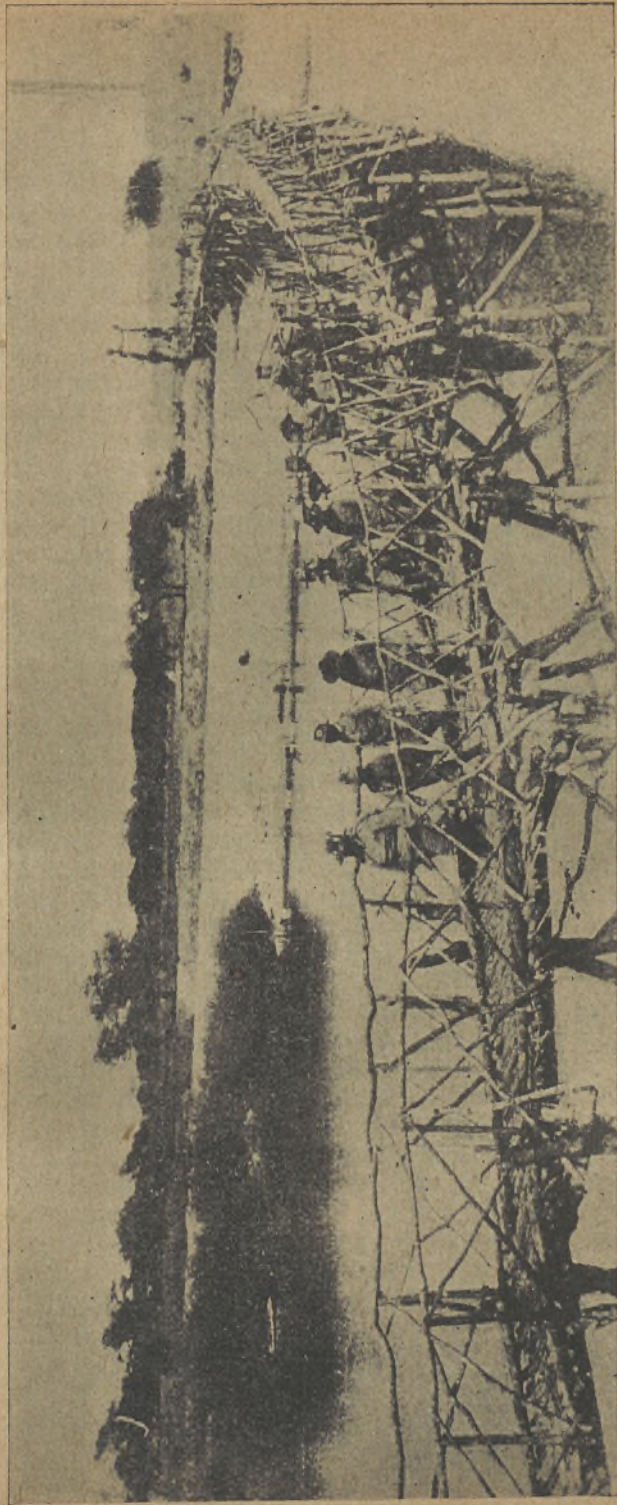
Concentrada a coluna no Humbe fez João de Almeida o primeiro reconhecimento na margem direita do rio, com o objectivo de escolher vau de passagem para a coluna e o ponto da margem esquerda onde deveria construir-se o forte que serviria de base de operações. Dêste reco-

nhecimento, realizado segundo o itinerário Humbe ao Pembe e daí até ao vau do Chikeke num percurso de vinte e cinco quilómetros, resultou o seu parecer aconselhando o alto do Encombe para a construção do forte e o vau do



Mucondo, três quilómetros a montante do Encombe, para a passagem da coluna.

Exposto o parecer ao comandante da coluna fez-se um segundo reconhecimento com Roçadas, João de Almeida e o tenente Severino — êste para tomar conhecimento do terreno a fim de não se perder quando como comandante dos condenados devesse seguir na frente para realizar os trabalhos de sapa, necessários à passagem da coluna e dos respectivos carros, na margem do rio. Seguiram o percurso Humbe, reduto de Moçambique, Encombe, Chikeke e, tendo Roçadas concordado com a escolha do local para a construção do forte e com o vau



A ponte sobre o Cunene construída por João de Almeida em 1906. O grupo da frente é constituído por Eduardo Costa, Alves Roçadas à direita e João de Almeida à esquerda

do Mucondo para a passagem, ficou resolvido, conforme veio a constar na ordem de marcha, que se faria uma finta na direcção do Pembe com os auxiliares e alguns carros, enquanto a coluna se dirigia ao Mucondo para efectuar a passagem à margem esquerda.

Como o terreno que conduzia ao vau era semeado de *mulolas* que obrigavam a uma marcha penosa e zig-zagueante, cujo percurso era difícil de fixar, não só pela uniformidade do terreno em que faltavam pontos de referência, como também pela altura do capim, abundante e muito alto nessa época do ano, pensou Roçadas em balisar o caminho para evitar enganos no dia da marcha. Combateu João de Almeida êsse propósito com receio de que as balisas viessem a revelar ao gentio as verdadeiras intenções quanto a ponto de passagem, tanto mais que o tenente Severino declarava que tinha tomado perfeito conhecimento do terreno, e era êle quem devia marchar na testa da coluna para os trabalhos de sapa. Não se balisou pois o terreno, sob responsabilidade de João de Almeida que preferiu as dificuldades dum percurso sem pontos de referência ao risco de ver descobertas e inutilizadas as intenções da finta do Pembe.

Na vespera do dia designado para a marcha, ao entardecer, seguiu o tenente Severino com um carro e o seu pessoal para o reduto de Moçambique donde devia alcançar o vau do Mucondo ao romper da manhã e aí preparar a passagem dos carros e da coluna, tapando uma *mulola* que havia à entrada do rio e razando a margem.

A meia noite saiu a coluna, na direcção do reduto de Moçambique, onde chegou à alvorada. À 11.^a Companhia — Companhia de Moçambique — que se encontrava no reduto, nessa altura, ocupou a testa da coluna e marchou para a frente com a missão, de reconhecer o estado em que se encontravam os trabalhos de sapa.

Pouco depois de iniciar a sua marcha ouviram-se detonações vibrantes na direcção da frente, rasgando o silêncio pesado da madrugada e muito semelhantes a tiros de espingarda. Foi um momento amargo de emoção êsse em que se pensou que estavam descobertos e atacados pelo gentio, numa posição difícil. João de Almeida,

preocupadíssimo, lançou-se imediatamente e foi encontrar o tenente Severino com o seu carro encravado numa *mulola*, sem poder andar para deante. As detonações que se tinham ouvido eram apenas os estalos dos chicotes boers com que os carreiros fustigavam o gado. O perigo eminente que tinha suposto, embora reduzido às proporções duma simples dificuldade, nem por isso deixava de ser dolorosamente impressionante. O atrazo do tenente Severino poderia ter para tôda a coluna uma importância incalculável.

Roçadas, surpreendido pelas mesmas detonações e atribuindo-lhes as mesmas causas acudiu também à frente. Ao verificar o que tinha acontecido increpou João de Almeida por não se ter feito a balisagem do caminho e invocando as responsabilidades que êste contraíra perguntou:

— E agora?

— Para a frente é que é o caminho! respondeu João de Almeida.

E colocando-se à frente da companhia de landins marchou na direcção do vau. Atrás dêle seguiram Severino, já desencravado, com a sua carrocinha, e a coluna, na ordem em que vinha marchando.

João de Almeida foi o primeiro a lançar-se à água. Atrás dêle seguiu imediatamente a companhia de Moçambique. E passando um cabo de vai-vem com os landins, foi imediatamente ocupar a linha de alturas que dominava o vau a fim de proteger a passagem do resto da coluna. Estava realizada a manobra mais urgente e arriscada e conjurado o risco duma catástrofe.

Entretanto chegava à margem o tenente Severino que com os seus homens e uma parte da Companhia Disciplinar tapava a *mulola* e fazia as rampas de acesso ao rio. Seguidamente passaram a Companhia Disciplinar, a 16.^a e duas peças de montanha. As duas primeiras ocuparam respectivamente os flancos direito e esquerdo da companhia de landins e as peças tomaram posição nos intervalos.

Sob esta protecção, que já se poderia considerar eficaz, fez-se, até cêrca das três horas da tarde, a passagem

das tropas e duma parte dos carros. Mas nessa altura, como se receasse que o gentio se apoderasse do alto do Encombe onde tinham resolvido construir o forte, a coluna seguiu para lá ficando a proteger o vau, apenas a 16.^a e uma parte dos Dragões.

No Encombe, como não fôsse possível cortar, antes da noute, todo o mato espesso que havia em volta, bivacaram numa formação protegida por sacos de terra que a Companhia Disciplinar tinha transportado.

E foi êsse parapeito, o primeiro daquele que havia de chamar-se mais tarde o Forte Roçadas, a primeira base de operações obtida na margem esquerda do Cunene em terras de Cuamato, o objectivo essencial da coluna de 1906.

No dia seguinte concentraram-se os carros que faltavam e já tôda a coluna ficou no Encombe, onde imediatamente se começou a construção do forte.

Entretanto João de Almeida, num barco de lona, reconhecia o rio para montante e juzante do Encombe e verificava que não havia qualquer vau aproveitável sob o commandamento do forte, ficando posta, por consequência, a necessidade de construir uma ponte que garantisse as comunicações com a retaguarda e sobretudo com o reduto de Moçambique e com o Humbe, onde tinham ficado, respectivamente, a 17.^a e a 18.^a sob os comandos dos tenentes Vale e Gamelas.

Foi a construção da ponte confiada ao tenente Ferreira do Amaral que cumpriu a sua missão com a improvisada tropa de engenharia de que dispunha. Mas como fôsse necessária uma outra que desse passagem às grandes massas de tropas e a viaturas foi o próprio João de Almeida quem se encarregou de a construir.

Êste trabalho, pela soma de energia que nêle se dependeu, pelas dificuldades que encontrou e até pela importância que veio a ter, pode considerar-se notável e revelou uma vez mais a actividade e o espírito realisador do Chefe de Estado Maior da Coluna de 1906. Tinha a ponte cento e quarenta e sete metros de comprimento por sete metros de altura. A madeira que se utilisou na construção foi o *mutiati*—madeira duríssima onde os pregos ver-

gavam sem entrar— cortado numa grande avenida que se abriu do forte para leste e que é a mesma que ainda hoje existe com a sua orla pacífica de mamoeiros. Sobre a ponte passavam facilmente o esquadrão de dragões e as cargas mais pesadas, assegurando por consequência as comunicações rápidas e fáceis, quer em caso de retirada, quer em manobra, com o reduto e o forte do Humbe.

Ao mesmo tempo tinha-se montado a linha telegráfica para o reduto e para o Humbe.

Não assistiram os cuamatos impassivelmente a esta ocupação. Logo na segunda noite o forte foi atacado, e daí por diante, sempre de noite, os ataques sucederam-se, embora sem importância de maior porque nenhum dêles foi violento nem realizado em massa. Êsses ataques tiveram muito mais o aspecto duma manobra para inquietar, do que o duma acção séria conduzida com objectivos definidos.

Em fins de Agosto, estando já concentrados os abastecimentos e os fortes em estado de defesa, as fôrças das colunas, sob o comando do capitão Pessoa e num efectivo de mais de mil homens (auxiliares pretos, boeres e colonos brancos do planalto) apoiados pelo 1.º de Dragões, efectuaram um grande reconhecimento na direcção da Embala.

Marchou o destacamento em profundidade com os auxiliares pretos na frente e os Dragões na rectaguarda. Entre ambos seguiam os auxiliares brancos, colonos e boers.

Já muito além da *chana* do Mufilo, nas terras do Aucongo, foi o destacamento atacado de flanco pelos cuamatos, em grande massa, que procuraram em seguida repetir a manobra que tinha esmagado a coluna do Pembe em 1904, envolvendo o reconhecimento e cortando-lhe a retirada.

Surpreendido e prevendo as consequências do ataque do gentio num movimento envolvente, o capitão Pessoa, imprudentemente, retirou na direcção do vau do Eki, a juzante do Encombe, com os dragões e abandonando os auxiliares. Êste movimento em nada modificava a sorte do destacamento pois, uma vez cortada a retirada

pelos cuamatos, o capitão Pessoa e os seus homens seriam irremediavelmente caçados no mato denso e emaranhado por onde tinham procurado escapulir-se.

Do alto do Encombe ouvia-se em certa fase do reconhecimento o fogo da refrega, percebendo-se pela direcção que o som do tiroteio ia tomando, que o gentio procurava cortar a retirada das nossas forças e que estas derivavam para o rio.

João de Almeida saiu rapidamente com a Companhia Disciplinar e a de landins afim de recolher as forças do reconhecimento, enquanto o comandante Roçadas, com uma serenidade onde nunca faltou a bravura, mas que era um dos aspectos da sua irresolução, aguardava os acontecimentos no alto do Encombe com o resto da coluna.

Embrenhou-se o Chefe do Estado Maior com as duas companhias na direcção da luta e, estabelecendo a Disciplinar na orla duma clareira, avançou com os landins e restabeleceu as ligações com as forças do reconhecimento. Os cuamatos colhidos de surpresa pelo ataque decidido e fulminante, procuraram fazer-lhe frente e largaram a perseguição dos dragões que, desta forma, puderam escoar-se até ao Cunene, a uns três quilómetros a juzante do Encombe.

Destroçados e postos em debandada os cuamatos, estava salvo não só o esquadrão de dragões como também salva toda a coluna, o que bem pode dizer-se, pois não era difícil supor a situação crítica em que ficaria a expedição com um reconhecimento de tal efectivo e importância desbaratado e com o prestígio que do acontecimento adviria para todo o povo cuamato, já triunfante em 1904.

Não é ousado afirmar que com esta intervenção oportuna e vitoriosa, que foi o baptismo de fogo de João de Almeida, se alcançou a possibilidade de lançar, um ano depois, com êxito, a expedição de 1907.

O sucesso de Mufilo encheu de entusiasmo toda a coluna.

E uma vez que o reconhecimento tinha descoberto o caminho das *chanas* que conduziam à Embala Grande do Cuamato, todos pensaram em avançar.

Quantas vidas e quanto dinheiro, quanto duro sacrificio se teria evitado se êsse generoso entusiasmo tem sido aproveitado e seguido.

Mas Roçadas, hesitante, irresoluto — êsse homem que era na bravura um grande soldado, mas a quem faltava a alma, o sentido de oportunidade e a decisão dos chefes — não quis aproveitar o efeito moral alcançado sôbre o gentio e avançar sem ordem do Governador Geral que tinha anunciado a sua próxima visita ao acampamento da coluna.

Êste por sua vez ordenou que se aguardasse a sua chegada, antes de se tomar qualquer resolução.

Eduardo Costa só chegou a 22 de Setembro. Tinha a expedição realizado inteiramente o objectivo com que marchara e estavam abertas as portas, até ali invioláveis, do Cuamato.

A acção proposta por João de Almeida oferecia-se como uma tentação e uma oportunidade raras: Caminho esclarecido, moral levantado, o gentio batido no primeiro embate. Faltava apenas o chefe decidido, de audácia pronta e vistas largas, capaz de consentir no grande gesto.

Mas o Governador Geral—o que só se explica pelo desejo absorvente de vir êle a ser o comandante da grande expedição que havia de ocupar o Cuamato— não concordou com o avanço. E depois duma discussão violenta com João de Almeida, em que transpareceu todo o azedume dum velho resentimento, deu as operações por concluidas, sob o pretexto de serem exíguas as fôrças da coluna para se baterem com o Ovampo em pêso.

Também êle julgava que o Ovampo se encontrava coligado com os cuamatos e com todos os povos de Além Cunene—idea que parecia encontrar uma confirmação no facto dos cuanhamas do Evale não terem mandado ninguém a cumprimentar o govêrno, nem terem sequer respondido ao convite que o chefe do Humbe, tenente-coronel Luna de Carvalho, lhes havia dirigido.

E Eduardo Costa retirou para o planalto, dando ordem para que se nomeasse uma guarnição para o forte Roçadas e para que, com as fôrças restantes se fizessem pequenas operações na região dos Gambos, depois das quais a coluna se dissolveria.

E João de Almeida que tem passado a vida a ter razão contra as vaidades, as teimosias, o medo, a inveja e a inépcia de tantos, também então teve a razão que os acontecimentos posteriores lhe deram.

Se a sua opinião tem prevalecido, os cuamatos apanhados de surpresa, teriam sido dominados pela coluna de 1906, e a coluna de 1907 teria ido bater o Cuanhama, evitando, com a ocupação desta região, tôdas as duras dificuldades que mais tarde surgiram e que tantos sacrifícios, tantas vidas generosas, tanto martírio ignorado custaram ao País.

E as baixas que a emprêsa militar produzisse não teriam, apesar do seu efeito útil e penetrante, sido, porventura, mais numerosas, do que foram as produzidas, em pessoal e animal, pela longa permanência de 800 homens, no Forte Roçadas, sôbre o Cunene, durante uma quadra completa de chuvas. Êsses homens organizados para se baterem, para uma acção ofensiva e ousada, teriam também afrontado os perigos, as durezas, a própria morte dos lances emotivos de campanha com outra alma e outra resignação pois bem mereciam, por tudo quanto eram e já tinham feito, fim menos impiedoso e menos sacrílego do que aquele que encontraram num bivaque enervante sob as picadas das legiões de mosquitos.

Mas são êstes, acontecimentos e pecados ocorridos em Africa—na Africa negra dos condenados—que nem a própria História julga, pois também a esta a política, os homens da malta anónima do Terreiro do Paço e os escribas que servem confrarias torpes de politíqueiros, puzeram uma máscara, para a substituir com os heróis que êles inventam.

A ordem de Eduardo Costa produziu, como era natural, entre os oficiais da coluna ao Cuamato, um descontentamento profundo.

Dessa coluna, como vimos, porque os seus nomes são conhecidos e conseguiram infiltrar-se entre as glórias dos cançonetistas, heróis do box e ídolos da política até ao bestunto das massas, faziam parte um punhado de oficiais que João de Almeida tinha escolhido e convidado,

na sua maioria, homens bravos bons soldados, a quem a inércia do acampamento ou o esforço negativo duma retirada não podiam deixar de repugnar.

Todos êles sentiram a mágua de verem tantos esforços perdidos e de pressentirem o estiolamento e a morte inglória que esperava os oitocentos homens que iam constituir a guarnição do Forte, num local tão insalubre, bem como as fadigas e sacrificios que ia custar uma nova campanha no ano seguinte.

A chegada ao Humbe de dois *lengas* do Nande, Soba do Cuanhama, mais convenceram os officiaes da coluna de 1906 de que os cuamatos estavam isolados perante as nossas fôrças e que com uma marcha rápida e decidida sôbre a Embala se conseguiria dominar todo o Cuamato.

Não tinha sido preciso mais duma semana para que os acontecimentos começassem a dar razão a João de Almeida, destruindo o pretexto de Eduardo Costa para dissolver a coluna

Não pôde João de Almeida conter-se perante o significado dêste acontecimento e, depois de consultar os comandantes das unidades e alcançar a anuência de Roçadas, dirigiu, em 29 de Setembro, em nome dos officiaes da coluna, um telegrama de saüdação a El-rei D. Carlos, cujo aniversário decorria, em que ao mesmo tempo pedia licença para a coluna avançar pelo Cuamato dentro.

Esse telegrama que, se tem sido enviado a um dos caudilhos republicanos do tempo já teria, decerto, guindado João de Almeida às culminâncias duma estátua, foi assinado por êle e pelos capitães Pessoa, Baptista, Castro, Beirão e Patacho.

Havia então censura telegráfica, facto êste que a coluna ignorava, e o telegrama dirigido para Lisboa, foi retido nos Gambos onde, em 4 de Outubro Eduardo Costa, que regressava ao planalto, tomou conhecimento dêle.

A resposta de Eduardo Costa foi uma sentença de morte: *Por telegrama ordenou que o chefe do Estado Maior da Coluna, capitão João de Almeida, fôsse immediatamente em missão ao Cuanhama verificar quais os povos que estavam aliados dos Cuamatos e efectuar os reconhecimentos dos terrenos que percorresse!*



Coluna do Cuamato — 1906. Auxiliares de José Lopes, do Chicusse

Por honra da memória de Eduardo Costa, cujo valor e mérito foram reais e cujas inferioridades—porque todos os homens as têm—de modo algum diminuem o que nele houve de verdadeiramente superior, devemos declarar que estamos convencidos que o Governador Geral, ao dar esta ordem, pensou que João de Almeida era de facto o homem capaz, por todos os títulos, de ser o primeiro soldado a investir com as terras misteriosas e lendárias do Cuanhama, mesmo no quási desacompanhamento em que o mandaram.

Eduardo Costa não se enganou.

II

O telegrama de Eduardo Costa chegou ao Forte Rochadas na própria noite de 4 de Outubro em que fôra expedido dos Gambos.

É necessário insistir sôbre a gravidade da ordem dada pelo Governador Geral. No momento em que as terras de além Cunene, no chamado Ovampo, se escapavam à nossa soberania, ameaçando inclusivamente terras em que a ocupação portugueza era tida como realizada, quando se desconhecia tudo quanto se passava nessas regiões negras, habitadas pelas raças mais aguerridas da colônia, e estavam vivas e eloquentes algumas recordações maçabras acêrca da hostilidade do gentio, o Governador Geral responde ao pedido generoso dum homem que se propunha, à frente duma coluna, pacificar o Cuamato, em condições e oportunidade, incontestavelmente, de tentar, ordenando que êsse homem fôsse, praticamente desacompanhado, investir com as mesmas terras e os mesmos povos para os quais, êle Governador, achava insufficientes as forças duma coluna de cêrca de três mil homens.

Até mesmo ao Evale, como já dissêmos, a região menos desconhecida, por via das aventuras dos funantes, era arriscadíssima a viagem. Muitos dos que lá foram tentados pelo esplendor de bons negócios por lá ficaram perdendo vidas e fazendas.

E quando a perspectiva duma viagem ao Evale era esta, o que dizer da aventura em terras de que mais não se conhecia além da hostilidade, bravura e crueldade dos habitantes!

Se o negociante podia às vezes arriscar-se, protegido pela condição pacífica do seu mister e pela fácil diplomacia necessária aos seus objectivos, o mesmo não

sucedida aos soldados, sobretudo depois que a coluna do capitão Aguiar sofreu o desastre de 1904, desastre que tão profundamente tinha abalado o nosso prestígio entre os povos ribeirinhos do Cunene.

A primeira dificuldade para se chegar ao Cuanhama estava na travessia dos territórios cobertos de matas que o separavam do Cunene, territórios infestados de cuamatos — os nossos piores inimigos — que vigiavam os vaus do rio.

Recebido o telegrama, que foi decifrado pelo próprio chefe de Estado Maior na barraca do acampamento, o capitão João de Almeida, sem a menor hesitação, fez imediatamente os preparativos de marcha com aquela firmeza e pronta resolução que sempre foram traços dominantes da sua personalidade. Escolheu para o acompanharem o tenente Albano de Melo e três soldados dos dragões e mandou convite ao chefe do Humbe — tenente-coronel Luna de Carvalho — para o acompanhar como adjunto.

Esperavam-se instruções do Governador Geral imediatamente ao telegrama expedido dos Gambos — as instruções precisas e detalhadas que naturalmente deveriam ser o complemento duma ordem tão grave.

Essas instruções nunca chegaram. Foi Alves Roçadas, como Governador da Huila quem elaborou umas instruções provisórias, que a falta das primeiras fez transformar em definitivas e que foram as que marcaram o objectivo do reconhecimento.

Por essas instruções constituíam missão do capitão João de Almeida, além das *démarches* diplomáticas que visavam mostrar ao soba Nande os nossos direitos sobre os territórios Cunhamas na defesa contra ambições de estrangeiros, alcançar o seu consentimento para a construção dum posto na borda da terra próxima da fronteira alemã e outras que pelo tacto e cuidado com que deveriam ser tratadas demonstravam bem quanto era precária a nossa soberania, as seguintes :

Estudo do itinerário de ida e volta. Apreciação dos terrenos que atravessasse, sua natureza, arborização e dificuldades oferecidas à marcha duma coluna de opera-

ções. Recursos em água. Densidade das populações, seu carácter e disposições em que se sentiam para com os portugueses. Reconhecimento da Embala; estudo dos terrenos adjacentes, entradas, fosso, paliçadas, divisórias interiores e área aproximada. Estudo do local para o estabelecimento do posto, de modo que este, embora próximo da fronteira e longe da Embala do Soba pudesse constituir etapa sólida duma futura linha de comunicações que, terminando no país do Cuanhama seguisse pelo projectado posto do Evale, donde bifurcaria com um ramal na direcção do Cáfú ou Pocolo, e outro ao longo do Cuvelay, para Cassinga. Estudo, sendo possível, de locais para o estabelecimento de postos de etapas, de comunicações por meio de pequenos *blockaus*.

A própria redacção das instruções dá uma idéa precisa, não só do poder dos povos do Cuanhama, como também da escura ignorância em que àcerca deles viviamos.

O Além-Cunene com as suas lendas, o seu pavor, os seus mistérios, era bem outro Mar Tenebroso — uma dessas repetições que a História dos povos se compraz em oferecer como prova de exame das suas qualidades e do seu valor.

Para o acometer, iam partir João de Almeida, o tenente coronel Luna de Carvalho, o tenente Albano de Melo, três soldados de dragões, um intérprete e um criado preto, com as suas montadas, um carro boer, os viveres indispensáveis e vários artigos para presentes.

O telegrama que tinha ordenado o reconhecimento foi expedido dos Gambos no dia 4 de Outubro ao meio dia. No dia cinco à mesma hora já o capitão João de Almeida estava a caminho, no Humbe, onde esperou inutilmente até às 5 horas as instruções de Eduardo Costa. Às 11 horas e 20 minutos da noite acampava em Tala Mulondo com 15 quilómetros e meio de marcha desde o Humbe e tendo-lhe fugido o pessoal dos carros, logo que soube que ia a caminho do Cuanhama.

É este virtuosismo da acção feito de energia, de vontade, de nervos e de bom sangue arterial, esta actividade trepidante, o seu entusiasmo ardente, o seu sentido das

oportunidades, que explicam a vida, o carácter e a substância duma obra que é, tôda ela, um prodígio de energia.

Quando nos lembramos da lentidão, das hesitações, dos jogos malabares de retórica com que em Portugal os chefes defrontam as questões mais elementares, não se compreende bem como em vinte e quatro horas um homem aceita, prepara e organiza uma missão de cujos riscos o menor era a perda da vida.

Basta recordar o que no Terreiro do Paço se tinha passado, após o desastre de 1904: Apesar da profunda emoção causada no País não chegaram dois anos para fazer o gesto decidido que o havia de vingar.

Mas adiante.

A's cinco horas da manhã do dia seis estava o reconhecimento novamente em marcha para atravessar o Cunene no vau Mucopa, depois de seis quilómetros, às sete horas. Tinham chegado à margem esquerda do rio— à terra negra onde o desconhecido começava e os cuamatos espreitavam!

Até então a marcha fizera-se numa daquelas largas chanas, atapetadas de capim macio e louro, que abundam na margem direita do Cunene e parecem, por vezes, tranquilas searas, adormecidas entre a moldura crespa das matas.

Mas depois, uma vez transposta a fronteira fluvial, magrinha nessa época do ano, as acácias, os espinheiros, os mutiatis— de quando em quando o corpo disforme e atarracado dos imbondeiros— cerram-se em mata espessa, de ramos emaranhados e agressivos, onde a marcha é penosa e as ciladas eram, ao tempo, fáceis e fulminantes.

Tôda a tarde dêsse dia 6 foi gasta a atravessar a mata entre o Cunene e o Cuanhama— essa negra barreira de cuamatos.

Mas nem as dificuldades da marcha, nem o enervamento do perigo eminente, obstaram a que o reconhecimento se fôsse fazendo com um rigor, minuciosidade e afan que constituíram para os que vieram depois o mais completo dos guias e o mais luminoso dos esclarecedores.

Do relatório descritivo da viagem que acompanha a

carta itinerária transcrevemos algumas linhas relativas ao percurso do vau Mucopa até à paragem nocturna que fizeram nas matas do Cuamato, que dão uma idea nítida da clareza com que o caminho foi desvendado :

«Uma vez na margem esquerda descansamos, pois segundo as informações dos lengas, não teríamos água tão cedo.

«O vau Mucopa é de fundo arenoso, com 1^m,2 de profundidade máxima naquela época, dando perfeita passagem a viaturas sem exigir quaisquer trabalhos. As margens do rio são baixas e à mesma altura; a 500 metros, a montante, fica o vau de Bicocola e a 1500 metros a juzante o de Audimbo. Este local em que atravessamos o rio é também conhecido com o nome de Mupalala. A temperatura de 29° marcava o altímetro 1^m,055.

«Da margem do Cunene, partimos às 12,50 da tarde, atravessando a *chana* marginal de 1500 metros de largo, entrando-se depois numa mata de grandes acácias espinosas, espinheiros, mutiatis e alguns imbondeiros.

«A princípio o caminho não se distingue, mas depois nota-se o sulco de carros que por aí passaram há muito tempo, oferecendo um bom piso.

«O terreno sobe ligeiramente até uns três quilómetros, seguindo-se uma pequena depressão em forma de colo de uns dois quilómetros de largo, para em seguida subir novamente.

«O arvoredo torna-se mais raquítico; desaparecem os imbondeiros e as acácias, predominando os mutiatis, e começam a aparecer os muhandos e mupapas. Para um e outro lado do caminho vê-se, pelo menos, até 500 metros de distância, podendo transitar-se livremente a pé ou a cavalo, em tôdas as direcções; um carro, cortando-se algumas árvores, poderia igualmente caminhar.

«A's 3 horas e 35 da tarde, alcançamos a Tala Ompemba, lagôa periódica que dura desde as primeiras chuvas até ao mês de Agosto.

«Havíamos percorrido 11,5 quilómetros e o alímetro marcava 1.093 metros a 34°. Ao lado da Tala, que tem 600×300 metros de extensão, há quatro cacimbas, onde os pretos tiraram água escavando a areia com as mãos.

«Profundando estas cacimbas e revestindo-as, era fácil obter-se água boa e em abundância para uma coluna de mais de mil homens.

«Os terrenos desta região são de argila preta, fendidos nas *chanas*, especialmente na Tala, e os restantes apresentam uma camada arenosa, em geral, cobertos de capim.

«Há aqui muita variedade de caça grossa, e nós vimos bons exemplares de bois do mato. O mato nas proximidades da Tala, torna-se mais denso e frondoso, oferecendo magníficos exemplares para madeira.

«Êstes terrenos comquanto não sejam habitados, os cuamatos consideram-nos como seus, não permitindo que outros povos lá vão caçar e muito menos os cuanhamas. É aqui que êles costumam esperar os comerciantes que regressam ao Cunene para os roubarem e massacrarem. A borda da terra do Cuamato, segundo nos informaram, fica a meia hora de distância da Tala, e há ali água abundante em cacimbas, onde levam a beber o gado na época da maior estiagem, estando guardada permanentemente por uma *guerra*. Também, segundo informações, o mato continua aberto e com clareiras na direcção da Embala, que fica a umas seis horas de carro da borda da terra.

«Depois da Tala o terreno sobe, suavemente até uns três quilómetros, descendo depois até à *chana* da Abicua ou Oncombe; esta *chana* corre para Norte e vai até ao Cunene.

«A partir de Oncombe o terreno sobe, e depois desce até à *chana* de Oriapombo. Aqui havia ainda muita humidade e cremos que em qualquer das duas *chanas* se obteria água permanente, cavando uma cacimba de um metro e meio a dois metros de profundidade.

«O terreno continua argiloso, mas a areia que o cobre, em parte, torna-se avermelhada.

«O caminho descreve uma pequena curva, sobe ligeiramente para em seguida descer até entrarmos na *chana* de Ouillo, que atravessamos diagonalmente, parando às 7 e meia da noite junto a uma pequena lagôa situada na orla Leste.

«O contador acusava 12 quilómetros percorridos desde a Tala Ompemba e 30 desde a Tala Mulondo; o altímetro marcava 1060^m a 32°».

Todo o relatório é conduzido na forma das linhas transcritas. As qualidades de observação, as fadigas de estudo e a teimosa paciência que tiveram de juntar-se às emoções e trabalhos da marcha são fáceis de imaginar.

Entre as chanas de Oriampoimbo e Ouillo, os cuanhamas que iam à frente avistaram um grupo de cuamatos, que expiavam o reconhecimento. Chegados ao Ouillo dividiram-se em dois grupos, seguindo em direcção oposta, um para leste e outro para oeste. O seu rasto era fresco e nítido, não dava logar a dúvidas.

Fraccionou-se a escolta dos cuanhamas em três grupos, um na frente a cêrca de 300 metros, outro com os que iam a cavalo e o último, menor, mais à rectaguarda. Mandavam de vez em quando patrulhas para os lados e sempre que receavam ou descobriam indícios de gente próxima eram os próprios *lengas* que iam fazer a exploração.

Uma vez no Ouillo, junto à agua, resolveu João de Almeida que descansassem, pois era impossível marcharem por uma noute tão escura, através de mato fechado. Na escuridão sangravam as manchas vermelhas das fogueiras dos cuamatos. Em volta ia o silêncio denso e pesado das noutes de mistério -- a ameaça deprimente dum perigo de morte.

Os cuanhamas não queriam parar. Movia-os êsse sentimento primitivo que se traduz pela fuga desordenada em face do perigo. Mas como tivessem que conformar-se com as ordens e a atitude do chefe, concentraram-se todos em volta da carrinha como os pintos que recolhem sob as azas da galinha, os olhos alagados de pavor, em profundo e significativo silêncio.

Por fim a fadiga duma viagem lenta de trinta quilómetros, sob um calor estorricante, a depressão moral, um quási esgotamento da própria sensibilidade violentamente agredida pelo medo, triunfaram e, com excepção dos brancos, todos se deixaram dormir.

A noute calma e misteriosa avançava pesadamente.

Para além do cêrco de fogueiras dos cuamatos, que punham no veludo negro da noute manchas sanguineas de mau agoiro, avistava-se, na direcção norte, uma outra fogueira que depois se soube pertencer a Makir, o célebre salteador negro.

João de Almeida, não só não dormiu durante essas horas trágicas que pareciam separá-los duma condenação

irremediável, como também juntou aos seus cuidados de vigia os seus trabalhos de esclarecedor.

Nem neste ponto do percurso — a clareira cercada de inimigos que apenas deviam esperar os primeiros alvares do dia para atacar — esqueceu a missão que levava. No relatório descritivo a que já nos referimos, à cerca dêsse local, onde deveria ter passado amargos e preocupados momentos, escreveu êle: «*Neste ponto que poderia muito bem servir para um pôsto de comunicação de étape, há ainda outra lagoa, um pouco maior, a uns 300 metros da primeira. Como porém nelas vai beber tôda a casta de bicharia, a água era muito lodosa e mal cheirosa*».

No entanto era indispensável sair daquela situação difícilima.

Cêrca da meia noite e meia hora, como a lua tivesse rompido no horizonte, iluminando o terreno com aquele magnífico e inegalável luar dos trópicos, puzeram-se cautelosamente em marcha e com o maior silêncio. Escoando-se através dos grupos de pretos, atravessaram as *chanas* de Carcanande, seguiram durante algum tempo ao longo da Cuancula e, depois de cortarem diagonalmente a *chana* de Oxivanda, pararam às 3 horas e meia da manhã (três e trinta e cinco precisas no relatório de João de Almeida) em terras da Mongua, junto à primeira *libata*.

O mato era tão cerrado no intervalo das clareiras e o caminho tão difícil, que se perderam. Mas enfim, estavam, desde a *chana* Cuancula, em terras cuanhamas, livres do assalto dos cuamatos depois de terem conseguido atravessar-lhes o cêrco.

Os pretos que até então se tinham conservado no meio do maior silêncio, riam e cantavam alegremente como marinheiros que arribam a porto de salvamento.

Com três horas de descanso apenas partiram outra vez, às seis e meia, para chegarem uma hora depois às *cacimbas* da Mongua.

E diz o relatório: «*Do Ouillo aqui havíamos percorrido uns onze quilómetros: o altímetro marcava 1.048^m a 33°*».

A energia e a resistência física de João de Almeida eram inexgotáveis.

Depois desta marcha exaustiva, sem um dia de descanso, naquele afan trepidante que pôs em todas as suas realizações, entrou imediatamente a desempenhar-se da sua missão. Em quatro dias agitados, vertiginosos de labor, de habilidade e de audácia, percorreu o Cuanhama em várias direcções, chegando a reconhecer a Embala Grande da N'giva, visitou as missões alemãs, criou com o Soba Nande e os principais secúlos as relações de amizade que tantas facilidades depois nos haviam de proporcionar e que constituíram um triunfo político brilhantíssimo.

O Cuanhama estava desvendado. Tinha deixado de ser a terra negra, desconhecida. João de Almeida revelava-o, forçava-lhe as portas e lançava sobre povos e terras tal luz de informação, que do Cuanhama, mais tarde, pouco mais, de novo, se veiu a saber do que aquilo que êle revelou com as observações do seu reconhecimento.

O relato dêste reconhecimento, cujas cartas itinerárias, perfeitíssimas e rigorosas, tantos serviços prestaram mais tarde à coluna do general Pereira d'Eça, causou o assombro dos oficiais que faziam parte dessa coluna, pela precisão e clareza dos dados e pelas informações nele contidas.

O seu relatório constitui uma verdadeira monografia do Cuanhama e nele revelou João de Almeida, não só as qualidades raríssimas que possuía como oficial, mas também a larga preparação científica de que dispunha.

A situação e superfície do Cuanhama, as raças e *tribus* que o habitavam, as povoações, densidade e distribuição da população, as *libatas* e *embalas* principais, a orografia, a hidrografia, a constituição geológica, a flora, a fauna, o sistema político e administrativo dos cuanhamas, o seu sistema religioso, crenças e superstições, os seus costumes, hábitos e indústrias, a sua organização militar e o seu comércio, o clima, etc., tudo isso êle estudou e descreveu com tal minúcia e precisão, nos quatro dias fulminantes em que percorreu o Cuanhama, que tô-

das as suas indicações e estudos, não só nunca foram negados até hoje, como também teem sido a base de toda a política económica, militar e administrativa e dos trabalhos de todas as missões que depois percorreram o Cuanhama.

O coronel de engenharia sr. Carlos Roma Machado de Faria e Maia, que além de ser um dos mais profundos conhecedores do Sul de Angola, foi também, durante muitos anos, membro e chefe das missões de delimitação de fronteira que desde 1914 lá teem operado, escreveu à cerca das informações e estudos de João de Almeida no Cuanhama :

«Sem elas o meu trabalho teria sido muito mais difficil e em parte quasi impossivel, especialmente nos 5.000 quilómetros de itinerários que me vi na necessidade de fazer, muitos dos quais por locais que já anteriormente tinham sido percorridos e descritos por João de Almeida».

Um companheiro de João de Almeida, referindo-se a este reconhecimento ao Cuanhama, dizia-me certo dia :

— Lá como êle fez aquilo não sei nem é fácil concebê-lo. O que é certo é que o fez e que estava certo !

Realmente não é fácil conceber — nem o virtuosismo do reconhecimento nem o desprante de quantos criticos de café, do fundo das ideologias torpes da sua política ou dos seus interesses, se permitem julgar a vida de João de Almeida.

O regresso do reconhecimento resolveu João de Almeida fazê-lo por caminho diferente daquele que tinham levado à ida.

Saíram ao meio dia da *libata* do soba Nande, que os mandou acompanhar por dois *lengas*, o Amocote e Namioma, com as suas gentes, e tomaram, na primeira étape, pelo caminho que corre ao longo da grande *chana* que vem do Evale, tendo ido bivacar às *cacimbas* do Ecuma com vinte e dois quilómetros de marcha.

Já de noite chegou um outro *lenga*, o Haydua, meio irmão do soba, com gente armada que o Nande tinha enviado para escoltar o reconhecimento até ao Cáfu.

Recomendou-lhes o *lenga* o máximo cuidado pois

sabia que na mata, fora das suas terras, estavam grupos de cuamatos à espera da missão, os quais já tinham prendido quatro cuanhamas que andavam a caçar.

Partiram na madrugada seguinte das cacimbas do Ecuma indo parar à tarde, pelas cinco horas, nas terras do Namine, junto à *libata* do Haydulo.

Tencionavam alcançar a borda da terra, para no dia seguinte irem ficar ao Cáfú, mas os *lengas*, que tinham muito pouca pressa de entrar nas terras dos cuamatos, a pretexto de falta de água, obrigaram-nos a parar para irem beber *macau* às *libatas* por onde passavam. Em certa altura quasi abandonaram o reconhecimento, do que resultou perderem-se e terem que esperar por êles no Haydulo.

O secúlo Nacambunde, que já tinha estado no Humbe e fôra cumprimentar o capitão à sua passagem, confirmou os boatos terroristas sôbre a espera que os cuamatos lhe faziam na floresta dizendo que êles tinham jurado «*que ou lhes haviam de cair nas mãos ou haviam de passar por cima dum fio, a não ser que abrissem um buraco por baixo da terra por onde fugissem*».

No dia 14, apesar de estarem preparados desde as 4 horas da madrugada, só cêrca das 7 conseguiram partir pois os *lengas* recusaram-se a marchar, pretextando que nesse dia não podiam ir mais além da extrema da terra por falta de água. E na altura das *cacimbas* do Ecusso quizeram novamente obrigá-los a parar. Mas João de Almeida, enervado com as demoras a que o queriam obrigar e compreendendo os motivos que a determinavam, reagiu e seguiu para a frente, indo parar às 11 horas da manhã, já na mata e a seis quilômetros da borda da terra.

Mais de metade dos pretos que o soba mandara como escolta tinham fugido quando perceberam que João de Almeida se ia internar na mata.

É então que o chefe do Estado Maior da coluna de 1906, num rasgo de astúcia e audácia, vendo-se abandonado pela escolta, iludiu a vigilância dos cuamatos, tomando a norte pelas terras de Cuanhama, e do extremo destas, cortando depois directamente ao Cunene, veio a chegar ao vau de Hypanga, em frente da lagoa do Cáfú

com quarenta e três quilómetros de marcha desde o Haydulo.

Estavam em pôrto de salvamento e virtualmente concluído o reconhecimento às terras do Cuanhama.

O estado de esgotamento e de fadiga em que se encontravam eram enormes.

A's oito horas partiram para o Forte Roçadas, onde nessa mesma noite do dia 15 de Outubro, depois de mais 42 quilómetros de marcha, chegaram às oito horas e meia da noite.

Tinham decorrido dez dias depois da partida do Humbe e onze depois do telegrama de Eduardo Costa. ; E nesses dez dias cheios, grandes, vertiginosos, a luz foi lançada sôbre as trevas que enchiam uma região que em trevas vivia desde que era portuguesa e que era portuguesa há mais de quatrocentos anos !

; Uma semana depois, isto é, no dia 22 de Outubro, João de Almeida era encarregado de fazer um novo reconhecimento no Evale !

III

Resavam assim as instruções dadas pelo Governador da Huila, Alves Roçadas, ao capitão João de Almeida, chefe do Estado Maior da expedição de 1906, ao Cuanato:

«Tendo o Soba Cavanguellua, do Evale, feito conhecer, por intermédio do *lenga* Nampoia, que deseja um pôsto fortificado nas suas terras, encarrego o capitão de infantaria, com o curso do Estado Maior, João de Almeida, chefe do Estado Maior da coluna, acompanhado do alferes Sá, auxiliar Herculaço Concha e intérprete Andrade, de ir com o mesmo *lenga* à embala do Soba, devendo observar nesta nova missão, as instruções indicadas para a missão do Cuanhama, já realizada, e ainda:

- a) Que o Cavanguellua assente definitivamente na região escolhida para o estabelecimento do pôsto;
- b) Que para prova da sua boa fé neste assunto, indique a *mucunda* onde há-de ficar o pôsto;
- c) Que envie pessoa importante, como o dono da *mucunda* ou o seu irmão Ahatua, para servirem de guias e acompanharem a força que há-de constituir a guarnição;
- d) No caso de o Cavanguellua começar com subterfúgios, alegando falta de oportunidade para a montagem do pôsto, dar a missão por terminada, amigavelmente, fazendo-lhe ver que nos conformamos com os seus desejos, realizando-se a ocupação na época por êle preferida.

Recebidas as instruções em 21, João de Almeida partia em 22 às 6 horas da manhã com o alferes Alves de Sá, seis praças de pret. do 1.º de dragões e um intérprete.

Êste homem que nasceu com tôdas as qualidades dum

chefe, que é um realizador e um organizador, cheio de iniciativa e decisão, tinha também essa virtude militar, tam grande quando é consciente — obedecia prontamente, com o mesmo entusiasmo e a mesma diligência com que mandava.

E era preciso realmente ter essa virtude em alto grau para aceitar, duas vezes seguidas, a chefia de missões que eram quási sentenças de morte.

Seguiram todos montados em múares, com os víveres e artigos para presentes transportados por carregadores, pela margem direita do Cunene, que atravessaram já perto do Mulondo, donde partia uma picada para o Evale. Na manhã de 23, depois duma travessia difficil do rio no vau de Nahaka puseram-se em marcha por um carreiro de gentio, único caminho que descobriram.

O caminho pelo Cafu era talvez mais perto, mas João de Almeida teve que evitá-lo porque o *lenga* se recusou a segui-lo sob o pretexto de recear um encontro com uma guerrilha cuanhama que se dizia estar na floresta por aquelas imediações.

Passado algum tempo, encontrando-se em presença duma mata de espinheiros cuja orla estava em chamas numa extensão de mais de dois quilómetros, viram-se forçados a atravessá-la com grave risco. Era uma daquelas grandes torrentes de fogo, em alta maré, que tantas vezes se descobrem nas florestas de Africa — uma das formas do belo horrível que o mar e o fogo exibem às vezes.

Passada a enorme fogueira declarou o *lenga* que se tinha perdido no caminho e que queria voltar ao Pocolo.

Sem saber ao certo se era verdade o que o *lenga* afirmava ou se a sua attitude provinha apenas do receio dos Cuanhamas, que dias antes tinham feito uma razia no Mulondo, e que ainda deviam estar nas matas, de regresso às suas terras, o que é certo é que João de Almeida se opôs aos seus desígnios obrigando-o a marchar.

Sem auxílio do *lenga*, por informações e deduções, valendo-se da bússola, reconheceu que estava na mata de Bindana e que marchava na direcção das *cacimbas* de Onkima.

Só depois de transposta a mata, à custa de difficulda-

des que só avalia quem tem percorrido essas teias emaranhadas de *mutiati* e espinheira, que agridem como baionetas permanentemente caladas, o *lenga* reconheceu onde estava.

Nas *cacimbas* de Onkima teve ainda João de Almeida que lutar contra a má vontade do *lenga* e dos carregadores que ali queriam ficar, vindo a bivacar na *cacimba* da Echaia, pela tarde, depois dum percurso duríssimo de quarenta e um quilómetros.

Todo o itinerário, como o do reconhecimento ao Cuanhama, como afinal o de todos os milhares de quilómetros que João de Almeida percorreu em Africa, iam sendo estudados e topografados com o maior rigor e minúcia.

Noite fechada, como notasse a existência de fogueiras no mato, montou o chefe da missão um serviço rigorosíssimo de vigilância do qual êle próprio, apesar da fadiga, foi o agente mais cuidadoso — serviço que, como mais tarde se veio a saber, os livrou de serem surpreendidos e talvez massacrados.

No dia seguinte de madrugada — 24 — foram parar algumas horas depois às *cacimbas* de Sparakanha.

Lenga e carregadores dispunham-se a descansar nas *cacimbas* e não puderam ocultar o assombro que lhes causava a resistência e energia de João de Almeida, não anuindo ao seu desejo e lançando-se numa marcha tam rápida.

Apenas com um quarto de hora de paragem, recommençaram a marcha, para só tornarem a parar nas *cacimbas* do Dadipo, à borda da terra, em feudo do século do mesmo nome.

Estavam na fronteira do Evale.

Como o Dadipo fôsse subordinado do Ahatua, irmão do soba, disse o *lenga* que não podiam avançar mais e que deviam esperar aí ordens do soba para poderem prosseguir na marcha.

Era assim a nossa soberania nessas regiões — no Evale, aquela que passava por menos desconhecida!

Notou logo João de Almeida a frieza com que foi recebido pela população, o que não podia deixar de ser uma

surpresa dada a atitude amistosa do soba Cavanguelua convidando-o a visitá-lo.

Era a cilada que se avisinhava.

O gentio, não só se não aproximou do reconhecimento como também muitos apareceram armados, tendo um deles chegado a pôr o fulminante na espingarda para o agredir, o que foi evitado pelo *lenga*.

Os carregadores, que tinham ficado para a retaguarda e aos quais só a tenacidade e energia de João de Almeida faziam andar para a frente, apavorados como iam, recusavam-se a avançar para a borda da terra.

E a hostilidade manifestava-se por todos os lados: a dos elementos, naquelas matas agressivas e misteriosas, sob um calor estorricante e a amargura das distâncias africanas, a do gentio nitidamente marcada, a dos carregadores, passiva e irritante, dominada pelo medo.

Foi preciso coagir os serviçais e até o interprete Andrade a marcharem para a frente.

A atitude dêstes tinha a sua razão de ser.

Durante a noite precedente tinham aparecido no bivaque muitos evales que depois de conferenciarem com o *lenga*, se foram embora, muito cedo—ainda antes das primeiras claridades do crepúsculo.

Tinham aparecido, silenciosamente, como sombras, e ninguém teria dado por êles se o serviço de segurança não estivesse montado.

Explicou o *lenga* que aqueles pretos eram homens que voltavam da Camba onde tinham ido negociar.

Não desconfiaram de nada os brancos, ainda fiados na gentileza do convite do soba, mas os carregadores e interprete, que naturalmente ouviram alguma palavra suspeita, não tinham a mesma confiança.

E daí a sua resistêcia.

Farto de esperar sem resultado a resposta do soba, tanto mais tardia quanto é certo que êste já devia saber da sua presença em terras do Evale, pois os negros que acompanhavam o *lenga* Nampoia tinham desaparecido muito antes do reconhecimento ter chegado às cacimbas de Sparakanha, resolveu João de Almeida, pelas duas ho-



ras da tarde, não perder mais tempo e marchar ousadamente na direcção da Embala.

Tinham percorrido apenas meia dúzia de quilómetros no interior da terra quando um preto que vinha de corrida da Embala se aproximou e deu um recado ao Nampoia. Êste transmitiu então que o soba mandava dizer que não os podia receber por se encontrar muito doente, aconselhando-os a regressarem para as cacimbas da borda da terra.

João de Almeida não se conformou com o conselho e insistiu pelo seu propósito de avançar dizendo que não lhe parecia razoável retroceder sem ter falado com o soba. Achava preferível acampar no lugar em que se encontrava e aguardar ali o restabelecimento do Cavanguelua, até que êste o pudesse receber.

Em face desta atitude inesperada o *lenga*, sempre dissimulado como todos os chefes negros, e dentro duma diplomacia que muitas vezes não é tão grosseira e elementar quanto se poderia supôr entre povos de civilização atrasada, declarou que naquela ocasião não poderiam os brancos ser recebidos no Evale e que as suas vidas corriam sério risco se insistissem em ficar.

E como nem estas palavras surtiram todo o efeito que desejava, acrescentou, com os olhos afogados em lágrimas espessas de negro, que Cavanguellua tinha morrido e que sem a sua autoridade o povo estava indisciplinado e bravio, sendo, por consequência, melhor retrocederem quanto antes. Ele próprio, Nampoia, tinha também que fugir sem ao menos poder levar os seus bens de maior valia: o gado e as mulheres!

O gado e as mulheres são o luxo e a riqueza dos pretos—a expressão mais viva da sua opulência e do seu poder. O Nampoia referia o facto como sendo o sacrifício máximo que poderia fazer para salvar a pele.

Emquanto esta conversa durava—conversa dum branco quási isolado com um chefe negro, entre o gentio hostil e excitado—vieram mais quatro pretos prevenir o Nampoia de que o povo não consentia por mais tempo a presença de brancos na sua terra.

Era dêste quilate a nossa soberania!

Só no Ministério das Colónias, na tranquilidade do palácio do Govêrno e perante o concêrto das nações, eram portuguesas essas terras que uma convenção tinha englobado dentro de fronteiras muito vagas.

Mas de facto, como se vê, as terras do Evale apenas pertenciam ao gentio do Evale e eram muito menos nossas que qualquer pedaço de Espanha ou França onde qualquer de nós se podia deslocar sem mais peias que as das formalidades de fronteira.

Em face destas declarações e como a agitação entre o gentio, que se apresentava armado e em grande número, fôsse cada vez maior não houve outro remédio senão regressar à borda da terra.

Notou João de Almeida neste regresso que o gentio tinha desaparecido das *libatas* por onde anteriormente haviam passado. E Andrade, o intérprete, veio afirmar que das conversas que ouvira a alguns pretos e ao próprio Nampoia apurara que o gentio corria pelos flancos do reconhecimento para o ir atacar na *cacimba* de Echaia, situada no meio da mata.

Estava desvendada a cilada.

Resolveu imediatamente João de Almeida evitar a passagem pela *cacimba*, única forma de subtrair o reconhecimento a um massacre eminente.

Alcançada vertiginosamente a borda da terra, com a rapidez e decisão que João de Almeida pôe em tôdas as suas acções, preparou-se para retirar sôbre o Cunene.

Quando iam partir deu por falta de quatro carregadores que se tinham escapulado com alguns dos presentes que transportavam. Apenas dois tinham ficado.

Foi distribuída a carga — um cunhete de cartuchos e uma lata de chouriço — pelos homens que restavam e, quando se abasteciam de água, chegou o secúlo da terra, Dapido, acompanhado por um grupo de 20 pretos armados pedindo para falar em particular com João de Almeida.

Muito compungido, vinha dizer-lhe que lamentava não ter sido o reconhecimento recebido nas terras do Evale, aconselhando-o a esperar naquele local a chegada do Ahatua, irmão do soba, que êle, Dapido, já tinha mandado chamar para conferenciar com o branco.

Era evidente que o século apenas pretendia ganhar tempo. A *libata* do Ahatua não estava a mais dum quarto de hora de distância e o Dapido dizia que o tinha mandado chamar havia mais uma hora.

Não se iludiu João de Almeida com o ardil e, compreendendo que o gentio só não o atacava por não se julgar ainda em número suficiente para tentar o golpe, mas que o faria logo que as circunstâncias lho permitissem, resolveu retirar numa direcção diferente daquela que tinha seguido.

No interior da terra ouvia-se bater a *cua* e o gentio armado dirigia-se para o meio da mata. O perigo avolumava-se como uma avalanche. A bola de neve inicial crescia constantemente e por toda a parte se formava um ambiente belicoso que poucas esperanças à cerca da sua sorte permitia ao pequeno núcleo do reconhecimento.

Pediu o Nampoia para acompanhar João de Almeida dizendo que não desejava voltar mais às suas terras.

Como afirmasse que conhecia bem a mata, onde muitas vezes tinha caçado, colocou-se à frente da minúscula caravana para servir de guia.

Pouco tinham andado quando João de Almeida, já precavido e atento contra a cilada que lhe preparavam, notou que caminhavam para oeste. Increpando o Nampoia e chamando-lhe a atenção obrigou-o a inflectir para sudoeste.

Pouco tempo depois tornou a notar que caminhavam para oeste. E apesar de apanhado em flagrante, na sua teimosia manhosa de negro, mais duas vezes tentou arrastar o reconhecimento pelo caminho da Gongga que haviam levado na ida, alegando que não conhecia o trilho do Cáfu, por onde João de Almeida queria seguir, sempre que este dava pelo lôgro.

Era evidente que o seu intento era lançá-los na cilada que o gentio lhes armava na mata.

João de Almeida mandou então o Nampoia para a retaguarda e tomou êle mesmo a missão de guia, marchando a corta mato na direcção sueste e procurando afastar-se o mais possível, enquanto não chegava a noute.

E só quem tem palmilhado essas matas agressivas

do Evale pode fazer uma idea de quanto custaria uma marcha destas, sob um calor de brazeiro, numa região infestada de inimigos e levando na própria comitiva um traidor que fazia tôda a deligência para os entregar.

Entretanto o gentio, que se concentrava para os lados das *cacimbas* de Sparakanha, notando que João de Almeida seguia uma direcção diferente, corria no seu encalço batendo a *cúa* e fazendo grande algazarra. E quando um grupo mais avançado appareceu a alcance da vista, no flanco direito, o *lenga* Nampoia aproveitando a surpresa, arrancou a máscara e correu para êle.

Pararam immediatamente e aquella columna de nove homens, apenas engrandecida pelo facto de ter um chefe, rompeu o fogo, disposta a vender cara a vida.

E com tal energia se houveram que poude o seu moral, muito mais que as suas fôrças, amedrontar o gentio e pô-lo em fuga.

Retomaram immediatamente a marcha e foram bivacar, já muito tarde, numa pequena *chana*, onde embora apressados para tôdas as eventualidades se julgaram em relativa segurança.

Não comiam desde manhã e não tinham uma gota de água.

Torturados pela sêde — êsse outro inimigo nos trabalhos que se passam em Africa — de carabinas aperradas, sem dormir, velaram tôda a noite.

Os chacais, as hyenas e os *mabecos*, uivavam em volta, num concêrto lúgubre, cujas notas fendiam, como sons de mau agouro, a negrura espessa e enervante da noite. Andrade, o intérprete, radiante, exclamava ao ouvir os uivos dos mabecos:

— Onde canta *mabeco*, não há preto!

Mas o perigo dos indígenas tinha sido substituído pela amargura angustiosa da sêde.

Logo que rompeu o dia, amparados pela energia indomável do chefe, accionados pelos seus nervos inextinguíveis, retomaram a marcha.

Diante dêles erguia-se, como um oceano cinzento, espesso, quási impraticável com as suas defesas aceradas

de espinheiros de unha de gato, a mata de Bindana — coito misterioso de elefantes.

O que foi a travessia dessa mata agressiva, onde o tato ficava em farrapos e as carnes eram duramente rasgadas pelos bicos dos espinheiros, numa marcha incerta quanto a direcção e extensão, não é fácil de supor.

A orientação, dentro do macisso compacto, em que era necessário abrir caminho com o cano das armas e em que a marcha tinha que fazer-se a pé, deixando por cada passo que se dava para a frente uma tira de roupa ou um bocado da pele, era difficilima.

Não se enxergava o sol na profundidade da floresta e João de Almeida, não só para tentar orientar-se como também para ver se lobrigava o fim daquela mata enervante, trepava às árvores mais altas, como um gageiro à sua gávea.

Mas em volta, a perder de vista, nada mais se enxergava do que a extensão oceânica duma mata cinzenta, em ondas intermináveis que se perdiam no horizonte.

Os homens trânsidos de sêde, de fadiga, de emoções e de cruel enervamento, desanimavam e queixavam-se. Os seus lamentos, o seu desespero e a sua angústia acabaram por constituir uma melopeia trágica que perseguia o chefe.

João de Almeida subia então outra vez às árvores e tinha que os iludir para os animar.

— Mais uma hora e estamos livres!

E o rosário das horas corria sem chegarem ao fim.

Receando que fôsem surpreendidos pela noute ainda dentro da mata, acometido sempre pelas lamentações da sua comitiva, João de Almeida acelerou o andamento.

Por fim, já com o sol a declinar, quando trepou mais uma vez ao mirante vegetal que a mata lhe oferecia, pareceu-lhe enxergar ao longe uma mancha verde — dêsse verde esperançoso do capim que atapeta as *chanas*.

Escurecia quando conseguiram finalmente desembaraçar-se da mata.

Quizeram descansar mas a sêde era tão angustiosa que a obsessão da água não lho permitiu.

Encarniçadamente, com a energia do desespero e a

alma forte do chefe, marcharam ainda tôda a noute, devorando em cada hora que passava uma esperança que não se confirmava.

Tinham percorrido quarenta e três quilómetros trágicos quando pela uma hora da tarde se lançaram ao Cunene, como desesperados, a dessedentar-se. Estavam no vau da Hypanga.

A fadiga que os minava era enorme. Sem alimentação, ressequidos pela sêde, os uniformes esfrangalhados pelas unhas de gato das espinheiras, a carne agredida e rasgada pelos espinhos do mato, mal tinham fôrças para alcançar ainda o Forte Roçadas.

Pois apesar disto, enquanto o alferes Sá seguiu para o forte levando ao Governador um relatório dos acontecimentos, João de Almeida, com duas ordenanças, seguia novamente para o Norte, para a Camba, a reconhecer o vau por onde passa o caminho que vai da Gongga ao Evale, porque não pudera faze-lo na viagem de ida!

Era sua convicção de que se a coluna avançasse até ao Evale, se tornava indispensável completar aqueles reconhecimentos, sobretudo na parte que dizia respeito a viabilidade de abastecimento e de água. E tanto bastou para que se esquecesse que estava arrazado de fadiga e de emoções.

E ainda nesse dia foi dormir ao Cáfu, debaixo dum imbondeiro.

No dia seguinte reconheceu os vaus de Luhula e Poruro e, passando à margem esquerda do Cunene — a negregada margem esquerda — foi novamente às *cacimbas* de Onkima, vindo ainda dormir nesse dia à lagoa de Cafuntuca, com mais de oitenta quilómetros de marcha.

No dia 27, às 9 horas da manhã, entrava no forte Roçadas.

Estava concluída a missão ao Evale.

Todas as montadas vieram a morrer. Todos os homens estavam arrazados.

Em qualquer outro país, o homem que no seu passado de colonial tivesse dois serviços com o valor intrínseco, a utilidade prática e o emprêgo de qualidades que

êstes exigiram, teria o seu nome consagrado e assegurado para todo o sempre a gratidão do País.

João de Almeida não a tem encontrado.

E contudo passavam-se êstes acontecimentos a menos dum ano da sua chegada a Angola e estava ainda por encetar a parte mais viva e brilhante da sua acção e da sua obra.

Do Evale, como do Cuanhama, trouxe João de Almeida informações precisas e um relatório notável sôbre todos os pontos de vista. A minúcia, o rigor, a profundidade científica que já se tinha observado no reconhecimento do Cuanhama reeditou-se no Evale. E apesar dêste não ser como o Cuanhama, uma terra absolutamente desconhecida, só depois de João de Almeida e com as suas informações se fixaram dados precisos—se fez a sua descoberta!

É com a luz que êle fez nestes reconhecimentos, em que uma individualidade rara de homem de acção se conjuga com uma argúcia militar apuradíssima e com uma sólida base científica, que pôde realizar-se no ano seguinte a campanha do Cuamato com Alves Roçadas, e mais tarde, com o próprio João de Almeida, a occupação das terras ribeirinhas do Cuvelay.

Desolado tempo êste em que vivemos—desolado tempo em que tantos homens há que não lhe perdoam as suas qualidades!



IV

Reconhecimentos nos distritos da Huila,
Mossâmedes e Benguela

Dissolvida que foi a coluna do Cuamato, conforme a ordem terminante de Eduardo Costa, logo após os reconhecimentos do Cuanhama e do Evale, foi João de Almeida imediatamente encarregado de proceder a vários reconhecimentos nos distritos da Huila, de Mossamedes e Benguela.

Tinham êstes novos reconhecimentos por fim a organização duma linha de étapes do mar ao Cunene, para a marcha das fôrças que em futuras colunas haviam de ser encarregadas da ocupação do Além-Cunene, bem como alcançar sôbre os territórios a reconhecer um conhecimento mais profundo e completo sob todos os pontos de vista que interessassem ao dominio e à administração.

Foi-lhe êste encargo cometido ainda no Forte Roçadas, logo após a sua chegada do Evale.

A coluna ia retirar para o planalto deixando no forte uma guarnição de oitocentos homens sob o comando do capitão Pessoa — êsses oitocentos homens votados a tôdas as agressões do clima e que a teima de Eduardo Costa não deixou empenhar na ocupação do Cuamato.

Ao planalto regressavam a 1.^a Companhia Europeia, a Companhia Disciplinar, uma Secção de Artilharia e os Auxiliares do planalto.

Acumulou João de Almeida o seu cargo de chefe de Estado Maior da coluna com a missão que lhe foi confiada, de modo que aproveitava os descansos, para fazer para um e outro lado do itinerário seguido, êsse notável reconhecimento de que havia de resultar a primeira e a mais completa das cartas itinerárias da linha de penetração que vai do Lubango, pelos Gambos, até ao Humbe.

Reconhecendo primeiro a margem direita do Cunene, para montante do Encombe, até ao Gongo e para juzante,

até à Dongoenra, sem descurar as suas funções de chefe do Estado Maior, esclareceu todos os territórios dum e outro lado da estrada de marcha e, inclusivamente, Jamba Camufata, onde se dera o desastre do Conde de Al-moster.

Atingido os Gambos, foi êle quem, como chefe de Estado Maior, dirigiu as razias no Pocolo.

Esta acção é notável pela rapidez com que foi conduzida, pela audácia e pela extraordinária resistência mais uma vez reveladas por João de Almeida.

A coluna saiu dos Gambos à meia noute para ir atacar a *quimpaca* do Tapo. A' frente seguiu João de Almeida com os auxiliares, numa marcha forçada vertiginosa, com tropas fatigadas que durante o dia marchavam sob calores estorricantes e que de noute tinham ainda serviços pesados como êste.

Todos — e inclusivamente o próprio comandante da coluna — eram vencidos e dominados pelo sono, apesar de não terem outros serviços nem outras preocupações além dos que lhe impunham o comando das suas tropas.

De resto era humano que assim fôsse.

Só João de Almeida — o homem que ainda trabalhava como reconhecedor enquanto os outros descansavam — resistia milagrosamente como se fôsse uma máquina que a fadiga não alcançasse.

Deu-se o primeiro combate entre os auxiliares e o gentio, ao romper do sol. E, batido o inimigo, tomou logo João de Almeida as suas disposições para cortar pela rectaguarda a retirada aos rebeldes que se refugiaram na *quimpaca* esperando depois a coluna para a ocupar. No emtanto as dificuldades da marcha tinham atrazado a coluna que só chegou com o sol já alto.

Esta demora foi a suficiente para que o gentio pudesse escapulir-se.

Quando foi atacada a *quimpaca* já lá não se encontrava ninguém, com excepção de uma velha, muito velha, que já não podia andar.

Nêsse mesmo dia retiraram por falta de água, indo no dia seguinte atacar a *quimpaca* do Tchiume.

Repetiu-se a scena da véspera. Afugentado o gentio

quando cercaram a *quimpaca*, esta parecia defendida por numerosos homens.

Preparado o ataque, suspeitou João de Almeida que não havia ninguém lá dentro e que eram apenas algumas pedras e paus hábilmente dispostos que davam a impressão da existência de defensores.

Foi comunicar a sua dúvida a Roçadas que respondeu :
— Vá ver !

E sem hesitar, o chefe de Estado Maior, no chouto da sua mula, à vista da coluna em formação de ataque, só, atravessou a larga explanada, nua e plana como a palma da mão, e lá foi verificar se era fundada a sua suspeita. Ou tinha razão e o reconhecimento era uma brincadeira que, apesar de tudo, evitava o desperdício de munições e a fadiga de um assalto — um simples passeio — ou estava enganado e esperava-o um fusilamento à queima roupa.

Audacia fortuna juvat. A *quimpaca* estava deserta.

Regressando aos Gambos, marchou a coluna sôbre a Chibia, donde foi ao Jau montar o pôsto do mesmo nome, onde ficou de guarnição o alferes Durão com 16 praças da 1.^a Companhia, tendo em seguida regressado ao Lubango.

Tinha terminado a missão da expedição de 1906 ao Cuamato e a coluna foi dissolvida.

O Chefe do Estado Maior, sem um desaire, sem um revez, tinha terminado o seu encargo.

O esclarecedor tinha realizado até ao Lubango, o seu reconhecimento e ia continuá-lo imediatamente, apesar de de começar a sofrer de hemorragias intestinais, consequência certamente dos reconhecimentos ao Evale e ao Cuanhama.

Com uma actividade que assombra e que é um traço nítido e vigoroso no desenho animado de tôda a sua acção, logo que a coluna foi dissolvida, abalou a caminho de Mossâmedes, com o tenente Albano de Melo, a completar o seu reconhecimento até ao litoral.

Reconheceu através das serranias agrestes e bravias que separam os dois distritos as passagens da Chela, pelo Chacuto, Bruco e Bentiaba, e da base da serra, de Capangombe a Mossâmedes.

A carta dêstes itinerários, que riscaram no mapa de Angola um longo traço luminoso por entre a negrura de terras incertas — um traço de muitas centenas de quilómetros — é tão perfeita e tão completa, tão extraordinária em precisão e rigor científico que uma cópia ampliada que o tenente Belo de Almeida elaborou com iluminuras, mereceu a honra de ser exibida em várias exposições de trabalhos na Escola do Exército, em cuja biblioteca está arquivada.

De Mossâmedes seguiu João de Almeida ao pôrto Alexandre e Baía dos Tigres para reconhecer o Curoca, a Foz do Cunene e, depois do seu regresso a Mossâmedes, S. Nicolau.

E como na sua vida em Africa há tudo excepto os revezes, porque êstes só os veio encontrar na Metrópole, também não faltou um naufrágio.

Foi quando regressava a Mossâmedes no vapor *Benguela* que êste naufragou muito para Sul da Praia Amélia.

Entre o pânico e a confusão do naufrágio, que chegou a transtornar o próprio comandante do navio, foi ainda o passageiro João de Almeida, a quem nem sequer o repouso duma viagem por mar, devia ser concedido, quem se meteu na lancha a vapor do navio e se atreveu a ir, por entre o nevoeiro, com rija *calêma*, em busca de terra e ponto de desembarque.

Tendo deixado o *Benguela* engasgado nos recifes da costa à uma hora da noite, só às quatro e meia da tarde conseguiu alcançar Mossâmedes, donde partiram os primeiros socorros.

De Mossâmedes partiu imediatamente para Benguela, a completar os seus reconhecimentos no distrito do mesmo nome.

Internando-se, a pé, com quatro carregadores apenas, pelas terras do planalto, visitou Quilenques, Caconda e Cubango (Forte Amélia). Do Forte Amélia, seguindo um itinerário inteiramente novo, segundo a linha que vai ao Moxico e Dilolo, entre os itinerários de Capelo e Ivens ao Norte e de Serpa Pinto pelo Sul, através de terras inteiramente virgens de qualquer reconhecimento, atravessou os Luchazes e foi até Nana Candundo.

No Dilolo colheu os elementos geográficos para a solução duma contenda de fronteiras com os belgas—elementos que permitiram que êstes viessem a reconhecer o nosso direito à posse daquela magnífica região, o que então nos era contestado.

Êste reconhecimento, feito a pé, com marchas itinerárias de mais de quarenta quilómetros por dia, além do valor que teve sob o ponto de vista geográfico e político, constituiu uma prova de resistência assombrosa.

Uns anos mais tarde, Norton de Matos, visitando o Moxico, de automóvel, admirava :

— Como é possível que êle tivesse vindo até aqui onde nos custou tanto a chegar em automóvel !

Tinha sido uma travessia de Angola na sua parte mais larga — muitas centenas de quilómetros através de terras desconhecidas, mais de 2.800 quilómetros em todo o reconhecimento de ida e volta.

Feito o regresso a Benguela pelo Bihé, Bailundo e Catumbela, esteve ainda no Novo Redondo, Amboim e Benguela-a-Velha, vindo a regressar a Loanda em Fevereiro de 1907, treze meses depois de ter desembarcado em Angola pela primeira vez.

Treze meses apenas — e só êles bastariam para encher a vida dum homem e grangear-lhe nome memorável !

V

Reconhecimento das regiões dos Dembos e Mahungos

Antes de narrar o reconhecimento na região dos Dembos e Mahungos efectuado por João de Almeida em 1907 e as operações de que resultou a submissão à nossa soberania de tôda essa vasta e rica região, é necessário que nos detenhamos um pouco na análise dos antecedentes que impuseram o reconhecimento e ocupação dos Dembos como acção urgente, indispensável e essencial ao nosso prestígio.

A região dos Dembos e Mahungos forma uma bolsa que se abre às portas de Loanda, entre Caxito e Quifandongo e se estende depois a cêrca de trezentos quilómetros na direcção Nordeste. Limitada ao Sul pelo rio Bengo, é constituída pelas bacias superiores dos rios Zenza, Lonbiga, Dande, Lifune, Loege e Loge e estava, ao tempo, compreendida entre os concelhos de Icolo e Bengo, Zenza do Golungo, Golungo alto e Ambaca ao sul, alto Dande e Ambriz a oeste, Duque de Bragança a leste e Encoje ao norte.

Sendo hoje quási um arrabalde de Loanda, que pode ser percorrido em tôdas as direcções e com o mesmo risco com que se viaja na Beira Alta, em algumas horas de automóvel, por qualquer burguês desenfastiado, era então uma zona negra, impenetrável, onde nem sequer os índigenas que trajavam à europeia eram admitidos.

Julgou-se durante muito tempo, pois o negro barranco aberto na nossa acção colonial tudo fizera esquecer e perder de vista, que todos êsses povos que se opunham à nossa penetração, bravios e indómitos, viviam num estado primitivo de selvageria e alheios a qualquer influência ou contacto com gente branca.

Foi ainda o reconhecimento de João de Almeida que

veio revelar o contrário e pôr em evidência uma nova manifestação do nosso génio colonizador.

Afinal os portugueses tinham já exercido em Angola — na Angola negra e misteriosa que o ressurgimento colonial veio a desvendar — antes de perdido o sentido da nossa missão imperial, por volta dos primeiros anos do século passado, uma influência que seria um padrão de glória imorredouro para qualquer povo colonizador.

E êsse esforço fazia-se em plena tarefa de colonização do Brasil — essa tarefa que se tem dito ter constituído o nosso único esforço sério de colonizadores — e quando outros países coloniais, nomeadamente a Inglaterra e a França, não tinham ainda vislumbrado sequer o espírito duma Colonização.

Georges Hardy, num livro recente «Nos grands problèmes coloniaux», parece ter-nos compreendido quando diz: «... *C'est par là que s'éclaircissent les traits essentiels de l'expansion coloniale jusqu'au XIX.^e siècle: pour tous les pays d'Europe, l'Angleterre comprise, elle s'est opérée au hasard, sauf l'exception pour l'Espagne et le Portugal, dont la colonisation «militante et fortifiante» apparût aux autres nations comme une dangereuse folie et un exemple à ne pas suivre, elle est restée aux mains de compagnies à monopoles, et l'on peut dire que nul peuple européen n'eut l'idée claire et bien arrêtée de se constituer un «empire colonial».*

A história dos Dembos é mais uma confirmação dessa *perigosa loucura* que constitue hoje a obra imortal do nosso génio colonizador.

Os portugueses penetraram no Zaire em 1491.

Em 1493 Ruy de Sousa estabelecia-se em S. Salvador, sede da côrte do rei do Congo e eram encetadas com o monarca negro relações que, mantidas e hàbilmente orientadas pelos anos fora, vieram a permitir-nos uma sólida influência de carácter religioso e económico que não tardou a irradiar por todo o reino do Congo.

Essa influência foi tão grande e tão sólidamente aliçada, tão constante e profunda, que ainda no fim do século passado, por ocasião da inauguração do caminho

de ferro de Matadi no então Estado livre do Congo, se veio a manifestar com todo o sabor da sua idade e da sua tradição.

O Governador do Estado, para solenisar o acontecimento, convidou para assistirem à inauguração do caminho de ferro as colônias vizinhas, que enviaram a Matadi os seus representantes, entre os quais ocupavam, naturalmente, posição de relêvo os portugueses, ingleses e franceses.

Foi também convidado, tendo enviado os seus representantes — alguns notáveis da sua aristocracia negra — o rei do Congo.

Recebidos os diplomatas estrangeiros com o cerimonial do estilo em casos tais, foram êstes sendo apresentados, sucessivamente, aos enviados do rei do Congo, que depois de ouvirem, impassivelmente, nomear o país e a qualidade dos embaixadores francês e inglês, sem a mais leve manifestação de curiosidade ou de respeito, foram apresentados ao representante de Portugal.

Imediatamente, os sobas, abandonando a atitude de indiferença em que se tinham conservado, e, batendo três vezes as palmas, inclinaram-se deante dos portugueses em profunda reverência, exclamando:

— *Tátéculo! Tátéculo! Tátéculo!*

O nome de Portugal era o único que conheciam e o único que os impressionava!

Em 1566 fundavamos S. Paulo de Loanda e estabelecíamos em Angola o segundo fulcro de influência portuguesa.

Manejando uma política hábil, não só capaz de nos conservar na posição marítima que tínhamos alcançado mas também suficientemente penetrante para nos proporcionar a influência em terras do interior, utilizando já as qualidades magníficas de trato com os indígenas que nos tornam inconfundíveis entre os povos colonisadores, conseguimos, ora ligados à rainha da Ginga, ora aos seus adversários da ilha de Loanda e do interior, dominar em tôda a região e exercer nela uma soberania activa que, embora imposta muitas vezes pela força das armas, era — passe o termo — agradavelmente recebida pelo gentio.

A atuação constante do nosso génio de expansão colonial levou-nos assim a fundar Massangano em 1533, Môchima em 1599, Cambambe em 1604, Ambaca em 1614 e o Encoje por meados do século XVII, tendo lançado uma rede de ocupação política e económica cujos nós estavam distribuídos como núcleos de expansão e soberania de influência decisiva.

As duas influências — a de Loanda e a de S. Salvador — no seu avanço, acabaram por encontrar-se e, no fim do século XVIII, o domínio português era efectivo e nítido em todo o território que, desde a costa, era limitado ao Norte pelas extremas do reino do Congo e ao Sul pela bacia do Quanza.

A nossa influência ia-se esbatendo para leste, adelgaçando a zona dominada na direcção da Lunda e Matianvúa e formando uma faixa mais estreita, que tinha por eixo o curso do Quanza, ligava-se, por alturas do Dilolo, com o curso do Zambeze, ligando-se depois com Moçambique.

Para o Sul da Colónia é que a nossa influência se limitava apenas ao litoral, com pequenos núcleos no interior, os quais não avançavam para além de trezentos quilómetros da costa.

A acção secular e constante que vinhamos exercendo desde a chegada à Baía do Sonho, no Zaire, em 1491, em toda a região ao norte do Quanza, com o sentido muito claro e impressivo dessa *perigosa loucura* de que fala Georges Hardy, elevou todos êsses povos — e os Dembos, sobretudo — devido talvez à sua organização militar — a um grau de civilização e progresso em tudo comparável ao das províncias metropolitanas do tempo.

Nesta região, como no Brasil, Portugal prolongava-se, realizando já com perfeição inexcedível uma política de unidade espiritual e económica que outras nações, mais tarde, haviam de tomar como base e essência dos seus pensamentos imperiais.

A acção administrativa e militar era exercida através das próprias autoridades indígenas, integradas nos quadros de funcionários do reino — outra originalidade do nosso sistema administrativo, que, fundado numa política



O terreno nos Dembos : O Vale do Columé



Aspectos do terreno na região dos Dembos

de pura assimilação, tornava os povos indígenas colaboradores directos na obra de civilização que prosseguíamos.

Às autoridades gentílicas, no equilíbrio da hierarquia em que estavam constituídas, foi dada uma correspondência, nos quadros do reino, que transformando-as em agentes directos da nossa soberania, mantinha íntegro o respeito pelas suas prerogativas.

Os *Dembo* (1), equivalentes dos sobas do Sul, chefes principais, foram nomeados *capitães* de segunda linha ou da *guerra preta* e *dos móveis*; os *macotas*, chefes das povoações mais importantes e que constituíam, por assim dizer, as autoridades superiores da organização indígena, eram sargentos ou oficiais da milícia e conservavam tôda a extensão e prerogativas da sua autoridade anterior. Nas povoações mais pequenas (*sanzalas*) (2), exercia o mando o *morador*, termo que se radicou e que ainda hoje figura na língua ambunda.

Estas autoridades tinham funções militares e administrativas, que se harmonizavam perfeitamente com a organização social dos indígenas e com a soberania exercida pelo reino.

A divisão administrativa tinha por base os concelhos, que por sua vez se dividiam em fracções mais ou menos correspondentes às nossas freguesias metropolitanas do tempo — *divisões*.

A organização militar adaptava-se à organização administrativa, havendo em cada concelho uma ou mais unidades subordinadas a chefes que formavam os quadros superiores da *tropa de segunda linha* (antigamente designada, segundo cremos, pelo nome de *guerra preta* e *dos móveis* (3)).

(1) A palavra *Dembo* significava capitão subordinado ao reino do Congo e exercia a autoridade militar e administrativa.

(2) *Sanzala* é sinónimo de povoação.

(3) A *tropa de segunda linha* tinha funções essencialmente militares e policiais. Os *móveis* constituíam uma tropa auxiliar cuja missão principal era o fornecimento de trabalho braçal para o Estado e particulares.

Além das suas funções militares, os soldados vigiavam e dirigiam as obras de interesse agrícola, os caminhos, duma maneira geral, as obras públicas, e chamavam-se, conforme a missão e hierarquia *capitães* e *cabos* dos serviços de que estavam encarregados. Assim, nos valados para defesa dos terrenos marginais dos rios contra as enchentes chamavam-se *capitães* e *cabos de bongues*, nome dado a êsses valados.

É esta organização, que chegou a ser tão perfeita que sôbre ela repousava tôda a realidade da nossa soberania e que era quási exclusivamente exercida, em todos os cargos, pelos elementos indígenas, e o grau de civilização que êstes povos alcançaram que explicam, em grande parte, a sua resistência na rebelião e as dificuldades que se nos depararam sempre que tentamos ocupar os Dembos. Não eram simples indígenas encerrados na selvajaria dos seus costumes primitivos êsses povos que, às portas de Loanda, repeliam com a fôrça e a organização que de nós tinham recebido, um domínio e uma influência que, em tempos, já tinham aceitado.

A maior parte da população sabia ler e escrever e tôdas as autoridades indígenas, ainda no tempo em que João de Almeida reconheceu a região, falavam o português e ensinavam-no aos filhos e descendentes, apesar de serem passados quási cem anos sôbre os últimos tempos da nossa influência.

Os nomes que usavam eram também portugueses: António, Francisco, José — aos quais acrescentavam como apelido, ainda à velha maneira portuguesa, ou o nome da *banza* a que pertenciam ou o dalgum branco notável que tivessem conhecido.

Êste costume perdurou. Depois da ocupação dos Dembos por João de Almeida apareceram muitos indígenas com o seu apelido.

A indumentária que usavam era a nossa adaptada ao clima, predominando, por influência religiosa, que tinha sido intensamente exercida pelos missionários portugueses, os hábitos talares.

As mulheres, ao contrário das dos outros povos da Colônia, tapavam o peito e tinham um sentimento de pu-

dor quasi inteiramente inacessível às raças mais atrazadas do Sul.

O espirito religioso do gentio era notável e os seus hábitos cristãos, apenas deformados por velhas crenças ancestrais num ou noutro aspecto. As mulheres não dispensavam a cruz entre os seus adornos e nas sepulturas, além dos instrumentos profissionais que tinham pertencido ao defunto, ficava sempre o piedoso símbolo cristão a assinalá-las.

No Encoje, onde o padroeiro era S. José, foi João de Almeida encontrar uma arca cheia de cartas em que as mulheres pediam ao santo que lhes desse filhos.

Dir-se ia que era a fisionomia de Portugal, na sua expressão mais profundamente verdadeira, a repetir-se por acção do génio impressivo da Raça, nessas negras lonjuras que o sangue e o sacrificio de muitos heróis ignorados tinham sagrado portuguesas.

As casas de habitação tinham a architectura das nossas casas aldeãs: Paralelepípedos com telhado de duas águas, barreadas e ornamentadas no exterior, com portas e janelas à europeia e mobiladas nos interiores com cadeiras, mesas, bancos, camas, etc.

Nenhum dembo que se prezasse dormia no chão como acontece, ainda hoje, aos mais poderosos potentados dos outros povos e, inclusivamente, aos melhores e mais inteligentes da Colónia—os cuanhamas.

As culturas revelavam também nitidamente a influencia portuguesa. Feitas racionalmente, à nossa maneira provincial, tanto para os produtos tropicais como para certas espécies europeias que os portugueses lá tinham instalado, tais como laranjeiras, limoeiros, romeiras, etc, constituíam a principal occupação do gentio dos Dembos.

As mulheres fiavam e teciam o algodão e os homens, além dos trabalhos agrícolas, nas regiões atravessadas por rios piscosos dedicavam-se à pesca com redes que fabricavam, exercendo também misteres de pedreiro, carpinteiro, ferreiro, etc.

Quando se crearam os concelhos, acontecimento que marca o apogeu da nossa occupação, por volta de 1808, a nossa influencia e soberania exerciam-se com notável ful-

gor em S. Salvador do Congo, Santo António do Zaire, Ambrizette, Ambriz, Encoje, Dembos, Ambaca, Golungo Alto, Dande, Icole e Bengo — tudo isso que, em 1906, nós acreditávamos ser terra escura de mistérios, habitada por gente primária e ignorante de toda a civilização, e que o reconhecimento de João de Almeida veio esclarecer.

Estávamos em pleno desenvolvimento do magnífico espírito de expansão que já tinha colonizado o Brasil e que, em Angola, estava constituindo, com o mesmo carácter penetrante e assimilador, outro grande país.

Mas vieram as invasões francesas que obrigaram a concentrar na Metropole tôdas as nossas atenções e energias, produzindo a primeira solução de continuidade na corrente que se dirigia para as colónias e mantinha, em perpétuo *roulement* o sangue moço da nossa influência. Veio a seguir o liberalismo com as suas mentiras espirituais, os seus idealismos balofos, a sua ausência do sentido superior da nossa missão mundial, os seus homens fabricados em série na fogueira de 89 — e tôdas as nossas colónias esqueceram.

O Brasil perdeu-se. Na Africa e no Oriente constituímos presídios, abandonamos uma herança secular, esquecemos uma missão grandiosa e trocamos honra, haveres, glória e futuro — por um parlamento.

A Africa fechou-se de novo. Uns anos passados e as gerações novas, para quem toda a Geografia passou a caber no Terreiro do Paço, nasceram a ignorar que eramos um país colonial.

Nos Dembos e, duma maneira geral, em toda a parte da Colónia já ocupada, o próprio grau de civilização a que tínhamos conduzido os seus povos, perante o abandono da metrópole, precipitou a revolta.

Em 1872, não só o concelho dos Dembos, mas também as divisões de Caxito, a sul do rio Dande, de Zenza e do Golungo a norte do Bengo, a 7.^a do Golungo Alto e a 10.^a de Ambaca a norte do Zenza, revoltaram-se contra a nossa autoridade.

Serviu de pretexto à revolta, cujas verdadeiras causas se filiavam no abandono a que tínhamos votado as colónias, o descontentamento entre o gentio, provocado pe-

las desigualdades e extorsões cometidas pelo chefe do concelho e alguns comandantes de divisão — quasi todos homens de côr—na cobrança do imposto dos dizimos.

O levantamento foi iniciado pelo Cassango, em seguida ao cumprimento duma pena que reputou injusta e que êle tinha vindo cumprir a Loanda.

A organização militar de que dispunham os Dembos permitiu ao Cassango concertar rapidamente a sublevação e fazê-la eclodir e generalisar a todos os sobados vizinhos, ateando uma labareda revolucionária que haveria de queimar os últimos liames da nossa soberania.

Foram trucidadas algumas autoridades e guarnições, tendo escapado apenas — e a muito custo — aquelas que aos primeiros acometimentos da revolta se puzeram em fuga. Uma grande parte dos officiaes e a maioria da tropa de segunda linha fizeram causa comum com os revoltosos, o que era de esperar visto que, como dissemos, eram os próprios sobas (*Dembos*) os graduados e comandantes das companhias de 2.^a linha, da *guerra preta* e das *divisões*.

Como as comunicações eram difíceis e morosas, Loanda só teve conhecimento da sublevação quando esta tinha já atingido tôda a região entre os dois rios e os sublevados occupavam Caxito, sede do concelho do Alto Dande — um arrabalde de Loanda.

Para guardar as comunicações junto ao mar, até onde a revolta rapidamente alastrou, foi necessário enviar dois navios de guerra, um para a foz do Bengo e outro para a do Dande.

Em Loanda, não havia tropas em número sufficiente para atacar e dominar os sublevados. que, além da força importantíssima de que dispunham, estavam naturalmente defendidos pelas condições geográficas duma região montanhosa, cortada por numerosos cursos de água, coberta de densas e emaranhadas florestas e aggressiva quanto ao clima. Foi necessário mandar vir tropas de Benguela e de Mossâmedes e constituir com elas várias colunas e destacamentos, uns destinados a bater os revoltosos e a reocupar a região e outros a policiar os territórios vizinhos e guardar as comunicações.

As operações demoraram cêrca de dois longos anos. Mas porque os esforços foram desordenados, porque já não animava as nossas tropas aquele espírito de expansão profundamente nacional que estava na base das emprêsas do século anterior, porque as qualidades do gentio, a sua organização militar e a sua sciência do aproveitamento do terreno lhe permitiam tirar tôdas as vantagens da situação, o que é certo é que nada mais se conseguiu do que reocupar uma parte do concelho do *Alto Dande*. O próprio *Icau*, fronteiro à sede dêste concelho, na margem esquerda, permaneceu insubmisso.

¶ E a derrota foi tão completa que um dos destacamentos empregados na acção, com um efectivo de quási mil homens, para conseguir retirar até à margem esquerda do *Zenza*, teve que pedir tréguas aos revoltosos!

Data de então o que, praticamente, se pode chamar a independência dos Dembos.

Quanto à região dos *Mahungos*, essa nem sequer tinha sido ocupada. No tempo de João de Almeida eram raros os europeus que por lá tinham passado, não havendo, como de resto acontecia com a maior parte dos Dembos, nem o conhecimento da região nem a mais leve sombra da nossa autoridade.

Em 1890, alguns povos da margem direita do *Zenza*, fronteiros à divisão de *Calunga*, querendo libertar-se das atrocidades do *Dembo Cazoangongo* com quem se tinham desavindo, vieram a Loanda prestar vassalagem e pedir ao Govêrno Geral o estabelecimento dum posto que os protegesse.

Criou-se então a Delegação dos Dembos, cuja situação devia ser efêmera, pois não tardou muito que os repetidos ataques do gentio a obrigassem a deslocar a sua sede, que depois de tentar fixar-se, numa verdadeira retirada, em vários locais de que sempre acabava por ser desalojada, veio estabelecer-se finalmente nas proximidades do *Zenza*.

No tempo de João de Almeida, encontrava-se a oito quilómetros do rio, sem fortificação, guarnecida por tropas de segunda linha, desprestigiada e sem autoridade na mais insignificante *sanzala*.

Tôda a região entre o Zenza e o Dande, desde Sassa e lagoa Morime a S. O., estava insubmissa. Era vedado aos europeus transpor qualquer dêstes rios e nem sequer os indígenas estranhos que trajavam à europeia lá podiam entrar.

As regiões limitrofes das fazendas agrícolas e estabelecimentos comerciais tinham-se transformado em verdadeiros coios de serviçais fugitivos, desertores, foragidos, criminosos, tôda a escória a quem a sociedade perseguia. Afirmava-se que até condenados e deportados brancos se refugiavam em Quillengues.

Os comerciantes indígenas, especialmente os das regiões de nordeste, como os Mahungos, só atravessavam as terras e, sobretudo, os rios na passagem dos portos, a troco de pesadas contribuições.

Não se limitando a uma rebelião defensiva, os povos do antigo concelho dos Dembos, especialmente os do Cazoangongo e Muando, provocavam constantemente os povos submissos da margem esquerda do Zenza, com o mais absoluto dos desprezos pela nossa autoridade e levando a sua audácia a ponto de passarem com frequência aquele rio e virem saquear as *sanzalas*, donde levavam os próprios moradores, prisioneiros, amarrados, para o outro lado até que êles, ou alguêm por êles, pagassem o resgate.

Pouco antes de 1906, só num sobado, estavam amarradas mais de quarenta pessoas!

Apenas os povos das margens do Lifune, como os Dembos Nanboangongo e Quinguengue e os da jurisdição do Encoje — sem, todavia, deixarem de considerar-se independentes ou subditos do Rei do Congo — mantinham relações com as nossas autoridades e obedeciam, até certo ponto, às suas indicações.

Nenhum dêstes povos, bem como o Dembo Ambuila, tinham auxiliado a revolta de 1872 que, como dissemos, ficara limitada aos povos de entre o Dande e o Zenza.

Era esta a paisagem política duma região que já tinha sido um puro e glorioso prolongamento de Portugal — terras inacessíveis, impenetráveis!

O estado em que a região se encontrava em 1906,

constituia uma verdadeira vergonha para o nosso prestígio.

Dos reconhecimentos já tentados — e alguns por oficiais do valor de Tamegão e Gomes da Costa — nenhum tinha conseguido ir além do Encoje.

A série dos desastres de 1872 nunca tinha sido vingada e o gentio rebelde, naturalmente, desdenhava o nosso poder em que deixara de acreditar e manifestava-se agressiva e insolentemente, a ponto de não ser possível ir de Cabiri a Caxito ou Sassa, sem ter que fazer uma longa caminhada torneante por Quifandongo e Sassa-lamba.

E isto passava-se nos arredores de Loanda, a capital da Província!

II

João de Almeida chegou a Loanda, de regresso do Sul, onde tinha completado com o reconhecimento no distrito de Benguela, os seus primeiros 13 meses de serviço colonial, em 11 de Fevereiro de 1907.

Enquanto andava pelo sul, prestando os serviços que acabamos de descrever e pelos quais qualquer servidor dum outro país verdadeiramente colonial seria festejado como um herói, os seus inimigos em Loanda não lhe perdoavam os interesses que ferira nem as atitudes que tomara contra os apaniguados da Kuribeka.

Nas posições confortáveis e rendosas em que se encontravam, sem o menor respeito pela dedicação patriótica dum homem que na mesma ocasião arriscava a vida todos os dias nos serviços mais perigosos e desinteressados e que, voluntária e entusiasticamente, os preferira às chorudas e cómodas situações de que poderia dispor, como tantos outros, em Loanda, teceram junto de Eduardo Costa, sempre ressentido com a ida de João de Almeida para o Cuamato, uma dessas intrigas tropicais que eram moeda corrente entre uma população que se agitava num ambiente de degradados.

O caso tinha-se passado da seguinte forma: Um antigo cabo da Polícia que fôra fiel do palácio do govêrno e que João de Almeida lá conhecera, tinha-se estabelecido na cidade com uma pequena mercearia.

Falto de crédito para realizar os seus fornecimentos, pediu a João de Almeida, de quem recebera bons tratos e protecção, que lhe servisse de fiador numas mercadorias que tinha mandado vir de Lisboa.

João de Almeida acedeu, mas como tivesse, entretanto, que partir para a campanha do Cuamato, aceitou o

oferecimento que lhe fez na Mess de oficiais da Fortaleza de S. Miguel, onde comia, o seu amigo e procurador capitão Manoel Roquete que se prontificava a ser êle próprio o destinatário da remessa das mercadorias do ex-cabo de Polícia, e não pensou mais no caso.

Manoel Roquete, que também conhecia o mercieiro e que o apreciava, não esqueceu a incumbência e mandou despachar na alfândega, na altura oportuna, a remessa do antigo fiel do palácio.

Decorria Setembro de 1906 e encontrava-se João de Almeida no Encombe, em plena actividade da coluna do Cuamato.

O *Angolense*, órgão oficial da Kuribeka local, não perdeu o ensejo e publicou um *suelto* em que se dizia *que até os ajudantes da casa real despachavam mercadorias para venda com manifesto prejuízo dos comerciantes*.

A intriga espalhou-se como gota de gordura em tecido de qualidade e no «Palácio», onde a *entourage* de Eduardo Costa ainda não perdoara a João de Almeida o castigo do Rebocho, trataram imediatamente de a explorar, tanto mais que a obra era fácil na ausência do alvejado.

João de Almeida só em Dezembro, em Mossâmedes, — muito tarde para deter uma intriga africana — teve conhecimento da local.

Surpreendido e indignado, escreveu imediatamente uma carta esclarecendo o caso que, de resto, com a publicidade que tivera na Mess de oficiais era do conhecimento de muitos dos seus companheiros — Agostinho Câmara, A. Faria, José d'Albuquerque, Roque Varela, Albano de Melo, Pimenta de Castro, etc.

Mas uma intriga em Loanda não se desfaz com uma carta escrita de Mossâmedes — sobretudo quando existe muita gente interessada em fazer-lhe produzir efeitos.

Era muito tarde.

João de Almeida chegou a Loanda, como dissemos, a 11 de Fevereiro. Apresentou-se imediatamente no Quartel General, onde tinha sido substituído nos seus cargos de sub-chefe e chefe de Estado Maior pelos capitães Pedro de Lemos e Nascimento.

Recebido friamente, no dia 12 foi-lhe comunicado

que o Governador Geral, que nem sequer o felicitou pelo êxito dos seus trabalhos no Sul, lhe proporcionaria a ida para outra Colônia, onde pudesse tranqüilamente terminar a comissão ordinária a que se tinha obrigado, tanto mais que o seu estado de saúde estava rudemente abalado pelos serviços que acabava de prestar.

Repeliu João de Almeida enèrgicamente a proposta, dizendo que fôra para Angola que viera e que era em Angola que desejava terminar a sua comissão.

Defenida assim a sua attitude, a sentença de morte — a segunda — foi-lhe posta como o outro polo do dilema de que não poderia sair :

— Então... o reconhecimento dos Dembos !

E João de Almeida, sem hesitar, aceitando a violência e recalçando tôda a indignação que a injustiça lhe causava, escolheu :

— Seja o reconhecimento dos Dembos !

E os seus inimigos resolviam assim duas dificuldades : a de manter nos logares de Chefe e Sub-Chefe de Estado Maior os seus amigos e a de encontrarem para João de Almeida uma pena capital.

De duas uma : ou não passava do Encoje e depressa se esbateria a fama que ganhara no Sul — ou passava do Encoje e, decerto, não voltaria mais a importuna-los.

No dia 13 recebia instruções confidenciais para o reconhecimento e no dia 18, uma semana após o seu regresso de Benguela, com a saúde profundamente abalada, como se a expedição ao Cuamato, os reconhecimentos do Cuanhama e do Evale, os reconhecimentos da Huila, de Benguela e de Mossâmedes fossem nefandos crimes, iniciava o reconhecimento dos Dembos, partindo para Quifandongo de manhã e indo pernoitar, nessa mesma noute, à fazenda Tentativa.

Acompanhavam-no como auxiliares o tenente Melo Vieira, um soldado de cavalaria da Polícia, Manuel Morgado, sua ordenança, e oito soldados pretos.

A semana que se demorara em Loanda tinha sido destinada a passar a limpo as cartas itinerárias e o relatório dos seus reconhecimentos no Sul, para não partir sem os deixar entregues no Quartel General.

É preciso possuir um sentimento verdadeiramente militar e superior da obediência, bem como um sólido espírito religioso, para tragar todo êste fel e marchar ainda com o moral e a energia com que João de Almeida se lançou para o reconhecimento dos Dembos!

No dia 19, reconheceu a barra do Dande e foi a Caxito, então sede do concelho, para angariar os carregadores de que necessitava e, nos três dias seguintes, com a mesma actividade trepidante que construíra o êxito dos reconhecimentos do Sul, reconheceu as terras de entre Bengo e Dande, a lagoa Morime, prolongando o reconhecimento a Este e a Sul até às divisões de Cacori, Camibuale e Icau e a Quilengues por alturas de Mubela e Cabiri.

No dia vinte e três reconhecia a margem norte da lagoa Morime e do rio Dande até Sóte, onde foi detido pela enchente do rio que alagava os terrenos marginais e pela cobardia dos indígenas que se recusaram a acompanhá-lo mais para diante.

Em Sóte já se refugiavam, a bom recato, muitos serviçais, foragidos e desertores—já era zona, por assim dizer, impenetrável.

Estavam em plena estação do calor, dos mosquitos e das chuvas—dessas chuvas africanas que caem em pesadas cataratas e transformam rapidamente uma pequena linha de água num rio enorme e caudaloso, essas chuvas torturantes, lamurientas, que dão àqueles que as sofrem a impressão de caminharem através duma paisagem submarina, essas chuvas, enfim, durante cuja quadra, ainda hoje, tôda a gente evita viajar.

Nos dias vinte e quatro e vinte e cinco choveu torrencialmente. João de Almeida teve que demorar-se em Sassa para se abastecer e angariar os carregadores de que necessitava para o troço da viagem até ao Encoje que só no dia 26 pôde iniciar.

Transcrevemos do seu diário :

«Dia 26-II-907 (3.^a feira).

Partida da Tentativa às 6 horas da manhã. Rumo a E.; passagem em Caxito, sede do concelho, às 8,10 e em Sassa às 8,50.

É a última povoação com comerciantes estabelecidos. Rumo de 20° a E. Terreno subindo em degraus alternados com platós, durante uns 8 km., com ligeiras ondulações até a pequena depressão onde corre o Lifune.

Pequenas matas nos cimos das ondulações, mais compactas e frondosas nas depressões.

Nos intervalos predominam os imbondeiros e os cactos arbóreos. Terreno escuro sem rochas.

Chegada à *sanzala* de Anapasso às 3,35 da tarde, acampando junto do rio Lifune na margem esquerda. Marcha efectiva desde Sassa 33 km.; altitude 250 metros; temperatura à sombra, à chegada, 38°, ao anoitecer 35°, sôbre a madrugada 24°. Tempo claro, céu com bastantes núveis. Começa aqui a região dos Dembos.

Recebidos hostilmente. O *macota* não nos deixou pernoitar na povoação nem consentiu que nos vendessem os géneros que esperamos adquirir. Ao anoitecer veio ao nosso acampamento com um batuque infernal fazendo jús ao presente.

Pedindo-lhe informações sôbre o caminho e a região limitou-se a dizer-me que o caminho estava trilhado até Amaxixe, por onde teríamos que passar se quizessemos ir ao Encoje e que mais não podia informar sem licença do Dembo.

Anapasso—Povoação pobre de umas vinte e tal palhotas, quarenta pessoas e o *macota* Mané Quité. As *cutatas* de duas águas, sem divisões interiores. Cultivam o milho, batata doce e amendoim e criam galinhas, porcos e cães.

Lifune—Bastante caudaloso, devido às chuvas torrenciais que têm caído; 20 a 25 metros de largura, fundo de lodo e pedras, margens baixas e à mesma altura; cruza-se num vau de 15 metros com 1^m,50 de profundidade; terreno ondulado em ambas as margens.

À nossa chegada estava acampada uma comitiva de uns 30 carregadores com café que se dirigem a Sassa. O café é transportado em sacos fabricados com folha de palmeira (*matéba*), tecidos como as esteiras, contendo cada um entre 35 e 40 quilos.

Entre os carregadores vêm algumas creanças que dois dos mais velhos estavam a ensinar a ler e a escrever. Quási todos trazem um tinteiro de vidro ou de chifre dependurado. Os rapazes vêm ajudar os pais e êstes aproveitam os descansos para os ensinar. Quási todos os carregadores sabem lèr e escrever o português. Esta comitiva vinha da região de Quibaxe e prosseguia na marcha uma hora depois

da nossa chegada, não tendo conseguido colher dêles quaisquer informações.»

Nenhum dos pioneiros da Africa, nenhum dos seus exploradores mais afamados, sem esquecer os nomes de Capêlo e Ivens, Stanley, Serpa Pinto e Levingstone, realizaram, em condições tão difíceis, reconhecimentos tão meticolosos e claros.

Atrás dos percursos de João de Almeida era uma verdadeira luz que ficava a iluminar a passagem para vindiros. Não havia pormenor nem acontecimento que não ficasse revelado, reconhecido e constituindo luminoso ponto de referência, de segura precisão, para quantos se lhe seguissem.

A caminho do Encoje, que as informações de Loanda davam como terra submissa e de providências, fiel ao rei de Portugal e ricamente apetrechada de comerciantes e tropas, visitaram o Dembo Quinguengue na sua *banza* (*sanzala* do soba), no dia 4. Foram recebidos de tal forma que João de Almeida teve que desistir de reconhecer outro Dembo da mesma região, onde decerto não teriam a generosidade de o deixar seguir.

No dia 6, as chuvas tinham provocado no rio Lua cheias torrenciais que não lhe permitiram avançar mais de oito quilómetros.

Só no dia 9 pela tarde poudo atingir Quinzambo que pertencia já às terras do Encoje — essas terras que, segundo a informação de Loanda, dispunham de todos os recursos de que João de Almeida precisava para prosseguir o reconhecimento.

O seu estado de saúde ia profundamente abalado. As hemorragias intestinais de que começara a sofrer no reconhecimento do Lubango a Mossâmedes e que se tinham agravado no reconhecimento do distrito de Benguela, acometidas ainda pelas fadigas e privações duma viagem arriscada em plena estação das chuvas, sem ter gozado sequer, em Loanda, um repouso para tratamento, enfraqueciam-no dia a dia.

A viagem até às terras do Encoje tinha sido penosíssima. As chuvas copiosas e constantes, um terreno movi-

mentado e crespo de florestas, em que o caminho, muitas vezes, tinha que abrir-se à catana, a alimentação diffeientíssima, os perigos constantes duma região pouco segura, tudo isso fez daquela viagem, que constituia o prefácio do reconhecimento dos Dembos, uma atribulação amarga.

O gentio não os atacava nem os perseguia, mas também não lhes prestava qualquer auxílio. Por tôda a parte eram mal recebidos e nunca conseguiram adquirir os mais insignificantes gêneros de alimentação. A própria *fuba* para os carregadores não a puderam obter, tendo que alimentá-los com as suas próprias rações, já de si insuficientes e magras.

As mulas que levavam só lhes aumentavam as dificuldades. Escorregando nas argilas patinantes, obrigando-os a contornos muito longos nas passagens dos cursos de água, quási conduzidas ao colo nos declives mais ásperos, acabaram por constituir um dos mais graves embaços do reconhecimento.

Quando chegaram a Quinzambo tudo mudou e parecia realmente que iam confirmar-se tôdas as informações colhidas em Loanda sôbre as terras do Encoje. Ao contrário dos povos que tinham atravessado, que não acata-vam a autoridade portuguesa, os da região do Encoje, logo a partir da fronteira marcada pelo Quinzambo, não só acatavam as nossas autoridades, como manifestavam um certo orgulho em declarar-se gente do *mueneputo* (rei de Portugal).

Transcrevemos do diário de João de Almeida a parte referente à saída do Quinzambo até ao Encoje, que tem um interêsse muito especial :

«Dia 10-3-907—Partida de Quinzambo às 8,10. Temperatura 38°; rumo 80°. Marcha ao longo da ribeira em terreno ondulado e com declives ásperos.

Aumenta o porte da vegetação. Às 8,20 rumo a 20°; altitude de 680 metros. Às 8,30 rumo de 80°; às 8,45 rumo de 100°; às 9,8 rumo de 135°; às 9,22 rumo 195°; altitude de 800 metros. Vegetação luxuriante, árvores frondosas, com muitas trepadeiras, rosas gigantes de pétalas brancas e vermelhas muito carnudas.

Às 9,30 rumo de 53°; às 9,35 rumo de 100°; altitude de 705^m, num solo cortado por linhas de água.

Às 10 horas rumo de 60°; altitude de 770^m. Marchamos ao longo duma divisória de águas. Terreno completamente coberto de arvoredos. Para leste, a uns três quilómetros, a serra Buto. Eleva-se muito acima das linhas de cabeços arredondados que vamos cruzando.

Às 10,15 cruzamos uma linha de água que corre para oeste e passamos pela povoação de Quiar; altitude 685^m; rumo de 65°; às 10,25 rumo de 75°. Às 10,37, *sanzala* do Sengue; rumo de 5°; às 10,45, rumo de 60° cruzando uma linha de água que corre para oeste. Às 10,50 *sanzala* de Chicongo; altitude 595^m; rumo de 70°, tomando o caminho ao longo duma linha de água.

Às 11,20 chegada a Mané Dando; altitude 630^m; temperatura 39°; distância percorrida desde Quinzambo 13 km. Marcha muito fatigante por causa da abertura do caminho para as mueres. Os soldados e os carregadores, de catana na mão, cortavam as árvores e as trepadeiras; terreno argiloso; grandes lameiros, nas linhas de água, onde as mulas e os carregadores se atolam. Para os peões há sempre troncos sobre os quais se passa. Neste percurso há grandes matas de cafézeiros, muito carregados. E junto das *sanzalas*, e aqui em especial, cará, amendoim, gengibre e mandioca; pouco milho. Muitas árvores de fruto: bananeiras, lindas laranjeiras, goiabas, etc.

Terreno rochoso, estratificado; *pissarras* nalguns pontos.

Cumprimentos dos *macotas* e principais moradores que já nos aguardavam. Mostram-se satisfeitos e retribuem os nossos presentes com fuba para os carregadores e café que não podemos levar.

Há duas casas para pousada de soldados e funcionários em trânsito. Visitei a casa do Mané Dando, de duas águas e vários compartimentos, grande, limpa e confortável. Como nas *sanzalas* anteriores, as casas de habitação tem portas e janelas com divisões interiores e quasi sempre barreadas por dentro e por fora. Usam também camas de madeira, algumas com duas cabeceiras, com enxergas ou esteiras e travesseiro; armários com gavetas, cadeiras e bancos de madeira, cestos com aza, de verga ou de matéba, redes para transporte de cargas, etc. Utilizam púcaros, bilhas e panelas de barro bem como escudelas e outros vasos de madeira.

O vestuário e os adornos das mulheres são como nas povoações anteriores. Seguram o cabelo com uma fita que passa pela testa e vai atar atrás. Braceletes de cobre e ferro.

Há ainda bastantes casos de doença do sono, mas que parecem diminuir, segundo informa o Mané Dando, que fala e escreve o português. De facto nós fomos hoje menos perseguidos pelos enxames de moscas que, caso curioso e que não sei explicar, nos largam e ficam para traz, ao cruzarmos qualquer curso de água.

Retomamos a marcha à 1,10 com rumo a 360°. À 1,15 rumo de 40°; altitude 615 metros; cruzamos uma pequena linha de água. À 1,22 rumo de 350°. À 1,57 rumo de 55°. Às 2,10 rumo de 10°; altitude de 615 metros cruzando uma linha de água. Às 2,26 rumo de 25°. Às 3,35 rumo de 30° e às 3,50 rumo de 40°.

Às 4 h. chegada ao Encoje; altitude de 650^m; temperatura de 37°; distância percorrida desde o Mané Dando 9 km.

O caminho corre quasi sempre numa planície sulcada de linhas de água de leitos pouco profundos e fracas correntes, aos torcicolos por entre enormes montes de rochas e fragas de calcáreo.

Vegetação luxuriante, grandes árvores intervaladas por matos que denunciam que estes terrenos já outrora foram cultivados. Às 3 horas começou a chover torrencialmente ficando os campos cobertos de água. Trovões e relâmpagos de luz tão viva e crúa que nos cegavam obrigando-nos a parar atordoados. O caminho que nos conduziu à fortaleza estava tapado por falta de trânsito e na mata contígua enormes árvores derrubadas à nossa vista pelos raios tolhiámos o passo. Foi necessário abrir caminho com as catanas para as muares poderem passar.

Quando chegámos à fortaleza a porta estava fechada. Batemos à porta e ninguém a abria.

Foi preciso, com uma vara, tocar a sineta que estava pendurada por cima da verga. Lá dentro, no barracão de capim que lhes serve de caserna, estavam os soldados da guarda sentados ao lume, que se mostraram muito surpreendidos com a nossa aparição.

Passada a chuva subimos ao parapeito da fortaleza e, com funda emoção, verificamos que o grande centro comercial e agrícola do Encoje estava reduzido aos arruinados muros da fortaleza.

Nem uma *cabata* em volta! Das antigas construções só restam ruínas; as da igreja matriz, S. José do Encoje, restos de paredes de habitações, muros de quintais, hortas e jardins, fornos de cal e de telha, restos duma canalização de água para o abastecimento da fortaleza e da vila. As *cabatas* mais próximas são as de Nanando, a 1 quilómetro para poente.

É tudo quanto resta da pujante e gloriosa Encoje!

Da guarnição de quinze móveis que deviam estar na fortaleza estavam apenas três soldados.

O Chefe do concelho, o tenente de 2.^a linha Vandumen, um preto, mora a três horas da fortaleza. Mandei-o chamar por um soldado.

Há muito que aqui não há estabelecimentos comerciais, nem de brancos nem de pretos. E, quanto a alimentação, tivemos ainda que cear a comida dos carregadores: *fuba* com azeite *dem-dem*.

Dia 11—Dormimos na caserna dos móveis. Manhã de nevoeiro que levantou pelas nove horas. Sol abrazador. Temperatura do dia: Máxima 47°; mínima 21°. Temos a impressão de estar mergulhados num banho de glicerina».

O Encoje era como dissemos o limite máximo dos reconhecimentos anteriores, o ponto para além do qual não tinham conseguido avançar homens como Tamegão e Gomes da Costa.

Além disso, as informações de Loanda, que se confirmavam quanto à submissão dos povos do Encoje, falhavam por completo no que dizia respeito a recursos e possibilidades de abastecimento.

Da nossa influência e soberania na região restavam as ruínas que o diário enumera... e três soldados de segunda linha acorados em volta duma fogueira.

Para além viviam povos hostis, senhores duma civilização adiantada, militarmente organizados, entre os quais não era de prever nem bom acolhimento nem sequer a possibilidade de encontrar a alimentação.

Tôdas as tentativas que João de Almeida fez para obter géneros e carregadores foram baldadas.

Não era uma cobardia voltar para terra, visto que para a frente se desenhava manifestamente a impossibilidade de avançar.

Além disso, a doença continuava a fazer estragos profundos e a encaminhá-lo, pela perda diária de sangue que dela resultava, para uma anemia cujos primeiros sintomas começavam a manifestar-se. A alimentação de *acaso*, escassa e anti-higiénica, agravavam-na dia a dia.

Moralmente, pesava-lhe na alma a ingratidão, a injustiça e a violência com que tinham sido recompensados os seus serviços no Sul.

Foram três dias amargos, êsses que João de Almeida passou no Encoje, numa caserna de pretos, como um condenado à pena última. É preciso procurar em razões profundas de ordem religiosa e de são patriotismo o alimento duma energia que ainda se mantinha e não queria admitir a possibilidade dum regresso a Loanda.

Exgotados todos os meios para encontrar gêneros e carregadores, informado de que a uns dez quilómetros para além já estava interdita a passagem aos brancos ou pretos do Govêrno, João de Almeida, não querendo sacrificar os seus companheiros numa aventura cujo desenlace não permitia optimismos, mandou voltar para trás o tenente Melo Vieira e os carregadores, abandonou tôda a impedimenta e resolveu continuar o reconhecimento, levando consigo apenas essa figura humilde de herói plebeu, fiel, dedicado e enorme, que se chamou Manuel Morgado — a sua ordenança, o seu antigo companheiro nos reconhecimentos do Evale e do Cuanhama.

O Manuel Morgado já morreu e ninguém sabe até que ponto contribuíram para a sua morte os duros trabalhos em que acompanhou João de Almeida. Nunca esperou um lugar na História nem nunca o impeliu um sonho de glória ou uma miragem de riqueza. O Manuel Morgado, soldadito bisonho a quem João de Almeida um dia protegeu, engrandeceu-se sem dar por isso, e o seu heroísmo sem teatro, sem galeria, sem reflexão era um produto genuíno e puro da dedicação e da lealdade plebeias que tantas vezes se encontram entre os humildes de Portugal.

Que o seu nome, que a História não recolherá, fique ao menos nas páginas modestas dum livro que quer ter a coragem e a originalidade de aparecer, antes de desaparecer o seu herói. Depois não faltarão frases sonoras, nem prosas compungidas a reconhecer a glória e os serviços do homem a quem Silva Teles chamou o primeiro colonial português dêste século — frase que muitos outros não repetem porque João de Almeida ainda está, felizmente, vivo.

Adiante.

João de Almeida saíu do Encoje no dia 14 com o

Manuel Morgado e seis pretos de segunda linha. Não tinha guia nem mantimentos. Para se orientar contava com as suas qualidades e para se alimentar — ¡que fôsse o que Deus quizesse!

Tomou o rumo de leste e acometeu decididamente as terras desconhecidas: a escudela e a navalha à cinta, a bússola pendurada ao pescoço, o podómetro na algibeira, os termómetros e o altímetro a tiracolo.

As chuvas continuavam a cair copiosamente. A marcha fazia-se naquele terreno crespo dos Dembos, erichado de matas exuberantes, emaranhadas, impenetráveis, ora em negros desfiladeiros de enormes ravinas, ora trepando aos cabeços agrestes e movimentados, sob temperaturas máximas que atingiam 47° a 48°.

O que foi essa travessia de audácia, de coragem, de resistência física, efectuada por um homem atacado de hemorragias intestinais, num país fendido por numerosas linhas de água e coberto por espessas florestas, tendo que passar sem ser sentido pelo gentio, tendo que alimentar-se do que encontrava, e que muitas vezes — o milho e a mandioca — tinha que ser pilhado nas lavras dos indígenas, nem aqueles que hoje viajam por entre as serranias dos Dembos podem fazer uma ligeira idea.

Seguindo sempre para leste, João de Almeida foi pernoitar no dia 15 ao Ambuila, um lugar histórico da nossa ocupação anterior, onde se dera a grande batalha entre as tropas portuguesas e o exército do gentio que encerrou, nesse tempo, o nosso domínio nos Dembos.

O Ambuila era considerado o limite das terras do Encoje.

Aqui, com grande dificuldade, conseguiu um intérprete — o Prado Luís — que até certo ponto podia desempenhar as funções de guia.

No dia 16 entrou em região abertamente hostil, onde já era obrigado a contornar as povoações que o Prado Luís ia nomeando para não ser descoberto.

No dia 22, como os perigos se fôssem avolumando e só muito trabalhosamente os tivessem evitado pois não se podiam afastar das povoações tanto como desejariam porque além da população ser muito densa era nas suas

lavras que tinham de procurar alimento, quando não encontravam frutos do mato, o Prado Luís, receiando cair nalguma cilada, na qual teria a mesma sorte que os brancos, fugiu.

Outra vez só com o Manuel Morgado, João de Almeida continuou a marcha na direcção leste vindo a alcançar, completamente exausto, Quiconda no dia 28.

Quiconda pertencia já às terras do Duque de Bragança e aí vivia um comerciante chamado Carvalho que tinha um pequeno estabelecimento de negócio com os indígenas.

Tôda a travessia até Quiconda tinha sido um rosário de inclemências: A chuva, a doença, o calor estorricante, a alimentação roubada nas lavras do gentio à custa dum perigo de morte, e de noite, o frio cruel e penetrante das noites africanas.

Mas nenhuma destas inclemências impediu que o reconhecimento fôsse sendo anotado com a mesma soma de promenores e detalhes scientificos com que já anteriormente tinha sido feito.

Em Quiconda conseguiram reabastecer-se e tomar quatro carregadores para lhes transportarem a alimentação, graças à intervenção do Carvalho.

Parecia assim que as coisas tenderiam a melhorar, reduzidas como ficavam, na parte referente a mantimentos, as dificuldades da viagem.

Não devia durar muito o optimismo.

Marchando logo no dia seguinte de madrugada para Sudoeste, depois de passarem o Zenza em Bazalote, foram pernoitar em Ganavunda.

! Quando acordaram, os carregadores tinham fugido com tôdas as cargas!

! Estavam outra vez sós, sem guia nem mantimentos!

Porque tem um sabor muito especial e encerra um episódio de notável curiosidade, que é ao mesmo tempo uma nota vibrante do valor da influência que já tinhamos exercido na região, e, ainda como demonstração da meticulosidade com que João de Almeida fez o seu reconhecimento através de tôdas as inclemências, transcrevemos novamente uma parte do seu diário:

«Dia 30 — Partida de Ganavunda às 9 horas; rumo de 250°. Às 9,10, rumo de 225°. Às 9,45 altitude de 1.000^m, rumo de 275°. Atravessamos um *plateau* arredondado. Às 10,5 altitude de 9,70^m e rumo de 298°; às 10,24 encontramos duas *sanzalas* afastadas de 300 metros, onde há lindas laranjeiras; caminhamos sempre por entre matas de cafézeiros; cruzamos mais três linhas de água; o terreno sobe. Às 10,25 chegamos a Cazanzale, grande *sanzala*, situada no cimo dum môrro, à margem direita dum afluente da margem esquerda do Ca.

.....

À 1,45 chegamos ao cercado da banza do Caculo Cacabaça, onde fomos surpreendidos e obrigados a parar por ordem do Dembo. Nós que temos atravessado por todas as povoações sem parar, receosos de encontros com os habitantes e alarmados pela fuga dos carregadores que tínhamos trazido de Quiconda, sentimos-nos apanhados ante a intimação nítida e retumbante «*Façam alto! Não podem entrar sem ordem do Dembo!*» feita em claro português, por dois pretos armados de caçadeiras, quando iam a atravessar uma pequena cêrca que continha os gados da *banza* cujas casas se adivinhavam a uns 300 metros por entre frondosas árvores. Esperamos, guardados à vista, pelos pretos durante duas longas horas em que receamos pelas nossas vidas pois ouvíamos o rufar do tambor, repetindo-se por todas as *sanzulas*, a convocar as populações. Passado êsse tempo ouvimos muito barulho e saiu da *banza* uma filarmónica infernal, com instrumentos de cobre e tambores, que nos veio receber festivamente. A demora tinha sido causada pelos preparativos da recepção. O Dembo e os *macotas* que nos esperavam à entrada do páteo do seu *palácio* sentem-se orgulhosos por não serem *como os outros*, dizendo-se amigos do Govêrno. O Dembo trajava uma farda de oficial com calças agaloadas sob uma capa à espanhola forrada de vermelho. Trazia na mão um bastão curto com embutidos de metal branco (talvez prata). Os *macotas* também fardados usavam umas varas compridas semelhantes às nossas varas de édil, também embutidas. Disse o Dembo que sabia que nos tinham tratado mal, mas que ali era outra cousa. Fomos conduzidos triunfalmente para a *banza* onde estava armado, debaixo duma grande árvore, uma espécie de tribuna com quatro cadeiras forradas com um cobertor. O Dembo sentou-se no meio, eu à direita e o Manoel Morgado, a minha ordenança, à esquerda. Ao meu lado direito ficou um velho

que eu de princípio não soube quem era. Uma vez instalados travou-se entre mim e o Dembo o seguinte diálogo:

— Então como está o rei de Portugal?

— O rei está bom.

— Tu és parente próximo ou muito afastado do rei?

Como os Dembos são chefes delegados do rei do Congo e escolhidos entre os parentes dêste, entendia o meu interlocutor que eu, como português de qualidade, devia ser também parente do rei de Portugal.

A nossa conversa continuou neste tom enquanto deante de nós se faziam dansas em nossa honra. Em certa altura o velho que estava a meu lado disse-me:

— Eu sou reformado!

Julgando que se tratasse dum oficial reformado de 2.^a linha comecei a fazer-lhe perguntas nesse sentido, mas êle interrompeu:

— Sou Dembo reformado. Sou irmão dêsse. Eu sou mais velho, mas como já estava aborrecido, reformei-me e dei-lhe o Govêrno!

Terminado o espectáculo pediram-me presentes. Disse-lhes que, por causa da fuga dos carregadores não tinha nada comigo, mas que logo que chegasse ao primeiro estabelecimento de branco onde me pudesse abastecer lhes enviaria o que quizessem.

Deram-me uma casa ampla e limpa que era uma dependência do *palácio*. À noite, quando começava a dormir, entrou o Dembo reformado, trazendo debaixo do braço um livro, e perguntou-me de chofre:

— Ouve lá! Quais são os factos mais notáveis do reinado de D. João II?

Muito admirado citei-lhe dois ou três dos factos perguntados. Mas como não adeantasse mais êle abriu o livro, que era um velho compêndio de História de Portugal para uso das escolas primárias, observando:

— Falta êste e êste e êste!... — enumerando os factos que eu tinha omitido.

Voltou a insistir pelos presentes. Pedi-lhe carregadores, mas disse que não mos dava por causa dos perigos que eu ia encontrar para deante, acrescentando, em tom de censura, que *essa gente não era como a dêle*.

No dia seguinte, de madrugada, perguntei se podia ser recebido pelo Dembo para me despedir dêle, mas disseram-me que ainda estava recolhido. Só consegui sair às 10,30. Antes de sair fui ainda procurado pelo Dembo reformado, que me perguntou:

—Sabes que dia é hoje?

À minha resposta «é Domingo!» acrescentou êle:

—É Domingo de Páscoa!

Preguntei-lhe o que queria como presente e pediu-me que lhe mandasse papel, tinta, penas e aparos, 5 quilos de açúcar e um garrafão de aguardente. No momento da minha despedida trouxeram-me como presente um saco de café e uma perna enorme de boi. Embaraçado, sem poder transportar pesos e volumes tão grandes e não querendo melindrar o Dembo, disse que o saco de café ficava para ser levado pelo emissário que eu mandasse com o meu presente. Quanto à perna de boi não tive remédio senão atravessar-lhe um pau e trazê-la com o Morgado até fora das vistas da *banza* onde a abandonei depois de nela ter cortado o que podíamos transportar».

Êste episódio tem um sabor, um pitoresco, uma originalidade e um significado tam profundos e tam agradáveis para os nossos brios que não podia deixar de ser pôsto em relêvo.

Retomando a marcha, passaram em 3 de Abril, Duala, fronteira ao rio Zenza, sempre com as mesmas precauções para não serem surpreendidos pelo gentio e perseguidos pelas mesmas inclemências.

Para se fazer uma idea das condições em que a marcha de João de Almeida se fazia — condições de segurança, de subsistência e até de tranqüillidade moral — citaremos um, entre os episódios mais marcantes de que o seu reconhecimento está cheio.

Chegando certa manhã à vista duma povoação que, como em geral tôdas as povoações dos Dembos, ocupava, entre altas paliçadas, o cimo dum cabeço, resolveram evitá-la contornando o morro e cobrindo-se das vistas dos indígenas através da floresta imponente. Como desemboçassem, inesperadamente, numa clareira coberta de lavras, que lhes oferecia o almôço de acaso que procuravam — espigas de milho, amendoim, etc. — aproveitaram o ensejo para se abastecer rapidamente. Mas quis a má sorte que o barulho das canas despertasse a atenção dumas pretas que, encobertas pelas hastes do milho, andavam na apanha do amendoim. Lançadas em grande ber-

raria, rapidamente atraíram todos os homens da *sanzala* que num cêrco fácil e fulminante aprisionaram João de Almeida e o Manuel Morgado.

Emquanto ambos eram encerrados numa *cabata* foram alguns pretos chamar apressadamente o Dembo que andava à caça. Êste, mal chegou, foi espreitar os brancos pela porta da *cabata* e, sem dizer uma palavra, mandou-os fechar outra vez.

Pediram os guardas e captores de João de Almeida para que êste e o companheiro fôsem imediatamente julgados, mas o *Dembo*, com o seu espírito cafreal de justiça, recusou alegando que só podia fazer o julgamento em conselho de *macotas* que, imediatamente, mandou convocar.

Foi esta demora de algumas horas que salvou as vidas de João de Almeida e do Manoel Morgado.

Os pretos, na precipitação e enervamento da captura, não os tinham despojado das armas e haveres, de modo que João de Almeida, poudo cortar com a navalha as ligações de capim que formavam a parede da *cabata* e verificar que a trazeira desta não ficava a mais de um metro da palissada. Alargando cuidadosamente a fenda conseguiram passar para o exterior e saltar imediatamente a palissada. O ruído da queda dos corpos despertou a atenção dos guardas que deram o alarme. Mas, enquanto alguns pretos procuravam a porta da palissada para os perseguir já os dois brancos galgavam pelas terras fora, ganhando avanço aos perseguidores.

Seguidos sempre pela alcatêa dos pretos tomaram a direcção do rio Lombige que João de Almeida já tinha enxergado a uns seis quilómetros de distância.

A perseguição é tenaz, ameaçadora barulhenta. Os negros disparam as suas armas e gritam—fazem uma verdadeira caçada em que os brancos se vão escapulindo como *bambis*.

Chegados ao rio, os crocodilos que ripançavam nas margens saltaram espavoridamente para a água onde se sentiam fortes. Para poderem passar não havia ponte, nem barcos, nem um *dongo* sequer. E para se lançarem a nado encontrariam, não só a gula dos jacarés como tam-

bém um percurso caudaloso de mais de cem metros de largura e impetuosa corrente.

Metidos, por assim dizer, entre a espada e a parede, fizeram frente aos perseguidores com tiros de espingarda. Mas a hoste ia engrossando e dentro em pouco a *manga* dos pretos formava uma meia lua com as pontas apoiadas na margem do Lombige; ou se atiravam à água para ficarem na boca dos jacarés ou apenas lhes restava o fim trágico que tivera o Conde de Almoester, na Jamba, quando regressava do Humbe.

O Manoel Morgado, que se lembrava dos seus tempos de contrabandista, em que atravessava o Côa debaixo da fuzilaria do fisco, não hesitou:

—Oh! meu chefe, estamos salvos!

E lançou-se denodadamente à água, com a carabina a tiracolo.

João de Almeida, sem proferir palavra, seguiu-lhe o exemplo.

Os pretos saraivavam de zagalotes os dois fugitivos, mas as suas balas em lugar de os matarem salvavam-nos. Eram elas que espantavam os jacarés e permitiam aos brancos aproximarem-se lentamente da margem oposta.

Vencida a corrente do rio, alcançaram por fim o canço da margem. Estavam salvos.

Reatando o relato do reconhecimento depois da passagem de Duala: Repassaram para a margem esquerda do Zenza, a caminho do Golungo Alto, vindo a pernoitar numa fazenda de cana sacarina que ficava junto da margem esquerda.

Foram, naturalmente, muito bem recebidos, mas o estado de saúde de João de Almeida tinha-se agravado de tal forma, com as hemorragias cada vez mais abundantes, por causa da fadiga e da alimentação, que o seu estado de anemia era profundo. Acometido por vertigens e quasi cego, teve que seguir no dia 5 para o Golungo Alto e baixar à enfermaria, onde foi tratado pelo Dr. Manso Preto que diagnosticou a terrível anquilostomiase.

Conseguiu ainda na Fazenda reconstituir parte dos

seus apontamentos mas teve que desistir porque o seu estado de fraqueza era tão grande que nem ler podia.

Do Golungo Alto telegrafou João de Almeida para Loanda, em resposta a uma pergunta do Quartel General que há muito tempo não sabia do seu paradeiro e acreditava já na possibilidade dum massacre.

No dia 13, como se julgasse curado, prosseguiu na marcha. Foi à estação do caminho de ferro do Queta, daí a N'Dala-Tando e Ambaca; e, voltando ao Golungo, regressou novamente à região dos Dembos, pela fazenda de café de Montalegre e por Calunga, que era, nesse tempo, o grande centro comercial que com o Golungo formavam os mercados de abastecimento e comércio da região leste dos Dembos.

Em 25 passava de novo o Zenza no pôrto de Anga e levava o seu reconhecimento até à Delegação, que ao tempo estava guarnecida por quinze praças e um sargento de 2.^a linha.

A actividade febril e vertiginosa continuava a ser a característica do reconhecimento.

E assim fazia João de Almeida, logo no dia imediato, penetrações em vários sentidos. Não podendo seguir pela margem direita do Zenza, por estar completamente fechada, voltou ao pôrto de Anga e foi pernoitar a Quinguengue, donde em 27 prosseguiu no reconhecimento ao longo do vale do Bengo.

Quando chegou ao Golungo encontrou um telegrama de Eduardo Costa mandando-o regressar a Loanda.

O Governador Geral, dois dias antes da sua morte, arrependia-se da injustiça e violência com que tratara João de Almeida e mandava-o reassumir as suas funções de Sub-chefe e Chefe de Estado Maior.

Mas então já se sabia o que era uma grande parte dessas terras misteriosas dos Dembos e já estava esclarecida mais uma das regiões negras da Colónia — exactamente aquela, cujo mistério, por estar às portas de Loanda, era mais vergonhoso para nós.

João de Almeida estava cadavérico, exausto. Só a sua resistência espantosa e essa fôrça de ânimo que pode e deve ser mostrada à gente nova como padrão



maravilhoso de virtudes militares, o tinham aguentado até ali, depois dum itinerário duríssimo de mais de 1300 quilómetros.

Apesar disso quis completar o reconhecimento até ao caminho de ferro de Ambaca, regressando no dia 28 a Zenza e passando por Cabana-Cabanga, Bandel e Quilambe. Nesse mesmo dia desembarcava em Loanda, na cidade alta.

Tinha já falecido Eduardo Costa.

Gomes de Sousa reocupava o lugar de Governador Geral interino.

E no dia 30, João de Almeida era outra vez o Sub-chefe e Chefe de Estado Maior das Fôrças do Exército em Angola.

O reconhecimento dos Dembos era já um acontecimento do passado do herói.

VI

Paiva Couceiro, Governador Geral
João de Almeida, Chefe do Estado Maior

O plano da ocupação militar.
Preparativos para a campanha dos Dembos

Durou cêrca de mês e meio a interinidade de Gomes de Sousa no Govêrno Geral de Angola depois da morte de Eduardo Costa.

João de Almeida, reempossado no seu lugar de Chefe do Estado Maior, encontrou, como era de esperar, tôda a orientação que imprimira ao Quartel General profundamente alterada. O centro orientador e activo que êle desejava que o Quartel General das Fôrças do Exêrcito, fôsse — organismo dinâmico capaz de dirigir um grande movimento de occupação, do alto dum pensamento político e militar sòlidamente estabelecido, tinha-se transformado outra vez na repartição burocrática que, mais ou menos, sempre fôra.

Sem pensar numa convalescença repousante, que lhe era absolutamente necessária depois do reconhecimento dos Dembos, porque essa febre de acção e movimento que domina a sua psicologia não o deixava cuidar da saúde, assumiu logo, efectivamente, o seu cargo, restabelecendo a ordem, o movimento e a actividade anteriores, apesar da resistênciã e da guerra que os elementos da *Kuribeka* voltavam a fazer-lhe.

Durante êste mês e meio rápido, mas em que não houve um dia vazio, elaborou a carta-itinerária do reconhecimento dos Dembos e teve ainda tempo para ir fazer novos reconhecimentos no Zaire, em S. Salvador e em Landana — regiões sôbre as quais desejava possuir informações seguras, visto que eram, com a Lunda, as únicas, da Colónia que ainda não conhecia.

Era, evidentemente, questão prévia da occupação o conhecimento das regiões em que se teria que opera^r.

Em Angola não havia nada organizado nesse sentido.

Sôbre tantos territórios desconhecidos apenas havia boatos, pois outra cousa se não podia chamar às informações, por vezes contraditórias que forneciam os comerciantes do mato e alguns indígenas submissos. Mas nem os próprios boatos estavam sequer coligidos de maneira a oferecerem, pelo menos, um conhecimento de probabilidades.

João de Almeida, só, não podia fazer tôda essa tarefa de cuja importância êle tinha o mais afinado dos sentidos, apesar da vastíssima contribuição que já tinha dado e veio a dar para o esclarecimento de Angola. Havia que organizar êsse combate contra as trevas em que se vivia na Colônia e essa idea não deixava de o perseguir.

Entretanto chegou Paiva Couceiro a Loanda e ia inaugurar-se uma era inteiramente nova na Administração da Colônia.

Henrique de Paiva Couceiro, essa figura inteiriça de português, medieval na grandeza de alma e na bravura, irrepreensível como carácter, animador de energias, fortemente ligado a uma cultura e a uma moral, é a figura máxima do Governo Geral de Angola nos últimos cem anos.

Colocamo-nos acima de tôda a política — essa política que o destruiu como valor utilizável dum país pobre em valores — e encaramos apenas o homem que, em atitudes invulgares de elegância moral, de bravura, de inteligência, de virtude e brío militar, foi um dos mais altos expoentes dessa fulgurante epopeia que foi o período da ocupação em Angola e Moçambique.

Fôssem quais fôssem os erros de Couceiro — se os cometeu de tanto vulto como dizem, que eu não o sei nem me atreveria a julgá-los — o que é certo é que êsses erros não poderiam ter atingido, levemente sequer, a limpidez dum carácter, tantas vezes demonstrada, nem destruir o valor do que êle fez pelo seu país, com um amor e uma dedicação que ainda não descobrimos na maior parte daqueles que o atacam.

Paiva Couceiro, outro discípulo da escola admirável

de António Ennes, não era uma figura nova para Angola quando lá chegou como Governador Geral.

A sua primeira comissão na Província data de 1889, quando fez parte do esquadrão de dragões da Humpata. Era então primeiro tenente de artilharia.

No abandono a que se tinha votado o nosso Império Colonial, tinham podido desenvolver-se livremente os planos de expansão doutras nações coloniais, cuja idea imperial se formava enquanto a nossa se perdia — expansão projectada em nosso prejuízo e que aproveitava surrateiramente das facilidades que o nosso desleixo concedia. Perdidas as nossas antigas comunicações de Angola à contra costa procuravam então os ingleses infiltrar-se nos territórios intermédios com o fundamento duma penetração em regiões desocupadas e em cata duma razão de suzerania entre os potentados indígenas na qual pudessem vir a basear o seu direito de posse.

Acordámos em 1890, quando a execução do plano esbulhador ia já avançada.

Por ordem directa do Ministro, Paiva Couceiro foi então encarregado de fazer parte da missão para a formação do *mapa côr de rosa*, tendo por encargo ir ao Bié e Moxico e descer pelo vale do Zambeze ao encontro de Serpa Pinto, que subia o mesmo rio com a incumbência, igualmente, de negociar tratados de vassalagem com os sobas de todo o território que percorresse.

Couceiro partiu de Benguela para o Bié onde teve que esperar carregadores e mantimentos para prosseguir a viagem. Administrava o Bié, exercendo uma soberania precária, que o soba apenas consentia sob condição de não ser construído na região nenhum forte nem serem admitidos soldados, essa figura austera da nossa história colonial que se chamou Silva Pôrto.

Paiva Couceiro que levava os seus soldados disfarçados em carregadores, acampou a cêrca dum quilómetro da residência de Silva Pôrto e aí aguardou os recursos que esperava receber de Benguela para poder prosseguir a viagem.

Entretanto, os comerciantes da região teceram junto do soba uma intriga que enfureceu o potentado negro.

Foram dizer-lhe que não eram carregadores mas sim soldados, os pretos que acompanhavam Paiva Couceiro, insinuando que as intenções dêste eram agressivas. O soba indignado correu ao posto, acompanhado por numerosa comitiva e aí, depois de increpar ásperamente Silva Pôrto, que estava isolado e sem quaisquer meios de defesa, puxou-lhe as barbas e desfeiteou-o de tal forma que não puderam os brios do administrador resistir à afronta.

Silva Pôrto, pouco depois cercava-se de barris de pólvora e, suicidava-se, fazendo ir pelos ares a sua residência.

Este acontecimento que desencadeou imediatamente a revolta do Bié, apanhou Paiva Couceiro no acampamento em que aguardava os seus carregadores.

Mas os homens da tempera de Couceiro não recuavam quando tinham uma missão a cumprir. Em lugar de retirar para o Bailundo, como as circunstâncias pareciam aconselhar, entrincheirou-se dentro duma palissada e resolveu esperar os mantimentos para prosseguir, custasse o que custasse, até cumprir o seu encargo.

Entretanto Serpa Pinto encontrava-se com os ingleses que tentavam a penetração nos territórios entre Angola e Moçambique e batia-os. Dá-se o *ultimatum* e Paiva Couceiro, que ainda se encontrava no Bié, recebeu ordem para alterar o seu itinerário e objectivo, devendo seguir imediatamente pelo Cubango até ao Mucusso com a missão de fazer tratados de vassalagem com os sobas e deixar-lhes uma bandeira.

Cumprida esta missão, quando regressava à Hum-pata, para se apresentar de novo no seu esquadrão de dragões, foi informado, por alturas de Caconda, que a sua unidade tinha sido incorporada na coluna que, sob o comando do Intendente dos boers, Artur de Paiva, tinha sido mandada a sufocar a rebelião do Bié.

Terminadas estas operações Paiva Couceiro regressou à Metrópole. Em 1895, António Ennes, levou-o para Moçambique, onde como ajudante do ilustre Comissário Régio, acompanhou tãda a sua acção.

Era um colonial no mais alto sentido da palavra quando voltou a Portugal. Seduzido e sinceramente devo-

tado aos estudos coloniais, angariou uma cultura importantíssima e sólida e foi êle o relator da comissão encarregada de organizar as forças ultramarinas.

Em 1901, numa comissão de curta duração, voltou outra vez a Angola, onde esteve na Lunda quando já era Governador do distrito, Veríssimo Sarmento, a estudar problemas de tracção mecânica e a fazer experiências com uma *caminheira* que se destinavam a resolver a questão das comunicações inter-fluviais.

Todos os serviços que tinha prestado nas três comissões que desempenhara em Africa antes do Governo Geral de Angola, foram caracterizados pelo mais desinteressado dos patriotismos, por uma bravura medieval e por um carácter sem mácula.

Na escola de António Ennes ganhara o amor das colónias e o sentido imperial da nossa missão; o amor da Pátria trazia-o êle no sangue e nos nervos desde que existia.

Também a história de Paiva Couceiro se há-de fazer um dia. E então todo o português de lei saberá pronunciar o seu nome sem ter que valer-se da coragem moral que ainda hoje é precisa para resistir ao ódio inferior daqueles que o teem por interdito.

Devemos declarar, de passagem, não como satisfação a dar aos incendiários inimigos de Couceiro, mas como alegação de imparcialidade que não conhecemos pessoalmente o antigo Governador Geral de Angola e que, se não somos *bons republicanos*, também não nos interessam os *bons monárquicos*.

.....
Quando Couceiro chegou a Angola não havia entre êle e João de Almeida quaisquer relações pessoais.

Êste que, como dissemos, ocupava o palácio do Governo durante a interinidade de Gomes de Sousa, abandonou a residência dois dias antes da chegada do Governador Geral.

No primeiro dia que foi a despacho, João de Almeida, depois de ter apresentado todos os assuntos, entregou o seu pedido de exoneração. Era um lugar de confiança, o de Chefe de Estado Maior — e João de Almeida de-

punha-o nas mãos do homem que tinha o direito de escolher pessoa de sua confiança.

Paiva Couceiro não aceitou o pedido de exoneração. João de Almeida não era um desconhecido para êle. Êsse homem que sabia escolher os seus colaboradores escolheu imediatamente o seu chefe do Estado Maior.

Data dêsse dia a colaboração íntima de João de Almeida com Paiva Couceiro — a união de que havia de sair a ocupação de Angola e que havia de levar a termo, nesta Colônia, a parte mais brilhante e intensa da acção militar que nela se exerceu de 1904 a 1910.

Paiva Couceiro encontrou em João de Almeida o homem que inteiramente correspondia ao seu carácter e temperamento. João de Almeida alcançava em Paiva Couceiro, finalmente, o chefe que lhe convinha e que merecia.

É depois de Paiva Couceiro que João de Almeida depara com o apoio de que precisava. Os seus movimentos deixaram de ser enleados, a sua acção poud desenvolver-se; enfim, a sua obra encontrou o homem capaz de a compreender sem a invejar.

Até então as acções de João de Almeida tinham sido levadas a cabo através de dificuldades que lhe eram muitas vezes impostas por aqueles mesmos que a deviam proteger e animar. E concluida ela nem o seu brilho nem a sua utilidade tinham bastado para reduzir a frieza e a animosidade com que o perseguíam — antes pelo contrário.

Com Paiva Couceiro tudo mudou. Êsse homem que tinha tôdas as superiores qualidades dum chefe, sabia movimentar em tôrno da idea grande que representava tôdas as energias úteis e todos os entusiasmos produtivos. Era um animador extraordinário cujas vaidades — se as tinha — consistiam em sentir-se superior à inveja e ao delírio de personalidade que aniquila certos governantes que o Acaso tem guindado a chefias imerecidas.

Sem êle João de Almeida não teria conseguido dar à sua acção e à sua obra tanto esplendor, tanto desenvolvimento, tão grande poder de produção — porque outro qualquer não o teria compreendido e não lho consentiria.

Do contacto que se estabeleceu rapidamente entre o Governador Geral e o Chefe de Estado Maior resultou

uma comunhão de ideas e de pontos de vista, inteiramente favoráveis à causa da occupação. Couceiro aprovou e perfilhou inteiramente as ideas e os planos de João de Almeida, e com a colaboração íntima em que trabalharam encorpou-se e ganhou realidade o sonho inquieto da occupação.

O antigo plano de João de Almeida foi pôsto em execução na Lunda, na Huila e no Congo — e até nos próprios Dembos, depois da campanha que vamos referir, foram organizadas várias colunas móveis que completaram a occupação de todo o Norte da Colónia.

Angola entrava em plena actividade occupadora.

Ao mesmo tempo que na Lunda se organizava a occupação que seria entregue, por morte de Veríssimo Sarmento, ao novo Governador, Almeida Teixeira, Alves Roçadas, que ainda governava a Huila, era chamado a Loanda para se concertar o plano duma nova expedição ao Cuamato — êsse outro sonho que Eduardo Costa não poudé ver realizado.

Como era, certamente, a expedição ao Cuamato, de entre as que estavam planeadas, a de maior alcance e mais sérias difficuldades, tudo quanto havia de bom, na tropa da Província, sobretudo em elementos europeus, lhe foi destinado.

Assentou-se que seria Roçadas o comandante da expedição.

João de Almeida, como chefe de Estado Maior, organizou tôdas as tropas provinciais que haviam de formar a columna, e do reino seguiram uma companhia de infantaria e outra de marinha. Roçadas, uma vez que a linha de étapes já tinha sido estabelecida por João de Almeida, no ano anterior, não teye mais que fazer do que escalonar os abastecimentos e contratar os transportes. A columna chegar-lhe ia às mãos, inteiramente organizada e pronta a entrar em acção.

Para chefe do Estado Maior das operações foi escolhido Eduardo Marques, que da Metrópole onde se encontrava tinha escrito a Roçadas pedindo-lhe o lugar. Êste que em tempos tinha sugerido a idea de ter João de Almeida como colaborador nas operações, comandando uma columna, que flanqueando a sua, pelo Capelongo e

Evale, viesse a encontrá-lo no Cuamato, teve que desistir da idea ao reconhecer, por mercê de informações posteriores, a sua inexiquibilidade. E João de Almeida, a quem não desagradaria o comando da coluna, mas a quem não interessava o lugar de chefe de Estado Maior de Roçadas, encarou com prazer a nomeação de Eduardo Marques e fez todo o trabalho de preparação da coluna com o entusiasmo, a ordem e a actividade que punha em tôdas as suas acções — de tal forma que também Eduardo Marques nada mais teve que fazer do que ir ocupar o seu lugar no Sul.

Estava a coluna do Cuamato em plena organização quando João de Almeida acompanhou Paiva Couceiro a Malange onde êste ia empossar no seu lugar o Governador da Lunda, Almeida Teixeira. Durante o trajecto, em que João de Almeida mostrou ao Governador Geral a situação do território, apontando-lhe os pontos para além dos quais deixava de exercer-se o nosso domínio, Paiva Couceiro sentiu, com tôda a sua alma de soldado e de português, a vergonha que era para a nossa soberania a *independência* dos Dembos, na vizinhança da capital da Província. E a idea de organizar urgentemente uma coluna que acabasse de vez com tal estado de cousas e que, afinal, deveria ser o complemento lógico e natural do reconhecimento feito pelo chefe de Estado Maior, no espírito daqueles dois homens decididos e realizadores, ficou assente. Seria João de Almeida o comandante da expedição.

A primeira dificuldade que se punha para levar o projecto por diante consistia na falta de tropas. Tudo que havia de bom, especialmente em elementos europeus, tinha sido, como dissemos, incorporado na expedição ao Cuamato. De Benguela e da Lunda, onde se pensou em ir buscar algumas tropas, não se podia distrair um soldado sem comprometer a segurança dos territórios. Contra essa idea reagiram, e com razão, os Governadores dos distritos.

As dificuldades com o pessoal generalizavam-se ao material. Tudo tinha ido para o Sul.

Em face desta situação que seria para qualquer outro

um magnífico pretexto de adiamento, adiamento que o próprio Governador Geral chegou a propor, João de Almeida, todavia, não hesitou. Se não era possível organizar a coluna que desejava, organizar-se ia a que se pudesse.

Nestas circunstâncias as dificuldades a dominar para a organização e mobilização da coluna não podiam deixar de ser graves e pesadas. Só a magnífica actividade e energia de João de Almeida, com o conhecimento e a experiência que tinha à cerca dos recursos da Província e da técnica da organização militar em operações coloniais, as conseguiriam demover.

Pensou-se, quanto à infantaria, na organização de unidades especiais constituídas por algumas praças que ainda tinham ficado no Batalhão Disciplinar e por tôdas as que se encontravam na casa de reclusão em estado de saúde.

Pediram-se contingentes aos distritos do Congo e da Lunda, que não os puderam fornecer, dada a insuficiência de elementos de que dispunham para as suas operações locais, e recrutas a vários pontos da Província. Ao mesmo tempo convocaram-se praças de 2.^a linha para virem receber instrução e serem utilizadas como uma tropa de 1.^a linha.

Recrutas obtiveram-se muito poucos, e as praças de 2.^a linha vieram com tanta má vontade, que muitos desertaram e a maioria seguiu para as operações com pouco mais de 15 dias de instrução.

Felizmente no primeiro paquete de Agosto chegaram da Metrópole algumas praças de cavalaria e artilharia que, reforçando o corpo de polícia e a bateria, permitiram organizar uma secção de artilharia e outra de cavalaria.

Para sapadores e vários serviços auxiliares, como condutores, serviço de saúde, transportes, serviços administrativos, etc., lançou-se mão de condenados e vadios do Depósito de Degredados.

Mas a uma tropa desta natureza, constituída por elementos tão heterogêneos, faltava, além da instrução, a uniformidade, a coesão e a disciplina. Todo o seu valor dependia única e exclusivamente das qualidades do Chefe.

Para remediar tanto quanto possível êstes males, João de Almeida constituiu, desde o princípio, todos os serviços com os seus quadros, completando-os à medida que os recursos iam chegando e fazendo-os funcionar independentemente e sob a direcção daqueles que depois haviam de ser os responsáveis.

A instrução foi intensíssima. Toda a tropa foi obrigada a afinar pela actividade e resistência do seu comandante. Ao mesmo tempo que tudo se completava e se distribuía, os elementos eram experimentados e o funcionamento da máquina apurado em todos os detalhes.

Os retardatários incorporaram-se na 1.^a Companhia mixta, organizada na casa de reclusão onde a energia e a actividade dos irmãos João e Henrique de Melo, venciam tôdas as dificuldades e prestavam a João de Almeida a mais valiosa das colaborações.

A situação já de si precária, ante objectivo de tanta monta, era agravada ainda pela deficiência dos quadros. E não houve diligências nem esforços que pudessem compensá-la. A coluna dispunha apenas de um terço dos quadros que lhe competiam. Com um efectivo de 970 homens, entre combatentes e auxiliares, não conseguiu levar senão 14 officiais! A cavalaria teve que ser comandada por um sargento e as companhias por tenentes, na sua maioria novos e sem experiência de campanhas coloniais.

Quási todos os subalternos acumulavam vários serviços com os do comando dos seus pelotões e alguns dos elementos que entraram na composição da coluna eram considerados tão nocivos e perigosos que muita gente tinha por verdadeira temeridade levá-los para uma campanha que prometia ser dura e trabalhosa.

Êste perigo não passou despercebido a Couceiro que mandou dotar a expedição com um conselho de Guerra!

Esperou João de Almeida, em certa altura, poder valorizar a coluna com o concurso duma secção de marinha comandada por Carlos da Maia, mas para que entre as dificuldades não faltassem também as que apenas podiam classificar-se de ridículas, surgiu um conflito de jurisdição — uma dessas *chinezisses* em que se entretêm certos formalistas — a inutilisar êsse concurso.

Nem tôda a gente, evidentemente, compreendia João de Almeida!

Pelo que dizia respeito a solípedes também a situação não era mais agradável. Tudo o que existia tinha seguido para o Cuamato — inclusivamente as montadas dos Governadores de distrito e dos seus ajudantes.

Compraram-se algumas muares vindas do Cabo, pediram-se outras à Lunda e encomendaram-se em Cabo Verde vinte e cinco cavalos, dos quais apenas quinze vieram.

No depósito de material de guerra teve que trabalhar-se dia e noite para aprestar a coluna.

Munições havia muito poucas, o material de guerra teve que ser fabricado ou inteiramente beneficiado — até para se conseguirem as duas únicas peças de que a coluna dispôs, foi preciso concertá-las.

Mas, emfim, em pouco mais dum mês, à custa duma actividade que não é fácil conceber nem descrever, estava tudo organizado e preparado e a coluna constituída da seguinte maneira :

Pessoal :

- 14 oficiais.
- 17 sargentos.
- 253 praças europeias.
- 279 praças indígenas.
- 400 móveis e praças de 2.^a linha.
- 24 cavalos.
- 21 muares.

Material :

— 10.000 cartuchos de metralhadora (5.000 por boca de fogo).

- 45.000 cartuchos de espingarda.
- 64 munições de artilharia.
- Ferramentas várias.

Êste pessoal e material estava distribuído por :

- O comando.
- Uma secção de sapadores.
- Uma secção da bateria mixta de artilharia de montanha e guarnição com duas peças de bronze de 7 cm.
- Uma secção de cavalaria formada por praças do corpo de polícia.

— Duas companhias mixtas de infantaria, europeia e indígena, com duas metrelhadoras.

— Um pelotão independente.

— O trem de combate.

— As guarnições dos postos de étapes e escoltas.

Foi realmente, sempre, dentro da mais magra escassez de recursos que João de Almeida exerceu tôda a sua acção.

No dia 11 de Setembro, o Príncipe Real, que estava de visita em Angola e que tinha João de Almeida em particular aprêço, passou revista à coluna na parada fronteira ao Hospital de Loanda.

No máximo rendimento a que tinha sido possível levá-la, não havia um detalhe de organização nem um promenor de comando que não tivessem sido rigorosamente cuidados.

E nem todo êste labor impediu que todos os serviços dependentes do Quartel General fossem inteiramente organizados segundo a orientação já estabelecida no ano anterior e que, depois, passou a dispor do impulso que lhe dava o apoio de Couceiro.

É sobretudo notável a organização que tendia a preparar os officiaes recém-chegados à Província e as instruções publicadas sôbre reconhecimentos. Esta completava aquela e ambas contribuíram poderosamente para o conhecimento da Colónia e, por consequência, para a sua occupação.

Todos os officiaes e sargentos que chegavam à Província eram, antes de seguirem aos seus destinos, submetidos em Loanda a um curso de informação que, além de os adaptar às condições militares da Colónia, os preparava para a elaboração dos reconhecimentos.

E assim conseguia João de Almeida, por via indirecta realizar o objectivo que tanto o preocupou e para o qual, directamente, já tinha dado um esforço notabilíssimo: O conhecimento completo da misteriosa Angola do tempo.

Constituição objectiva politica da Campanha dos Dembos

1.ª - A fim de estabelecer a sua autoridade politica e militar, esta a dita regim. estabelece para os seus fins, a seguinte organisação: 1.ª - Proceder para a designação dos seus membros, de acordo com as regras estabelecidas no regulamento, e de acordo com as regras estabelecidas para a escolha de cada um dos seus membros, de acordo com as regras estabelecidas para a escolha de cada um dos seus membros.

VII

A Campanha dos Dembos

2.ª - Proceder para a designação dos seus membros, de acordo com as regras estabelecidas no regulamento, e de acordo com as regras estabelecidas para a escolha de cada um dos seus membros, de acordo com as regras estabelecidas para a escolha de cada um dos seus membros.

Constituição objectiva militar da campanha

3.ª - O Regulamento de organização e funcionamento da Campanha dos Dembos, de acordo com as regras estabelecidas no regulamento, e de acordo com as regras estabelecidas para a escolha de cada um dos seus membros, de acordo com as regras estabelecidas para a escolha de cada um dos seus membros.

Constituíam objectivos políticos da campanha dos Dembos :

1.º — Abrir ao comércio e às explorações agrícola e mineira, tôda a vasta região banhada pelos rios Zenza, Dande, Lifune e Loge ;

2.º — Procurar uma via de comunicação para drenar os productos desta região, explorando, sob o ponto de vista das condições de navegabilidade, o rio Dande ou estudando uma estrada que viesse a terminar na parte navegável do Zenza (Bengo) em Cabungo ou Quionga ;

3.º — Castigar severamente os povos insubmissos e revoltados contra a nossa autoridade ;

4.º — Proceder à occupação do território de forma a conseguir o livre trânsito do comércio, sem ter de pagar contribuições ao gentio nem sujeitar-se aos vexames e violências que o perseguíam e a acabar com os coios de foragidos que na região encontravam asilo seguro ;

5.º — Tornar mais eficaz a nossa autoridade sôbre vários dembos e sobas limitrofes dos revoltados, que só por favor toleravam a nossa soberania.

Constituíam objectivos militares da coluna :

1.º — O reconhecimento do rio Dande, a montante das Mabubas ;

2.º — Castigar os povos que se opuzessem à passagem da coluna destruindo successivamente as *banzas* dos principais dembos rebeldes ;

3.º — Ocupar a região, à medida que fôsse sendo batida, por meio de postos militares.



A região em que se ia operar, interior ao grande círculo percorrido no reconhecimento de Fevereiro, por João de Almeida é das mais ingratas e duras da Colónia, tanto sob o ponto de vista geográfico como climatológico. Com temperaturas que vão até 47° e 48° centígrados, num terreno sempre acidentado e áspero, infestada por mosquitos e moscas *tsé-tsé* é um inferno trágico e escaldante, de amargurada paisagem e horrível beleza.

A parte sudoeste, que abrange Quilengues e o Icau, é constituída por vastos plainos cobertos de capim e tufos



Terreno de Quilengues visto do Bengo

de arvoredo, especialmente nos correços e nos fundos ensombrados dos vales. É, por assim dizer, o prolongamento da faixa mais ou menos plana do litoral — o que vulgarmente se chama terreno de *muceques*. A esta ante-câmara da região dos Dembos, sucedem-se as negras cadeias de montanhas, encabeleiradas de exuberantes abundâncias vegetais, espessas, emaranhadas, pujantes, assentando numa série de contrafortes que servem de base a *plateaux* interiores e atingindo frequentes vezes altitudes de 1.300 a 1.500 metros.

Separam os cabeços revoltos, movimentados e imponentes, vales atulhados de vegetação, aonde se vai por ásperas ravinas, enormemente escarpadas, ora cortadas a prumo e inacessíveis, ora em declives vertiginosos onde só as árvores se ligam à terra. Aqui e além, à custa de largos e fatigantes rodeios, topa-se com descidas mais brandas na inclinação mas em que as barreiras de ramos defendem todo o avanço fácil.

Nas margens de alguns rios repousam planícies alagadiças e tanto mais vastas quanto mais nos aproximamos da costa, mas noutros pontos os vales são tão frequentes, estreitos e tortuosos que parecem ramos destrambelhados dum labirinto indecifrável.

Nos Dembos, ao contrário de tantas outras regiões de Angola, onde a fisionomia da paisagem parece reproduzir, às vezes, suaves trechos dos campos portugueses, sente-se bem a África tropical—essa África escaldante que serviu de fundamento a velhas lendas terroristas e a negras histórias de negras aventuras.

O solo é forrado por matas extensíssimas e compactas, dotadas duma vitalidade assombrosa, que crescem, reproduzem-se e exibem poder como se a sua vida fôsse o fruto duma grande prodigalidade de tôdas as fôrças creadoras da terra.

Há pontos em que as árvores atingem portes de 60 a 70 metros. Estas grandes árvores abundam nas encostas e margens dos rios e são tão entrelaçadas de trepadeiras e outras árvores mais pequenas que formam maciços impenetráveis—ásperas barreiras que não permitem horizontes de mais de cinco metros.

O calor, a abundância da água, a actividade assombrosa duma terra sempre reabastecida em elementos de nutrição, eleva a exuberância tropical dos vegetais a limites extraordinários.

Com excepção de Quilengues e do Icau—onde existe apenas uma magra linha de água, o Ucúa, que não seca na época sedenta do cacimbo—tôda a região é relativamente abundante em água e cortada por numerosos cursos que, na época das chuvas engrossam e rolam caudalosamente, entre margens alcantiladas ou plainos que se transformam em lameiros intransitáveis.

O gentio abastece-se nas linhas de água, lagoas e pantanos, mas, sobretudo, nas cacimbas.

O trânsito é, como se pode supôr, sempre erçado de dificuldades: ou as barreiras irritantes da vegetação, ou as ciladas amargas dos lameiros, ou as defesas fatigantes das ravinas.

As linhas de água mais importantes são o rio Zenza

(Bengo), que limita a região pelo sul e se reparte fantasiadamente pelos afluentes Calantuége, Tunda, Lombige, Quiulo, Callocala, etc.; o rio Dande, que era desconhecido antes de João de Almeida, para montante das Mabubas e que atravessa os Dembos e nasce na região dos Mahungos; o Lifune, o Loége, Loge, etc.

O Zenza é navegável até Cabungo, dois dias a montante de Zenza do Golungo, mas daí por diante precipita-se em nervosas cachoeiras e quedas que tornam impossível o seu aproveitamento.

O Dande que é navegável até às Mabubas é também, para montante, acometido por rápidos e cachoeiras.

Nenhum dos outros rios, na parte compreendida dentro da região dos Dembos, pode ser aproveitado para navegação.

No ano de 1907, quando foram iniciadas as operações nos Dembos, havia, como vias de comunicação, além das partes navegáveis dos rios Bengo e Dande, apenas uma série de carreiros do gentio, tortuosos e esguios, ligando as diferentes *sanzalas* e conduzindo a alguns portos dos rios. Mas êsses mesmo, eram tão delgados e sinuosos, tão leves de traçado e tão invadidos de ramos que mais pareciam trilhos de bichos que carreiros de gente. Passavam muito dificilmente os carregadores com cargas às costas e era impossível, dentro dêles, safar qualquer viatura ou solípede, especialmente para lá de Quilengues onde os cabeços começavam a erguer-se a alturas desusadas.

Podem calcular-se as dificuldades que ia encontrar uma coluna de 900 homens, com viaturas arrastadas por solípedes de refugo, a ter que abrir caminho constantemente através da teia de ramos, a cortar ribanceiras, a transpôr precipícios e a marchar em zig-zag, como muires numa ladeira, para galgar às cumeadas.

O inimigo não era apenas o gentio.

Também a guerra contra o terreno teria que ser implacável—guerra amargurada que se travava em cada metro de marcha para a frente.

A população dos Dembos, com excepção da região de Oeste—Icau, Alto Dande e Quilengues—onde a doença

do sono tinha feito estragos consideráveis, era densa e aguerrida. Vivia aglomerada em *sanzalas*, edificadas nas coroas dos môros, raras vezes à beira da água, e, em regra, afastadas umas das outras.

O número de *cubatas* de cada *sanzala* era muito variável. Todavia aumentava consideravelmente na parte montanhosa da região, chegando algumas *sanzalas* a ter cêrca de mil *cubatas*, como na Banza do N'Gombe Amuquiana, em Benzo Cahaça, no Pango Aluquem, etc.

A penetração na região dos Dembos podia fazer-se por vários pontos. Todavia eram de mais fácil acesso o Alto Dande (Caxito), Cabiri, Zenza do Golungo e Calunga, visto que qualquer dêstes pontos, antecedendo a região montanhosa, podia ser alcançado com as dificuldades normais duma marcha itinerária à vontade.

Dados os objectivos da expedição a linha de operações estava naturalmente indicada na que une as *banzas* dos Dembos mais importantes, a começar pelas da margem esquerda do Dande ou direita do Bengo.

João de Almeida, com o conhecimento que já tinha da região, resolveu entrar por Cabiri. Além de ser a linha mais directa, a que facilitava a passagem do Bengo e ainda a que permitia fazer uma marcha mais rápida com as viaturas sôbre o Dembo Salla-Mubemba, decerto um dos mais importantes, pelo prestígio de que gosava entre os demais, era ainda a linha de penetração que mais poupava as tropas às longas étapes e à travessia de rios difíceis, antes do início das operações. Podendo utilizar o caminho de ferro até Cabiri conseguia a vantagem importante de entrar com as tropas frescas onde a região começava a ser hostil.

Como linhas de comunicação para abastecimentos e evacuações resolveu João de Almeida aproveitar, além dos rios Dande até Sassa, e Bengo até Cabungo, o caminho de ferro de Ambaca e os caminhos que entestando com êle, nas várias estações, iam terminar nos portos daqueles dois rios, que, uma vez guarnecidos se podiam considerar seguros.

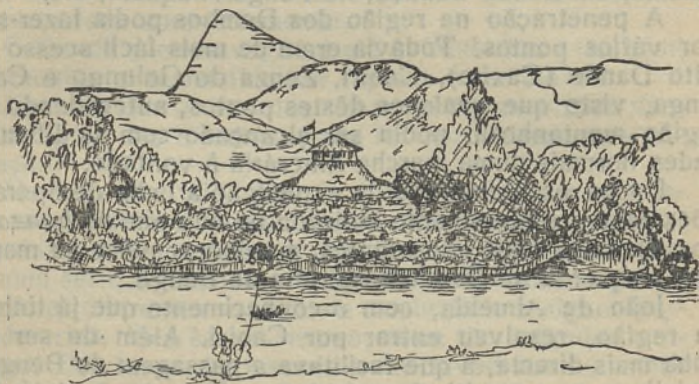
Realmente estas linhas foram depois sendo aproveitadas nas regiões submissas, à medida que a coluna se

ia internando, aproveitando-se depois a própria linha de marcha, que mais tarde ia sendo mudada, à medida que avançavam para leste.

A base de operações e centro de abastecimento da coluna, era Loanda.

Não era possível estabelecer, como facilmente se pode calcular, uma linha de étapes regular.

Atendendo à situação da região e à escassês, difi-



Perspectiva do blockaus do pôrto Luango

culdade e falta de segurança das vias de comunicação, João de Almeida apenas pôde estabelecer alguns postos de reabastecimento para a coluna e para montagem eventual de outros postos, em Cabiri, Sassa, Zenza do Golungo, Quinguengue, Vale Flor e Golungo Alto.

Como se vê êstes postos foram escolhidos em torno da região sublevada, única forma possível de garantir, embora muito frágilmente como adiante se verá, os abastecimentos da coluna durante o tempo que João de Almeida tinha calculado para alcançar os seus objectivos, e de harmonia com a marcha projectada.

Além da reserva de Loanda, que poderia ser levada a qualquer pôsto, a coluna tinha escalonados 54 dias de víveres.

Cada pôsto tinha a sua guarnição própria para pro-

tecção em caso de ataque — caso que veio a verificar-se em Zenza do Golungo e em Quinguengue.

Foi nestas condições, precárias quanto a pessoal e material, difficilimas quanto a terreno e abastecimentos, sérias quanto a objectivos, condições que apenas estavam defendidas por uma organização perfeitíssima e pela mão de ferro dum chefe habituado a trabalhar dentro da mais dura escassês de recursos, que João de Almeida investiu com a região onde havia de ganhar o título de «herói dos Dembos».

terceira em caso de ataque - caso que veio a verificar-se em 1918 no Estado de São Paulo e em Minas Gerais, e em 1920 no Estado de São Paulo e em Minas Gerais. Por estas condições, precisas quanto a pessoa e natureza, diferentes quanto a tempo e abastecimento, várias quanto a objetivos, condições que sempre são verificadas por uma organização partidária e para isso de fato tem sido realizada a reunião desta data, mas para fins de resumo, que são de grande importância com a região onde havia de ganhar o título de "Estado dos Demos".



II

I. Concentração da coluna. Marcha sôbre o Cazal

Organizada a coluna com um rigor militar e facilidades de adaptação às condições especiais da campanha, rigor e adaptação que não encontramos (pelo menos que se depreenda dos documentos) nas operações militares que anteriormente se tinham feito em Angola, e fixados os seus objectivos, partiu tôda a tropa e respectivo material de Loanda para Cabiri, na tarde de 19 e na manhã de 20 de Setembro de 1907.

Foi a primeira vez que, em Angola, se utilizou o caminho de ferro nos transportes militares em campanha.

Fixada a organização do embarque e a marcha dos trens na ordem de marcha para a concentração da coluna em Cabiri, emitida em 18 de Setembro, fez-se êste nas duas estações da cidade, em quatro comboios, conforme o plano estabelecido.

Feito o desembarque em Cabiri sem dificuldades de maior seguiram as tropas ao longo do rio até ao pôsto Kalengue onde se efectuou a passagem para a margem direita. Esta operação tinha sido preparada pelos sapadores sob a direcção do alferes Franco, ali chegada na véspera.

Começaram aqui as primeiras dificuldades. A passagem foi muito difícil e morosa. O rio ganhara de um dia para o outro grande volume de águas e estas davam pelo peito dos homens. As viaturas tiveram que ser descarregadas e puchadas da margem direita por um cabo; os víveres, material e munições foram transportados naqueles *dongos* frágeis e característicos que são episódios de paisagem nos rios africanos.

A passagem das tropas durou três horas, apesar da

actividade que se desenvolvia ; o material e as viaturas ficaram na sua maior parte, ainda na margem esquerda.

A êste contratempo inicial juntava-se outro da maior gravidade. Dos 430 carregadores que João de Almeida pedira em Loanda apenas poudo contar com 186 ; os restantes, ou não tinham sido apresentados pelos chefes dos concelhos ou tinham fugido espavoridos ante a perspectiva de irem para os Dembos.

A coluna bivacou, nessa primeira noite de campanha, na *sanzala* Batalha, em quadrado e protegida pelo serviço de segurança que havia de tornar-se habitual no decorrer das operações. As peças e metralhadoras ficavam nos ângulos, em opposição, os pelotões europeus alternavam com os indígenas nas faces, os sapadores ficavam à rectaguarda do pelotão indígena da face mais exposta, os carregadores à rectaguarda da face oposta à linha de viaturas e o comando ao centro do quadrado. O serviço de segurança era constituído, de dia, por uma sentinela em cada ângulo e um pôsto à cossaca a 500 metros de cada face, e durante a noite por duas vedetas também em cada face.

A coluna partiu do bivaque às 5,30 da manhã do dia 22, em coluna dupla — formação que adoptou sempre que o terreno o permitiu, em direcção ao sítio chamado Casal. Bivacou pela tarde próximo duma pequena *sanzala*, tendo tido em tôda a marcha apenas uma hora de descanso. Todo o percurso foi moroso e fatigante, não só por motivo da formação de marcha, como também pela necessidade constante de abrirem passagem às viaturas por entre o mato espesso e arvezado. De manhã tinha chovido copiosamente, mas, a seguir, o céu limpou-se de nuvens e o brazeiro descoberto assolou a terra. A falta de água aumentava a amargura da marcha.

O ar que se respirava era quente, abafado, compacto. O rancho da tarde foi cosinhado com água que tinham transportado numa viatura pois já se sabia que só nas imediações do Casal a voltariam a encontrar.

Durante a noute, que foi passada já com a preocupação da água — um prenúncio de sede ! — uma das vedetas deu o alarme por ter avistado um grupo de pretos. Só a vedeta os viu, se de facto apareceram.

Logo de madrugada, depois de distribuída uma ração de água a cada praça e recomendada a maior economia no seu consumo, a coluna pôs-se em marcha com o mesmo objectivo do dia anterior. Tudo correu bem durante os primeiros dois quilómetros em que o terreno era fácil e o cacimbo fresco da manhã os protegia. Mas logo a seguir as zonas alternadas de mato emaranhado e de capim irritante, tornaram-se mais densas, demorando o avanço, faticando os homens e os animais, deprimindo-os naquele fundo sombrio de vegetais. Depois apareceu o sol a agravar a situação.

Pelas onze horas, sob um calor de labareda — êsse calor tropical que contagia a febre violenta do exterior — aumentavam as dificuldades de circulação com o aparecimento de algumas ravinas difíceis de transpor. Eram as guardas avançadas do terreno indomável dos Dembos. Houve que reforçar os sapadores com os pelotões indígenas alternando o pessoal na abertura do caminho. Mas era tão espessa a barreira, tão irritante a resistência que oferecia, que dentro em pouco o cansaço e a falta de água esmoreciam os mais robustos.

Ao longe distinguíam-se algumas *cubatas* tranqüilamente adormecidas à torreira do sol; as patrulhas tinham avistado alguns grupos de pretos. Como a distância já percorrida era considerável supôs-se que estariam próximos dum rio com água permanente, que as informações davam como atravessando a região nas proximidades do Casal. O guia hesitava, dizendo que não se recordava bem mas que lhe parecia que a água ainda estava distante.

Como a maior dificuldade para o avanço resultava da falta de caminho para as viaturas, João de Almeida, para aliviar um pouco a coluna e poder avançar mais rapidamente até onde encontrasse água, mandou os carros formarem em *laager* e deixou-os, bem como as metralhadoras, também difíceis de transportar, com uma escolta comandada pelos alferes Albuquerque e Tavares.

A' uma hora da tarde reconheceu o guia que tinham chegado ao cruzamento do caminho que vem da Mubela e Quifangondo. E sobre êsse ponto de referência declarou que só lá para a noute encontrariam água.

Nessa altura já a maior parte das praças, apesar das recomendações que lhe tinham sido feitas, esbrazeadas pelo fogo do sol, tinham chupado a última gota de água. Angustiada pela sede a coluna avançava vagarosamente, arrastando-se como um grande réptil, alongando-se. Era necessário parar constantemente para a concentrar de novo.

O rio não aparecia. Para aumentar o suplício e fazer daqueles 900 homens uma comitiva de Tantalos, cruzavam freqüentemente muitas linhas de água — mas tôdas sêcas, gretadas, resequidas, também elas ardendo em sede. Numa dessas linhas de água mandou João de Almeida abrir uma *cacimba*, sem resultado.

Também nas profundidades da terra ia a mesma secura que desolava a superfície.

Pela uma e meia chegaram às primeiras *libatas*.

João de Almeida mandou uma patrulha de cavalaria explorar o terreno em volta, mas nada se descobriu.

O guia, interrogado novamente, acabou por declarar que já não sabia onde havia água. Passára por ali, ainda em criança, na época das chuvas, quando havia água por tôda a parte. Ao rio é que êle sabia que só poderiam chegar no dia seguinte ao anoitecer.

E já a maior parte das praças sofria as angustiosas alucinações da sede. Havia muitas que se lançavam para o chão em desesperos cruéis—outras caminhavam encostadas aos camaradas mais animosos que lhes levavam o equipamento.

Os mais práticos no serviço colonial — homens que conheciam a vida e os segredos do mato—já tinham galgado aos troncos atarracados dos imbondeiros, onde, em certas regiões é freqüente encontrar água depositada nas cavidades. Tudo em vão. Outros cortavam fôlhas de piteira e ifes e nelas chupavam sôfregamente algumas gotas de rócio que a madrugada lá depositára.

Mas nada lhes mitigava a sede.

Os carregadores alijavam as cargas e queriam voltar para trás. Só pela violência se conseguia fazê-los marchar.

A disciplina da coluna estava ameaçada. Alguns ofi-



DEMBOS: — Margens do rio Bengo



A guarda da rectaguarda da coluna dos Dembos em marcha

ciais, alucinados pela sêde, fraquejavam também e aconselhavam o regresso. Os soldados foram aos garrafões de vinho e aguardente e beberam o que puderam. Excitados pelo álcool, pela dôr e pelo desespero queriam também voltar para trás. O calor continuava a agravar a situação com as suas temperaturas escaldantes de fôrno.

Só João de Almeida teimava em avançar com aquela persistência tenaz que resistia a tôda a fadiga e a tôda a crueldade dos elementos.

Só quem passa por êstes transe pode avaliar quanta fôrça moral e energia são precisas para conter e animar novecentos homens nos quais o sentimento da disciplina dependia duma gota de água que não aparecia — sobretudo quando também o próprio chefe sofre as mesmas inclemências e passa pelas mesmas angustias.

Dos oficiais que o acompanhavam o único que tinha experiência colonial bastante era João de Melo. Em mais nenhum o chefe poderia encontrar o apoio decidido que necessitava para conter uma tropa heterogênia na côr, na moral e na disciplina.

O desespero dos soldados não lhes permitia compreenderem a situação. Para João de Almeida ela era nítida. Voltar ao rio a buscar água seria a perda da coluna, pois ninguém teria fôrças para transpor outra vez os trinta quilômetros que os separavam do Bengo. Parar era morrer vergonhosamente. A única solução era avançar.

E João de Almeida, dando o seu cavalo, prosseguiu a pé e mandou continuar a marcha, receando não poder resistir à pressão de tantas vontades que queriam voltar para traz.

Na região havia *cubatas* habitadas. A água devia existir também.

E mandou avançar tôda a cavalaria com o alferes Oliveira e o guia com a missão de procurarem água ou fazerem algum prisioneiro que a indicasse.

Mas como a fôrça de cavalaria era pequena e o comandante receasse que alguma massa grande de gentio a atacasse foi o próprio João de Almeida apoiá-lo com quási tôda a infantaria da guarda avançada, deixando o comando da coluna ao capitão João de Melo.

Por fim foi êle que, com dez soldados apenas se lançou mais para a frente em exploração. A's duas e meia tinha conseguido fazer três prisioneiros.

Êstes, como o guia, afirmaram que não sabiam onde havia água. Mas sob a ameaça de que seriam imediatamente fusilados, um dêles caíu de joelhos e de mãos postas, prometeu em claríssimo português — a língua que a princípio fingia não compreender — ir indicar o logar em que havia água.

João de Almeida mandou logo recado para a retaguarda, fazendo avançar a coluna.

A primeira água que encontraram estava numa cacimba entupida que desentulharam. Mas era tão pouca que foi preciso fazê-la guardar por oficiais que, à vez, iam, por assim dizer, molhando a bôca aos soldados e, mesmo assim, com o risco da água não chegar para todos. Felizmente descobriram em breve outras cacimbas, que o gentio antes de fugir tinha entulhado.

Dessedentados os primeiros homens logo êsses seguiram com água para os outros que vinham mais atraz, de corpos alquebrados e os ânimos em crise, estabelecendo-se um serviço de vai-vem, com as praças montadas e com voluntários, cujo humanitarismo, camaradagem e abnegação fizeram prodígios.

Houve soldados que se privaram de beber para acudir aos camaradas mais estropiados e que os trouxeram às costas até ao bivaque.

E isto acontecia singelamente com uma tropa em que a maior parte dos brancos eram condenados!

A's três e meia, finalmente, atingiam o Casal. E pela noute quási tôda a coluna estava já concentrada e em pleno júbilo dessa primeira vitória — a vitória que não tinha custado um tiro e que se alcançava quando nem sombras de gentio ainda tinham topado.

João de Almeida tinha vivido horas de amargura que eram das mais intensas da sua vida.

II. Ataque ao quadrado no Cazal

As informações que João de Almeida tinha sobre a situação da *banza* Salla Mubemba que passava a constituir o objectivo imediato da coluna, eram discordes: Diziam uns que ficava a seis horas de marcha, asseguravam outros que eram precisos três e cinco dias para o atingirem.

Guia seguro não havia. Por mais esforços que o comandante da expedição fizesse não conseguiu contratar nenhum que merecesse confiança. Os sertanejos da região asseguravam que era impossível obter os e que não os havia.

Os guias que a coluna levava pertenciam a diferentes sobados, e tinham sido apanhados em Sassa e Cabiri, quando lá tinham ido negociar, pelos chefes dos concelhos.

Nestas condições o preto só muito dificilmente se presta a informar o branco. Nunca sabe o que lhe perguntam ou dá indicações erradas.

Não era esta uma das menores dificuldades que João de Almeida encontrava. A falta de guias, agravando o desconhecimento que havia sobre a região, dava a tódas as emprêsas um aspecto de incerteza contra a qual não era possível estabelecer organizações bastante preventivas.

Na dúvida em que estava sobre a posição da *banza* precisava assegurar à coluna cinco dias de víveres e dois de água para a eventualidade de não a encontrarem tão cedo.

Reconhecida a dificuldade de se fazer acompanhar pelas viaturas naquele mar alto de cabeços movimentados e ramos agressivos, mandou-as retroceder para Cabiri e concentrar no Cazal os víveres e o material que nelas se transportava.

Se por um lado a coluna libertada das viaturas ficava com movimentos mais livres e ganhava em agilidade, por outro lado o abandono dos carros, agravado com a fuga de muitos carregadores, já insuficientes à partida de Cabiri, reduziu os recursos da coluna, que ia avançar sem parte dos elementos mais indispensáveis.

Como a situação do Cazal lhe parecesse boa, por via da abundância de água e da sua posição num cruzamento de caminhos, o que o recomendava como local apropriado para o estabelecimento dum pôsto provisório, João de Almeida resolveu construir ali um pequeno forte. Serviria para concentrar a alimentação da coluna e guardar o material e recolher os estropiados que não conviesse levar a Salla Mubemba ou a outros pontos sôbre os quais fôsse necessário marchar rapidamente. Assim o Cazal seria tomado como um centro de operações nos arredores do qual se partiria para fazer razias em várias direcções. Mais tarde teria ainda a utilidade de servir como pôsto de étape na marcha de penetração.

Entretanto mandava os carregadores, devidamente escoltados a Cabiri para trazerem viveres.

No dia em que saíram os carregadores, isto é, a 24 iniciavam-se os trabalhos para a construção do forte. E em dois dias — sempre a rapidez como característica da sua acção — era construído, numa pequena elevação de terreno próximo da *cacimba*, um forte de forma rectangular com 18 metros de face, 1,^m30 de cota do parapeito e 1,^m50 de fôssco circundado por uma abatiz de 6 metros de largura. Dentro do forte construíram-se barracões de capim para servirem de enfermaria, depósito de material e alojamento da guarnição. Nêle deviam ficar de guarnição o pelotão independente e os doentes, já bastante numerosos.

Nos dias 25 e 26 foram vistos em torno do Cazal grupos de gentios que apenas uma vez se aproximaram um pouco mais do bivaque, dispararam alguns tiros ineficazes sôbre um dos postos à cossaca. Procuravam informar-se certamente e João de Almeida em face da sua atitude presumiu que se preparavam para um ataque.

Os carregadores tinham voltado e os abastecimentos da coluna deviam estar completos no dia 26. Como por outro lado os grupos de rebeldes apareciam com mais freqüência, mostrando-se um tanto atrevidos, João de Almeida fixou a partida da coluna para a manhã do dia 27 com objectivo sôbre o Salla Mubemba.

Mas na madrugada dêsse dia, ainda não se infiltravam nas trevas os primeiros alvôres do crepúsculo, foi a

face da frente do quadrado atacada de súbito por uma massa inimiga cujo número não se pode calcular, mas que devia elevar-se a algumas centenas, a avaliar pelo espaço que ocupavam e pelas baixas que sofreram.

Apresentaram-se os negros silenciosamente, confundidos com a negrura compacta da noite e só fizeram fogo quando tropeçaram nas primeiras vedetas. Estas, surpreendidas pelo embate, deram o alarme e retiraram imediatamente para as faces, perseguidas por uma descarga geral do gentio.

João de Almeida acabara de rondar e, por felicidade, encontrava-se casualmente junto da face atacada.

A noite estava ainda cerradíssima e impenetrável.

Noite escura de Africa sem luar nem luzir de estrelas. Como o forte estava já guarnecido e ficava situado no ângulo esquerdo da face da frente do quadrado, João de Almeida, receando fusilar os seus defensores, fez avançar rapidamente, até à altura do forte, os pelotões dos alferes Neto e Monteiro, que começaram a bater o inimigo por descargas regulares e cerradas. No entanto o gentio prosseguia no avanço, prolongando a sua esquerda. Para se lhes opor, prolongando a sua direita e estabelecendo a ligação com a face direita do quadrado, mandou o alferes Albuquerque tomar posição com parte de um pelotão indígena.

Após vinte minutos de fogo renhido, o gentio retirava com grandes perdas. Tinham deixado cinco mortos a poucos metros do quadrado e, mais além, com a perna fracturada por estilhaço de granada, um ferido que disse ter havido entre êles muitos mortos e feridos que os companheiros levaram na retirada.

Este primeiro combate da campanha dos Dembos tinha custado à coluna apenas um ferido de pouca gravidade.

A expedição dos Dembos recebera o bápismo de fogo.

III. Marcha sôbre Salla-Mubemba

O ataque da madrugada não permitiu que a coluna iniciasse o avanço antes das duas horas da tarde.

Aligeirada e bem provida de água marchou a expedição em direcção à *banza* de Salla-Mubemba, indo biva-car num outeiro a cêrca de doze quilómetros do forte, onde, numa pequena lagoa, havia água em abundância.

Apesar das condições de desembaraço a marcha nem por isso deixou de ser fatigante e penosa. A necessidade de abrir caminho através do mato, para as peças e metralhadoras, tornavam o avanço lento e exauriam os sapa-dores.

Por todo o caminho do percurso encontrou a coluna magotes de gentio, que se esgueiravam em fuga rápida de esclarecedores informados, escapulindo-se por entre o mato como caça bravia que conhece os trilhos misteriosos da selva. As *cubatas* estavam abandonadas de fresca data; rasto de sangue frequente e covais com a terra recentemente remexida (1) indicavam as perdas que o gentio tivera no ataque da madrugada.

Às quatro e meia da manhã seguinte a coluna pros-seguia no avanço. Avistavam-se muitos grupos de pretos que recebiam a tiro as patrulhas de cavalaria. Durante um descanso, na povoação de Lobano, cêrca das onze horas, foram aprisionadas duas mulheres. João de Almeida mandou soltar uma para avisar, nos matos próximos, o gentio de que lhe seriam poupados haveres e lavras se se apresentasse voluntariamente.

Ninguém se apresentou. Nessa altura ainda nenhum homem dos Dembos punha em dúvida e êxito das suas armas e a inexpugnabilidade das suas defesas naturais.

A outra preta foi conservada prisioneira para servir de guia até à *banza* que demandavam.

O guia da coluna, por ignorância ou má intenção, o

(1) Os indígenas dos Dembos enterram os cadáveres, geral-mente, à beira dos caminhos.

que nos pretos é sempre difficil de distinguir, tinha-os levado numa direcção errada, obrigando-os a uma volta rude e fatigante.

A marcha, por êsse motivo, tornou-se ainda mais penosa, prolongando-se até às quatro horas da tarde, quando atingiram a *banza*.

Com grande desapontamento de todos a *banza* estava completamente abandonada.

A preta que os guiara, fazendo-os perder muito tempo em rodeios e tentando arrastá-los para outra direcção, quando se encontravam já perto de Salla-Mubemba, deu largas ao Dembo e a grande parte da sua gente para fugirem, quando presentiram a aproximação da coluna.

Na *banza* foram encontrados ainda os trajes e objectos ornamentais do Dembo, o arquivo, espadas, cornetas — trastes sem grande valor material mas que tinham, evidentemente, para o objectivo da coluna, uma importância moral, pois a desordem em que tudo se encontrava era elucidativa.

Bivacaram na *banza* e na madrugada de 29 regressaram ao Cazal, tendo percorrido trinta e dois quilómetros crueis.

Como ninguém se tivesse apresentado, nem de qualquer forma correspondido aos avisos do Comandante, as *sanzalas* do percurso foram queimadas e destruidas as lavras.

IV. Marcha sôbre o Icau e Alto Dande. Reconhecimento do Dande.

Prosseguindo no plano de raziar tôda a região em volta do Cazal, logo no dia 30, apenas com um dia de descanso, João de Almeida partiu com a sua gente para o Icau, onde chegou depois de seis horas de marcha.

A difficuldade em encontrar guias mantinha-se. Nenhum dos que acompanhavam a coluna conhecia a região e os caminhos. Era o faro de orientação de João de Almeida, o seu longo treino do mato e a sua vontade irrisistível que guiavam a coluna e lhe abriam o caminho.

Atravessaram o rio Ucúa, afluente da lagoa Morime, e desceram ao longo do vale até à *banza*. A marcha fez-se em condições mais favoráveis do que as precedentes, sendo, todavia difícil, na travessia dos morros que se elevam em seguida à passagem do Ucúa. Mas a travessia do rio oferecendo aos olhos fatigados a paisagem suave dos cursos de água tropicais e aos corpos abraçados a sensação tónica da sua frescura, refez energias que o calor ia debilitando.

No Icau, como em Quilengues, todo o gentio desarvorou com a aproximação da coluna. Apenas conseguiram aprisionar um rapaz e uma mulher.

Seguiram no dia 2 para o Alto Dande, tendo que fazer durante a marcha, um enorme rodeio no contorno da lagoa Morime, interposta entre a coluna e o Dande. Este desvio irritante, obrigou-os a uma marcha dolorosa de 10 horas, sob um calor insuportável, sem água e, como de costume, por entre as brenhas dum mato cerrado.

Aí, como no Icau, também o gentio tinha fugido. Todas as *banzas* e *sanzalas* próximas do caminho foram destruídas, executando-se assim a punição sobre os rebeldes que era um dos objectivos da coluna.

Nesse mesmo dia 2, após o estabelecimento do bivaque em frente de Sassa, junto à margem esquerda do rio Dande, enquanto a coluna descansava, João de Almeida, para quem a necessidade de repousar continuava a ser inferior à necessidade de agir, seguiu, em canoas, com uma pequena escolta e três oficiais a reconhecer o Dande.

Foram até às Mabubas, onde desembarcaram, na margem esquerda e dali seguiram, ao longo do rio, até que a noite os surpreendeu.

A superfície metálica do rio modificava-se mais adiante e toda a sua facha era convulsionada por rápidos e cachoeiras, de extranha belesa, na sua moldura vegetal, mas impraticável para a navegação durante muitos quilómetros.

Reconhecido o rio, com o cuidado e a soma de elementos com que João de Almeida iluminava todos os seus reconhecimentos, regressou ao bivaque, onde, alheio

a tôda a fadiga, constituiu ainda um pequeno destacamento com que foi destruir a *sanzala* Cambuale, pequeno *coio* de saltiadores do Icau, que na véspera não tinham podido incendiar por se interpor entre ela e a coluna um braço da lagoa.

O gentio tinha fama de velhaco e atrevido. Ainda recentemente desfeitiaram alguns europeus que se tinham aventurado em barcos nas águas da lagoa Morime, que os negros tinham já como feudo e campo aberto para os seus actos de banditismo. Dizia-se pois que ofereceriam séria resistência a qualquer ataque.

Como convinha atacar pela lagoa, porquanto o percurso por terra exigiria uma marcha penosíssima de dois dias pelo menos, João de Almeida, aproveitando a escuridão da noite mandou concentrar com o maior sigilo, um grande número de canoas dos pretos submissos da margem N. O.

Saiu do bivaque de madrugada e ao romper da manhã tomou posição com uma parte do destacamento e a artilharia na margem da lagoa, junto à *sanzala* Sote, enquanto as canoas, devidamente protegidas, passavam à outra margem com o alferes Oliveira e um pelotão de gente escolhida.

Ao mesmo tempo que êste atacava a *sanzala* pelo sul, João de Almeida mandava lançar algumas granadas que protegeram o desembarque dos seus homens.

Não houve a resistência que se esperava, mas as *cubatas* foram queimadas, bem como as de outra *sanzala* próxima, e aprisionados quatro indígenas.

Regressaram ao bivaque e nesse mesmo dia, à 1,30 da tarde, tôda a coluna tomava o caminho do Casal onde chegou vinte e quatro horas depois.

V. Marchas sôbre as terras de Cazoangongo. —Passagem do Ucúa.

Reconhecida como foi a existência duma larga faixa deserta e escavada ao longo do Dande, estendendo-se para sul a algumas dezenas de quilómetros, e razia da

região em volta do Casal, eram o Cazoangongo e o N'Gombe Amuquiama, os objectivos que mais interessavam à coluna.

João de Almeida preferiu ocupar-se primeiro do Cazoangongo, não só porque era um dos Dembos mais aguerridos e de maior prestígio, situado já na região onde era de esperar a maior resistência, como também porque, ficando mais próximo do Casal e dos postos de étapes das margens do Bengo, podia ser alcançado em menos tempo com a coluna menos fatigada e melhor provida.

Os carregadores eram já tão poucos — e ainda se estava no princípio das operações! — que a questão das provisões era duma importância capital.

Confirmando a razão da preferência sôbre êste objectivo, appareceu o major de 2.^a linha Pedro de Sousa — um negro agalado — a oferecer-se como guia para o Cazoangongo e dizendo-se perfeito conhecedor dos terrenos que tinham que atravessar.

Assente pois o objectivo, a coluna descansou no dia cinco. Os doentes foram evacuados para Loanda e, em tôrno do forte, mandou João de Almeida construir uma abatiz resistente que devia proteger os cincoenta e quatro homens que iam constituir a guarnição.

O número de estropiados, que se incluiu na guarnição do forte, era já bastante numeroso. A falta de treino dos homens, a invasão do *pulex*, que tinha atacado uma grande parte das praças, causando-lhes feridas graves nos pés, a violência das marchas que fizeram, tinham eliminado os mais fracos.

No dia seis, pela madrugada, a coluna comandada por João de Almeida, dotada apenas com a artilharia, duas metralhadoras, o trem de combate, viveres para oito dias e a competente reserva de água, abalou a caminho de Cazoangongo em formação dupla e com o serviço de segurança montado.

Ia começar a verdadeira campanha dos Dembos — a campanha amarga, cruel, contra um gentio aguerrido e contra um terreno bravio.

Tudo o que decorrera até então não passava dum

preliminar, ameaçador sim, mas cujas dificuldades relativas os dias seguintes haviam de invejar.

Algum tempo depois de terem iniciado a marcha, João de Almeida reconheceu que a direcção que levavam era a do Dande e não a do Cazoangongo. Chamada a atenção do guia, mudaram de rumo. Pouco depois o comandante verificava que marchavam outra vez por caminho errado.

O major de 2.^a linha desculpava-se dizendo que os caminhos estavam mudados e que não se recordava bem do terreno. Apenas sabia que deviam passar num môrro que surdia ao longe como uma ilha no oceano vegetal e que três horas antes dêle encontrariam uma *sanzala* (Casatola) em que corria água abundante numa ribeira que vinha do Cazoangongo.

O major Sousa, de facto, não era um traidor. Tinha efectivamente cruzado a região nos seus tempos de mulque, antes da sublevação de 72.

Depois disso o gentio mudara não só os caminhos como também a posição de muitas *sanzalas*.

O terreno apresentara-se, até então, relativamente brando e de configuração que fazia crer nas informações do guia. Esperançados no encontro do caminho foram palilhando através do capim na direcção do môrro. Uma vereda imperceptível, como traço sumido pelo tempo numa página antiga, foi dada como caminho abandonado e por ela seguiram.

Quando, pelas 10 horas chegaram ao local onde devia haver água, apenas encontraram ravinas secas e gretadas de sêde. O terreno começava a ondular como um mar alto, de larga vaga, e as zonas alternadas de mato e capim começaram também a opôr a sua resistência demoralisante à passagem da coluna.

Era uma hora da tarde, galgavam amarguradamente uns pequenos môrros, ásperos na sua vestimenta de mato, quando por altura do trem do combate rompeu um incêndio violento que ia, rapidamente, devorando o capim.

João de Almeida concentrou imediatamente a coluna e mudou a direcção da marcha de encontro ao vento. Todos pararam e se aprestaram para êsse combate imprevisto

—o do fogo — em que o inimigo assaltava em colunas es-caldantes que iam lambendo tudo por onde passavam.

Numa faina indescritível, abraçados pela fornalha do incêndio que elevava a temperaturas inconcebíveis o já enorme calor solar, tôda a tropa se empenhou na abertura duma clareira em tôrno do quadrado capaz de deter a marcha aluçinada das chamas. Para salvar algumas cargas, muitos soldados tiveram que atravessar o fogo.

De mistura com o esforço heróico de alguns, avolu-mava-se o pavor doutros. E a vaga de pânico alastrava, no cantágio fácil entre uma gente amargurada, de ânimo enfraquecido e corpos debilitados.

João de Almeida teve que recorrer a tôda a sua energia e serenidade, ser ao mesmo tempo violento e calmo, brutal e reflectido, para manter na mão a coluna e salvá-la. Foram a sua vontade e a sua energia, a vontade e energia que libertaram a expedição duma perda irreparável.

Nesse dia foi impossível prosseguir na marcha. O combate tinha sido duro e implacável. O incêndio cerca-va-os com uma muralha de chamas e durou tôda a noite, com a sua côr e a sua paisagem de tragédia.

Só na manhã seguinte veio a extinguir-se, deixando em volta a negra desolação do carvão e das cinzas. O terreno para a frente apresentava o mesmo aspecto árido e desabitado.

O môrro que o major Sousa assinalava não era o que êle supunha e desenhava-se ainda muito longe. Para diante dêle estendia-se uma enorme faixa de terreno crespo e acidentado.

Não era possível confiar mais nas informações do guia.

A água estava quási exgotada. Apenas havia a ma-gra reserva que tinham conseguido transportar, sem que a configuração do terreno indicasse que iriam encontrá-la nas proximidades.

Todavia João de Almeida mandou ainda fazer um reconhecimento. Dêle apenas resultou a certeza de que a marcha se tornaria cada vez mais difícil e que o avanço naquela direcção conduziria inevitavelmente à perda da coluna.

Resolveu então voltar ao Casal e tomar a direcção do N'Gombe Amuquiama, ao longo do Ucúa, embora a distância a vencer fôsse maior e mais espinhosa.

Veio a verificar-se mais tarde que, realmente, o caminho que levavam, por indicação do major Sousa, nunca os poderia levar ao Cazoangongo.

Chegaram ao Casal no dia 7 de manhã e, tendo descansado apenas até ás duas horas da tarde, seguiram nesse mesmo dia para o N'Gombe Amuquiama, em direcção ao Ucuá por um caminho, em parte, já conhecido, fazendo uma marcha de doze quilómetros durante a qual devastaram as lavras e *sanzalas* que encontraram.

Ao mesmo tempo tinham seguido para Cabiri, uma secção de carregadores, escoltados e comandados pelo sargento Rebocho, em cata de viveres com os quais depois deviam ir ao encontro da coluna.

No dia seguinte, prosseguindo o avanço vertiginoso, aprisionaram numa *sanzala* em que encontraram resistência, a alguns quilómetros do Ucúa, duas mulheres e um rapaz que informaram estar o Salla Mubemba, com a maioria da sua gente, concentrada nas margens do rio.

O gentio concentrava-se pois nas terras do interior sob a protecção das defesas naturais, onde contava resistir e destruir a coluna.

Chegando pela uma hora da tarde á vista do rio logo avistaram, na margem oposta duas grandes massas inimigas e, em volta, na coroa dos cabeços da margem esquerda, alguns grupos menos numerosos constituindo uma espécie de guarda avançada.

As patrulhas que se aproximaram foram recebidas a tiro pelos defensores dos cabeços que, imediatamente, recolheram á margem direita, juntando-se ao grosso da massa inimiga.

Logo que a coluna se aproximou a alcance conveniente, João de Almeida mandou meter dois pelotões da guarda avançada em linha e rompeu o fogo com uma das peças da bateria. O gentio respondeu vivamente, mas, quando acometido pelas descargas dos soldados, percebendo que se iam tomar disposições para a passagem do rio, fugiu em diferentes direcções, protegido pelo terreno

que tornava impossível levar por diante qualquer perseguição.

A coluna passou então o rio e foi bivacar na margem direita numa pequena explanada.

Patrulado o terreno em volta encontrou-se grande quantidade de mantimentos e animais domésticos que o gentio tinha abandonado na precipitação da fuga.

Pouco depois de estabelecido o bivaque um dos postos à cossaca foi súbitamente atacado por um grupo de pretos, dos quais dois caíram durante a refrega — um morto e outro mortalmente ferido.

Transportado o ferido para o quadrado verificou-se que falava o português.

Era um desertor natural de Moçambique, um dos muitos foragidos que encontravam asilo seguro na *independência* dos Dembos.

Muito preguntado veio a informar que no grupo que procurava vedar a passagem do rio havia alguma gente do N'Gombe Amuquiama; mas como lhe pedissem mais informações apenas respondeu:

— Depois de me matarem é que querem que eu fale. Deixem-me acabar aqui ao pé dos soldados.

E fez-se lhe a vontade.

No dia seguinte João de Almeida expediu, logo de manhã, uma carta para o Dembo N'Gombe Amuquiama comunicando-lhe a sua aproximação e assegurando-lhe um tratamento pacífico se a coluna fôsse amigavelmente recebida.

E prosseguiu a marcha ao longo do Ucúa, arremetendo outra vez contra terrenos agrestes, difíceis, ravinados, que depauperavam as tropas e lhe iam gastando todo o ânimo.

A coluna alongada, lenta no andamento, estarecida pelo calor, seguia como um miriápode em movimentos serpenteantes, colada ao solo, através da brenha hirsuta.

Foram bivacar já nas terras do N'Gombe Amuquiama no morro do Buto.

As primeiras *sanzalas* que toparam estavam completamente desertas. Apenas tinha ficado numa delas a fa-

mília dum ex-soldado que veio apresentar-se ao Comandante da Coluna.

No dia 10, após uma marcha inconcebível para uma coluna tam castigada por fadigas, uma marcha de 34 quilómetros por um carreiro em que era preciso cortar o mato e cavar ribanceiras para que os carregadores e os solípedes pudessem passar, foram bivacar ao morro Quilomíngo.

Apesar da violência do esforço logo no dia imediato deixaram o vale do Ucúa e investiram com o terreno montanhoso, de cabeleira cerrada — já uma paisagem cruel do interior dos Dembos. Tôda a região era extremamente povoada. Por tôda a parte se topavam *sanzalas* amanhadas no alto dos cabeços, como mirantes de paisagem infinita.

A população que aguardava ainda as ordens do Dembo estava concentrada numa das primeiras *sanzalas* para a hipótese de ter que resistir. Mas logo muito cedo vieram ao encontro da coluna vários *macotas* que, por ordem do Dembo, tinham marchado tôda a noite para irem receber amigavelmente a coluna à entrada nas terras do seu senhorio.

No entanto só tinham partido da *banza* quando lá tinha constado, pela carta de João de Almeida, que a coluna se aproximava.

Traziam um officio para o comandante e deram-lhe as boas vindas.

E assim, logo na primeira *sanzala* que encontraram, em Muando, os pedidos de géneros feitos por João de Almeida foram prontamente satisfeitos. Os habitantes mostravam-se contentes e afirmavam o seu desejo de evitarem a guerra.

No dia 13 investiram com terreno tam ravinado e cruel, que para galgarem os três quilómetros que os separavam da grande *banza* de S. Silvestre do N'Gombe Amuquiama, gastaram quatro enormes horas.

Era tam acidentado o terreno, tam coberto por densas matas, tam cortado por fulminantes ravinhas que era preciso, umas vezes cortar o caminho na espessura dos

ramos, outras vezes cavar degraus nas encostas para a coluna poder descer sem se despenhar.

A agravar as dificuldades surgiam constantes linhas de água, amiudadas vezes lodosas, que tornavam ainda mais lento e trabalhoso o movimento do longo corpo serpenteante da coluna.

A *banza* de S. Silvestre era uma enorme *sanzala* e das mais importantes daquela região.

Depois de instalado o bivaque esperava João de Almeida a visita do Dembo com todos os seus *macotas* em acto solene de submissão e vassalagem. Só apareceram os *macotas*. O Dembo desculpou-se mandando dizer que estava há pouco tempo no poder e que não tinham decorrido ainda tôdas as formalidades rituais necessárias para poder apresentar-se em público.

João de Almeida quis então ir êle próprio com os seus oficiais visitar o Dembo, mas os *macotas* asseguraram-lhe que o potentado tinha saído para fora da *banza*. O facto, que era verdadeiro, revelava as intenções em que o Dembo se encontrava: Não aparecer.

O comandante da coluna receando que o Dembo, por esta forma pretendesse evitar a vassalagem e não quisesse mostrar a sua sujeição perante o povo intimou-o então a apresentar-se sob a ameaça de lhe fazer guerra e construir um forte na sua *banza*.

Pela tarde foi entregue a contribuição de guerra — víveres para a coluna — mas o Dembo, em lugar de aparecer escreveu várias cartas a João de Almeida protestando a sua submissão e amizade, mas persistindo em não se apresentar com o fundamento das exigências do seu protocolo.

Fez-se nova intimação, mas como tivesse a coluna alcançado o seu objectivo e não parecesse necessária nem vantajosa a sua permanência ali, visto que, pelo contrário a vantagem consistia, por causa da alimentação, em se demorarem o menos tempo possível, João de Almeida marcou a partida para o dia seguinte.

E como até à madrugada o Dembo não apparecesse, prendeu 19 *macotas* e pessoas gradas que levou como refens, a caminho do Pango Aluquem, não tomando mais



Coluna dos Dembos
Um ângulo do bivaque em estacionamento — 1907



Campanha dos Dembos : A coluna em marcha

enérgica atitude porque à rectaguarda da coluna devia vir uma escolta com carregadores sôbre os quais o Dembo poderia exercer qualquer vingança.

Mais tarde veio a saber-se que o verdadeiro motivo que tinha levado o Dembo a não aparecer era o receio de ser preso e transportado a Loanda para ser destituído do poder.

A coluna foi recebida festivamente no Pango Aluquem. Logo à entrada das terras apareceu um grupo de pretos agitando uma bandeira branca, em ar de parlamentários, que iam enviados pelo Dembo ansioso por declarar que não queria a guerra. Mais adiante formigava uma grande multidão, festiva e barulhenta, animada do nervosismo animal do gentio, que desfraldava bandeiras e soprava entusiasticamente em instrumentos musicais indígenas e de metal. E a coluna foi acompanhada até ao local do bivaque pela aparatosa comitiva.

À noite, apresentou-se o Dembo com a sua camari-lha, a prestar vassalagem.

Como nada mais houvesse a fazer no Pango Aluquem resolveu João de Almeida não perder tempo nas delícias de Capua que as festas do gentio lhe proporcionavam e marchar logo no dia seguinte para as terras do Cazoangongo.

Como não fôsse possível aproveitar, por falta de carregadores, todos os mantimentos recebidos como contribuição de guerra e o Dembo se mostrasse disposto a fornecer o pessoal necessário, todo o povo fugiu em debandada com receio de ser requisitado, tal era o respeito e o terror que lhes inspirava o Dembo do Cazoangongo e a sua gente.

VI. Marchas e combates no Cazoangongo e Gimbo-Aluquem.

Pelas informações colhidas no bivaque de Benza, Cahça, do Pango-Alquem, soube João de Almeida que o Cazoangongo estava disposto a resistir-lhe e que tinha reunida à sua gente a do Gimbo-Aluquem e a de muitos outros Dembos de norte e leste da região.

Os guias informaram que a *banza* que visavam distava dali três a quatro horas.

O terreno para a frente tinha um aspecto ameaçador, mesmo para aquela coluna tão experimentada no amargor das marchas difíceis. Muito montanhoso e espesso de vestimenta, devia tornar extremamente difícil a marcha dos solípedes e das cargas. Pensou ainda João de Almeida em libertar-se da impedimenta e, com uma coluna ligeira, cair fulminantemente sobre a *banza* do Cazoangongo, tomá-la e voltar depois, mais bem apetrechado, para estabelecer o pôsto no logar que mais conviesse; mas, pensando melhor, resolveu não empenhar na aventura, a pouca tropa de que já dispunha.

Resolveu pois avançar com tãda a coluna e arcar com as dificuldades da empresa nestas condições.

Sabia o comandante que a *banza* ficava no contraforte duma grande serra que se desprendia para sueste.

Na sua frente e na direcção que havia de seguir levantava-se agressivamente uma enorme montanha, selvagem, áspera e agreste. Por consequência, supondo que era aquela a mesma serra, a coluna tinha, pelo menos, que a atravessar diagonalmente para em seguida trepar ao contraforte, o que, evidentemente, era impossível de fazer num só dia de marcha.

Eram assim as informações dos guias.

Não soubesse João de Almeida o cuidado que é necessário ter com as informações do gentio, mesmo quando bem intencionado, não tivesse a dura experiência das terras desconhecidas e o seu profundo sentido de orientação e há muito que a coluna dos Dembos teria sido massacrada pela hostilidade do terreno.

É raro, sobretudo entre o gentio dos Dembos, encontrar um preto com uma noção afinada das distâncias. Mesmo os mais civilizados falham.

A' noite conseguiu João de Almeida alcançar dois pretos conhecedores da região que iam atravessar, pois mais duma vez tinham ido comerciar a Calunga. Ao menos êsses deviam saber, pelo menos, os caminhos.

Dormiram os guias numa cubata junto do bivaque, mas, de madrugada, assustados com a empresa e apavo-

rados pelo prestígio do Cazoangongo, desapareceram. Só a muito custo se conseguiu apanhar um outro que dizia conhecer o caminho para a Delegação.

A coluna partiu de manhã cedo, com os primeiros alvares do dia, e uma hora depois penetrava nas terras misteriosas do Cazoangongo. Muita gente, vindo do lado do Dembo que visavam, abandonava as povoações para fugir à guerra e marchava em sentido oposto ao da coluna, procurando refugiar-se no Pango-Aluquem.

Procurou João de Almeida atraí-los, mas os gentios logo que bisparam a coluna, escapuliam-se como caça brava por entre as brenhas do mato.

A marcha fez-se, a princípio, com relativa facilidade.

Estavam as lavras muito trilhadas e havia numerosas veredas, a ligar as *sanzalas*, por onde o trânsito era pouco embaraçoso.

Mas logo a seguir com a investida contra a região montanhosa começaram a surgir dificuldades que só muita força de ânimo conseguia transpôr. Na encosta, já de si agreste e bravia, formavam em fileiras cerradas grandes árvores tropicais de exuberantes ramagens, entrelaçadas de trepadeiras resistentes e emaranhadas e mato virgem. Apesar do fulgor do sol, com a sua luz febril e os seus raios penetrantes, na profundidade da floresta tudo era negro, compacto, intransitável.

Tôdas as dificuldades anteriores pareciam ridículas ante a barreira macissa que se lhes deparava.

Logo no sopé da grande serra Quissaca foi a coluna severamente castigada ao transpôr uma linha de água, em cujas margens lodosas, os homens, os solípedes e as viaturas se atolavam, sendo necessários esforços desesperados para avançar meia dúzia de metros, sôbre o terreno mole e absorvente.

A subida era tão áspera que teve que ser aberta, como as galerias, duma mina, através da espessura vegetal, em zig-zags. De quando em quando era preciso cavar degraus para os cavalos poderem passar.

O material tinha que ser constantemente apeado para ser passado à mão por estreitas aberturas. Sôbre a vio-



lência dêste esforço físico e moral vinha juntar-se um calor de fornalha, angustioso e deprimente.

Só pelas 4 horas conseguiram atingir o vértice da montanha, sem um descanso, num trabalho enfrenesiado de enlouquecer.

Mas se a subida tinha sido árdua a descida tornou-se ainda mais penosa. Declives bruscos, ravinas brutais, cortes a prumo, precipícios escancarados, tôdas as formas selvagens dos acidentes de terreno se iam opondo sucessivamente, como suplicios preparados ou obstáculos em prova de valor. A transposição dêstes barrancos, em que os próprios homens agarrados às trepadeiras e arbustos mal se aguentavam, em terreno para cabriolas de simios ou ninhos de águias, só podia fazer-se com o material transportado, lentamente, a braço, outras vezes de rastos, por vezes ainda guindado com o auxílio de cordas e das árvores.

Os solípedes, nalgumas resaltas em rocha viva, tiveram de ser peados e amarrados, içados depois à fôrça de braço, para não tombarem no precipício.

Ao anoitecer ainda não tinham completado a descida da serra. Tiveram de bivacar junto dum curso de água — o Buege — que rolava da montanha, de escantilhão, em aparatosa catarata.

Até para instalar o bivaque e o serviço de segurança tiveram de abrir uma clareira.

A noute foi um pesadêlo contínuo — agitada por negras preocupações e cuidados, por sobresaltos constantes. O serviço de ronda dos graduados, a actividade fantástica e incansável do Comandante acudindo a tôda a parte, não conseguiram manter vigilantes as vedetas. O estado de prostração e fadiga era tão grande, que apesar de todos os indícios fazerem crer na proximidade do gentio, que podia, dum momento para o outro, cair sôbre a coluna, não havia forma de evitar os assaltos irresistíveis do sono.

Para nada faltar a agravar a situação até a questão dos abastecimentos e alimentação assumia um aspecto grave. A escolta com os carregadores, que se esperava desde a véspera, não aparecia, não sabendo João de Almeida a que atribuir a demora.

Na madrugada da noite horrível que acabavam de passar, os rancheiros (condenados brancos) fugiram levando consigo os géneros que deviam ser cosinhados para o rancho da manhã — numa altura em que alguns desses géneros, como os tempêros, eram os últimos e em que já não havia tempo para cosinhar outros.

Esta fuga parecia confirmar uma informação que João de Almeida recebera à cerca de entendimentos entre os indígenas e gente da coluna. Todavia não suspeitava dos condenados cosinheiros que ainda durante a noite tinha visto reunidos em volta da fogueira.

Do seu destino ninguém mais soube. Ou mantinham realmente os entendimentos que se supunha, ou então, o que é mais provável, visto que nessa altura já a coluna estava cercada pelo gentio, foram massacrados.

VII. Combate do Columbe.

Eram quatro horas da manhã quando a coluna começou a descer a parte da encosta que ainda faltava sofrer.

Pouco depois chegou ao fundo dum vale, relativamente estreito, mas emparedado por encostas selvagens e elevadíssimas, no qual corre o rio Columbe.

Este vale que nasce abruptamente na serra em precipício vertiginoso, tem alguns quilómetros de extensão e aperta-se, a meio, num pequeno estrangulamento que se repete, no extremo, mais pronunciadamente, fazendo lembrar uma enorme cabaça.

As margens do riacho eram, na parte mais larga do vale atapetadas de marianga e caniço que emolduravam lavras de gentio; o restante era mata fechada e densa e escarpados impressionantes de rocha.

Havia neste vale algumas *sanzalas* importantes, entre as quais as do Columbe e Hesso, esta já no alto, a caminhar para o sul.

Tinha ali existido a fazenda dum europeu, chamada de Santa Tereza, onde viviam o colono e a sua família, com esse heroísmo de tantos pioneiros que fizeram em longos isolamentos a nacionalização de Angola. Durante a revolta de 1872 a propriedade foi destruída, o proprie-

tário e um destacamento comandado por um tenente trucidados, feito êste que o gentio exhibia espaventosamente como um título de glória. Escapou ao massacre uma filhita do roceiro, que foi aprisionada e levada mais tarde para o Cazoangongo onde viveu como *muleca* (criada).

Êste vale vai desembocar noutro mais extenso, onde corre o rio Quiulo.

Logo que a coluna despontou na embocadura do vale, o gentio, que estava espalhado pelos flancos, entre o mato, como macacos em bando, romperam em grande ber-rata ameaçando os soldados, chufando-os, insultando-os; alguns falavam um português claro, com frases perfeitamente compreensíveis a distância:

—Caíram na cabaça! Daquí ninguém sai!

—Ficam cá todos!

—Rendam-se e fiquem como muleques!

—Há de acontecer-lhes como aos outros!

Apenas chegaram às lavras, João de Almeida mandou montar a cavalaria e, prosseguindo na marcha, cautelosamente, passou para a margem direita do Colume.

De dentro da mata partiram alguns tiros contra a guarda avançada, aos quais se respondeu imediatamente. Terminada a passagem, a marcha continuou, mas tendo-se generalizado o fogo do inimigo, a cavalaria que já tinha alcançado a *sanzala* Colume foi obrigada a retirar com quatro cavalos feridos. O cavalo de João de Almeida foi atingido também com uma bala na garupa.

O mato tornava-se tão emaranhado que era impossível continuar a marcha a cavalo. Só abrindo um túnel através da muralha de verdura, foi possível dar passagem a solípedes e carregadores. A cavalaria, apeada, foi mandada para a retaguarda do trem de combate. Tinha-se a impressão de que o gentio andava à sucapa, mergulhado no mar denso da floresta para os vir agarrar pelas pernas como polvos.

A guarda avançada iniciou o fogo por algumas descargas na frente e sôbre a direita. João de Almeida tinha que acudir a tôda a parte pois só com a sua acção de presença era possível manter em firmeza e disciplina uma



tropa estropeada, doente, desmoralizada pela fadiga, em circunstâncias tão ásperas.

Passaram novamente o rio, combatendo sempre e às nove horas apoderavam-se finalmente da *sanzala* Colume. A subida foi, como se pode supôr, amarga e morosa—sobretudo por causa dos solípedes que empecilhavam consideravelmente a mobilidade da coluna empenhada em combate.

Iniciada novamente a marcha foi a coluna atacada outra vez em tôda a extensão, que não devia ser inferior a quilómetro e meio dum corpo desarticulado pela fadiga, pois, por causa dos carregadores, a marcha tinha que fazer-se a um de fundo, em esguia fila indiana.

João de Almeida fez imediatamente concentrar a coluna, tanto quanto pôde. Os pelotões meteram a dois e cada fileira fazia descargas para os lados, ao esgueirar-se entre o fogo nutrido do gentio.

Emquanto a guarda avançada varria a frente os sapadores abriam e alargavam o caminho.

Esperava João de Almeida encontrar uma clareira onde pudesse formar quadrado, para mais facilmente poder dirigir a acção e bater o inimigo, mas a mata era impenetrável.

Não é fácil de conceber, e muito menos àqueles que têm àcêrca das guerras de Africa a idea de que são operações fáceis e sem valor, o que seja um combate travado na espessura duma floresta cerrada, onde era preciso abrir caminho para avançar, com o inimigo encoberto, os movimentos embaraçados por uma teia infinita de ramos, depois duma marcha arrazante e sob um calor de fornalha.

Na enorme fila em que a coluna se estendia a acção do comando exigia dispêndios de energia fantásticos, uma multiplicação de movimentos formidável, uma serenidade e uma bravura inalteráveis, tanto mais que, à vista dos primeiros mortos e feridos, sobretudo quando caíram redondos um soldado landim e um corneteiro europeu da policia, a tropa vacilou e o fogo tornou-se desordenado.

Foi preciso, no auge do combate, em pleno nervosismo da refrega, mandar fazer alto e tocar a cessar fogo,

impôr aquela vontade dominadora que é a arma e a virtude dos chefes, para restabelecer a ordem nas fileiras e nas almas. Após êsse minuto solene em que o Comandante prendeu de novo nas mãos o corpo e o espírito da coluna, as descargas recomeçaram, regulares e disciplinadas, dóceis, unidas.

O gentio, surpreendido pelo rápido silêncio feito na coluna, quasi cessou também o seu fogo.

João de Almeida, multiplicando-se vertiginosamente mandou render a escolta do comboio por um pelotão europeu e acudiu ao pelotão independente que era constituído por praças de 2.^a linha já bastante desmoralizadas.

Entre os carregadores havia também bastantes baixas, pois o inimigo acoitava a cauda da coluna com a mesma intensidade com que acometia os outros pontos.

Pensados os feridos e montados em tipoias os que não podiam andar, restabelecida emfim, esforçadamente, uma ordem nova, João de Almeida mandou recomeçar o avanço.

Logo o gentio redobrou também a intensidade do seu fogo, arrojando-se alguns negros a virem disparar as espingardas a quatro e cinco metros da coluna!

O mato era tão cerrado e o inimigo escondia-se nêle tão bem que, mesmo a estas distâncias, era impossível visá-lo. Refazia-se a impressão dolorosa de que iam ser levados por tentáculos misteriosos lançados por dentro da teia inextrincável dos ramos.

Para desafrontar a coluna e furtá-la ao apêrto de fogo em que estava envolvida mandou João de Almeida aumentar o número de patrulhas nos flancos e constitui-las em cordões de atiradores, que, rastejando pelo mato dentro em ousados mergulhos, punham o gentio a maior distância.

Estas patrulhas, que eram lançadas depois da guarda avançada ter varrido o mato com descargas, eram sucessivamente substituídas pelas de outras fracções à medida que iam chegando à sua altura.

E assim, conquistando o terreno palmo a palmo, contra o fogo do inimigo, contra a espessura da floresta, arrancando contra um conjunto formidável de obstáculos, com uma energia de desespero, conseguiu a coluna de-



Campanha dos Dembos : Forte João de Almeida — 1907



Coluna dos Dembos : Uma formatura no bivaque ao içar da bandeira—1907

sembocar pelas dez horas, da tal cabaça de que o gentio dizia que ela não poderia sair.

Oficiais, sargentos e soldados tinham sido inteiramente dignos do Chefe. Tôda a tropa estava afinada pelo diapsão do Comandante.

Alcançada finalmente uma clareira de capim poude João de Almeida formar a sua tropa em quadrado, junto à margem esquerda do Colume.

Era a vitória!

Varrido com descargas certas e bem arrumadas o inimigo cessou o fogo e desalvorou.

Ainda não tinham passado muitos minutos quando apareceu, finalmente, a escolta do sargento de Rebocho com os carregadores que tinham ido a Cabiri buscar víveres.

Por felicidade, o gentio, empenhado no combate, não tinha atentado na passagem da escolta, que só por milagre chegava incólume ao quadrado.

Não podia vir em ocasião mais oportuna. Os víveres estavam a acabar.

Uma hora depois — o tempo de se preparar e comer uma ração fria — a coluna estava outra vez em marcha.

Tinha tido, como se fizera apenas uma marcha itinerária normal, em exercício — apenas uma hora de descanso!

VIII. Combate da passagem do Quiulo.

No combate do Colume o consumo de munições tinha sido extraordinário. Com a formação que a natureza de terreno impusera à coluna — essa fila interminável que se arrastava nas profundidades da mata, era impossível aos oficiais exercerem a disciplina dos fogos.

Como o alcance das armas do gentio não exigisse nos flancos uma zona livre de mais de 60 metros, o que era possível manter com poucos homens dada a velocidade de tiro do armamento de que dispunha, João de Almeida determinou que em cada pelotão se escolhessem dez atiradores para marcharem na frente, sob o comando directo dos respectivos comandantes, os quais manteriam

o fogo, enquanto os restantes homens, em duas fileiras, sob o comando dos sargentos, só atirariam à ordem destes ou à do próprio Comandante da coluna. No caso dum ataque mais impetuoso ou desusada densidade de fôgos por parte do inimigo, o que muitas vezes aconteceu, as descargas seriam feitas por pelotões.

Os restantes graduados tinham apenas por missão não deixarem fazer fogo aos soldados e obrigá-los a cerrar sôbre a frente de maneira a evitarem-se alongamentos exagerados na coluna.

Os carregadores foram fraccionados em vários grupos e intercalados entre os pelotões.

Com esta disposição de marcha João de Almeida evitava à coluna os grandes intervalos indefesos sôbre os quais o inimigo pudesse cair separando a tropa em troços de que facilmente se poderia depois apoderar.

Tôdas estas ordens eram rápidas, quási instantâneas, decididas e executadas nas circunstâncias mais graves, com um espírito de adaptação e ordem assombrosos.

E o mais extraordinário é que tudo decorria tam militarmente que nem as ordens de combate deixavam de ser redigidas, distribuidas e arquivadas como se dum simples exercício se tratasse.

A coluna assim organizada rompeu a marcha. O genio, mal as fôrças se tinham estendido ao longo do caminho, rompeu outra vez o fogo — êsse fogo que parecia partir dos próprios troncos levantados em colunas cerradas — em tôda a extensão da coluna.

Combatendo, passaram novamente o Columbe para a margem direita, tomaram uma *sanzala* que incendiaram e pouco depois alcançaram o rio Quiulo.

As margens dêste rio são pantanosas, de travessia difficilima — atoleiros onde homens, animais e material se atolam e ficam presos como aves no visco.

Atravessou primeiro o vau, sob o fogo constante do inimigo, a guarda avançada, que foi estender-se em grande arco, com os extremos apoiados na margem esquerda. A passagem era protegida pela artilharia e por dois pelotões que iam varrendo com descargas penetrantes a margem oposta.

Como éra preciso preparar a passagem aos carregadores, solípedes e material, estenderam-se também em atiradores, na margem direita, formando uma meia-lua em sentido oposto ao da guarda avançada, mais três pelotões. Ficava assim a coluna protegida por um círculo de atiradores que ia sustentando o combate.

Então, aquela tropa cujo heroísmo dominava tôda a fadiga, aquela tropa que desde a madrugada combatia ininterruptamente, construiu, debaixo de fogo, uma grande fachinagem com ramos e troncos de árvores cobertos por uma camada espessa de capim e torrões, sôbre as margens alagadiças, para obter do terreno consistência que resistisse ao pêso do material. E como isto não bastasse, também sôbre o rio foi construída uma pequena ponte de cavaletes de um metro de largo.

Foram trezentos metros de pântano e rio a preparar laboriosamente numa actividade de enxame, em que os officiais, os sargentos e os soldados tanto europeus como indígenas faziam prodígios. Estavam mecanizados, inaccessíveis às destruições da fadiga. Mas essas máquinas tinham uma alma!

Depois de preparado o terreno passaram os solípedes descarregados e as cargas às costas dos soldados e dos carregadores. Finalmente passou a guarda da rectaguarda sob a protecção dos dois pelotões.

Entretanto o combate continuava. A fusilaria tinha acompanhado tôda a faina.

Reorganizada a coluna, como a noite se aproximasse e parecesse, pela disposição do terreno, que não era natural encontrar água mais adiante, as tropas bivacaram.

E mal a coluna parou, o gentio — sempre invisível — cessou o fogo também.

¡No silêncio da noite pulsavam todos os mistérios e ameaças dum perigo invisível!

IX. Combates do Gombe e Imbundo.

No dia seguinte, dez minutos depois de levantarem o bivaque, a coluna foi atacada em tôda a extensão, ainda

com maior violência e intensidade que no dia anterior. Dir-se ia que o gentio a queria fazer marchar continuamente dentro duma galeria de fogo e gastá-la lenta e persistentemente.

A disposição da marcha era a mesma. Apenas os pelotões passaram a marchar alternadamente. Iam seguindo lentamente, como trabalhadores teimosos, na abertura dum caminho subterrâneo. De vez em quando era necessário parar para responder ao fogo do inimigo cada vez mais intenso e mais atrevido. O mato era como sempre cerradíssimo e, ainda por cima, atravancado aqui e acolá por árvores derrubadas pelo inimigo que obstruíam o próprio carreiro delgado do gentio por onde seguiam.

E como parecia ser fatal que em cada dia surgissem novas dificuldades, a chuva caía abundantemente desde a madrugada impondo ao terreno argiloso um piso escorregadio onde os homens e os solípedes patinavam e caíam constantemente, obrigando a coluna a paragens dolorosas.

A visibilidade não alcançava três metros. Como a marcha era mais ou menos zig-zagueante e o alongamento da coluna se estendia a muitas centenas de metros, tinham os oficiais que ir constantemente apitando, para indicarem a posição das suas fôrças e evitarem ser fusilados pelas descargas dos que marchavam mais à retaguarda.

Por vezes era necessário escavar o terreno para dar passagem às mueres de baste — eternos tropeços indispensáveis. As baixas entre os carregadores obrigavam também a novas paragens, necessárias para distribuir as suas cargas pelos soldados indígenas.

Eram oito horas aproximadamente e há três que arremetiam com assombrosa teimosia contra o mato, contra o terreno e contra o inimigo, todos êles empenhados num combate sem tréguas, quando chegaram à vista da *sanzala* Gombe. Eram cêrca de cem cubatas equilibradas no alto dum cabeço.

A intensidade do fogo tinha aumentado. A aproximação da *sanzala* levava a defesa do gentio ao desespero.

Continuando a avançar, João de Almeida deu a ordem de combate.

A guarda avançada, logo que atingiu a orla da *sanzala* meteu em linha e ajoelhou, continuando o fogo.

Emquanto as fôrças mais atrasadas da coluna se iam aproximando, João de Almeida mandou apoiar a guarda avançada com um pelotão por cada flanco, prolongando a frente em arco envolvente para a *sanzala*. Logo que julgou tôda a tropa suficientemente concentrada e constituidas as reservas, sem perder tempo, mandou armar baioneta a tôda a primeira linha e êle próprio carregou na frente dos soldados que avançaram impetuosamente pelas ásperas ribas da *sanzala*. O gentio debandou sob a violência do ataque, enquanto a vaga de assalto, atravessando a *sanzala*, o perseguia até à orla do mato em que se tinha internado e donde continuava a fazer um fogo vivíssimo.

Os outros pelotões, à medida que iam chegando, formavam aos lados da fôrça assaltante — a artilharia e o trem de combate fixavam-se no centro da *sanzala* — e o pelotão cauda guardava a rectaguarda por onde tinham assaltado.

Estavam senhores da praça.

João de Almeida deu então um pequeno descanso à coluna, durante o qual as cubatas foram revistadas.

Apenas se encontraram mantimentos e alguns animais domésticos.

Terminada a revista, terminou o descanso. A coluna prosseguiu na marcha enquanto a guarda da rectaguarda incendiava a *sanzala*.

A cêrca de quinhentos metros divisaram, no seu alto mirante, outra *sanzala* — a do Imbundo.

A aproximação foi lenta e trabalhosa. O fogo do inimigo era intensíssimo e certo. A coluna ia sofrendo, com o avanço, numerosas baixas.

O combate, com fases idênticas à do anterior, na *sanzala* do Gombe, foi todavia muito mais demorado e renhido. A defesa era encarniçada e só à custa de muita persistência e energia, com o heroísmo dos oficiais, sargentos e soldados europeus, se poudo dar o assalto e tomar a *sanzala*.

Mas nem assim terminou a refrega. Já depois de

ocupada a *sanzala* ainda o gentio a acometeu duas vezes num retorno ofensivo, enérgico e violento.

O inimigo era numerosíssimo; não havia tufo de capim, tronco de árvore, ou gadelha de mato onde não estivesse um indígena escondido. Pululavam por tôda a parte fazendo um fogo vivíssimo, de direcção desencontrada. A sua guerra era uma verdadeira caçada de espera — guerra irritante de emboscadas, de incertezas e de mistérios.

Foi necessário dar um descanso às tropas no Imbundo para se cuidar dos feridos, que eram muitos, e enterrar os mortos — descanso macabro, mal gozado, nem alerta enervante, dentro do cêrco apertado do gentio.

Era tão grande o furor do inimigo e levava-o a tal ousadia que chegou a mostrar-se em grupos compactos e numerosos, a pequena distância, sob as descargas cerradas da coluna, que o ceifavam impiedosamente.

Iniciada novamente a marcha alcançaram, sempre entre o fogo do gentio, uma cacimba próxima. Como o tiroteio fôsse cada vez mais intenso, grandes as perdas, a ponto de já não haver carregadores disponíveis para transportar os feridos, e as tropas tivessem atingido um grau de fadiga insuperável, escolheram, junto da cacimba, local um pouco mais desafrontado de mato para bivacar.

Aberto o campo de tiro e organizada a defesa enteraram-se os mortos com tôdas as formalidades regulamentares. E aos heróis ignorados nem sequer faltaram as homenagens das salvas que mais honrosas são para um soldado: As do fogo crepitante e solemne do inimigo.

A' tarde, como o inimigo tivesse cessado o fogo e apenas acometesse, de quando em quando, as vedetas, com alguns tiros dispersos, João de Almeida mandou saír dois reconhecimentos dos quais nenhum trouxe indicações aproveitáveis.

X. Marcha para a Delegação

Para o Sul avistava-se um morro altaneiro e encarpinhado que todos aqueles que tinham visto a Delegação afirmavam ser o mesmo.

O guia que acompanhara a escolta do comando do sargento Rebôcho deu a notícia, colhida em conversa com a gente do Pango-Aluquem, de tencionar o gentio rebelde atacar a Delegação e cair em massa sôbre o pôsto de étapes de Quinguengue.

Cêrca das dez horas da noite apresentou-se a João de Almeida um soldado móvel do Icolo e Bengo que fazia parte duma escolta de seis homens que fôra enviada com o correio para a coluna.

Tendo-se aproximado da coluna, por volta do meio dia, como êle e os companheiros ouvissem o tiroteio em volta das tropas, tentaram voltar para traz. Não o consentiu o 2.º cabo móvel Codorníça, que comandava a escolta, dizendo que o seu dever era entregar o correio e reúnir-se à coluna.

E arremeteu para a frente, cedendo parte da sua coragem serena aos medrosos que o acompanhavam.

Pouco depois caíam em poder do gentio que massacrava a todos, com excepção daquele, que tinha podido escapulir-se por entre o mato.

Depois de anoitecer, rastejando por entre os grupos de rebeldes, conseguiu entrar no quadrado.

Foi êle que permitiu que, pelo menos, o nome do Codorníça — êsse herói negro de tão pura valentia — pudesse ser recolhido entre as recordações gloriosas da campanha dos Dembos!

Com a escolta do correio, vinha um preto que o chefe do Golungo Alto prometera a João de Almeida, para servir de guia nas terras do Cazoangongo.

Êsse homem que poderia ter prestado magníficos serviços pois estivera durante muito tempo refugiado na região, chegando mesmo a ser secretário do Dembo, também foi morto com os outros soldados.

Com a perda dêste correio, e doutro que teve que refugiar-se no Pango-Aluquem, estava a coluna sem notícias desde o dia 7, em que partira do Casal.

Êste isolamento influia naturalmente sôbre a disposição moral da coluna.

É preciso ter vivido nas lonjuras agrestes dos matôs africanos, isolado, distante de todos os centros sentimen-

tais, numa vida interior asfixiada, numa vida exterior de durezas e sacrifícios, para avaliar o que seja a falta de notícias das terras e pessoas que deixamos.

Cousas do sentimento, é certo—quási cousas românticas.

Mas não basta que uma época de metálico ceticismo as tenha, formalmente, relegado para degredos de ridículo para que elas deixem de ser o que são — a própria realidade do homem.

Além dêste aspecto sentimental, o isolamento apresentava-se ao Comandante da coluna com côres carregadíssimas. As escoltas que enviava ou que lhe eram enviadas ficavam pelo caminho massacradas pelo gentio. Tôdas as possibilidades de reabastecimento estavam cortadas. O consumo de munições a que obrigavam os combates constantes e as marchas enquadradas pelo cêrco de fogo do inimigo, era enorme. A perspectiva era trágica: Ou se desembaraçavam por qualquer meio, que a gravidade das circunstâncias não deixava prever — e tinham que o fazer rápidamente — ou tôda a coluna, exgotada de munições, de fôrças e de mantimentos, estaria destinada ao massacre em massa pelo gentio.

João de Almeida ignorava tudo o que se passava para além do cêrco feroz do inimigo. Apenas sabia que só pela fôrça dos elementos precários de que dispunha podia desenvencilhar-se.

Nestas circunstâncias, e na incerteza de poder atingir directamente a *banza* do Cazoangongo, João de Almeida resolveu marchar para a Delegação, afim de dar um pequeno descanso á coluna, reabastecê-la e tratar convenientemente dos feridos.

Em Loanda reinava a maior inquietação. A falta de notícias âcêrca da coluna fazia crer num massacre idêntico ao de 1872.

Iniciada a marcha para a Delegação, na manhã do dia 17, logo o gentio, oculto no mato, rompeu o fogo, prolongando-o vivamente por mais de duas horas. Era o propósito evidente de gastar a coluna como quem desgasta uma lâmina de aço friccionando-a na pedra do amolador. Debaixo dum fogo constante, combatendo sempre, conquis-



O capitão João de Almeida — 1907



Grupo dos oficiais da coluna dos Dembos que regressaram a Loanda

tando a tiro cada metro de avanço, as baixas iam aumentando.

Em certa altura, no momento em que João de Almeida impelia para a frente uma patrulha, uma bala inimiga feriu-o no braço esquerdo. Sem se deter, ligou um lenço no braço ferido para estancar a hemorragia e prosseguiu durante mais dez horas.

Ja a tarde no declínio quando chegaram à Delegação.

Foi só então que o Comandante chamou o médico para o pensar.

Os pensos e os desinfectantes eram cousas que há muito tempo se tinham esgotado.

Nas guerras de Africa—essas guerras que a ignorância de muita gente tem tomado por vagas operações contra inimigo sem valor — escaramuças de pretos — a falta de protecção era completa.

Tudo que não fôsse marchar e combater era tão secundário, que, a maior parte das vezes, esquecia.

Foi com farrapos duma saca de açúcar, embebidos em água duvidosa, que João de Almeida foi pensado!

Lavrava o tétano na coluna. O Quartel General informado, por um telegrama relatório, do estado em que se encontrava o Comandante, ordenou que êste desse as operações por concluidas e regressasse imediatamente a Loanda.

Reúnido o Conselho de Officiais, a pedido dêstes, o Conselho foi da mesma opinião tanto mais que os estados de fadiga e saúde da coluna eram miseráveis e até o seu efectivo demasiado crestado para mais empreendimentos.

Todos os componentes da coluna desejavam, sentimental e racionalmente, que as operações fôsem dadas por findas.

E não se pode dizer que êsse desejo fôsse uma manifestação de cobardia depois de tantos transes heróicamente suportados. Era a própria realidade, definida pelos escassos recursos a que estavam reduzidos, pela guerra cruenta que o gentio lhes oferecia e pelas dificuldades que exigia a tomada do Cazoangongo, que lhes indicava a conclusão das operações como única medida razoável a tomar.

De resto, mesmo no caso improvável de conseguirem chegar ao Cazoangongo e tomarem a *banza*, ainda haveria que ocupar e pacificar a região, exigindo esforços que todos julgavam incompatíveis com as possibilidades da coluna.

Foi portanto unanime a opinião que aconselhava o regresso imediato a Loanda, tanto mais que o próprio Comandante estava em risco de vida e só em Loanda poderia ser socorrido.

Mas João de Almeida, em vez de acatar a ordem do Governô Geral e a opinião do médico e a dos officiaes, lembrando-se que ainda não atingira o objectivo essencial — a tomada do Cazoangongo — e que sem êle ficavam, em grande parte, perdidos tantos esforços penosos e tanta labuta sofrida, perguntou ao médico, quanto tempo poderia dispor de vida lúcida e activa, no caso de lhe sobrevir o tétano.

— Pode contar com três dias depois da primeira manifestação.

Era precisamente em três dias que João de Almeida contava atingir, como atingiu, o Cazoangongo.

— Nesse caso para a frente é que é o caminho !

E não admitiu mais a hipótese de recolher a Loanda.

O facto dispensa comentários.

Ou está completamente perdido o sentido das altas virtudes militares que pertencem à própria essência moral dum Exército e, nesse caso, não seriam quaisquer comentários que o reatariam — ou êsse sentimento existe e os comentários são ainda dispensáveis, mesmo para aqueles que inferiormente não perdoam a João de Almeida as cousas superiores que fez por Africa.

* * *

Nos três dias que tinham precedido a chegada à Delegação a coluna tinha sofrido 30 baixas, incluindo dois officiaes, além de seis carregadores mortos e um grande número de feridos. Os solípedes também tinham sofrido perdas importantes.

Pelas informações que os acontecimentos posteriores

comprovaram, a coluna foi cercada e atacada, durante êsses três dias por mais de doze mil homens. Tomaram parte no ataque os povos do Cazoangongo, os do Gimbo-Aluquem, longue, Bombo, Muando e os de todos os outros Dembos a nordeste, incluindo os de Caculo Caenda e Mussuco.

Quando mais tarde a coluna incendiou e ocupou as *sanzalas* destas regiões, até às margens do Lombige, encontrou, pregadas nas árvores, a cauda, orelhas e patas dos solípedes mortos de 15 a 17 e aos quais o gentio tinha comido a carne. Êstes despojos e ainda polainas, pedaços de farda e outros artigos militares arrancados aos cadáveres da coluna, que o inimigo tinha desenterado, provavam, evidentemente, que todos aqueles povos tinham mandado os seus contingentes à guerra contra o *Mueneputo*. De resto o facto era confirmado pelos feridos do gentio que tinham encontrado.

A resolução de João de Almeida, contra o conselho de todos, contra a própria razão da sua existência ameaçada, provocou, como era natural, um certo desânimo na coluna.

Mas o Comandante tinha pressa e precisava de gente animada e confiante, com nervos e fé.

João de Almeida que não era homem de muitas palavras falou então aos soldados.

E comunicando-lhes o seu entusiasmo e a sua fé, auxiliado pelo prestígio e dedicação que o seu exemplo constante, em todos os sacrifícios, tinha alcançado, conseguiu dar uma alma nova a tôda a coluna.

Essa tropa constituída na sua maioria, por condenados e pretos, sentiu-se reanimada e disposta a tudo, quando o Comandante lhes narrou tôda a inutilidade do seu esforço, se recolhessem imediatamente a Loanda e lhes disse:

— Que se ha de dizer da coluna dos Dembos se ficarmos por aqui?

E daí por diante o chefe teve, mais do que nunca os seus homens na mão.

Evidentemente êste resultado não se alcançou somente com as palavras dum discurso. As palavras apenas

serviram para reavivar sentimentos que vinham de traz e que as atitudes e o exemplo do chefe tinham inspirado.

João de Almeida nunca gosou de mais conforto que o último dos seus soldados, nunca se alimentou diferentemente e de, entre todos — era o que produzia um maior esforço e suportava mais duros sacrifícios. O que êle exigia aos outros nunca era mais do que o que êle próprio dava. Das suas ordens mais duras de cumprir era êle o primeiro a experimentar a dureza.

Além disso sabia estimular. Nunca deixou de dizer a quem o merecia uma palavra boa de incitamento e as recompensas que dava por actos de valor, eram immediatas e produziam todo o efeito moral.

Só assim se explica que se tivesse conseguido tanto duma tropa de condenados.

Nas ordens da coluna do próprio dia das acções constaram as recompensas — algumas até além da competência do Comandante, mas cujos efeitos morais e prácticos justificavam plenamente a ilegalidade.

Assim, o cabo Nogueira, que se distinguiu na passagem de Ucuá, foi promovido a 2.º sargento por distinção; o 1.º cabo Ferreira, homem crivado de castigos — um correccional — foi promovido a 2.º sargento pela bravura com que se houve na tomada de Quimassa.

Êste homem que estava condenado a não ser, em tôda a sua vida, mais do que um «correccional» para quem não haveria futuro nem piedade, chegou a ser official muito cotado entre os camaradas.

O 2.º sargento Lopes promovido por distinção a 1.º sargento, veio a morrer heroicamente quando comandava uma escolta de Quilemba para Mucumbi.

Com os pretos procedia-se da mesma forma.

O 2.º sargento Vitor foi promovido duas vezes durante as operações: a 1.º sargento e a alferes de 2.ª linha. O próprio major de 2.ª linha Pedro de Sousa foi promovido a tenente-coronel.

E assim, tinham-se formado naquela escola de bravura e de heroismo em que havia um chefe que lhes dava constantemente o exemplo e nunca lhes faltou com o estímulo e a recompensa, soldados formidáveis.

A tropa dos Dembos, desmantelada e heterogénea à saída de Cabiri, era, já nas terras do Cazoangongo, uma tropa homogénea, disciplinada e tão valorosa quanto se pode depreender dos esforços que dispendeu.

O grupo de oficiais da coluna, apesar de inexperientes, na sua maioria, uma vez dominadas as hesitações de princípio foram dignos companheiros do chefe que tinham. A escola era violenta, o mestre era difícil, mas o que não há dúvida é que os alunos ganharam as suas esporas de ouro. E se nem todos galgaram aos píncaros do heroísmo espectacular e requintado, todos, sem excepção, cumpriram bem o seu dever militar.

E cumprir, numa campanha desta natureza, é já um belo gesto heróico, digno de registo.

No próprio dia em que chegou à Delegação, João de Almeida estabeleceu comunicações por Quinguengue com Senza do Itombe, enviou despachos para o Governador Geral e mandou avançar os géneros de Zenza do Gungungo para Cabungo e a reserva de Cabiri para a estação de Senza do Itombe.

Em 18 mandou todos os carregadores, convenientemente escoltados, buscar géneros ao pôsto de étapes de Quinguengue, enquanto a coluna descansava limpando e concertando o armamento e o vestuário.

XI. — Marcha para o Gimbo Aluquem. Combate do Chingo

Embora o estado de fadiga da coluna exigisse um descanso maior do que o magro dia de que dispôs — dia que nem sequer tinha chegado para concertar o vestuário e o calçado, cujo estado era tão lastimoso que alguns dos soldados europeus já marchavam descalços — e apesar da gravidade do ferimento que tinha recebido e dos conselhos médicos que lhe impunham imediato repouso — João de Almeida, a quem a ameaça do tétano limitava o tempo necessário para atingir o seu objectivo, resolveu marchar o mais rapidamente possível sobre o Cazoangongo.

De resto, a rapidez impunha-se ainda por outros motivos. Há quatro dias que marchavam sôbre a *banza* e ainda não a tinham alcançado; entre os soldados começava a notar-se um certo enfraquecimento moral; o gentio com o seu sistema de guerra persistente e mortífero ia dizimando os efectivos duma maneira considerável.

Era indispensável marchar e não deixar enfraquecer a tensão nervosa que era necessária e que o Comandante tinha aguentado e acrescido falando às tropas, na Delegação, e incitando-as a realizar êsse último esforço, sem o qual de pouco teria valido, praticamente, a campanha dos Dembos.

Para não embaraçarem demasiadamente a marcha, visto que o seu transporte era sempre difícil e moroso, não quis João de Almeida levar as metralhadoras nem uma das peças, embora com êsse abandono reduzisse a potência militar da coluna em combate.

Levava só uma peça, a dorso.

E assim, mais uma vez, como antes e como depois, João de Almeida operava dentro da mais enervante escassês de recursos.

No dia 19, abalaram logo de manhã — o comandante com o braço envolto na serapilheira, a tropa estropiada e rôta. O gentio só veio a dar por êles quando já se encontravam no local em que tinham bivacado na noite de 16 para 17. Rompeu imediatamente o fogo com grande intensidade — enquadrrou outra vez a coluna nas muralhas duma fuzilaria constante.

Meteram em direcção ao norte e pouco tempo depois encontravam um caminho que seguia na direcção que se presumia ser a do Cazoangongo.

Tôda a tropa, inclusivamente os móveis e os carregadores, ia animada. Naquelas almas ressequidas por tantas provações poude ainda inflamar-se um entusiasmo irresistível que nada poderia entrar. Soprava o vento heróico das grandes emprêsas — todos queriam chegar ao fim, quanto antes, e nessa vontade havia uma ânsia feita, ao mesmo tempo de entusiasmo de dedicação e de despêro.

A confiança no chefe era ilimitada; a dedicação de alguns era tocante.

A manifestação mais curiosa dessa dedicação deram-na uns homens bizonhos e esqualidos que João de Almeida encontrava a seu lado, sempre que se deslocava, a protegerem-no do tiroteio com os próprios corpos. Era tão sistemática a estranha companhia que João de Almeida acabou por notar que não podia dar um passo sem que dois soldados do Batalhão Disciplinar, o sargento Gil da polícia e o seu fiel Manuel Morgado, o enquadrassem numa muralha protectora de corpos.

Os dois disciplinares tinham sido condenados à morte em Loanda por crimes cometidos no Sul de Angola: um tinha morto um preto no Humbe, o outro tinha esbofetado um alferes. João de Almeida tinha-os salvo, levando-os consigo. Eles pagavam a dívida o melhor que podiam.

Eram nove e meia da manhã quando atingiram a *sanzala* Chingo, uma das mais importantes e povoadas da região.

Adoptado o dispositivo já seguido no combate do Gombe, a *sanzala* foi assaltada, tomada e destruída.

E apenas com o descanso necessário para cuidar dos feridos logo marcharam, sempre sob o fogo do inimigo, a investir com as *sanzalas* Quimassa e Quillemba, que assaltaram e tomaram com duas horas de intervalo.

Foi fácil a conquista de Quimassa mas o mesmo já não sucedeu com a Quillemba, onde o inimigo se concentrou, resistindo tenazmente e inflingindo muitas baixas à coluna.

Em três horas tinham assaltado e tomado três *sanzalas*, altaneiramente erguidas no cocuruto de morros agrestes!

XII. Tomada da «banza» do Gimbo-Aluquem.

Queimada a *sanzala* Quillemba, que ficava como uma grande fogueira no alto do morro, sem se deterem, marcharam imediatamente em direcção ao Cazoangongo.

Emquanto se empenhavam na descoberta do caminho

descobriram outra grande *sanzala*, empoleirada, como tôdas no alto dum cabeço.

Avançaram para ela julgando que estivessem finalmente em frente do temível Cazoangongo. O gentio que tinha abrandado o fogo, ao pressentir que João de Almeida enveredava para a *sanzala*, redobrou de intensidade no ataque, numa fúria defensiva nervosa e crepitante.

Avançaram mais um quilómetro — um daqueles longos e penosos quilómetros dos Dembos — e tomaram posição para o ataque. Enquanto a peça trepava a um pequeno outeiro donde visava a *sanzala* por uma aberta providencial, a guarda avançada prosseguia a marcha até junto das primeiras cubatas e um pelotão comandado pelo alferes Neto flanqueava o ataque, através da encosta escavada.

Ao primeiro tiro de peça, o gentio abrandou o fogo e deitou lume às cubatas da orla da povoação, tudo levando a crer que pretendia iludir a coluna ou dificultar o assalto.

Prosseguindo no avanço, tomaram-se as disposições para o assalto que João de Almeida comandou, de braço ao peito. O gentio fugiu desabaladamente e quasi não ofereceu resistência.

Só então souberam que a *banza* que acabaram de tomar era a do Gimbo — Aluquem.

Próximo havia outra *sanzala* que foi tomada sem resistência num ataque fulminante que não deu tempo ao gentio para se refazer.

Entre os objectos que encontraram, na *banza*, figurava uma cadeira espantosa com uma escada de quatro degraus. Era o trono do Dembo!

XIII. Tomada da «banza» Cazoangongo.

Não há nada mais complicado do que arrancar informações aos pretos quando êstes não as querem dar. Todos os esforços, astúcias e violências, esbarram sistematicamente com olhares inexpressivos e palavras onde imediatamente se adivinha a mentira.

Por mais que João de Almeida instigasse os homens

da Delegação não houve maneira de conseguir que êles indicassem o caminho para o Cazoangongo.

Que não sabiam nem sequer a direcção!

Iniciaram pois a marcha no dia 20, sem rumo seguro, apenas orientados por probabilidades e deduções, cuja lógica era natural que falhasse, pelo caminho que lhes parecia mais próprio.

Pouco tempo depois, numa lavra onde surpreenderam um grupo de pretos, aprisionaram uma mulher que lhes indicou uma verêda que, segundo constava, porque ela não o sabia ao certo, ia ter ao Cazoangongo.

Investiram pelo caminho indicado e marcharam durante algum tempo por uma encosta escalavrada e dura, eriçada de arbustos e pedras, até que esbarraram num enorme bloco de rocha que parecia vedar a passagem.

Mas aquela tropa já não estranhava dificuldades.

Contornou o grande macisso, em tais condições de aspereza e agressividade que uma das muares, que não foi possível aguentar na subida — tal era o declive! — caiu para traz e despenhou-se no precipício.

Subindo ainda a outra encosta, separada da primeira por negro e trágico vale de paredes alcantiladas, avistaram na frente, a uma distância de cêrca de dois quilómetros em linha recta, uma *sanzala* — a *banza* enfim! — e, a pequena distância, sôbre umas fragas destrambelhadas que imergiam do arvoredado, como recifes nas proximidades da costa, um grupo de pretos em observação.

Sem guia, tateando o terreno e confiando um pouco na sorte, tinham conseguido iludir o adversário e chegavam sem que êle os surpreendesse.

Um pelotão da guarda avançada, rastejando, passou para a frente da crista rochosa e cortante do cabeço, onde também a peça, transportada a braço, foi tomar posição.

Quási ao mesmo tempo, o pelotão descarregou sôbre o gentio do outeiro mais próximo e a peça disparou sôbre a *sanzala*.

Fazendo enorme berraria, os observadores desapareceram como se o mar de verdura os tivesse tragado. A peça disparou mais dois tiros sôbre a *banza*, cujo efeito não foi possível verificar imediatamente.

João de Almeida mandou então avançar tôda a coluna sôbre a *banza*, travando o primeiro combate contra as defesas naturais dum terreno agreste hàbilmente aproveitado e tenazmente defendido. Por entre o arvoredado es-
 pesso surgiu-lhes, de repente, uma ravina escancarada a grande profundidade que do alto da crista aparecia mascarada pelo arvoredado e despercebida.

O terreno que de longe parecia uma encosta contínua era ravinado como o fundo de certos mares e apresentava três dobras, bastante pronunciadas, formando difíceis degraus. Logo na primeira depressão de terreno encontraram o caminho fechado por extensos abatizes, árvores derrubadas e enleadas com cordas de trepadeiras, por detraz das quais o inimigo rompeu o fogo quási à queima roupa.

Ninguém pensou em afastar os obstáculos nem em deter-se perante o tiroteio. Todo o pessoal militar da coluna arrancava com um entusiasmo imparável. A guarda avançada furou pelo mato, rastejou. Seguiram-se os sapadores e os soldados, abrindo sem parar, caminho para a peça.

Vencido êste primeiro obstáculo defrontaram com outra encosta completamente atravancada por abatizes.

Ninguém pára. Rompe-se sempre, respondendo encarniçadamente ao fogo do inimigo. A actividade e o ardor são febris, endemoninhados. João de Almeida, electrisa-os com o exemplo e tôda a casta de incitamentos.

Mais adiante, avistam a cêrca de tresentos metros, as primeiras *cubatas* da grande *sanzala*. Todos param um momento a tomar fôlego para o arranco final. Também aquela última encosta, que ainda faltava vencer, estava bem fechada. Era o último reduto do formidável campo intrincheirado que estavam a galgar. O gentio tinha-se concentrado todo ali e redobrava a intensidade do fogo. Tentava o último e desesperado esfôrço para a defesa do seu logar sagrado.

Mas a vaga de assalto é irreprimível. O avanço faz-se através do mato, por um e outro lado, com a linha de ataque devidamente apoiada, até à orla da *sanzala*.

Quando julgou tudo preparado, João de Almeida,

pôs-se à frente da guarda avançado e à sua voz de comando todos caíram à baioneta sôbre a *sanzala*. As *cabatas* mais afastadas e as que formavam a orla exterior da povoação, apareceram envoltas em chamas. Por entre as labaredas, como demónios fantásticos, trágicos no seu aspecto, os pretos faziam ainda um fogo infernal, defendendo palmo a palmo o seu senhorio. Há freqüentes combates corpo a corpo; mas a carga é irresistível e nada lhe consegue deter o impulso. Negros, alucinados, sublimes, rotos, electrizados, os soldados atravessam a povoação incandescente e só param na orla da floresta.

Os outros pelotões chegam por sua vez e também êles carregam pelos flancos. A peça, colocada a braço, vai ocupar o seu lugar de honra. Tôda a povoação está ocupada. A *banza* de Santo António de Lisboa deixou de pertencer aos rebeldes!

O gentio não se conforma com a derrota. Do mato em que se emboscou ataca ainda com fogo vivíssimo e tenta um retorno ofensivo pelo oeste. Combate-se ainda ferozmente. O calor é infernal e aumentado consideravelmente pelo incêndio que o inimigo lançou antes de abandonar a *sanzala*.

Por fim o tiroteio esmorece um pouco.

A coluna dos Dembos tinha alcançado o seu objectivo. Eram precisamente duas horas e meia da tarde.

O momento era de tão grande solenidade que, desde o Comandante ao último dos móveis, cada um na forma da sua expressão, todos sentiam profundamente uma grande alegria e uma grande comoção.

Negros pelos fumos da pólvora e pela acção química do sol, esbrazeados pelo calor do incêndio, esfalfados de fadiga, rôtos, miseráveis, devastados pela doença e pelas inclemências de tão duro esforço—uns ensanguentados por ferimentos recentes, outros arrazados e vazios de qualquer possibilidade física—ao mesmo tempo hediondos e sublimes, riam, choravam, cantavam. Só êles, e só nesse momento, sentiram em plena verdade e plena justiça todo o valor e todo o alcance da vitória.

A sua alegria, a rude comoção que lhes afogava as gargantas era a sua recompensa—recompensa extraída

ainda de dentro dêles próprios, pois de mais ninguém a podiam esperar, tão alta e tão justa!

O cenário era inteiramente digno da scena. Para lá da orla da *sanzala* soavam ainda os últimos tiros do gentio. Por detraz da coluna, ardia em crepitante fogueira a *banza* inexpugnável.

João de Almeida mandou subir um soldado a uma grande árvore que se levantava mesmo em frente da *cubata* do Dembo e que o incêndio desta alcançava de quando em quando com uma labareda mais atrevida, e colocou lá no alto uma adriça. Depois o corneteiro tocou a sentido, a voz comovida dum oficial bradou:

— Continência à bandeira! Braço armas! Apresentar armas!

As cornetas tocam o sinal de continência, os tambores rufam, a peça salva com tiros reais sôbre o inimigo — e, diante da tropa imóvel, enquanto em todos os olhos luziam lágrimas irreprimíveis, a bandeira das quinas subia lentamente, altiva, orgulhosa, até ao tampo da adriça.

E alta como ela, dominando o grande mar de cabeços, a floresta infinita, os vales selvagens ecoando os sons bellicos, atingia o cume da glória a expedição aos Dembos!

E ninguém mais a havia de ver e sentir tão pura e tão alevantada.

Tinha sido pesado o preço da vitória. Muitos tinham-no pago com a vida, muitos outros iam-no pagar, a praso curto, pelo mesmo preço — alguns até sem tempo bastante para morrerem entre os seus — e todos, sem excepção, a pagaram também, em duros sacrifícios, esforços sôbrehumanos e ruínas orgânicas de que nunca mais se haviam de recompôr.

Na campanha dos Dembos tudo tinha sido difícil e penoso!

Marchas enormes e fatigantes, eriçadas de todos os obstáculos, através de regiões desconhecidas, a transpôr, ora terrenos áridos e sedentos, ora florestas exuberantes em montanhas inacessíveis. Não encontraram clareira ou planurá que não os asfixiasse em altos capins, nem bisparam nesga de céu ou pedaço de horizonte que não fosse entrevisto entre teias emaranhas de ramos. Mar-

charam sempre, abafados por densos vegetais, como mineiros nas galerias duma mina, a ter que perfurar o caminho que haviam de trilhar, ora encaixados no fundo de negros vales ora trêpando angustiosamente por ravinas agrestes. Tudo tinha conspirado contra a coluna: A fadiga, a sêde, a fome, o fogo, o incêndio, o inimigo, as emboscadas.

Em compensação tudo favorecia o gentio que, protegido pelas asperezas do terreno, em bandos destrambelhados, os fusilava quasi à queima roupa, para desaparecer ao mais leve esbôço de perseguição pelos atalhos e caminhos dum labirinto que só êle conhecia (1).

O inimigo tinha informações completas sôbre o que se passava na coluna; espiava-a, seguia-a a bom recato, sabia onde devia atacá-la e onde era conveniente evitá-la.

A coluna, sem guias nem informações precisas, marchava nas trevas e nem sequer os maiores obstáculos podia evitar.

O resultado era de facto comovente.

E João de Almeida — que os seus inimigos lho perdõem! — foi, mais do que ninguém o seu autor.

É êle que organiza a expedição nas circunstâncias mais precárias — com tropa de refugo, material mal amanhado e escasso em número; é êle quem a comanda e prevê a tôdas as necessidades; é êle que domina com a sua vontade férrea nos momentos em que ela falece em tôda a gente; é êle, que vai para deante, mesmo quando a opinião, o desejo e a aspiração máxima de todos o aconselham a regressar a Loanda; é êle, enfim, que para realizar inteiramente o seu objectivo põe a vida como a moeda para não o perder.

(1) O gentio visava de preferênciã os officiaes, o que provocou entre êstes tantas baixas que foi necessário tirar-lhes todos os distintivos e armá-los como os soldados, para não se distinguirem dêstes.

* * *

Quando a bandeira solenemente atingiu o alto da adriça o gentio ainda contra atacou, obrigando um dos pelotões a defender a posição. Foi o último protesto e a última tentativa.

A coluna, depois, bivacou na *sanzala*, a poucos metros da grande fogueira, aproveitando-se de vários utensílios encontrados dentro da mata e nalgumas *cabatas*.

Infelizmente não permitiu o incêndio recolher muitos objectos e documentos escritos pertencentes ao Dembo e cujo interesse seria manifesto. O Dembo possuía um arquivo interessantíssimo guardado numa arca que as chamas destruíram também.

Além de armas velhas, baionetas, cornetas, etc. foi encontrada uma pequena peça de ferro rebentada pelo meio, que tinha sido tomada pelo gentio durante a revolta de 1872 — o cheque que a ocupação do Cazoangongo vingava 35 anos depois!

XIV. Construção do forte João de Almeida (Maravila). Combates do Muando, Quilombe e Pôrto Mandele.

Quebrada a principal resistência do inimigo com a tomada da *banza* do Cazoangongo, não quis João de Almeida abandonar a região sem consolidar a empresa, ocupando o território.

Do que tinha observado e do conhecimento que amargamente adquirira acêrca dos Dembos, concluiu que o melhor local para a construção dum pôsto militar seria o morro de Maravila, junto à banza do Gimbo-Aluquem.

Além de ficar no centro duma região fértil e povoada era também o ponto de cruzamento das comunicações dos portos do Zenza com as regiões limitrofes, e do antigo caminho que ia do Casal a Sassa por Canatola e Canguen. De resto junto do morro em questão já existia, em tempos, o pôsto duma patrulha de comunicação.

Estava realizada a missão mais difícil e gloriosa da campanha dos Dembos mas não estavam ainda, como ve-

mos, terminados os seus trabalhos. Dir-se ia que a sua actuação só se concluiria com a vida, a saúde e a alma do último homem da coluna.

Logo no dia 21, a coluna tomou o caminho da Delegação. Na passagem pela *sanzala* Quilemba João de Almeida destacou, com a peça e os sapadores, os pelotões dos alferes Monteiro e Tavares que nesse dia mesmo haviam de iniciar a construção do novo forte.

As fôrças do inimigo tinham ficado tam desmoralizadas e batidas que, durante o caminho para a Delegação, onde só chegaram pelas seis horas da tarde, o gentio não deu mais sinais de vida além de avisos marcando a passagem da coluna para que todos fugissem.

Era pois necessário aproveitar a situação, promovendo, além da ocupação da região, pela construção dum forte, a apresentação da população sob pena de lhe serem destruidas as *lavras* e *sanzalas*, eliminando assim tôdas as resistências.

Dadas as instruções nesse sentido, rendidos os pelotões que tinham ido iniciar a construção do forte e reabastecida a coluna, esta marchou no dia 24 com todos os magros efectivos que lhe restavam para o morro de Maravila.

Como em 26, apesar da intimação que se lhes fizera, ainda não se tivessem apresentado os Dembos Zongue, Bambe e Muando que tinham estado reünidos no Cazoangongo, João de Almeida, resolveu ir batê-los com uma parte da coluna.

Eram os principais salteadores da margem esquerda do Zenza e aqueles que ainda há pouco tempo tinham amarrado gente raptada nas suas *sanzalas*.

Não foi fácil a emprêsa porque todos êles ofereceram grande resistência. Na *banza* do Muando, especialmente, a resistência foi encarniçada. Era uma *sanzala* de mais de cem *cubatas*, com as entradas defendidas por uma grande quantidade de árvores derrubadas e por enormes covas. Entre estas defesas figurava uma armadilha de seis metros de comprimento por três de profundidade e dois de largo, em forma de cunha com a ponta para baixo e lanças de ferro espetadas no fundo. Ocupava tôda a lar-

gura do caminho e estava tam bem mascarada que só deram por ela quando, na ocasião do assalto, dois soldados caíram lá dentro.

A tomada da *sanzala* custou à coluna, dois mortos e quatro feridos.

Como o gentio persistisse em não se apresentar, continuaram as razias.

No dia 27 um destacamento queimava sem resistência a *sanzala* de Nucumbi e arrazava-lhe tôdas as *lavras*. Em 28, um destacamento do tenente Henrique de Melo incendiava as *sanzalas* do Quissenso e Quilombe, tendo encontrado nesta última uma resistência tenaz que lhe inflingiu cinco feridos, entre os quais o alferes Neto, gravemente. No mesmo dia, para estabelecer comunicações mais directas com o caminho de ferro pela Delegação e Quinguengue, João de Almeida, mandou o alferes Tavares, com o seu pelotão, fazer o reconhecimento do pôrto Mucumbi. Três dias depois seguia o próprio Comandante da coluna, com parte das forças para o pôrto Mucumbi afim de estabelecer a passagem e iníciar a construção dum *blockaus* para a sua guarda. Êste *blockaus* foi construido em três dias pelos alferes Franco e Monteiro.

A actividade continuava a ser assombrosa. Não havia um dia de descanso. Era preciso morrer-se ou ser-se gravemente ferido para descansar.

Em 31 foi um destacamento queimar as *sanzalas* de Quibungo e Gombe (outra do mesmo nome) na direcção de Sassa e reconhecer se, por aí, havia caminho que pudesse dar acesso à coluna. Voltou sem ter encontrado resistência nem passagem praticável. Os caminhos estavam fechados há muito tempo e não havia sequer relações entre os povos das duas regiões.

E assim todo o território dos Dembos começava a ser esclarecido e palmilhado.

A construção do forte estava quási concluida e o transporte de víveres dos postos de Quinguengue e Cabungo, terminado, apesar da dificuldade em encontrar carregadores.

Como constasse que muito gentio do Cazoangongo

Esboço da região

dos

D E M B O S

por

João d' Almeida



Esc. ap. $\frac{1}{1000.000}$

Legenda

- Caminho porcinico pelo columna
- Caminho gentico
- o Sarralla
- o Inasa
- Rio
- Lagoa
- o Habitação europeia
- o Posto militar em forte
- o Limite de terras de dembos
- o Caserta em construção
- o Linha tel.
- o Sede de commando militar
- o Limite de com. mil
- o Estação postal
- o local de combate

AMBOAMBOONGO

QUINGUENCUE

BAXE

UBEMBA

MAHLINGGOS

CACULO

CAHENDA

ZOMBO
ANGOLA

Camahillo

LEMA
CAYUNGA
APACASA
NEBAMA
CAYUNGA
CAYUNGA

MUSSUCO

WENPAS

QUILONZO

ZUMBA

GOMUENZO

PLAMGUIMAS

legre

Colungo Alto

Sancti Spiritus

Sancti



e Muando se tinha juntado a alguns rebeldes da povoação de Cala, indo encontrar-se no posto de Mandelle, onde já estavam construindo *cubatas*, com o fim de mais facilmente atravessarem o Zenza e irem roubar as lavras dos povos submissos da margem esquerda, seguiu para Mandele o tenente João de Melo, com um destacamento de seis pelotões para os bater e queimar-lhes as *cubatas*.

Depois dum combate áspero João de Melo cumpria a sua missão e regressava ao forte com grande quantidade de despojos.

XV. **Marcha para o Lombige. Construção do forte Camabela.**

Na região não havia mais nada a fazer. O forte João de Almeida estava construído e tôdas as *sanzalas* e a maior parte das lavras arrazadas. O gentio não se tinha apresentado e andava a monte, escondido nas matas, sendo impossível aprisioná-lo. Sem guias, num terreno tão coberto de matas, podiam passar por êle a menos de duzentos metros sem o pressentirem.

Constituída a população, na sua maioria, por criminosos e serviçais fugidos e dado o carácter de extrimínio com que o gentio entende a guerra, era de prever que só começasse a apresentar-se depois da coluna ter abandonado a região. Esta tinha atingido o auge da fadiga. As marchas rudes, os combates aturados e constantes, as privações de tôda a espécie, estavam desencadeando os seus efeitos. Havia dias em que se apresentavam ao toque de doentes mais de 100 praças. E se fôsse passada uma revista rigorosa poucas seriam consideradas em regular estado de saúde. Além disso começava a quadra das chuvas. Já tinham explodido algumas trovoadas e era de esperar que dum momento para o outro as chuvas torrenciais comesçassem a cair com grande intensidade.

João de Almeida resolveu, portanto, não se deter durante mais tempo e proseguir nas operações, deixando para mais tarde o encargo de abastecer o forte para seis meses.

A coluna tinha agora como objectivo os dembos das imediações do antigo concelho Zambí-Aluquem, Quibaxe, Cacubo, Cahenda etc.

Embora o trajecto mais directo fôsse por Sassa, não era viável segui-lo por não haver caminho e não ser possível, no estado em que se encontrava a coluna, abri-lo numa extensão tão grande, através de serranias agrestes, sem água nem guias.

Tinha que fazer-se um torneio, passando à margem esquerda do Zenza, subindo ao porto do Luango e, tomando êste como base, depois de passar novamente o rio para a margem direita, marchar para o norte. Assim, em vez de irem directamente a Sassa, entrariam pelo Zambí-Aluquem, donde seguiriam ao Caculo, Calenda etc.

Nesta conformidade marchou no dia 10, com o seu pelotão, para o pôrto de Luango, o alferes Monteiro, encarregado de preparar a passagem da coluna, construir abrigos para os géneros e iniciar a construção dum blockaus para protecção permanente da passagem.

No dia 16, tendo já alguns víveres no pôrto de Luango e outros a caminho, a coluna deixou o forte João de Almeida, pelas quatro horas da tarde, tendo nessa mesma noite bivacado na margem esquerda, em frente ao pôrto do Mucumbi.

No dia seguinte, com uma marcha de 30 quilómetros, feita sob chuva torrencial, bivacaram em Sala Cabanga e no dia 18 no pôrto do Luango, onde tiveram que esperar durante três dias a concentração de víveres. Durante êste tempo de espera ultimou-se a construção do blockaus e fabricaram-se canoas para assegurar a passagem do rio.

Era proibido perder tempo.

Durante a marcha do dia 17, recebeu João de Almeida a apresentação de dois *macotas* do Quibaxe-qui-a-Mubemba—um dos Dembos mais importantes—que traziam uma carta do seu amo em que êste protestava submissão ao governo.

Ao pôrto Luango acudiram também alguns enviados do Zambí-Aluquem e de outros.

Por outro lado, desde que ao Luango chegaram as

primeiras fôrças, as comitivas de comerciantes indígenas aumentavam dia a dia, indicando que tãda a região a nordeste estava disposta a submeter-se e que confiava na coluna. A corroborar o facto, o comandante do posto de étapes de Vale Flor participava a João de Almeida que os sobas N'Gomguembo, Mussuco e Golamguimbe tinham deixado de exigir contribuição aos negociantes, pela passagem nas suas terras e portos, como demonstração de que não queriam guerra com o govêrno.

No Zambí-Aluquem foi a coluna recebida festivamente pela população e pelo Dembo, e os outros Dembos mais próximos, como o N'Gombe-Anambua, Cavunga-Cahui, Cavunga-Capacaça, Sassa etc., apressaram-se a vir ou a enviar os seus *macotas*, pedindo todos para ser construído um forte nas suas terras e serem considerados subditos fiéis.

Eram os resultados práticos da tomada de Cazoangongo. No entanto, João de Almeida, querendo certificar-se iniludivelmente, até que ponto era sincera e real a submissão, avançou ainda com uma parte da coluna para além do Lombige, onde se lhe vieram apresentar as gentes do Quibaxa-qui-a-Mubemba, Caculo, Sassa, etc.

E só então se convenceu de que não era preciso avançar mais.

A liberdade de comércio e a boa disposição dos povos estava mais que demonstrada.

Faltava apenas construir o posto que garantisse para o futuro a ocupação da região. Foi escolhido o cruzamento de caminhos do Quibaxe, Cacula, Sassa, etc., com o dos Mahungos, na extrema norte das terras do Zambí-Aluquem, no alto do outeiro Camabela.

Era o último serviço a prestar pela coluna dos Dembos.

Todos os homens válidos — relativamente válidos — se lançaram à obra com uma actividade desesperada.

E concluída ela, com os restos heroicos de energia de que a coluna ainda dispunha, estavam alcançados, inteiramente, todos os objectivos políticos e militares da coluna dos Dembos.

XVI. O Regresso.

No dia seis estava ultimado o abastecimento dos postos, com as suas guarnições completas. E a coluna, reduzida a menos de metade do seu efectivo inicial, concentrava-se em Calunga.

Nesse mesmo dia mandou João de Almeida seguir os doentes para Zenza do Itombe, e, na manhã de 7, seguiu êle com as fôrças, indo acantonar no Bengo.

Em 8 seguiram para Zenza do Itombe, tendo feito, até cêrca do meio dia, como fecho de tantos esforços, uma marcha de 36 quilómetros acossada, intermitentemente, por sol ardentíssimo e trovoadas torrenciais. Todos os solpedes e carregadores que restavam foram empregados no transporte dos soldados mais doentes e estropiados, tendo apesar disso por falta de condução ficado muitos pelo caminho, onde depois foi necessário ir buscá-los.

E às seis horas da tarde embarcavam para Loanda em dois comboios especiais.

A coluna não levava quarenta homens sãos. Dos dois comboios em que se transportou para Loanda, um deixou todos os passageiros no Lazareto da ilha, transformado em Sanatório, o outro entregou-os no hospital.

Para realizar o seu objectivo tinha-se gasto até aos últimos alentos.

O número de baixas que sofreu dá bem uma idea da dureza da campanha. Nem antes nem depois da campanha dos Dembos, uma expedição vitoriosa nas nossas colónias teve o número de baixas em combate que se registaram na expedição de 1907 aos Dembos — nenhuma teve que operar em terreno tão ingrato e tão inacessível, sob clima tão arrazante.

Enquanto no combate do Coolela a expedição de Galhardo sofria apenas 5 baixas e enquanto, nesse mesmo ano, a coluna de Roçadas, no Cuamato, com um efectivo de 2.300 homens não tinha mais do que 115 baixas ao todo ou sejam 5 %, a coluna dos Dembos perdia só em combate 155 homens dos quais setenta e um mortos. O número total de baixas elevou-se a 172, ou sejam 17 %.

E aqui se põe um paralelo que ninguém ainda fez e que é necessário fazer — o paralelo entre a expedição aos Dembos comandada por João de Almeida e a expedição que, simultaneamente, se dirigiu ao Cuamato sob o comando de Roçadas.

E êste paralelo deve fazer-se, não para diminuir o valor e alcance da expedição ao Sul, porque seria injusto e menos verdadeiro, mas para definir, com uma verdade que ainda não se revelou, o valor e alcance da campanha dos Dembos.

Emquanto a primeira era constituída por tropas de escolha, entre as quais figuravam 4 companhias europeias, das quais duas, depois das operações, regressaram com o seu comandante à Metrópole, onde receberam, em manifestações e recompensas várias, os louros da vitória, da expedição aos Dembos, constituída por condenados e soldados de 2.^a linha, para quem não houve recompensas sonoras nem louros vistosos, pois nem o próprio comandante da coluna veio à Metrópole recebê-los, apenas se disse muito pouco — muito pouco que depressa foi esquecido.

Não foram injustos o prémio e a parte da fama concedidos à expedição ao Cuamato. Mas foi profundamente injusto que à expedição aos Dembos, não fôsse concedido mais alevantado prémio e reconhecida mais sonora glória.

A diferença entre o valor e o mérito das duas empresas foi enorme.

Vejamos :

A coluna do Cuamato foi organizada com os melhores elementos militares da Colónia — e é ainda a João de Almeida que se deve a parte mais laboriosa dessa organização. Tudo quanto havia de bom na Província, em pessoal, solípedes e material de guerra lhe foi fornecido. Da Metrópole vieram ainda, para fazer parte da coluna duas companhias, uma de infantaria e outra de marinha, formando, com as fôrças europeias da Província, quatro companhias, num efectivo de 1.000 homens, e dois esquadrões de dragões. Solípedes, dispunha de mais de 500.

A coluna dos Dembos apenas contava de 253 europeus, dos quais a maioria, tanto em sargentos como em

soldados, eram condenados. O material de que dispôs era variadíssimo e só aquele que fôra julgado incapaz para as operações no Cuamato.

A coluna do Cuamato tinha um efectivo total de quási 2.300 homens. A dos Dembos não chegava a ter entre combatentes e auxiliares, mil.

A coluna do Cuamato dispunha de 12 bôcas de fogo, duas baterias de metralhadoras, cêrca de quarenta carros boers para o serviço de transportes, serviços administrativos e de saúde excelentemente montados.

A coluna dos Dembos marchou com duas peças e duas metralhadoras que não pôde, muitas vezes utilizar, teve que fazer os seus transportes de abastecimento com um número muito escasso de carregadores — e apenas tinha um médico, sem medicamentos depois dos primeiros combates.

A coluna do Cuamato era comandada pelos melhores e mais experimentados oficiais, constituindo verdadeiros quadros de *élite*. A êsses oficiais — muito mais que ao comando — se deve o êxito das operações.

A coluna dos Dembos, além de quadros insuficientes, só pôde recrutar oficiais, na sua maioria, pouco ou nada experimentados em campanhas coloniais.

E enquanto esta nunca dispôs de guias nem de informações, a coluna do Cuamato dispôs sempre do *Calipalula*, um irmão do soba rebelde que por despeito e ambição de mando, se foi oferecer ao Humbe para conduzir a coluna a quem prestou inextimáveis serviços.

No Sul, o terreno das operações era plano e, em grande parte, aberto por *chanas* extensas e magníficas, onde tôdas as armas podiam livremente operar. Nos Dembos, o terreno era o mais cruel dos inimigos.

Quanto a confôrto a diferença não era menos flagrante.

Na coluna do Cuamato a alimentação era variada, certa e abundante. Nunca lhe faltou o pão ou a bolacha, o rancho quente, o vinho e o tabaco. Os oficiais tinham ração especial. O comandante da coluna nem sequer comia com os oficiais. Tinha refeições à parte com o seu ajudante e o Chefe de Estado Maior. Até *champagne* levavam. À noite o comandante e os oficiais dormiam

sempre debaixo de boas barracas ou em abrigos seguros com mosquiteiros e todo o conforto que se pode ter numa campanha em África.

Na coluna dos Dembos o rancho para oficiais e praças foi sempre comum — e a maior parte das vezes constituido pela *fuba* indígena e café. A fome e a sede assaltaram-nos quasi tantas vezes como o gentio.

O comandante da coluna dormitava (é o termo, porque o sentimento das responsabilidades nem sequer lhe permitia repousar) debaixo duns paus de tenda armados em toldo e nunca, durante as operações dormiu despido ou numa simples cama de campanha; todos os oficiais lhe seguiam, forçosamente, o exemplo.

Com esta differença de recursos e de efectivos há que salientar a differença, também muito sensível, na actividade e objectivo de ambas as colunas.

Emquanto a do Cuamato se limitou a fazer uma penetração linear, do Humbe à Embala Grande, através de cincoenta quilómetros escassos, a coluna dos Dembos percorreu, nas circunstâncias que acabamos de descrever, e no mesmo tempo, mil e quinhentos quilómetros durísimos. A primeira, uma vez atingido o seu objectivo essencial (tomada da Embala) não cuidou da occupação nem da pacificação do território. O próprio forte do Cuamato só foi concluido depois da retirada da coluna.

Não só não avançou até ao Cuanhama como estava naturalmente indicado, como também permitiu que, pela estreiteza da sua acção, exercida apenas no esguio percurso que conduzia à Embala, a situação politica do Cuamato ficasse, praticamente, quasi como antes.

Nos Dembos, João de Almeida, reconheceu, occupou e pacificou toda a região mesmo depois do Governo Geral ter dado ordem para regressar em Loanda.

Emquanto depois da primeira o Cuamato continuava quasi tam impenetrável como antes, só vindo a ser verdadeiramente occupado, mais tarde, por João de Almeida, depois da segunda ficava aberta ao comércio da Província toda a região dos Dembos.

Contava o tenente Silva Nunes, que fez parte da expedição, comandando uma secção de metralhadoras, que

a marcha sôbre a Embala foi tam lenta que nos caminhos do Damekero pôde fazer uma horta onde os feijões chegaram a germinar. De resto a lentidão do avanço é defendida pelo tempo que a coluna levou a percorrer os 50 quilómetros que separavam a Embala do Forte Roçadas.

Vimos, em compensação, a rapidez vertiginosa com que actuou a coluna dos Dembos.

Sob o ponto de vista rigorosamente militar também a diferença foi enorme.

Emquanto nos Dembos as marchas se faziam, quasi continuamente, debaixo do fogo traiçoeiro do inimigo, emboscado a poucos metros de distância, e os combates eram sucessivos, no Cuamato a coluna pôde marchar sempre em coluna dupla, utilizar a mobilidade da sua cavalaria e os vastos campos de tiro de que dispunha, e só foi atacada no quadrado, combatendo, embora com inegável valor, nas melhores condições.

Não é exagerado pensar, no final dêste paralelo, quanto seria diferente a acção, o alcance e a actividade da coluna do Cuamato, dispondo como dispunha de tantos elementos materiais, tão escolhida tropa e tão valorosos officiaes, se fôsse comandada por João de Almeida ou, se fôsse êle, pelo menos, o seu chefe de Estado Maior!

Por isso dissemos: Não foram injustos os prémios e os louvores concedidos a Alves Roçadas. Mas foi profundamente injusto que êste paralelo que aqui fazemos não fôsse então considerado para recompensar e louvar João de Almeida, cuja proposta de promoção por distinção, ainda hoje está pendente.

* * *

Propositadamente, para entrar de surpresa em Loanda e evitar qualquer recepção, João de Almeida escolheu uma hora de embarque que lhe permitisse chegar de madrugada.

E assim foi. A coluna dos Dembos regressou a Loanda pelas quatro horas da manhã.

Quando se soube da sua chegada já João de Almeida

e todos os seus companheiros estavam de cama, arrazados, doentes, vãos.

Estava escrita uma das mais belas páginas da nossa História militar colonial — página que seria conhecida de todos e trazida de cor na memória dos portugueses, se ao orgulho da nossa estirpe e da nossa Raça não andassem sendo antepostos, na alma das massas, por uns homens do Terreiro do Paço e certos paladinos de café, as paixões inferiores duma política sem ideal e os ídolos quebradiços duma acção sem grandeza!



III

O efeito causado em Loanda pela tomada do Cazoangongo foi enorme. Na capital, como, de resto, em tôda a Colônia, duvidava-se do êxito das operações, em região tam agreste, de tam valoroso inimigo, com recursos tam precários.

E se para a *Kuribeka* o acontecimento vinha destruir certas esperanças macabras, o que é certo, é que em tôda a restante população o feito encontrou a apreciação e o entusiasmo que lhe correspondia.

O alcance da vitória era incalculável para a economia e pacificação da Colônia. Dum momento para o outro abriam-se ao trânsito do comércio caminhos directos e seguros, exactamente na região da Colônia onde essas facilidades de trânsito eram mais necessárias. Ao mesmo tempo a retumbância da emprêsa exercia sôbre os povos ainda rebeldes um efeito moral que, só por si, dispensava a acção de muitos esforços militares.

Couceiro, que no fundo da sua alma de portuguez e de soldado, inacessível à inveja, devia sentir uma grande alegria e — até certo ponto — o orgulho legítimo que resultava de sentir a vitória também um pouco sua pelo apôio e confiança que tinha dado a João de Almeida, relatou telegráficamente o facto ao Govêrno Central.

O telegrama chegou às mãos de Vasconcelos Pôrto, então ministro da guerra, na occasião em que se realizava na Escola do Exêrcito a sessão solene de abertura das aulas.

Pinto da Veiga, lente da escola, a quem estava aco- metido o encargo de fazer a oração de *sapientia*, não perdeu a oportunidade que se lhe oferecia de suscitar no espírito dos novos alunos a admiração pelo feito.

D. Carlos que assistia à sessão, escufou atentamente o relato e inclinando-se para o ouvido de João Franco, então presidente do Ministério disse significativamente:

— Temos mais um homem!

E nesse dia mesmo enviava à mãe de João de Almeida um telegrama de felicitação.

João de Almeida não era um desconhecido para o rei.

D. Carlos, que além da memória prodigiosa dos Braganças tinha o amor das cousas militares, há muito tempo que marcara João de Almeida e que o acompanhava através de manifestações sucessivas do seu temperamento militar, com uma simpatia evidente.

A primeira vez fôra nessa mesma Escola do Exército, durante uns exercícios finais, em que João de Almeida comandando um pelotão encarregado de assaltar um reduto, se houve com tal *élan* e entusiasmo como se estivesse a viver heróicamente uma acção real. O caso deu brado e D. Carlos entusiasmado mandou ir o cadete à sua presença e louvou-o.

Não tornou a esquecer João de Almeida. Mais tarde numa situação de férias embaraçosa D. Carlos encontra-o em Évora, fá-lo seguir no seu compartimento do combóio em que viajava e concede-lhe a desejada licença para ir passar o Natal com a família.

Depois em Mafra e em África, enquanto o rei viveu, não esqueceu mais aquele «outro Homem» com quem contara na sessão solene da Escolã Militar.

* * *

Couceiro, em Loanda, visitava diàriamente João de Almeida, muito doente, num dos quartos do palácio do Govêrno. Desejando que o relatório da expedição seguisse para Lisboa no primeiro paquete, ao mesmo tempo que o relatório de Alves Roçadas sôbre a coluna do Cuamato, insistiu com João de Almeida para o apressar.

Sem compreender a razão da urgência, que o obrigava a trabalhar na cama de doente, quando era ainda problemática até a sua salvação, João de Almeida elaborou o relatório que, embora redigido à pressa, mantém

aquele espírito de ordem, de organização, de esclarecimento, que caracterizava os anteriores.

A intenção de Paiva Couceiro era fazer seguir com o relatório a proposta de promoção por distinção ao pôsto imediato, idêntica à que fizera para Roçadas, e que êle desejava que seguissem ao mesmo tempo.

Era justo, evidentemente, repetimos, o prêmio proposto para Alves Roçadas, mas Couceiro sentia bem quanto injusto seria não o propor também para João de Almeida. Quer pelo que dizia respeito ao valor dos homens como pelo que dizia respeito à importância e dificuldades das operações o paralelo era inteiramente favorável ao herói dos Dembos.

Roçadas era apenas um grande soldado. João de Almeida era um chefe inconfundível com tôdas as qualidades do grande soldado.

Mas Couceiro sabia o que era o Terreiro do Paço e compreendia que entre o aparato duma expedição feita com tropas da Metrópole e a coluna improvisada de João de Almeida, só estabelecendo de princípio uma verdade ampla sôbre os acontecimentos, se poderiam, até certo ponto, evitar as tendências dum ambiente levado a glorificar, em detrimento dos Dembos, a coluna cuja organização tivera na Metrópole maior retumbância, tanto mais que Roçadas seguira já para Lisboa, onde ia ser triunfalmente recebido.

Certo dia, Couceiro, visitou João de Almeida com o seu médico assistente, Dr. Brito, o chefe dos serviços de saúde.

Estava o comandante da coluna dos Dembos ainda muito doente.

Começou o médico por lhe perguntar se se dava mal durante as viagens por mar, a propósito duma referência à próxima partida de João de Almeida para Lisboa, para onde devia seguir, com a comissão finda, logo que o seu estado de saúde lho permitisse.

Como a resposta de João de Almeida, que realmente enjoava muito em viagem, fôsse afirmativa, o director de serviços de saúde aconselhou-o a ir para Mossâmedes onde o clima e as águas depressa o retemperariam.

Mas João de Almeida não podia conformar-se com essa idea. Sabia que era esperado em Lisboa, onde seria festejadíssimo, sabia que sem a sua presença e sem o entusiasmo das manifestações que o esperavam, depressa seria esquecido — e com êle a proposta de promoção de que casualmente tivera conhecimento. Sabia, sobretudo, quanto a sua saúde estava abalada e quanto necessitava retemperar-se nos ares da Metrópole.

Paiva Couceiro, então, sem rodeios, pôs a questão de frente, como era seu costume. Da Huila que depois da saída de Roçadas, ficara sem Governador, vinham notícias alarmantes. O comandante do Cuamato telegrafara do seu magnifico isolamento dizendo que só tinha víveres para vinte dias. Além disso, fôra da linha de penetração vencida pela coluna do Cuamato tudo ficara sensivelmente na mesma. A linha de étapes estava abandonada — a situação era grave.

João de Almeida resistiu ainda. Eram tôdas as vantagens pessoais do seu esforço nos Dembos que se perdiam irremediavelmente. Lembrava-lhe o caso de Galhardo que, ausente também, vira a sua proposta de promoção por distinção torpedeada, apesar da retumbância que a sua proeza tinha alcançado.

Mas Couceiro insistiu :

— Veja lá!... Não tenho mais ninguém.

E invocou razões de patriotismo, de necessidade de sacrificio — tôdas as cousas grandes que sentia e pensava um soldado como êle.

João de Almeida respondeu apenas :

— Então se tem que ser não se fala mais nisso. Vou eu!

E oito dias depois marchava para a Huila.

O seu estado de saúde era ainda tam precário que, tendo-lhe sido oferecido um grande jantar, na véspera da partida, êsse jantar não pôde realizar-se, como era desejo dos promotores, no Club Naval de Loanda, situado na parte baixa da cidade, por João de Almeida não estar em estado de se deslocar até lá. Realizou-se no edificio do material de guerra, próximo do palácio do Govêrno. Mas

mesmo assim o homenageado só pôde assistir a uma parte do jantar.

No dia seguinte, os seus companheiros dos Dembos e muita gente da cidade acompanhavam-no triunfalmente ao paquete. Dos seus companheiros, muito doentes também, apenas poude levar o seu ajudante, o alferes Oliveira.

Nem o Morgado, o magnífico Morgado, o poude acompanhar. E João de Almeida não tornaria mais a ver a sua fiel ordenança.

O Morgado, para quem o seu Comandante tinha proposto a Torre Espada pensionada, como o seu estado de saúde o obrigasse a recolher a Portugal, embarcava para o Norte alguns meses depois.

Aos seus serviços de heroi humilde o Ministério da Guerra respondeu licenciando-o pura e simplesmente, sem uma recompensa, sem uma palavra boa, pondo-o à margem como um limão a que se espremeu todo o sumo.

O pobre Morgado estava perdido.

E se não morreu de fome antes de morrer da doença foi porque João de Almeida lhe estabeleceu, lá de longe, a pensão que o Estado se recusou a dar-lhe.

Com o Manuel Morgado perdia João de Almeida o seu mais fiel companheiro e, decerto, o amigo mais dedicado que encontrou na sua vida rude de soldado.

Chegado a Mossâmedes três dias depois, no estado de saúde que pode imaginar-se, João de Almeida telegrafou imediatamente para o Cuamato, onde era comandante o capitão Dómingos Patacho, e dava instruções para o Lubango ao encarregado do Govêrno tomando as medidas necessárias para o abastecimento da guarnição do Humbe e Forte Roçadas. Tôdas as dificuldades ficaram de momento virtualmente resolvidas.

E no dia seguinte, num carro com que Paiva Couceiro o presenteara, partiu para o Lubango, através do deserto.

Por altura da Pedra do Major, partiu-se o eixo do carro. Desatrelou as mulas e sem se recordar mais que estava doente, dominado já outra vez pela febre de acção,

apreado de novo a um objectivo, cavalgou numa luar e seguiu em direcção à Chela.

Depois duma travessia tormentosa, com chuvas torrenciais, trovoadas, falta de mantimentos, dormindo onde calhava — umas vezes debaixo da primeira árvore, a melhor das noutes no estábulo de gado duma Fazenda boer — alcançou finalmente o Lubango.

João de Almeida passou a ser o Governador da Huila e ia revelar aspectos novos da sua personalidade.



João de Almeida, Governador da Huila, em 1908



O carro mala-posta para transporte de funcionários da linha Lubango-Humbe

VIII

O Governo da Huila

A obra militar — A obra política e administrativa

os povos da região que se contactavam em estado de
 rebelião contra as nossas autoridades.
 Em fins de Dezembro de 1907 a situação já de si
 desastrosa na normalidade em que se tinha estabelecido
 após a coluna de Alves Roçadas, tornou-se grave. Com
 as primeiras chuvas torrenciais da estação quente o
 Cunene começava a transbordar. As condições dos ri-

O distrito da Huila, ocupando em 1908, com a estreita faixa litoral do distrito de Mossâmedes, todo o Sul de Angola, numa superfície três vezes superior à da Metrópole, apenas tinha uma existência nominal.

Reduzido, na realidade da sua ocupação, ao pequeno núcleo de população branca do planalto, instalado no quadrilátero formado pelo Lubango, Humpata Huila e Chibia — cêrca de quatrocentos quilómetros quadrados — dispunha ainda de duas magras e pouco seguras linhas de penetração: Chibia—Gambos—Humbe-Forte de Luiz (no Cuamato) e Chibia—Quipungo—Capelongo com uma linha transversal ao longo do Cunene que ia de Capelongo à Dongoena por Quiteve e Humbe.

Tudo mais eram regiões desconhecidas ou rebeldes onde nem a nossa autoridade nem a nossa presença, muitas vezes, eram consentidas.

Autoridade, exerciamo-la apenas num pequeno raio em torno dos fortes e nas zonas vizinhas dalgumas linhas de étapes mal esboçadas e cuja segurança era constantemente ameaçada pelos assaltos e roubos dos povos das regiões e ainda pelas razias e excursões do gentio de além Cunéne que, como dissemos, chegou a assolar as imediações de Caconda e a acometer as próprias fortalezas.

O distrito da Huila, por conseqüência, praticamente, não existia senão como uma convenção pouco rigorosa entre o govêrno do Terreiro do Paço e os governos das colónias estrangeiras limitrofes.

Para além do Cunéne, apenas a linha de penetração estabelecida pela coluna de 1907 até ao forte D. Luís «essa ponta de lança cravada no Cuamato» parecia levar um pouco mais longe a nossa ocupação. Mas de facto essa mesma linha não exercia influência de maior sôbre

os povos da região que se conservavam em estado de rebeldia contra as nossas autoridades.

Em fins de Dezembro de 1907 a situação já de si desairosa na normalidade em que se tinha estabelecido após a coluna de Alves Roçadas, tornara-se grave. Com as primeiras chuvas torrenciais da estação quente o Cunene começava a transbordar. As guarnições dos novos postos apenas tinham alimentação para dois meses e meio. Os víveres estavam escalonados ao longo da linha de étapes estabelecida no ano anterior por João de Almeida, especialmente na base de Mossâmedes, e nem sequer havia barcos para a travessia do rio.

Ao mesmo tempo a influência alemã, mais nítida e real que a portuguesa, nos territórios da margem esquerda do Cunene e o desenvolvimento hábil dum plano de infiltração tendente a integrar uma grande parte do Sul de Angola no Sudoeste alemão, levaram os povos de Além-Cunene a apoiar os cuamatos — até então isolados — no ataque geral aos fortes, cortando as comunicações entre estes ou criando-nos dificuldades diplomáticas.

Os resultados práticos da campanha do Cuamato, como, de resto, era de prever, dado o limite do objectivo e a direcção linear em que foi alcançado, ameaçavam ruir, no seu equilíbrio instável, entre povos aguerridos, bravos e rebeldes.

Um ano sobre essa situação precária e o Cuamato voltaria ao estado anterior, possível e naturalmente, reeditando um massacre quási total.

A êmbala do *soba* tinha sido tomada é certo, mas a região não tinha sido ocupada nem pacificada.

E novamente vem a propósito repetir, embora destruindo o corpo de uma lenda que se formou à margem da verdade dos factos, porque assim é justo e honesto que se faça: É profundamente lastimável que a coluna do Cuamato que reuniu os melhores elementos materiais que era possível juntar numa campanha de Africa, que dispôs de magníficos comandantes de unidade e de officiaes capazes de dominar as maiores dificuldades, pela sua experiência e bravura, não tivesse também disposto dum chefe, ao mesmo tempo homem de ideas e homem

de acção, capaz de compreender a questão do Cuamato e bastante ousado para a resolver—porque não lhe faltavam elementos para isso.

Era de esperar que a coluna de 1907, uma vez batido o Cuamato, proseguisse na sua marcha e fôsse ocupar o Cuanhama ou, pelo menos, a Hinga, Balandó, Hunda e Dobomdola, tanto mais que a vitória já alcançada tinha produzido, entre todos os povos do Ovampo, efeitos morais que prometiam o êxito à coluna.

E não só não se fez isto como nem sequer a própria região atravessada, no curto percurso de cinqüenta quilómetros, foi raziada.

E de tão grande esforço como o que se exigiu ao país, a nossa acção ficou limitada em condições muito precárias à zona de ligação dos novos pôstos do Aucongo, Damekero, Nalueke e D. Luís — êstes últimos nem sequer concluídos à data da retirada da coluna! — e perdidas tôdas as vantagens que era legítimo esperar de tantas despesas, sacrifícios e trabalhos.

O que a coluna poderia ter feito e deixou por fazer, assegurando-se moralmente uma derrota, que só a galhardia, a bravura e a disciplina da tropa que a constituiu compensaram em parte, com as vitórias em combate, tinha ainda outro aspecto grave: Para completar as operações, em circunstâncias mais difíceis, não era de esperar a possibilidade de organizar novas colunas tão dispendiosas e completas, nem sequer a obtenção de quaisquer elementos estranhos aos que constituíam os escassos recursos do distrito.

E assim, enquanto os chefes da coluna de 1907, recebiam em Lisboa os louros duma vitória incompleta, João de Almeida, chefe doutra coluna que melhor tinha cumprido, deparava na Huila com as dificuldades e a falta de recursos provocadas por um êrro em que era irresponsável e cujo pêso ia suportar inteiramente.

Para além Cubango, o gentio influenciado por agentes alemães, alguns dos quais já ocupavam Andara, no Mucusso, tentava sublevar as povoações ribeirinhas do rio Cunene e destruir tôdas as possibilidades da nossa

soberania. Os alemães infiltravam-se lentamente pelos rios Cubango e Cuito acima.

Decorria o momento grave em que se jogava, com ruínas e descuidados trunfos, da nossa parte, a posse do Sul de Angola.

Para aquêem Cunene, a situação era também delicada.

Tôda a região dos Gambos, Pocolo, Batabata, Vimanha, Vana Valombe, etc., continuava em plena rebelião, ameaçando constantemente, não só a linha de étapes, como também os próprios haveres dos núcleos de população branca do planalto.

Os indígenas que viviam a algumas horas dos centros europeus do planalto já não acatavam as nossas autoridades.

A questão boer estava em plena florescência, iam adiante veremos.

Os recursos militares, políticos, financeiros e administrativos para acudir aos problemas graves, e dar uma realidade a um distrito que ainda não existia eram apenas aqueles de que o próprio distrito nominal pudesse dispor.

E era esta — a traços largos que vamos desenvolver — a situação em que João de Almeida tomou posse do cargo de Governador da Huila.

Essa Huila que êle criou e de que êle foi, de facto, o primeiro e o único governador.

O seu plano de governo elaborou-se em entretanto, mediante o conhecimento profundo que fôzse adquirindo das questões graves que assobrevam o sul de Angola. Caminhando com uma velocidade assombrosa transpôs em 4 dias — ninguém sabe como! — os trezentos e vinte e dois quilómetros que separam o Lubango do forte Kocadas. Deputado marchou em dois objectos aos fortes D. Luis e Valverde, regressando ao Kocadas, não pelo caminho da columna, mas pelo caminho da esquerda, mas de reclamante, para a situação das forças a linha da pe-

II

Trabalhos em 1908

Apezar da gravidade do seu estado de saúde e das condições em que teve que realizar a viagem de Mossamedes para o Lubango, João de Almeida não se deteve na magnifica vila do Planalto, onde o clima e o repouso poderiam melhorá-lo.

Assegurado que teve o cumprimento rigoroso e urgente das ordens com que, ainda de Mossamedes, acudira à situação angustiosa dos fortes de Além-Cunene, com uma permanência de quatro dias apenas no Lubango, abalou para o Cuamato.

O distrito da Huila — o nominal distrito da Huila — não era, desde 1906, desconhecido para o Governador. Mas importava antes de mais nada entrar em contacto directo com as suas questões mais urgentes, resolver «in loco» tôdas as dificuldades que pudesse, afinar num ritmo que as circunstâncias exigiam e que era o seu ritmo de trabalho e de realizador, a actividade do distrito.

Já não se tratava apenas duma obra militar. A esta juntava-se uma obra política e administrativa que exigia mais largas vistas e maior multiplicação de aptidões.

No ponto de vista essencialmente militar, que é aquêlo que neste capítulo versaremos, logo neste primeiro *raid* ao Cuamato levou João de Almeida o intuito de transformar as fortalezas — pontos fulcrais de ocupação e pacificação — em centros donde irradiasse energia e cuja influência, levando os indígenas a acatar a autoridade portuguesa, se viesse a estender aos mais distantes confins de distrito.

O seu plano de govêrno elaborar-se-ia entretanto, mediante o conhecimento profundo que fôsse adquirindo das questões graves que assoberbavam o sul de Angola.

Caminhando com uma velocidade assombrosa transpôs em 4 dias — ninguém sabe como! — os trezentos e vinte e dois quilómetros que separam o Lubango do forte Roçadas. Daqui marchou com dois oficiais aos fortes D. Luís e Nalueke, regressando ao Roçadas, não pelo caminho da coluna, o único relativamente seguro, mas directamente, para poder apreciar, embora com risco grave da vida, a situação das regiões à ilharga da linha da penetração.

Salvo, por felicidade num encontro com o gentio, deu as providências que resolveram as dificuldades em que se encontravam as guarnições e as instruções tendentes a fazer das fortalezas elementos activos — digamos ofensivos — da obra de reconhecimento, pacificação e ocupação.

Do Humbe para onde as comunicações com o Cua-mato ficaram asseguradas, foi em reconhecimento ao Ruacaná cujas coordenadas determinou, tendo, por elas construído o marco da fronteira junto da catarata.

Melhor apetrechado em material geodésico do que nos seus reconhecimentos anteriores João de Almeida não perdia uma oportunidade de fixar scientificamente a verdadeira posição das nossas fronteiras e dos pontos irradiantes de ocupação.

Concluído o reconhecimento regressou ao Planalto pela margem direita do Cunene, visitando o Quiteve, Mulondo, Capelongo, Quipungo e, outra vez, a Chibia. Com uma pequena deslocação à Humpata, tinha percorrido todo o distrito ocupado e reconhecido uma parte não ocupada, num percurso de mais de 1.200 quilómetros.

A sua passagem ia agitando tôdas as energias e orientando para novos ritmos de trabalho tôdas as guarnições. A' sua chegada ao Lubango a velha e grazinenta máquina de ocupação trabalhava, sob o comando do Governador, com a actividade e o rendimento produtivo que eram características das obras de João de Almeida.

Nos fortes, onde sob a inércia de Roçadas, tudo estava desmantelado e velho, desde os parapeitos até à dis-



Coluna do Otokero no Cuamato — 1910
Governador João de Almeida e capitão Manuel de Almeida



Coluna do Otokero no Cuamato — Um grupo de oficiais
Da esquerda para a direita, em pé : alferes Branco e Morais, tenente Lopo,
alferes Castro, Pereira e tenentes Pereira e Tôrres
Sentados: tenente médico Manso Preto, major Guardado,
Governador João de Almeida, capitão Manuel de Almeida
e tenente Ferreira

ciplina, nem as vidas que dêle dependiam se guardavam convenientemente. As guarnições viviam fora, nas suas *sanzalas*—e os próprios oficiais passavam a vida entre o amor das pretas, nas *cubatas* sórdidas que lhes serviam de residência.

Tudo mudou. Foram publicadas instruções severas e apertadas. Os fortes foram reconstruídos—alguns até, como o Quiteve, deslocados para melhores posições. As casas de pau a pique foram substituídas por casas de alvenaria ou de adobo.

Fabricou-se cal, cortaram-se madeiras, instalaram-se fornos. E ao mesmo tempo que se aumentava o poder defensivo das fortalezas estabeleciam-se, embrionariamente, uma ocupação económica e os fundamentos materiais para uma ocupação administrativa.

Dêsse primeiro *raid* de João de Almeida pelas terras ocupadas do seu senhorio resultou a organização e a coordenação, para uma função activa e creadora, dos elementos dispersos e inertes já existentes.

Tôda e qualquer acção mais intensa não podia ser imediatamente iniciada. Estava-se em plena época das chuvas e as guarnições—sobretudo as do Cuamato—ainda não rendidas depois da retirada da coluna, não estavam em estado de se lhes exigir qualquer novo esforço de campanha.

No entanto a índole bravia dos povos e o prestígio de que os chefes refugiados em terras do Cuanhama e entre outros povos do Ovampo ainda gosavam, provocavam da parte dos cuamatos reacções constantes a que era preciso responder com diligências de policia mais ou menos esforçadas e frequentes.

João de Almeida impôs que se fizessem todos os sacrificios para manter as posições conquistadas e não deixar quebrar o nosso prestígio e autoridade, pelo menos, onde êles já se tinham, sangrentamente, estabelecido.

E assim, logo em Dezembro dêsse ano, o capitão Domingos Patacho que então comandava o Cuamato, seguindo inteligentes directivas da politica indígena, mandou os alferes Durão e Gonçalves efectuar várias diligências na região do Naluke.

A'quem-Cunene também a vida nova creada pelo Governador se manifestava.

Os comandantes dos postos do Capelongo e Qui-pungo começaram também a fazer diligências de policia nas suas regiões, enquanto o chefe dos Gambos procurava estender a influência portugueza para além do Caculovar e chamar à obediência os núcleos rebeldes mais próximos da linha de penetração.

No Humbe, o tenente Teixeira Pinto, ao mesmo tempo que dominava efectivamente a região do Quiteve cuidava de estreitar as relações com os povos de Além-Cunene — Evale e Cuanhama — relações estabelecidas desde 1906 por João de Almeida (1).

Era tôda a máquina a funcionar e a produzir quanto podia — apenas pelo facto de ter passado a ter um chefe.

Evidentemente a solução para a questão do Cuanhama e, duma maneira geral, do Além-Cunene, consistia em ocupar estas regiões. Mas, de princípio, em plena estação das chuvas, sem fôrças nem recursos para a emprender immediatamente, entendeu João de Almeida que à falta da solução ideal, que seria a melhor, devia seguir pela solução possível, o que de resto só facilitava a primeira quando mais tarde fôsse oportuno tentá-la: aumentar a influência moral e política junto dêsses povos, manter relações cordiais quando não pudessem aumentá-la e quebrar assim parte das resistências com que haveria a contar na ocupação efectiva e intensa.

E assim, as fortalezas estavam realmente transformadas em centros irradiantes de energia, de influência e de ocupação, realizando-se o primeiro objectivo de João de Almeida — o seu ante-plano de ocupação e administração da Huila.

Entretanto, se esta questão exigia providências immediatas e a situação dos povos de além-Cunene obrigava a

(1) Depois do reconhecimento de João de Almeida ao Evale, o *soba* mandou uma missão ao Humbe pedir desculpa do acolhimento que tinha sido feito ao chefe de Estado Maior, ficando assim restabelecidas as relações entre a autoridade e o gentio.

uma acção enérgica e constante que a primeira viagem do Governador tinha movimentado, outros problemas de maior importância política e de carácter não menos urgente vieram chamar a sua atenção para o que se passava no Cubango.

Os territórios desta extensíssima região, no canto sul e leste de Angola exigiam uma ocupação imediata, por via das influências alemãs que nelas estavam avançando e que ameaçavam fazer-nos perder, pelo menos, a enorme zona, situada entre o Cubango e o Cuando. Ao mesmo tempo os povos das regiões marginais do Cubango e do Cuito, com as suas constantes razias e incursões, prejudicavam o comércio da borracha e pediam uma repressão vigorosa de que resultasse o estabelecimento duma linha de comunicações para as regiões ocupadas, permitindo o tráfego comercial.

Todavia entre tantos problemas que exigiam soluções imediatas, avultava em importância e urgência o da ocupação e balisagem da fronteira sul e leste.

O acto geral da Conferência de Berlim de 26 de Fevereiro de 1895 tinha estabelecido nos seus artigos 34.º e 35.º as regras que garantiam a posse territorial, entre as quais figurava a obrigação de manter autoridades que assegurassem o respeito pelos direitos adquiridos, a liberdade de comércio e o trânsito.

A solução da questão do Barotze, a expoliação dos territórios entre o Cuando e o Zambeze, a perda do Congo e tantas outras violências de que temos sido vítimas eram de molde a pôr-nos de sôbre-aviso. João de Almeida viu o problema e compreendeu que era necessário demarcar, definir e guardar, urgentemente, porque o avanço da infiltração alemã assim o impunha, o que pelos tratados era ainda considerado propriedade de portugueses.

Para isso pareceu-lhe indispensável, em primeiro lugar, agir junto dos povos limitrofes do Cuamato e a leste do Cunene ou pela fôrça das armas (para o que não havia recursos imediatos) ou por meio duma política hábil de influência pacífica até à oportunidade de poder intervir mais enérgicamente — em, segundo lugar, marchar

com os recursos disponíveis para o Baixo Cubango (o que nessa altura só era possível por Cassinga) e ocupar, pacificamente ou à força, os povos da região, a partir de Massaca e, especialmente o Cuangar.

Ora, das extensíssimas regiões entre o Cunene e o Cubango, que hoje formam o distrito do Cubango, pouco ou nada se sabia. Nesse além-Cunene cujos mistérios continuavam, mesmo depois de fendida a muralha impenetrável que tinha sido o Cuanhama, tudo pertencia à zona mais negra da Colónia. Apenas notícias vagas e contraditórias que não mereciam grande crédito. Só o relatório de Paiva Couceiro, referente à sua viagem ao Mucusso em 1890 dava notícias de confiança — mas essas eram tam antigas que se tinham certamente alterado em muitos pontos.

Constava que as regiões eram infestadas por foragidos e emigrantes da colónia alemã, sobretudo herreros, que se tinham alheado do contacto com europeus; faziam outros crer que o Cuangar era uma nova edição do Cuamato, menos rijo em número e valor mas mais protegido pela distância portentosa a que se encontrava.

Para se assegurar de informações mais exactas mandou em princípios de Fevereiro, João de Almeida, o seu ajudante, o alferes Joaquim de Oliveira, e o tenente Albano de Melo, também ainda muito combatido pelos estragos sofridos nos Dembos, em reconhecimento, com a missão de descerem até à foz do Cuito, no limiar da região desabitada entre Massaca e o Cuangar. Ao mesmo tempo, por via do capitão-mór das Ganguelas, capitão Amaral, procurava obter notícias claras.

Regressaram os oficiais por volta de Abril, informando que a região estava empobrecida e despovoada, por causa dos assaltos e razias dos cuanhamas, que a assolavam constantemente, e que a construção dum forte que protegesse as populações contra o flagelo cuanhama seria entusiasticamente recebida.

Do Cuangar nada apuraram de positivo. Transmitiram boatos terroristas que davam os povos como rebeldes, bem armados e dispostos a oporem-se à passagem de europeus pelos seus territórios.

Uma vez na posse destas informações, que sendo frágeis e imprecisas eram tôdas as que pudera obter, como a acção urgia, o Governador gisou o plano de occupação do Cubango que tinha por fim:

Submeter os povos da margem do Cubango e aproveitar a navegabilidade do rio para estabelecer as comunicações de penetração e drenar os produtos comerciais da região—especialmente a borracha, ao tempo muito valorizada e abundante em todo o Cubango; proteger êsses povos contra as razias e incursões, tanto dos cuanhamas como dos cuangares; garantir o trânsito livre ao comércio; expandir a nossa acção precavendo-se contra a eventualidade duma tentativa de expoliação por parte dos povos estrangeiros cujas colónias confinavam com o Cubango: ingleses e alemães.

Para isso tornava-se necessário organizar uma coluna que fôsse estabelecer um pôsto de comunicação e protecção em Maculungungo, na margem do Cubango e outro no Cuangar onde as circunstâncias melhor o aconselhassem. Êste último pôsto seria a base para o prosseguimento da penetração através do Cubango e do Cuando.

Com a rapidez de execução que o caracterizava, em Maio já João de Almeida tinha instruidas e prontas a marchar para o Cubango 600 praças europeias e indígenas, 18 officiais, 212 solípedes, 4 peças, duas metralhadoras e 12 viaturas.

Para organizar a coluna não dispôs—nem de resto podia dispôr—senão dos estafados elementos do distrito.

Todavia o número de officiais era insufficientíssimo. Dos poucos que foi possível juntar a maioria já tinha as suas comissões terminadas e outros—como o alferes Oliveira e o tenente Albano de Melo—estavam arrazados.

Do Cuamato e das outras guarnições, já muito desfalcadas, não se podiam tirar officiais sem correr o risco de perder os fortes, recuar na occupação e inutilizar os esforços já feitos para lhes aumentar o rendimento útil.

Esta dificuldade era insuperável e obrigava a adiar as operações.

No entanto João de Almeida apresentou o seu plano a Couceiro, que o aprovou inteiramente, conseguindo que,

pelo menos, o primeiro objectivo das operações, isto é, aquele que visava o estabelecimento dum pôsto de ocupação destinado a proteger os povos de Massaca contra as incursões dos cuanhamas e cuangares, fôsse imediatamente demandado.

E assim foi transferida para o rio Cubango a lancha *Cunene*, que fazia serviço no rio do mesmo nome, dadas as ordens para o escalonamento dos víveres ao longo da linha de étapes e para a concentração de todos os elementos da testa de étapes, de forma a poder-se vir a realizar a segunda parte das operações, antes da quadra das chuvas.

Foram os alferes Durão e Rosado, os oficiais nomeados para desempenhar êstes serviços.

Seguiram os oficiais ao seu destino onde cumpriram a sua missão, montando o posto A, tendo a segunda parte das operações ficado por executar, porque ao tempo já João de Almeida tinha embarcado para a Metrópole e ninguém soube ou pode levá-la por diante.

A campanha dos Dembos, a série duríssima de serviços que tinha prestado em Angola, quási sem um dia de descanso, tratando a saúde rudemente abalada com novos esforços e novas canseiras, apesar da resistência milagrosa de João de Almeida, acabaram por triunfar. O seu estado de depauperamento era tal que se impunha inadiavelmente um estágio de repouso na Metrópole.

Em dois anos João de Almeida tinha feito já o bastante para encher para todo o sempre a vida dum colonial e dar-lhe larga fama entre os seus compatriotas.

A coluna de 1906, os reconhecimentos do Evale e do Cuanhama, os reconhecimentos nos distritos da Huila, Mossâmedes e Benguela, o reconhecimento e a campanha dos Dembos, a obra do chefe de Estado Maior tinham passado vertiginosamente, nesses dois anos plenos, como grandes clarões — dos maiores que iluminam a nossa história colonial contemporânea.

No entanto, tendo-se dado alguns dias antes do designado para a sua partida, uma pequena rebelião do gentio da Kihita e Vimanha, ainda a foi sufocar com algumas das fôrças destinadas à coluna do Baixo Cubango,

numa arrancada fulminante em que fez oitenta e três quilómetros em 32 horas de marcha!

Deixando com o encargo de apurar responsabilidades e castigar os culpados, na qualidade de chefe dos Gambos, o capitão Tamegão, regressou ao Planalto, tendo assegurado completamente a ordem no distrito.

Esta primeira fase do seu governo, reduzida pela doença e pelo depauperamento a curtos meses de acção, é a fase de contacto com o meio, aquela em que foram dissipadas da modorra anterior as terras ocupadas que o gentio apertava entre densas zonas de rebelião e desconhecimento. É durante ela que João de Almeida elabora o seu plano — êsse plano que teve uma preparação, uma concepção e uma realização — que os capítulos seguintes desenvolvem.

Quando saiu da Huila para vir à Metrópole, o Governador tinha o seu território na mão e esperava apenas que a saúde recomposta lhe permitisse reatar a actividade assombrosa que animava as suas empresas anteriores.

Como obra já iniciada e a produzir efeitos ficavam o mecanismo activo dos fortes em plena laboração, a ordem restabelecida, as comunicações asseguradas, as dificuldades graves resolvidas e iniciada a preparação de muitos trabalhos de que esperava poder lançar mão na segunda fase do seu Governo.

Foram organizadas as oficinas de material de guerra, iniciou-se o fabrico de barcos para a passagem dos rios — alguns que são ainda os que hoje servem no Cunene.

Prevendo que teria de continuar a trabalhar dentro da mesma escassez de recursos que tinha afligido a sua acção anterior quis assim assegurar antes de partir o máximo rendimento dos elementos locais de que podia dispôr.

Aprovado o seu plano por Paiva Couceiro, João de Almeida regressou então à Metrópole, arrazado, dando a impressão de que vivia apenas por uma teimosia heroica da sua fibra e dos seus nervos.

Tinha-se dado o regicídio e a política portuguesa

chafurdava num desses atoleiros ignóbeis que, por vezes tem conhecido.

As mais altas ideologias que agitavam a sociedade portuguesa de então tinham feito a sua obra de sangue e de lama. Sôbre a montureira imperavam alguns escaravelhos sem alma nem nervos — os percussores do funeral do regimen.

Os ódios políticos andavam acesos e não consentiam nem compreendiam outra cousa que não fôsse o ponto de vista restrito das suas maquinações.

João de Almeida chegava tarde!

Se tem vindo a seguir à campanha dos Dembos e se, com a sua presença, as suas proezas teem sido desvendadas, para o que não precisavam do réclame forçado que outras alcançaram, João de Almeida teria feito um nome tão grande ou maior do que Mousinho, apesar de não ter iniciado ainda a sua obra na Huila.

Mas não. João de Almeida foi para o Sul arruinar todas as vantagens pessoais que podia extrair da sua obra. E em Portugal, êsses sacrifícios que não dão tempo para cuidar do réclame e da organização da glória, pagam-se com pedradas ou com o esquecimento. Maçon como Roçadas teria galgado ao logar que lhe pertencia por direito de conquista — e talvez mais alto. Recebido uns anos antes, como Mousinho, teria conhecido a aura que êste conheceu.

D. Carlos, seu amigo e admirador, tinha desaparecido. Com D. Manuel, ainda muito criança, governavam bonzos em nome dos ódios que perseguiram João Franco.

E enquanto João de Almeida ia a caminho do Sul regressavam tranqüilamente à Metrôpole muitos dos *Kuribekas* que desde Loanda não lhe perdoavam o castigo do Rebocho e outras ofensas feitas pelo chefe de Estado Maior ao seu poderio, de modo que o nome e os feitos do heroi não só foram esquecidos no torvelinho da política como também foram vilipendiados pelos ódios dos inimigos.

João de Almeida encontrou à sua chegada, por parte dos elementos oficiais, apenas os ajudantes dos Ministros da Guerra e da Marinha encarregados de lhe fazerem



A lancha «Cunene»



A lancha «Cunene» no rio Cubango e a horta do «Pôsto A»

cumprimentos frios e polidos. Apenas as massas populares e os seus camaradas compreenderam e não esqueceram o herói dos Dembos.

E enquanto na Madeira, a população, na Guarda, os seus conterrâneos e antigos condiscípulos, em Braga, o povo elucidado pelas Missões do Espírito Santo, em Mafra, os seus camaradas, no Pôrto, a cidade inteira e no Gerez todos os aquistas, lhe faziam as maiores manifestações e lhe prestavam as mais quentes homenagens — no palácio das Carrancas no Pôrto, onde João de Almeida foi recebido como oficial às ordens honorário que era de el-rei, D. Manuel apresentou-o a Ferreira do Amaral, então presidente do Ministério — porque êste não o conhecia.

E o primeiro ministro que no momento mastigava qualquer acepipe — função em que era exímio — não teve uma palavra de cortezia sequer para dizer ao herói — apenas o apêrto da sua mão sapuda e mole de makavenco. Na Guarda os seus condiscípulos receberam-no triunfalmente. No quartel de infantaria 12 foi inaugurado um busto de bronze e na cidade foi dado o seu nome a uma rua.

Mas os poderes públicos conservaram-se indiferentes ao ruído das manifestações — não as ouviram sequer.

Em Mafra os seus camaradas ofereciam-lhe uma espada de honra e um album com os retratos de todos os oficiais portugueses — outro ponto de referência para certos sentimentos de camaradagem e elevação moral que se verificam no nosso tempo.

No Gerez, republicanos e monárquicos faziam-lhe manifestações imbuídas já do vírus político que minava a sociedade portuguesa.

João de Almeida que nunca pertencera a partido algum e cujo próprio temperamento não era de molde a harmonizar-se com os dissídios e as lutas inglórias da política, passou a ser monárquico para os republicanos, franquista para os governamentais e republicano para certos monárquicos. Já nesse tempo era difícil compreender-se o homem que não tivesse uma paixão por qualquer ídolo do Terreiro do Paço ou de S. Bento.

É claro que as recompensas propostas por Couceiro ficaram a adormecer numa gaveta.

Porque era impossível negá-la foi-lhe concedida a comenda da Torre Espada, mas nem as propostas para a promoção por distinção e para a concessão da medalha de valor militar — essa medalha criada para galardoar feitos como os dêle — tiveram andamento.

Este homem que não conheceu uma única vez, durante um vida colonial tão intensa, como guerreiro e como administrador, o mais ligeiro revez, que em todas as suas acções foi brilhante, patriota e esclarecido, que soube levar o sacrifício pessoal em serviço do país a limites por vezes assombrosos — não conhece entre os governantes do país que serviu senão perseguições, revezes, injustiças, até a própria calúnia.

E os que esquecem tudo o que êle fez de grande, para o virem certamente a recordar amanhã com as pompas verbais do estilo, quando êle tiver desaparecido, os que audaciosamente chegam a negar o seu valor, não sentem a menor dúvida nem repugnância em acolher calúnias ou dar-lhes andamento.

¡ Como é inútil e como é perigoso entre nós voar mais alto que os besouros !

A gravidade do seu estado físico e, naturalmente, também o sentimento pela ingratidão com que era tratado, tornaram lento e trabalhoso o restabelecimento de João de Almeida.

Um dia foi convidado a ficar em Portugal e ingressar como lente na Escola do Exército.

A idea tentou-o um momento. O estímulo para novas acções e proseguimento da sua obra era desolador. A paisagem da sociedade portuguesa era árida e escaldada como uma planície de cardos. Mas enquanto hesitava Dias Costa, seu antigo professor na Escola do Exército, porque o conhecia bem e porque lamentava em si próprio a desolação duma vida falhada, increpou-o :

— ¡ O seu lugar é em Africa ! Isto não é digno de si. Veja lá se quer ficar como eu a coçar os cotovelos inutilmente pelas carteiras da Escola. Vá para a Africa.

João de Almeida não hesitou mais.

Ofereceram-lhe a Guiné, depois o Govêno de Macau. Este era pôsto para um homem acabado — um pedacito de terra muito apertado para conter um ideal de expansão. Preferiu voltar para Huila.

E em Dezembro dêsse ano reassumia o Govêno.

III

I. Primeiros trabalhos de 1909. O plano de trabalhos.

A ausência de João de Almeida tinha feito decaír todos os resultados já alcançados. Quando regressou ao Lubango tinha-se perdido inteiramente a orientação esboçada e tudo voltara aos velhos hábitos de abandono e inércia. Os oficiais mais dedicados e que dêle tinham recebido instruções directas e exemplos impressionantes, tinham sido deslocados ou regressaram à Metrópole, na ausência do Governador.

Entre os povos de Além-Cunene a situação não se tinha modificado. O movimento que o governador imprimira tinha esmorecido e parado finalmente. Nos povos a Oeste, especialmente, os indígenas do Planalto, a rebelião tinha-se manifestado abertamente com a primeira tentativa de cobrança do imposto de cubata.

As organizações iniciadas e postas a laborar, adormeciam ou tinham ganho as anquiloses da imobilidade.

Tinha faltado o chefe e o animador.

Era preciso voltar ao princípio. Como antes, o distrito da Huila, era um distrito nominal.

A máquina entrou novamente em movimento. Lançado no ritmo anterior João de Almeida não parou mais e ia fazê-la produzir quanto humanamente era possível em dois escassos anos de Governo.

A 12 de Janeiro, tendo organizado rapidamente uma fôrça de 100 europeus a que juntou os irregulares comandados por Orlog, lançou-se sôbre o Jau e a Batabata, estendeu as operações às terras dos concelhos do Lubango,

Humpata e Chibia e sufucou a rebeldia que se opunha à expansão dos europeus do Planalto.

E êstes deixaram, pela primeira vez, de sentir-se apertados e manietados entre populações insubmissas que não permitiam aos núcleos europeus quaisquer possibilidades de desenvolvimento. Foi tôda a economia do planalto desafogada dum momento para o outro e asseguradas definitivamente as condições em que podia desenvolver-se uma colonização que até essa altura medrava mal como cêpo angustiado em ruim terreno.

Libertado das preocupações que lhe dava o Planalto, desembaraçado das peias mais próximas, viu-se o Governador novamente entre as dificuldades da ocupação, as questões de fronteira, as terras desconhecidas — todos êsses problemas, por assim dizer, tradicionais na Huila, mas para os quais o seu espírito irrequieto e realizador exigia prontas e radicais soluções.

Os recursos do distrito estavam quasi esgotados. Com a coluna de Roçadas tinham-se ido as esperanças de organizar a expedição que seria necessária para objectivos tão vastos.

Atormentado com a escassês de recursos, vendo-se quasi sem forças nem material para resolver um problema que a coluna de Alves Roçadas — completa, numerosa e bem dotada — não tinha resolvido, João de Almeida, pediu ao Governador Geral os recursos que lhe faltavam num documento notável que era o plano de trabalhos que depois veio a seguir e a realizar completamente.

Transcrevemo-lo pois, êle dá, na ordem militar, o único pensamento definido e claro e realizado, que dominou a obra de ocupação de Angola e demonstra a precisão, a ordem e o método com que as questões da Huila eram encaradas :

«II.^{mo} Ex.^{mo} Sr. — Limitado e diminuto é o nosso domínio effectivo sôbre os povos que habitam o distrito, havendo núcleos, em terras de há muito ocupadas onde se não pode exercer a autoridade, obedecendo outros, aqueles que o fazem, mais pelo receio do que por convencimento.

E êste estado de cousas não se dá só nos territórios do Cunene,

mas muito mais se faz sentir nos diversos concelhos e região planáltica, ao longo da cordilheira da Chela.

As autoridades têm tam pouco prestígio, mesmo em tórno das sedes dos concelhos, que com raras excepções quasi não podem levantar um carregador ou trabalhador, vendo-se na necessidade de recorrerem aos particulares. Prova êste facto que a falta de obediência do indígena, vindo à chamada de comerciantes e outros, não é só devida à sua índole e temperamento, mas talvez mais ao pouco zêlo e falta de tato administrativo da maioria dessas autoridades e abandono a que têm sido votados, dando margem a que êsses particulares se substituam às autoridades constituídas.

È precisamente êste um dos casos que urge terminar pelos meios legais.

E ainda outro facto que vem corroborar esta maneira de vêr, é o estado em que vim encontrar o arrolamento e cobrança do imposto de cubata. No Lubango e Humpata, onde os chefes têm olhado êste serviço com o interêsse que êle merece, o arrolamento estava quasi concluído, e no Capelongo e Mulondo arrolado e pago; ao passo que nos restantes, pouco ou nada êles haviam feito.

Também sou levado a crêr que para esta situação muito tem contribuído a falta de orientação na política indígena, a meu vêr sempre descurada, dando em resultado a supressão ou completo desprestígio das autoridades gentílicas, originando a anarquia entre os indígenas de modo a cada um fazer o que quizer na sua terra. Estas entidades deverão sempre existir, ou pelo menos até as populações terem adquirido um certo grau de civilização, que estão muito longe de ter, e será por meio delas que as autoridades administrativas farão cumprir e conhecer aos indígenas as suas determinações e mandados. Não quero dizer que se devam restabelecer os grandes sobados com os antigos poderes e privilégios, pois seria reconstituir uma potência algumas vezes para reear, além de que é sempre difícil manter um soba no seu justo lugar, mas parece-me que se deve conservar a sua organização política e as mucundas perfectamente disciplinadas e obedientes aos seus séculos ou sobêtas e estes por seu turno às autoridades.

E' claro que estes séculos e sobetas serão escolhidos pelos povos dentre os seus grandes, quando aprovados pela autoridade, e sempre que o chefe se revolte ou conspire deve seguir-se a immediata repressão ou substituição, mas nunca suprimir o lugar nem diminuir o prestígio a não ser no referente aos usos bárbaros e crueis. E'

assim que praticam os outros países coloniais, especialmente a Inglaterra e Holanda, e se tem feito em parte da nossa colónia de Moçambique com magníficos resultados.

Mas se é indispensável e urgente adoptar uma nova orientação, coíbir os particulares, evitando que se substituam às autoridades e tornar mais eficaz o nosso domínio em todos os povos, muito importa também fazer caminhar a ocupação nas vastas regiões até à fronteira *leste* do distrito.

Esta parte é talvez ainda de maior necessidade, pois não só é indispensável marcar e garantir com a maior brevidade, contra as ambições estranhas, o que por direito nos pertence e foi definido em conferências internacionais ficar sobre a nossa esfera de influência, mas também promover a expansão comercial, dando-lhe novas vias de penetração perfeitamente garantidas e seguras.

E como para a realização do conjunto muito importa estabelecer um plano e fixar os trabalhos a executar e orientação a seguir, para mais facilmente se coordenarem todos os esforços e congregarem todos os recursos, aproveitando-se as oportunidades de tempo e logar que nem sempre darão margem a poder obter-se as necessárias autorizações, devido às grandes distâncias e dificuldades de comunicações, venho submeter à aprovação de V. Ex.^a, em traços gerais, os seguintes projectos.

I. Nos territórios aquém Cunene.

Ao assumir o governo do distrito soube pelo chefe da Hum-pata e notas já enviadas à secretaria do governo que a Bata-Bata continuava remissa, não cumprindo os seus mandados, nem se prestando ao pagamento do imposto de cubata, ao mesmo tempo que acoutava os salteadores e foragidos e ali se praticavam actos de crueldade, tendo há pouco sido queimada uma mulher.

Ao tentar o chefe trazel-os à obediência apparecera-lhe o soba com a sua gente toda armada.

O gentio da Mucuma encontrava-se no mesmo estado senão pior, não consentindo sequer que o arrolamento fôsse feito e tendo chegado o seu atrevimento a virem libertar uns presos duma escolta que recolhia ao posto do Jau.

O chefe da Huila igualmente me acaba de fazer conhecer que o gentio de parte da Mupapa, do Hongo, Hae e limitrofe da Mu-



O carro do Governador em marcha



Coluna de Cafima -- 1910. O comboio de carros boeres



O p^osto do Cuangar -- 1909

cuma, não obedecia às suas intimações e ameaçara de morte umas praças e guia que ali iam proceder ao arrolamento.

O dos Gambos também me participou que, embora se não podesse considerar revoltoso o estado dos povos do concelho, dubia ou nula era a autoridade que sobre eles podia exercer. E efectivamente, durante o ano de 1908, raro foi o correio em que elle não communicou desobediências aos seus mandados, desacatos a vários individuos e até a praças em trânsito, tendo ainda ultimamente um *funante* de abandonar o seu carro e gados, e fugir com o pessoal para não serem mortos.

Desde o Ondongi e Mukér, perto da Kihita, por toda a margem direita do Cacoluvar, especialmente o Chiune, Luhila, Chialeca, Cunjo até às faldas da Chela — Pocolo, Tapua, Pembalundo, Metaca, etc — ninguem obedece à autoridade.

A não ser na área do posto do Mulondo e em algumas zonas ao longo do caminho do Humbe, todo o concelho dos Gambos se pode considerar insubmisso. Na circunscrição do Humbe algumas manchas de desobedientes há também, como sejam a Jamba, Num-pocolo, Monjombe, Cafuntuca, etc.

Sendo, portanto, indispensável acabar com esta situação prejudicial e inadmissível sob todos os pontos de vista, parece-me que a melhor forma de o conseguir será por meio de uma acção enérgica e persistente, efectuando diligências com as diferentes guarnições, aproveitando-se para as reforçar os irregulares e as forças em trânsito para o Cuamato. Como para o gentio destas regiões a maior riqueza consiste nos gados, a sua apreensão será o maior castigo que se lhes pode aplicar, pelo que se devem agregar alguns auxiliares a cavallo mais próprios para estes serviços. Nestas razias ou diligências deve-se guardar o maior sigilo e actuar sempre por surpresa, pois de contrário, avisados a tempo do movimento das forças, fugiriam com os seus gados, acolhendo-se a logares seguros; e cair hoje aqui, amanhã acolá, até os convencer pelos factos que lhes é preferível submeterem-se aos mandados da autoridade do que a permanecerem rebeldes.

E' evidente que nas apreensões de gados deve ser feita sempre toda a justiça e antes de proceder-se à divisão com os auxiliares, como é uso e costume, deverão ficar depositados o tempo bastante para se atenderem todas as reclamações.

Ao mesmo tempo que isto se fôr praticando, procurar-se-há reorganizar as mucundas e pequenos sobados, fazendo eleger as

respectivas autoridades gentílicas, dando-lhes prestígio e obrigando os povos ao cumprimento de tôdas as determinações por intermédio delas e não dos particulares.

Algumas diligências foram já effectuadas neste sentido à Bata-Bata, Mucuma, Hae e alguns pontos dos Gambos, como se comunicou ao Quartel General, podendo asseverar-se pelos resultados já colhidos, que elas produzirão os efeitos desejados. Bastará dizer-se que depois delas se conseguiu, em poucos dias, levantar no concelho do Lubango duzentos e tantos trabalhadores para o caminho de ferro, e o arrolamento e cobrança do impôsto se tem continuado com tôda a facilidade.

Há apenas uma região bastante populosa e rica, que, embora castigada, se não submeterá fàcilmente, dsvido à natureza do terreno e distância à sede do concelho — o *Pocolo*. Se tal acontecer, a única maneira de os fazer conserservar obedientes será pelo estabelecimento de um pôsto de ocupação nas nascentes do Tchipeio ou Camelunga. Ficará perfeitamente dentro das condições expressas na portaria n.º 526 de 27 de Julho de 1906, e bastar-lhe-há uma guarnição de 30 praças, transferidas talvez do pôsto do Jau que em breve pode ficar reduzido a 1 cabo e 6 praças.

A sua construção será económica, uma vez que nela se empreguem materiais de ocasião e se obriguem a trabalhar os indígenas da região. Mas, como disse, só será estabelecido um novo pôsto, depois de provada a ineficácia de, por outros meios, manter esta região em completa obediência.

E como complemento de tudo isto, sempre que seja possível, deverão as diferentes regiões ser percorridas em tôdas as direcções por destacamentos volantes, especialmente de fôrças montadas, fazendo a polícia e fiscalização do país.

II. Nos territórios de além Cunene.

Como medida de maior urgência, impõe-se completar a ocupação do Cuamato expandindo mais a sua guarnição.

A situação dos fortes, tendo obedecido simplesmente ao avanço da coluna de 1907 e a garantir-lhe a zona de marcha, de forma alguma pode satisfazer ao fim que com êles se tem em vista. E tanto assim é que o nosso domínio efectivo a pouco mais se estende do que àquela faixa de 50 quilómetros por 10 de largo, subtraindo-se a grande maioria da população à nossa autoridade.

Também a política indígena seguida de princípio me parece não ter sido a melhor.

A morte quasi traiçoeira de ex-soba Chaúla, quando convidado a apresentar-se, lançou a desconfiança nos grandes da terra, que, receiosos de igual sorte, não se apresentam, tendo muitos d'elles emigrado para outras terras, especialmente para o Cuanhama. E essa desconfiança tem-se igualmente manifestado nas relações com os sobados vizinhos.

Inspirar-lhes pois confiança e fazer-lhes ver que em nós encontram sempre justiça mais recta do que nos seus antigos sobas, despóticos e crueis, tal deve ser o lema que nos deve orientar para aproximar de nós êsses povos valentes e leais.

* * *

O pôsto do Auongo perfeitamente entalado entre o forte Rocardas e Damekero deverá ser transferido para o Cariafengo, região populosa junto à fronteira do Cuanhama a 20 ou 25 quilómetros a *leste* daquele pôsto e onde na época da seca se reúnem grandes quantidades de gados dos dois países, Cuanhama e Cuamato, por nela haver grandes cacimbas, originando várias questões. Terá ainda como vantagem uma tal situação o poder influir na população Cuanhama aproximando-a de nós e chamando-a à nossa obediência, ao mesmo tempo que por aquele lado se impedem as suas razias, contribuindo para a formação dum círculo de isolamento e facilitando a sua ocupação futura. A sua guarnição será de 60 praças, das quais $\frac{1}{6}$ de europeus e ligado por carreiteira e linha telefónica ao Damekero.

Igualmente o posto Naluke (Eduardo Marques) a 11 quilómetros do D. Luís deverá ser suprimido e em seu logar deverão ser criados dois postos a 6 ou 8 quilómetros da fronteira alemã — um na Unda, sôbre o caminho que vem das margens do Cunene, junto à mulola do Okipoio, de forma a garantir a ocupação dos sobados da Hinga, Unda, Dombondola e Balandó; e o outro na Va-Cuambi, junto à mulola Ovalé, sôbre o caminho que do Cuamato conduz à colónia alemã. Êste posto, ficando nos extremos das terras do Cuamato e do Cuanhama, poderá desempenhar influência igual ou ainda maior que o de Cariafengo na ocupação d'êste último sobado.



Êstes dois postos definem perfeitamente a fronteira alemã e deverão ficar subordinados ao D. Luis — comando do Cuamato — com o qual serão ligados com carreteiras e linhas telefónicas e guarnições respectivamente de 50 e 70 homens, dos quais $\frac{1}{5}$ de europeus.

O estabelecimento de três novos postos deverá ser efectuado pelas guarnições do Cuamato, depois de devidamente reforçadas pelas unidades actualmente no Lubango.

Colunas ligeiras e devidamente organizadas efectuarão os reconhecimentos preliminares daqueles pontos, procedendo-se, a seguir, ao transporte do material e à sua construção.

A situação destes postos, bem como a de D. Luis e Damekero, ficam satisfazendo perfeitamente às necessidades da ocupação.

Por último, para a segurança da região, deverá ficar uma guarnição móvel, que facilmente possa ocorrer a qualquer ponto e em destacamentos volantes cruzar entre os diferentes postos.

* * *

Uma outra região que é da máxima conveniência ocupar, aproveitando-se o primeiro ensejo que se ofereça, é o Evale, não só para chamar ao nosso domínio os povos das margens do Cuvelay, Cavanguela e Ianguela, mas ainda os da Handa que devem mais ou menos obediência a um dos procedentes. E, quando houver oportunidade, o de Cafima que, embora pouco populoso, o estabelecimento ali dum forte contribuirá também imenso para influir no Cuanhama, caso a ocupação dêste não tenha ainda sido levada a efeito.

A ocupação do Evale e do Cafima reputo-as duma importância real, sôbietudo pela influência que possam produzir no Cuanhama e principalmente por lhe fecharmos os caminhos às suas razias para norte — Mulondo, Capelongo, Cassinga, Ganguelas e Ambuelas —, permitindo logo, como consequência, diminuir as guarnições dos postos de ocupação, especialmente os da margem direita do Cunene. Além disso permitirá uma comunicação mais directa com o baixo Cubango pelo Cafima, Otchimporo ao Cuangar.

Para o estabelecimento do posto do Evale é preciso, porém, operar com presteza e prudência, pois que além da opposição eventual que os habitantes do Evale possam fazer, é preciso contar com

o apoio de Cuanhama. O Nande é astuto e velhaco e perceberá o golpe que lhe vibrámos com tal occupação.

O Evale sempre que se dá qualquer movimento de tropas, de relativa importância, manda logo os seus emissários ao Humbe protestar a sua amizade; mas iniciando-se as relações para o estabelecimento dum posto, sem a princípio apresentar uma recusa formal, termina sempre por demonstrar que nos não deseja lá.

Aproveitando um caso desta natureza e, por meio duma certa política, as desinteligências que existem entre os dois sobas, tendo tudo preparado e marchando quasi por surpresa ao primeiro aceno, sem lhes dar tempo para pensar, poderemos conseguir o nosso objectivo e uma vez lá estabelecidos as cousas mudarão de feição.

Um forte com 70 ou 80 homens, dos quais 20 europeus, é guarnição sufficiente.

No entanto é indispensável estabelecer primeiramente no Cafú — e que servirá de base ou ponto de partida para o Evale — um pequeno forte para assegurar as comunicações através do Cunene. Ali devemos colocar elementos para a passagem do rio e ligá-lo ao posto a estabelecer no Evale por uma carreteira e linha telefónica ou telegráfica.

Se, porém, houver a recer a intervenção activa da parte do Cuanhama e opposição dos habitantes do Evale, a linha de penetração deverá ser pela Handa, partindo do Capelongo ou Mulondo, estabelecendo ali um posto que servirá de base para uma acção posterior.

Quanto ao Cuanhama devemos também pensar a sério na sua occupação e submissão, mas primeiramente por meios pacíficos, aproveitando-nos das circunstâncias que formos criando e duma boa política.

Uma acção offensiva não está presentemente dentro dos nossos recursos, pois tendo uma ária tripla da do Cuamato, mais povoado e melhor armado e municiado, tornar-se-ia necessária agora uma expedição maior do que a de 1907 e de que nunca poderíamos tirar resultados compensadores. E, a meu ver, nem ela se torna necessária; pois que, effectuada a occupação que atraz fica esboçada, não poderá continuar com as suas razias nos povos limitrofes e, não nos hostilizando, como realmente não hostilizam, e por outro lado o commercio transitando livremente, dela tiraremos tudo quanto é possível esperar.

Há apenas um caso que é presico atender: a entrada dos alemães.

Para isso devemos procurar conseguir do Nande, fazendo-lhe ver o perigo que para êle e para nós oferecem aqueles vizinhos, o estabelecimento dum posto de occupação nas terras do Nekoto, juuto à missão alemã e sôbre o caminho que do Cuanhama vai ao lago Etocha. Conseguindo isto, não só todo o Cuanhama em pouco tempo será eficazmente dominado, mas ficará a fronteira *sul* perfeitamente balisada. Êste posto com uma guarnição forte de 100 homens ficará ligado ao Cuamato pelo que se estabelecer no Va-Cuambi por uma estrada e linha telefónica. Dado o caso, porém, de se não poder conseguir o estabelecimento dêste forte nos primeiros tempos, parece-me que devemos dirigir as nossas atenções a obter a colocação dum official, como delegado do govêrno português, junto ao soba, embora a êste tenhamos de dar algumas vantagens pecuniárias.

E mais tarde, depois de uma forte política de atracção ter produzido os seus benéficos efeitos e conseguidas as medidas atraz esboçadas, mais fácil se torna então uma intervenção armada. Um forte partido que ali tenhamos criado, as ameaças simultâneas que lhe podemos fazer dos fortes que o rodeiam, obrigarão a dividir as suas atenções e esforços, e bastará então uma pequena columna, partindo de Cafima ou entrando pela borda do Cuamato ou Evale, para conseguir a occupação definitiva.

III. Nos territórios do Cubango e Cuando.

Iniciada como está a occupação com o estabelecimento do posto A, em Caiundo, torna-se indispensável ultimar o projecto de operações de 1908 aprovado por V. Ex.^a, com a denominação de Cuangar.

Terminada esta, e que parece ser a parte mais difficil, procurar-se-há tirar tôdas as vantagens que oferecer a navegação do Cubango, descendo logo até ao Dírico e Mucusso, onde se deverão estabelecer dois postos de occupação de pequenas guarnições, mas dotados de meios de navegação. Um deles servirá de base à navegação do Cuito, até ligar com a occupação da Capitania-mór dêste nome, e o outro para avançar sôbre o Cuando.

Antes porém de passarmos adiante do Cuangar e enquanto se procede a trabalhos de reconhecimentos, deveremos estabelecer um posto no Otchimpôro, com o qual se occupará esta região pouco povoada, mas onde últimamente se têm estabelecido emigrantes da colónia alemã e na época das secas se reúnem grandes quantidades

de gados e pelo qual se completaria o isolamento do Cuanhama e balisagem da fronteira.

Construído um pôsto em Mucusso dêle devemos partir pelo caminho da Mucoia à confluência da Luiana com o Cuando e descer ao longo dêste rio até à ilha Kicoma, onde nos devemos estabelecer, com um forte, se não convier mais marchar para ali directamente ao Mucusso.

Uma vez ali e depois de concentrados alguns meios de navegação, deveremos subir o Cuando até Mucoia ou Sinianda, onde se estabelecerá um pôsto que nos garanta a fronteira leste passando pelo meridiano de 22°. Tomando êste para sede da capitania ou comando do B. Cuando devemos depois subir ao longo do meridiano fronteira até ao caminho que do Cuito e Cuando se dirige para Barotze, na altura do Lodi ou Ninda. Ligar depois estes pontos entre si ou com a sede do comando do Cuito.

Fica-nos assim garantida a posse dos nossos territórios, ficando a ocupação interior a cargo da acção dêsses mesmos postos e elementos de navegação lançados nos rios Cuito e Cuando e seus afluentes. E à medida que as regiões se vão conhecendo e progredindo, o comércio desenvolvendo e as guarnições das regiões do Cunene possam ser reduzidas, outros postos serão montados, conforme se julgar conveniente, até total ocupação.

O estabelecimento dos postos além Cunene, julgo poderem efectuar-se sem resistência ou dificuldades de maior, sendo a principal a grande distância a que se tem de operar e por consequência a dificuldade dos transportes e grande morosidade a que obrigam».

Paiya Couceiro aprovou o plano de trabalhos de João de Almeida, animou-o quanto pôde mas, atormentado também pela falta de recursos, pouco auxílio lhe pôde prestar.

Não constituiu o facto razão para João de Almeida desistir. Faltava-lhe tudo. Êle improvisaria tudo.

Com as fôrças dispersas e desmanteladas que restavam organiza um pequeno contingente de europeus, com a autoridade dos sacrificios que a si próprio impunha exigia-os a todos os officiais; ordenou que nenhum official ou praça europeia abandonasse o seu pôsto ou situação no interior sem ser devidamente substituído ou por sua or-

dem expressa; acelerou o ritmo de actividade de todos para uma produção intensa e organizada — em todo o distrito se trabalhava mais do que as próprias fôrças de cada um o permitiam, em nome duma grande obra em que estavam interessados o prestígio e a esperança do território nacional.

Publicando o regulamento de irregulares — êsse exército extranho que servia para todos os misteres de administração, polícia e de guerra e que foi, afinal, a mais regular das fôrças de que dispôs, servindo-se dos auxiliares, a quem captava hâbilmente e de quem a tentação dos despojos fazia uma tropa aguerrida, exercendo sôbre tôdas as peças da complicada máquina que montou uma disciplina feita ao mesmo tempo de justiça pronta e dureza implacável, pôde criar o exército que havia de conquistar tôdas as terras desconhecidas do Sul de Angola e salvar o prestígio dum grande país colonial.

De Orlog, um negro audaz e inteligente proscrito da Damara, fez o chefe dos irregulares.

Êste Orlog que já prestara serviços a Artur de Paiva e a Roçadas, era um autêntico *capitão de ladrões* que vivia de assaltos e razias que constantemente fazia entre os povos indígenas. Utilizado, com a sua gente, por várias vezes, nas nossas operações, voltava sempre, uma vez prestados os seus serviços, à sua função de salteador, obrigando um dia as autoridades que no dia anterior o tinham utilizado a persegui-lo como indesejável.

João de Almeida fazendo-o chefe dos irregulares, com vencimento fixo e prerogativas legais, acabou com o bandido e utilizou o seu prestígio e as suas inegáveis qualidades de chefe, a ponto de serem os irregulares a base sólida de tôda a tropa de que dispunha.

Com a saída de João de Almeida e a ruína de tudo que êle tinha organizado Orlog voltou a ser o raziador incorregível que era, e hoje vive exilado em terras da Africa do Sul, muito velho mas ainda aguerrido e ansioso por alcançar licença para regressar à Huila.

Desta tropa, a principio confusa e heterogénea, mas depois treinada e aguerrida pela acção constante em que vivia e pelo vigor do comando, com oficiais dedicados e



Praças do corpo de irregulares

que supriam pelo valor a deficiência do número, João de Almeida estava habilitado a cobrir as faltas que a retirada da coluna de 1907, tinha deixado em aberto.

II. Ocupação do Evale.

A ocupação do Evale era um dos objectivos mais antigos da administração da Huila. Datava, pode dizer-se, desde que a autoridade portuguesa tinha assomado à margem direita do Cunene.

Abrangendo as margens do Cuvelay, entre o Cunene e a mulôla do Tchimpôro, era limitado a norte pelo sobado da Handa e a sul pelo Cuanhama. A sua área era relativamente pequena mas a densidade da população era nitidamente superior à da maioria dos povos de além-Cunene.

Muitos anos antes das operações todo o povo obedecia à autoridade dum soba único, em unidade perfeita e compacta de que tirava grande fôrça e prestígio, mas por volta de 1901 a 1903 dividiu-se em dois sobados, separados pelo curso do Cuvelay. A aspiração de hegemonia sôbre todo o território que os sobas dominavam dava motivo a graves desavenças de que frequentemente resultavam conflitos armados.

Os evales, apesar das suas lutas políticas, porque dispunham dum sólo fértil onde cultivavam fartos arimos e da água abundante do rio, viviam abastadamente, repartindo as suas actividades entre a guerra, a agricultura e a criação de gado.

Os homens são esbeltos e corpulentos, de génio e porte aguerrido, e estavam ao tempo bem armados e municiados com armas modernas, o que, tudo junto, os tornava respeitados pelos cuanhamas que sempre os evitavam nas suas razias.

A parte do território não povoada é fortemente encabeleirada por matas extensas onde de quando em quando, aparecem como calvas, grandes *chanas* alagadiças, na época das chuvas.

O antigo projecto de ocupação do Evale, delineado ainda antes de dominada a margem direita do rio, visava não só a submissão do território mas também o estabele-

cimento duma linha de penetração destinada a facilitar a ocupação dos outros povos vizinhos.

No entanto, de todos os sobados de além-Cunene, como já tivemos ocasião de dizer, o Evale era o menos desconhecido e fechado aos europeus, mesmo antes do reconhecimento de João de Almeida. Os *funantes* frequentavam-no de vez em quando e o soba Cavanguela enviara mais duma vez emissários a Quiteve e ao Humbe, cumprimentar as autoridades portuguesas.

Isso não impedia que gosassem e defendessem, de facto, a sua ciosa independência, a ponto de tomarem para com João de Almeida, enviado diplomático, a atitude que já conhecemos, em 1906, quando do reconhecimento dêste às terras do Evale.

Os propósitos do Cavanguela eram claros: Cortês e solícito sempre que se tratasse de evitar a invasão do seu território, não estava, contudo, disposto a consentir, à boa paz, na sua ocupação.

Sempre que se dava qualquer movimento de tropas de maior importância, nas proximidades do Cunene, o soba não nos faltava com os seus protestos de amizade, mandando pedir uma bandeira, pedido com que julgava conjurar o perigo. Mas sempre que se falava da construção dum forte nas suas terras, eram tão escorregadias e várias as evasivas de que se servia que as negociações falhavam sistematicamente.

Por êste motivo e porque, realmente, o efeito moral da ocupação do Evale sôbre os povos de além-Cunene seria importantíssimo, foi esta incluída entre os objectivos da coluna de 1907.

Não tendo sido levada a efeito como tantas outras cousas que a coluna de Roçadas devia fazer e não fez, faltava experimentar, dada a escassez de recursos para operações de grande amplitude, a tentativa duma aproximação com o soba Ihanguela — rival de Cavanguela — e aproveitar em nosso favor a desinteligência entre os dois soberanos indígenas, tanto mais que, segundo informavam a missão do Cuanhama e alguns comerciantes que lá tinham ido, o Ihanguela oferecia melhores condições de seriedade e confiança.

Em Abril de 1908, quando João de Almeida reunia no Planalto as forças que destinava ao Cubango e começou a enviar material para as operações de ocupação, imaginaram os dois sobas desavindos que alguma acção se ia exercer contra elles e logo ambos mandaram emissários ao Humbe fazer protestos de amizade. O Cavanguela levou a sua gentileza a ponto de conceder licença para a montagem duma linha telegráfica, através das suas terras, em direcção a Cassinga.

No princípio de Dezembro, por ocasião duma mudança de chefe no Humbe logo o soba da margem esquerda do Cuvelay — o Ihanguela — mandou ao Humbe cumprimentar o novo chefe, pedindo *um tratado de paz* e uma bandeira.

Quando em fins de Dezembro, João de Almeida, regressou à Huila e soube o que se passava mandou imediatamente um emissário comunicar ao Ihanguela que se lhe daria a bandeira e o *tratado de paz* e que o Governo desejava construir um forte nas suas terras, para o que lhe pedia o necessário consentimento.

Dias depois o soba renovava os seus protestos de amizade nos termos mais calorosos — mas não dizia nada de positivo àcerca do forte. Convidado a vir ao Cunene confirmar o *tratado de paz* ou a receber, na sua embala, um oficial para o mesmo fim, respondeu que estava disposto a fazer tôdas as concessões e que, não podendo ir ao Cunene, pela impossibilidade em que se encontrava de atravessar as terras do Cavanguela, preferia receber o emissário do govêrno.

João de Almeida deu logo instruções ao tenente Teixeira, que se tinha oferecido para esta missão e, em Fevereiro, o tenente partia para o Evale com um aparatoso presente para o soba e um carro com mantimentos para a sua gente, que nêsse ano sofria as agruras da fome.

Entretanto o Cavanguela estimulado pelas negociações entabuladas com o rival, mandava também cumprimentar o novo chefe do Humbe e pedir uma bandeira.

Por tal forma se houve o tenente Teixeira na sua missão diplomática e tam hàbilmente aproveitou o dissi-

dio dos dois sobas que regressou ao Humbe com o sentimento para a construção dum forte, junto do Cuvelay, em terras do lhanguela.

Era a oportunidade e João de Almeida não a quis deixar perder apesar de estar em plena estação das chuvas e a emprêsa prometer, por consequência, as maiores dificuldades.

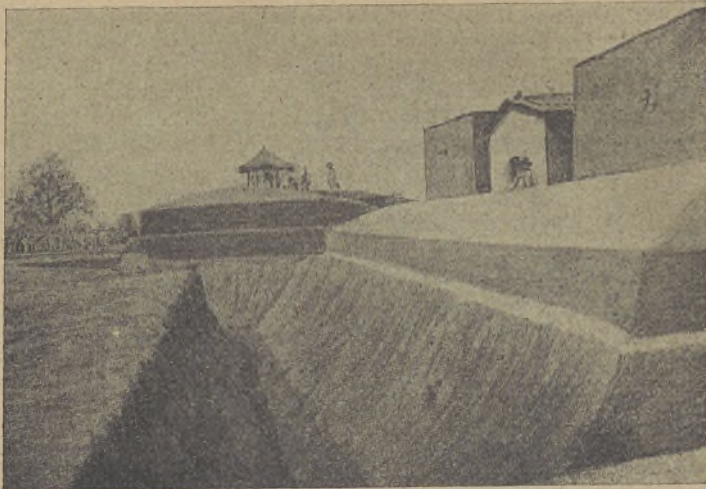
Era opinião do tenente Teixeira, que com o soba tinha assentado que o forte só se construiria passadas as chuvas e colhidos os mantimentos—e com êle abundavam muitos outros—que se adiasse a ocupação para época menos ingrata. Mas João de Almeida cujo sentido de oportunidade e cuja experiência lhe mostravam que se deixasse perder a ocasião era de prever que o soba se arrependesse e mudasse de opinião, tanto mais que passada a crise de fome as suas disposições seriam certamente outras, resolveu partir imediatamente.

De resto a rapidez de acção impunha-se ainda como única forma de evitar influências e sugestões, da parte dos outros povos, que só se evitariam agindo quasi por surpresa.

E assim ordenou que todo o material previamente preparado se fôsse imediatamente concentrar no Cafú, onde mandou construir um posto para assegurar a passagem do Cunene.

Como os indígenas tinham por costume exagerar sempre qualquer movimento de tropas, João de Almeida, para lhes fazer crer numa grande acção ofensiva, no caso de qualquer resistência, mandou uma deligência de dragões com um official policiaar a região de Quipungo, Capelongo e Cassinga, com ordem de descer ao longo do Cunene até o Mulondo, enquanto êle seguia com a guarnição europeia destinada ao novo posto do Evale e com a fôrca disponível do 1.º esquadrão de dragões em direcção ao Humbe e ao Cafú.

Produziu êste movimento o efeito desejado pois logo à sua passagem por Capelongo foi o governador informado de que o gentio da região já tinha avisado os evales, aconselhando-os a não quererem guerra com o go-



Angulo nordeste do forte D. Manuel no Evale, vista exterior



O tambor sudeste do forte D. Manuel no Evale, vista interior

vêrno porque iam muitas fôrças que se preparavam para atacar, simultaneamente, por dois lados.

O projecto de João de Almeida era de facto fazer crer ao gentio na aproximação de fôrças muito numerosas e enviar à frente os carros com o material e os mantimentos. Logo que êstes tivessem chegado, sem opposição, ao local escolhido para a construção do forte, a guarnição seguiria imediatamente, enquanto os dragões se conservariam na margem esquerda do Cunene, prontos a intervir se fôsse necessário.

E assim, no caso de haver opposição, que indicasse propósitos de resistência por parte do gentio apenas se corria o risco de perder o material, pois a pequena coluna não podia ter a pretensão de entrar nas terras do Evale à viva fôrça.

As chuvas caíam copiosamente e as dificuldades eram tremendas. Naqueles lameiros difficilimos das margens do Cunene, a pequena caravana só à custa de esforços prodigiosos avançava. Ao mesmo tempo as inclemências do clima, naquela época do ano, raziavam o pessoal já tam deficiente e castigado pelas intempéries. As baixas por doença eram tam numerosas que no espaço de dez dias João de Almeida teve que substituir duas vezes o ajudante e três vezes a ordenança, acabando por não ter um homem em perfeito estado de saúde.

Mas a sua energia e tenacidade dos Dembos renovavam-se. Contra tôdas as dificuldades e resistências, a sua vontade reagia e dominava rápidamentee. A ordem era avançar — tanto pior se as circunstâncias mandavam recuar. Nem por isso se desistiria.

João de Almeida mandou pedir, abertamente, licença ao Cavanguela para atravessar as suas terras. O soba só em 3 de Março mandou a resposta.

No dia 10, depois duma demora arrazante nas margens mortíferas do Cunene, seguiram por Capelongo e Cassinga os primeiros carros com o material, conduzidos pelos auxiliares, disfarçados em *funantes*. Nesses carros iam metralhadoras desarmadas, reserva de munições e rôlos de arame farpado, occultos entre sacos de fazendas e mantimentos que os *funantes* permutariam, descendo o

Cuvelay pela margem esquerda até chegarem à embala do Cavanguela.

No dia 25 tôdas as fôrças estavam no Cafu e a 27 tinham passado à margem esquerda, prontas a avançar.

Faziam parte das fôrças o comandante do Cuamato, capitão Mário Dias, o capitão Ventura do 1.º esquadrão de dragões, o tenente Teixeira e alferes Pinto da guarnição do novo pôsto e o tenente Costa, ajudante do Governador.

Nesse dia recebeu João de Almeida comunicação de terem os carros sido detidos à entrada das terras do Autua, irmão do Cavanguela e constava-lhe que êste tinha mandado pedir auxílio aos cuanhamas para se opor à passagem das tropas. Do Humbe chegavam notícias semelhantes.

Os auxiliares, conhecedores da região, sertanejos de larga experiência, afirmavam que seria impossível a João de Almeida entrar no Evale e previam a todo o momento um desastre completo.

Alguns carreiros fugiram abandonando os carros na margem do Cunene. O pavor ia-se formando nos espiritos.

Todavia João de Almeida não se tinha metido numa aventura sem reflexão. Tôda a habilidade desenvolvida até ali para fazer entrar no poderoso Evale uma coluna desmantelada de meia dúzia de homens doentes, até os instalar em segurança dentro de um forte, não podia ter deixado de prever êste caso. E, realmente, o Governador tinha tomado a precaução de mandar ao Cuanhama pessoas de sua confiança para o avisarem de qualquer facto anormal que ali ocorresse, bem como de obter do soba Nande, com quem mantinha boas relações desde o seu reconhecimento, a neutralidade do Cuanhama na ocupação do Evale.

E embora contra a vontade dos grandes, do prestigioso e temível sobado que desejavam auxiliar o Evale, o Nande conservou-se neutral.

Perdidas as esperanças dum auxílio, por parte do Cuanhama, o Cavanguela deixou passar os carros, e a 28

de Março as fôrças marcharam em direcção ao Cuvelay, que só puderam atingir em 3 de Abril no local designado para o estabelecimento do pôsto.

Esta marcha de seis dias foi penosíssima. As chuvas tinham transformado as chanas em pântanos e lameiros intransitáveis. As tropas doentes, gastas, mal podiam arrancar no piso viscoso e traiçoeiro onde os carros, os animais e as gentes se atolavam. Houve dias em que, por mais que se esforçassem, não conseguiram avançar dois quilómetros.

Logo no dia 4 de Abril foi iniciada a construção do forte. O Cavanguela parecia agora bem disposto. O Ihan-guela, que só veio a dar pela presença de João de Almeida, na margem esquerda do Cuvelay, quando os 93 homens da coluna já estavam a coberto, num entrincheiramento improvisado, suicidou-se, desesperado por não ter evitado a passagem das tropas.

O forte ficou no dia oito em estado de defesa, com uma guarnição nomeada e instruções precisas.

Estava ocupado o Evale — criado o comando militar do Evale, o primeiro que a nossa ocupação conheceu em terras do Cuvelay.

Com a marcha das fôrças para o Evale tinha-se iniciado a construção da linha telegráfica e de uma carreteira que partia do Cafu, onde ficaram dois barcos a assegurar a passagem do Cunene e as comunicações com o novo forte.

Começava o isolamento do Cuanhama — primeira vantagem da ocupação do Evale — e ficava aberta uma linha de penetração preciosa para os trabalhos de pacificação das terras de além Cunene.

A soma de habilidade, resistência, energia, decisão e espírito organizador, desenvolvida nesta operação, a sua importância política e militar passaram talvez despercebidos em Portugal, mas surpreenderam de tal forma os alemães que o chefe da Secção Colonial do Estado Maior alemão fazia sôbre a ocupação do Evale uma conferência em Berlim, na Academia de Guerra, altamente honrosa para João de Almeida.

É que os alemães — ontem como hoje — estavam me-

Ihor informados sôbre o que passava no Sul de Angola, do que o Terreiro do Paço e o café Martinho.

Nessa conferência, inserta na íntegra no *Militar Wochenblatt* e da qual vem publicado um pequeno extracto na nossa «Revista de Infantaria», de 1909, o conferente, depois de descrever os povos do Ovampo, a sua organização social política e militar, com profundo conhecimento dos reconhecimentos realizados por João de Almeida, que freqüentemente cita como autoridade máxima na matéria, refere-se à nossa ocupação até 1909, narrando o desastre do Pembe, a acção das colunas de 1906 e de 1907 ao Cuamato, salientando o facto de Roçadas não ter sabido tirar partido do elevado número de fôrças europeias e elementos materiais de que dispunha, retirando antes de pacificar completamente a região, e detem-se especialmente na análise da ocupação do Evale.

Relembrando os lances da campanha dos Dembos e a acção de João de Almeida como chefe de Estado Maior da Província, diz que de tudo resulta que êste estava trabalhando segundo um plano inteligente prèviamente estabelecido e termina afirmando que o Ovampo português tem um chefe—Führer—com o qual os alemães só terão que aprender e honrar-se.

Em Portugal vieram a saber estas cousas, os raros que leram a Revista de Infantaria—porque os alemães as contaram em Berlim!

III. Ocupação da Hinga, Dombondola, Unda e Balandó.

Para completar a ocupação de todos os povos ribeirinhos do Cunene, quis João de Almeida aproveitar hàbilmente o efeito moral da ocupação do Evale. E apesar das chuvas persistirem, tormentosas e doentias, e da situação penosíssima em que se encontrava, seguiu imediatamente do Cáfú para o Humbe e daqui para o Cuamato, sem um dia de descanso.

Os terrenos estavam de tal forma inundados que a água atingia na *chana* alturas que totalmente impediam a sua travessia. Eram grandes lagos, de superfície metálica,



Coluna do Baixo-Cubango (1910) — A 15.^a Indígena no Dirico



Cuangar — O soba Auhanga e o *lenga* seu confidente — 1909

onde de quando em quando imergiam algumas farripas de capim mais alto que a maré, essas *chanas* garridas do Cuamato.

Impossível atravessá-las com carros durante o período das inundações.

Para não perder tempo que era precioso pois a oportunidade estava desenhada vigorosamente, resolveu o governador iniciar os seus trabalhos de ocupação, construindo o primeiro forte na região a S. O. do Cuamato Grande que as informações davam como mais enxuto. Esse forte marcaria, como um padrão de posse e de soberania a fronteira sul e asseguraria a tranqüilidade dos inquietos sobados daquela zona.

O estabelecimento duma barreira ocupada ao longo da fronteira, detendo a infiltração e as ameaças alemãs no Sul, era a grande preocupação de João de Almeida. A dificuldade consistia na solução prévia dum problema de pacificação interior, que se abria como um abismo difícil entre os seus magros recursos e o objectivo internacional.

Depois de determinadas as coordenadas nas cataratas do Ruacaná era a S. O. do Cuamato Grande que importava continuar a balisagem da fronteira.

Como fossem insuficientes os reconhecimentos que havia feitos, não só à cerca dalguns pontos importantes do Cuamato, como também sobre a atitude dos povos de Hinga, Uncuancua, Dombondola, Unda e Balandó, João de Almeida organizou novos reconhecimentos de que foram encarregados vários oficiais, enquanto concentrava e preparava no forte D. Luis os elementos indispensáveis para o estabelecimento dos novos postos de ocupação.

Só por um milagre de organização por parte do Governador e de dedicação por parte das tropas era possível arrancar ainda às guarnições desfalcadas, elementos para uma rede mais extensa e arrojada de postos.

O caso fica para exemplo que, hoje, é de aproveitar. Com um número incomparavelmente superior de funcionários, com facilidades de comunicação e de transporte, em regiões completamente pacificadas, não se faz mais nem melhor do que esses escassos ocupadores fizeram em terras desconhecidas e hostis.

Logo no dia 26, o alferes Gonçalves, encarregado do reconhecimento dos sobados a Sul do Cunene, voltou, tendo escolhido local na Dombondola para estabelecer um posto, que conforme as instruções do Governador, deveria assegurar a pacificação desses povos. Mais informava que os habitantes tinham recebido com simpatia a idea da construção desse forte que os ia proteger contra as razias e assaltos constantes dos *cuambis* e *ongangeras*.

No dia seguinte uma parte da guarnição indígena de Nalueke seguiu para a extrema das terras do Cuamato Grande, na direcção da Dombondola, com a missão de abrir um caminho para os carros. E vinte e quatro horas depois, com todos os preparativos para o estabelecimento do posto concluídos, abalou João de Almeida, na mesma direcção, com uma pequena coluna composta de destacamentos da 2.^a companhia europeia, 2.^o esquadrão de dragões, uma secção montada de artilharia e a 17.^a indígena.

Em 30 chegou à Dombondola, depois de se ter juntado a uma força da 16.^a indígena destinada a guarnecer o novo pôsto.

A-pesar da rapidez da marcha e da fadiga que exigiu, nessa mesma tarde foram iniciados os trabalhos. E com tal actividade se houveram que em 5 de Maio o forte era considerado em estado de defesa e inaugurado com o nome de Henrique Couceiro.

O local em que o forte assentava, como uma sentinela altiva em terreno conquistado, ficava na extrema Sul das terras da Dombondola, entre a Unda e o Balando, a cêrca de oito quilómetros da fronteira alemã.

Mais tarde, depois da saída de João de Almeida do Governo de Huila, foi êste forte mudado para Naulila por imposição dos alemães, o que levou a crer, durante algum tempo que a sua posição estivesse mal determinada.

Afinal, só a fraqueza, ignorância ou inconsciência do Governador que lhe sucedeu, permitiram tal mudança, pois as Comissões de delimitação inglesa e portuguesa que 15 anos depois marcaram a fronteira, reconheceram que o paralelo estava bem determinado e que o forte

Couceiro, a norte dêle, se encontrava portanto em terra portuguesa.

Durante a curta permanência de João de Almeida no forte todos os chefes de *mucunda* e muitos habitantes vieram cumprimentá-lo e fazer a sua apresentação, prontificando-se a pagar o imposto de cubata.

Como os habitantes tinham muitas relações com a colónia alemã, onde trabalhavam nas minas e donde voltavam carregados com artigos europeus e ainda porque o forte ficava próximo da fronteira, próximo do caminho que conduzia à Damara, o Governador deu ao pôsto atribuições aduaneiras, classificando-o como *pôsto de despacho* — o primeiro que se estabelecia no Sul de Angola.

Tendo deixado instruções precisas para a ligação telegráfica com o pôsto e para a abertura de carreiras que o ligassem com todos os sobados e com a Dongoena, João de Almeida, regressou ao forte D. Luís no dia 7.

Quando se preparava para continuar os trabalhos projectados indo estabelecer um pôsto no Va-Cuambi, verificou por meio de reconhecimentos seus, visto que os anteriores lhe não mereciam confiança, que a borda das terras do Cuamato, tanto a leste como a sul ficava entre 10 e 12 quilómetros do forte D. Luís, quando se julgava ficar a mais de 40.

Tanto entre o Cuanhama e o Cuamato, como entre êste e o Cuambi, ficava uma mata completamente desabitada. Va-Cuambi não existia como figurava na carta.

Não era necessário, por consequência, estabelecer, como se projectava em face das informações anteriores, um outro pôsto a Sul ou Sudoeste do D. Luís.

Seguiu o Governador no dia 10 para o Damekero, e, pretendendo mudar o pôsto do Auongo para a borda da terra, marchou logo no dia 11, com uma coluna composta por fôrças disponíveis das guarnições do D. Luís, Damekero e Auongo, em direcção ao Aluendo e Cariafengo.

Com grande espanto verificou, depois de efectuada a junção das fôrças, que a borda da terra distava apenas uns 11 quilómetros do Auongo e 12 do Damekero. Para leste tudo era mata cerrada e bravia e a menos de 8 quilómetros ficava a *mucunda* do Sadirice, já no Cuanhama.

Era afinal ainda João de Almeida quem descobria e esclarecia o Cuamato.

Era pois inútil estabelecer mais postos no Cuamato.

E tendo-o deixado pacificado e reconhecido, balisada a fronteira sul no prosseguimento da marca do Ruacaná regressou no dia 14 ao Lubango.

Em 22 de Maio comunicava ao Governador Geral que as razias efectuadas nos concelhos da Humpata, Chibia e Gambos tinham alcançado o melhor dos êxitos, pois o imposto de cubata estava-se fazendo com facilidade, o genio obedecia às autoridades e o Caminho de Ferro de Benguela estava recrutando, na região, muitos trabalhadores.

IV. Ocupação do Baixo Cubango.

A ocupação do Baixo Cubango era a grande aspiração de João de Almeida e uma grande aspiração do nosso prestígio em Angola.

A propósito desta operação diz a fôlha militar do antigo Governador da Huila: «*Louvado pela inteligência, energia, bravura e provado esforço de que deu provas no comando da coluna que em 1909 realizou a importante operação militar para a ocupação do Baixo Cubango, serviço êste extraordinário e revelantíssimo, que permitiu levar a soberania de Portugal aos confins do Sul de Angola, através de povos rebeldes e regiões desconhecidas e marcar e definir a fronteira com a antiga colônia alemã*».

Realmente, é a ocupação do Baixo Cubango, extraordinária pelo alcance político e militar que teve, extraordinária ainda pelas condições esforçadas em que foi feita, que, pode dizer-se, salvou a nossa honra tam comprometida e salvou, pelo menos, o Sul de Angola duma manobra de expoliação que avançava ousadamente e que não seria possível deter, em face da Alemanha forte e poderosíssima do tempo, uns anos — talvez uns meses — mais tarde.

Quem olhar para uma carta de Angola e nela marcar o itinerário seguido por João de Almeida, numa penetra-



Passagem do van do Cacoluvar na Kihita



O forte de Cafima

ção conquistadora e viril de mais de 1500 quilómetros, até guarnecer tóda a fronteira com galhardos e firmes núcleos de soberania e pacificação, não pode deixar de reconhecer que não há página militar nos últimos cem anos de tanta grandeza e tão rica de efeitos práticos.

E se se considerar que essa emprêsa foi levada a cabo, emquanto no Terreiro do Paço se fazia uma política de subserviência, de falta de carácter e de cobardia, perante as ambições alemãs, não é exagerado concluir, que foi, de facto, revelantíssimo o serviço prestado por João de Almeida.

As operações nos concelhos da Humpata, Lubango e Chibia, assegurando a ordem entre o gentio e a expansão dos núcleos europeus do Planalto; a ocupação do Evale levada a cabo pacificamente contra a expectativa de todos aqueles que supunham João de Almeida ávido de lutas com o gentio; a ocupação do Cuamato e da Dombondola; a balizagem da parte S. O. da fronteira — tôdas essas operações vertiginosas e firmes que se desenvolviam dentro dum plano e dum pensamento sólidamente equilibrados, isolavam o Cuanhama, neutralizavam a audácia das suas razias e abriam o caminho para as lonjuras desconhecidas do Cubango, donde não havia notícias desde 1891, quando Paiva Couceiro fôra ao Mucusso.

O efeito das vitórias entre os indígenas tinha curta duração — especialmente quando a lição recebida não era directa. Era indispensável e urgente radicar a influência portugueza não só nos povos do Cuamato, mas ainda entre todos os mais, extraindo de tantos sacrificios já feitos tôdas as vantagens subseqüentes.

Constituíam determinantes das operações e complementos da obra de ocupação já realizada:

- 1.º A necessidade de submeter à nossa soberania, efectivamente, os povos das margens do rio Cubango e a de aproveitar a navegação dêste, do Cuito e dos afluentes navegáveis para comunicações de penetração militar e comercial da região;

- 2.º A urgência de proteger êsses povos contra as incursões e razias dos Cuangares e dos indígenas da

Damara e de evitar que alguns dêles continuassem a prejudicar, por assaltos e roubos constantes, o comércio da borracha no alto Cuito e imediações, ocupando a região por forma a assegurar a sua posse e o trânsito livre do comércio;

3.º A inadiável necessidade de expandir quanto possível a nossa acção precavendo-nos contra futuras eventualidades diplomáticas em regiões confinantes com as de outros povos europeus que estavam desenvolvendo nitidamente um plano de expoliação.

A região era, como se disse, desconhecida, pois dela apenas se conhecia o que Paiva Couceiro revelara em 1891 — dezoito anos antes. O que mais positivamente se sabia era que os alemães exerciam nela uma influência nítida e que, praticamente, iam conquistando posições em que haviam de querer fundar um direito de ocupação, no qual também o Acto de Berlim os havia de auxiliar.

Como objectivos das operações foram estabelecidos os seguintes:

1.º Estabelecer um pôsto de ocupação no Cuangar, junto da confluência do Cuatir com o Cubango, ou perto da embala do soba, conforme as circunstâncias o aconselhavam;

2.º Constituir neste pôsto uma base para o proseguimento da penetração ao longo de Cubango e afluentes.

3.º Levar essa ocupação até onde os recursos e as circunstâncias o permitissem, construindo pôstos, especialmente até ao Dirico.

O plano de operações consistia na organização duma coluna com os elementos que fôsse possível reunir, conforme as duas hipóteses já referidas de haver resistência ou de a ocupação se fazer pacificamente.

Esta coluna, seguindo em marchas itinerárias, devia ser concentrada no Pôsto A, estabelecido no ano anterior para servir de base de étapes, assim como todos os elementos necessários para os pôstos a estabelecer. Nos rios seriam montados os meios de navegação, organizando com lanchas a vapor, barcos e uma jangada, um comboio fluvial para transporte dos viveres, material vário e tropas apeadas. As tropas montadas seguiriam ao

longo do Cubango, sempre em constante ligação com o comboio fluvial.

Estabelecido e guarnecido o primeiro pôsto no Cuan-gar, a ocupação prosseguiria conforme o conselho das circunstâncias. As dificuldades para organizar a coluna sem deixar de atender às necessidades dos outros pontos do distrito recém-ocupados, foram enormes e só a energia de João de Almeida as poderia dominar.

Havia regiões como o Cuamato que continuavam a exigir todos os cuidados e cujas guarnições tinham que ser conservadas a todo o custo. Essas guarnições já muito dessiminadas pelo apêrto que João de Almeida dera à rede de ocupação, não podiam ser distraídas dum homem que fôsse. O seu número muito dificiente já andava sendo herôicamente suprido pela sua qualidade.

Os efectivos das unidades tinham sido desfalcados pouco a pouco sem que as vagas fôssem preenchidas. Uns, acabadas as comissões tinham recolhido à Metrôpole, a maioria, por doença, teve que abandonar os pôstos do interior para ir restabelecer a saúde no Planalto.

A situação das praças indígenas também não era boa. A guarnição de Nalueke, tempos antes, tinha chegado a formar para desertar em massa por as praças terem terminado o tempo de serviço. Foi preciso acudir à pressa uma fôrça europeia do forte de D. Luís para lhes travar o intento.

Êstes factos obrigaram ao esfôrço prodigioso de organizar simultâneamente a coluna destinada ao Baixo Cubango e reorganizar todos os efectivos dos postos de ocupação já estabelecidos.

É neste período que João de Almeida elabora êsse modelar regulamento para o serviço de recrutamento das tropas indígenas em Angola—o primeiro que ia pôr côbro às iniquidades, injustiças e imperfeições do sistema de recrutamento vigente.

Tão extraordinária foi a actividade desenvolvida, a ordem e o método de trabalho que em 25 de Maio João de Almeida dava ordem de partida às diferentes fracções, para a concentração no posto A.

Esta actividade é quási transcendente para a nossa

mentalidade burocrática da metrópole. Basta dizer-se que um oficial requisitado pelo Ministério das Colónias ao Ministério da Guerra, mesmo que esteja em serviço em Lisboa, gasta a transpor os cincoenta metros que separam, debaixo da arcada do Terreiro do Paço, os dois Ministérios, quasi o mesmo tempo que João de Almeida gastava a organizar uma coluna de operações como a do Baixo Cubango. Tal é a complicação de papeis e repartições que tem que atravessar!

E este paralelo não é inútil para pôr em evidência a necessidade imperiosa de refazer uma mentalidade de acção—a única que permite realizar as grandes e pequenas cousas que o nosso destino colonial nos aponta.

A coluna organizada para marchar para o Baixo Cubango foi formada por 16 officiaes, 19 sargentos, 166 praças europeias, 277 praças indígenas e 57 solípedes, num efectivo total de 535 homens, incluindo o trem de combate e reforçada mais tarde na marcha do Cuangar para a Bunja com 3 pelotões disciplinaes e um pelotão do 2.º de dragões. Constituíam-na, além do comando, uma secção de artilharia de montanha com duas peças, um pelotão do 1.º esquadrão de dragões, duas companhias europeias de infantaria, uma companhia disciplinar europeia (condenados), uma companhia indígena, uma companhia disciplinar indígena (condenados) e o corpo de irregulares chefiado por Orlog.

De prevenção, prontos a avançar, ficavam, elementos de tôdas as armas, constituídos pelas praças restantes da 1.ª companhia europeia, do 1.º esquadrão de dragões e de parte da guarnição dos postos a oeste do Cunene.

A coluna era tudo quanto havia de mais heterogénio, mas estava destinado que João de Almeida havia de trabalhar sempre dentro da mais aflitiva escassez de recursos, como se o Destino se comprazesse em pôr constantemente à prova, no limite máximo das suas possibilidades, a energia, o patriotismo e a heróica teimosia do governador.

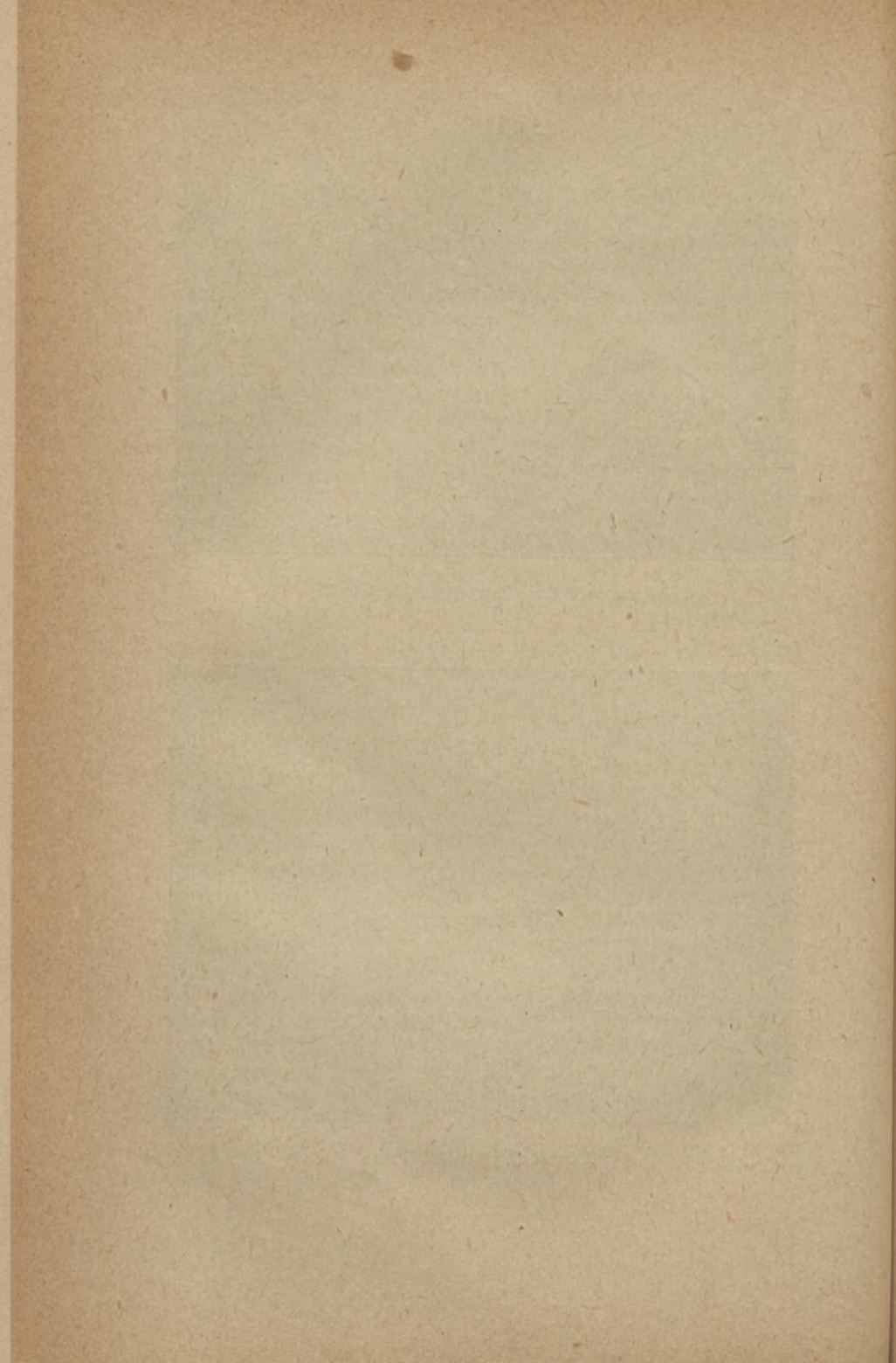
Uma instrução intensiva, sob a inspecção directa do chefe, depressa deu a essa tropa uma consistência e



Forte do Dirico : Parapeito e face lado W



A horta do pòsto do Micusso



uma homogeneidade que já fizera o milagre dos Dembos.

A coluna concentrou-se no Posto A, com uma marcha de 500 quilómetros por Quipungo, Capelongo e Casinga, demorando-se apenas o tempo indispensável para dar um descanso às tropas e juntar os retardatários.

No dia 22 de junho pela manhã largou o comboio fluvial, com o tenente Nunes, à frente, num pequeno *dongo*, à laia de explorador, tendo no dia 28 atingido Cuatir, já em território dependente dos Cuangares. Acompanhava-o o comboio terrestre umas horas à frente.

Recebidos pelos secúlos mais importantes com demonstrações de amizade e submissão, desapareceram os receios de hostilidade, confirmando-se a provisão de João de Almeida ao deixar ficar como reserva parte das forças que só viriam a ser necessárias no caso duma ocupação à mão armada.

Uns dias depois, impedido o combóio fluvial de avançar pelos acidentes do rio, tiveram as lanchas que ser desmanchadas e carregadas nos carros boers do combóio terrestre, pejando embaraçosamente a coluna e atrasando, por conseqüência, a marcha.

Entretanto a coluna ia avançando atravez do caminho que os sapadores abriam e João de Almeida fazia o reconhecimento do rio, num pequeno *dongo* alguns quilómetros à frente.

Êste, ao chegar à Chimenha, teve notícia de que no Cuangar estava um acampamento alemão. Surpreendido e irritado ao mesmo tempo, logo abalou a marchas forçadas, noute e dia, acompanhado apenas por algumas praças e o ajudante, a caminho do Cuangar onde chegou na manhã de 1 de Agosto.

Bivacou a cêrca de dois quilômetros da embala e mandou imediatamente recado ao soba e aos cinco alemães, que já lá se encontravam disfarçados em comerciantes, com cavalos e um carro para se virem apresentar. Responderam êstes que não tinham que fazer apresentação alguma pois se encontravam em território alemão.

O Governador enviou um escoteiro à rectaguarda ordenando que a coluna avançasse a tôda a pressa, dei-

xando uma pequena escolta de guarda ao combóio. Pela tarde estas fôrças começaram a chegar ao acampamento de João de Almeida que, em som de guerra, se dirigiu com a coluna, já concentrada, para o local onde devia ser construído o pôsto, escoltando com uma solenidade que encontra em momentos como êste o seu mais alto significado, a bandeira nacional, conduzida pelo ajudante do governador. Era a primeira bandeira portuguesa que se desfraldava nessas terras de «Fim do Mundo» onde já tinham passado, possivelmente, alguns estandartes alemães.

Foi a bandeira içada com tôdas as honras no local em que devia ser erguida a fortaleza.

Estava ocupado o Cuangar.

A construção do forte foi iniciada nesse mesmo dia com o ardor que João de Almeida punha nestas emprêsas. Ficava sobranceiro ao rio, mirando, do alto dum outeiro a menos dum quilómetro da *embala*, largas e desempoeiradas vistas e comandamentos sôbre os terrenos adjacentes, como uma sentinela galharda e altiva — o primeiro guardião de Portugal em terras do Cubango!

Mandando nova ordem de apresentação aos alemães, êstes em presença das fôrças resolveram então apresentar-se tendo vindo dois dêles ao acampamento dizendo que tinham vindo do Alto Cuito e que estavam há dias acampados junto da *embala*, com licença do *soba*, para fazerem o seu negócio.

Informaram vagamente que se encontravam muitos outros alemães, em vários pontos ao longo do Cubango e estabelecidos já nas margens do Cuito onde lhes parecia existir um posto, uns comerciando, outros pesquisando minas — mas todos no convencimento de que estavam em território alemão.

João de Almeida afirmou-lhes o contrário e intimou-os a que viessem imediatamente fazer a sua apresentação, caso desejassem permanecer mais algum tempo na margem esquerda. De contrário teriam de passar sem perda de tempo para a margem direita onde era o território alemão.

Isto passava-se no dia 1 de Agosto. No dia 3, foram os pretos, muito alarmados procurar o Governador, para

lhe comunicar que estavam na Chimenha, grandes quantidades de tropas alemãs, com carros e cavalos, muitos dos quais já tinham passado para a margem esquerda.

Duvidou João de Almeida, a princípio, da notícia que lhe traziam julgando que os negros teriam confundido o último troço da coluna que ainda não chegara com tropas alemãs. Mas em face da insistência do soba Auanga que informava que os tais alemães, ao verem içar a bandeira portuguesa tinham proferido ameaças contra as nossas tropas depressa se convenceu.

E como a Chimenha, segundo o convênio de 1887 estava em território português, pois era, indubitavelmente, margem esquerda mandou comunicar ao comandante das forças alemãs que não consentia a sua presença em território português.

A' tarde chegaram ao outro lado do rio cinco cavaleiros alemães. João de Almeida mandou-lhes um barco e nele vieram ao acampamento do Governador, o comandante da força alemã, um sargento e o inspector da circunscrição de Namatuni.

Disseram que vinham, com ordem do seu govêrno, estabelecer um posto de polícia na margem do Cubango, exactamente na Chimenha, mostrando-se extremamente surpreendidos pela presença das nossas tropas.

Declarou-lhes João de Almeida, terminantemente, que não consentiria em tal, afirmando que ou as forças alemãs repassavam para o que era verdadeiramente o seu território, até à hora de içar a bandeira no dia seguinte, no seu acampamento, ou abriria fogo contra elas.

Pretenderam os alemães convencer o Governador que a fronteira passava mais a norte do forte que estava construindo, mas êste mandou buscar os instrumentos de observação convidando os alemães a verificarem a posição. Êstes que não sabiam servir-se dos aparelhos, conformaram-se.

No dia seguinte à hora marcada por João de Almeida e ao mesmo tempo que um tiro de peça honrava o içar da bandeira no acampamento português, soava um toque de clarim saudando a bandeira alemã que estava a er-



guer-se do outro lado da fronteira, exactamente no ponto que João de Almeida tinha designado.

Os alemães tinham passado todos para o seu território onde resolveram construir o seu posto de policia em frente do nosso.

E uma vez realizado o seu intento João de Almeida cuidou immediatamente, de estabelecer boas relações com os seus visinhos — boas relações que, de facto, passaram a existir.

Os alemães mostravam-se surpreendidíssimos com o *raid* do Governador e dessa surpresa se fizeram éco alguns jornais do tempo, entre êles *A República* em Portugal e o *Militar Vochenblatt* na Alemanha.

Intimou João de Almeida os comerciantes alemães a tirarem licenças ou a regressar a território alemão. Informaram que tinham alguns companheiros para os lados da Bunja pedindo uma prorrogação do prazo para os irem avisar. Ao mesmo tempo procuravam desfazer-se de tudo quanto possuíam permutando quinquilharias, panos, misangas, etc. por produtos de muito menos valor.

E apesar de na colónia alemã estar proibida a entrada de gado e de quaisquer despojos animais provenientes das colónias vizinhas, as autoridades de além-fronteira permitiram a entrada dêstes pseudo-*funantes* com tudo o que êles quizeram levar.

Evidentemente eram tudo menos comerciantes.

De resto, as suas atitudes e manobras anteriores, agora denunciadas pelos cuangares, já tinham revelado que era de agentes políticos a soldo do govêrno alemão que se tratava.

Durante êste tempo continuou a construção do forte por tôdas as fôrças da coluna. Fizeram-se revestimentos de adobe, construiu-se um barracão para gêneros junto ao rio e casas no interior da fortaleza, cortou-se madeira para construções e construiu-se um forno de telha que entrou immediatamente em laboração.

No dia 21 era nomeada uma guarnição para o forte sendo escolhido para o comandar o alferes Dias, official valoroso e enérgico que sempre se tinha distinguido pela bravura e actividade. E a 22, tendo chegado os últimos

contingentes, foi a fortaleza solenemente inaugurada com o desfile de tóda a coluna em frente da bandeira.

O Cuangar ficava sendo a sede do comando militar do Baixo Cubango. E o forte, com as suas casas de habitação, marcando uma nota nova na paisagem fresca, formavam uma povoação desempoeirada e alegre, nos confins de Portugal.

V. Marcha para a Bunja. Ocupação do Sambio.

A ocupação do Cuangar tinha desorientado os alemães que se empenhavam em marchas e contra marchas ao longo da fronteira, como animais que procuram de encontro a uma muralha, um buraco de penetração. Ao mesmo tempo, o gentio excitado pela suspeita dum ataque eminente por parte dos alemães, a quantidade de comerciantes estrangeiros que percorriam a região e os boatos que corriam obrigavam João de Almeida a não se demorar mais tempo no Cuangar e a prosseguir a ocupação ao longo da fronteira.

Como tudo indicasse que para a frente, pelo menos no Sambio, iam encontrar resistência por parte do gentio, João de Almeida partiu com o pelotão de dragões, a 15.^a indígena e mais três pelotões de infantaria, um europeu e outro indígena, no dia 22, fazendo-se acompanhar de 2 carros e quatro dongos.

Nos dois combóios — o fluvial e o terrestre — dispunha a coluna de 70 dias de alimentação.

No segundo dia de marcha veio reunir-se lhe, como tinha prometido, o soba Auhanga com parte da sua gente para acompanhar a coluna. Com a sua influência junto do soba da Bunja, o Auhanga era um elemento precioso para alcançar um bom acolhimento sendo ainda, no caso de hostilidade, mais um auxiliar importante.

Era o terreno bravo e amargurado para aquela tropa que já tinha percorrido mais de 800 quilómetros e que João de Almeida obrigava ainda a marchar dois e três *trekes* por dia. Os sapadores tinham que ir à frente, no intervalo dos *trekes* para abrirem caminho através do mato.

Muitos dos soldados disciplinares já iam rotos e descalços.

O Governador, como nos Dembos, como no Cuamato, como no Evale, como sempre, dava exemplos assombrosos de resistência, de tenacidade e de energia. A sua actividade não conhecia um momento de descanso. Ardia nêle um grande ideal de iluminado e um patriotismo quási transcendente para os moços do nosso tempo, a quem êstes exemplos se têm occultado.

Seis dias depois de ter iniciado a marcha, deixando ao longo da fronteira um sulco soberano da sua passagem a afirmar a presença e o senhorio de portugueses, a coluna bivacava junto da embala do Calufo, soba da Bunja.

O gentio, só depois de se convencer dos intuitos pacíficos da coluna, que lhe eram demonstrados pela presença do Auhanga e pela forma como êste era tratado, abandonou a atitude de hostilidade com que se preparava para receber a coluna.

E assim João de Almeida, que muita gente julgava um espadachim, ávido de lutas e de combates, mais uma vez demonstrava preferir a ocupação pacífica e dominar pela acção duma política hábil, a vencer pela fôrça das armas, a-pesar do efeito teatral e retumbante que êste último meio consegue entre as galerias que forjam a fama e a glória.

Êste homem que tinha realmente o temperamento e a fibra heróica dum guerreiro só fazia a guerra quando não podia dispor doutro recurso para dominar. Era um chefe.

Na Bunja foram novamente recebidas informações sôbre os propósitos hóstis da gente do Sambio. Esta tinha mandado pedir ao Calupo auxiliares, que êste não quiz fornecer, para se opor à passagem das tropas.

Atemorizado com êstes boatos terroristas o Auhanga e a sua gente voltaram para trás e com êles a maioria dos indígenas que vinham tripulando os dongos.

Muitas mulheres das praças indígenas, algumas que já vinham do Lubango e dos Gambos, também não resistiram ao pavor e abandonaram os incômodos maridos.

Para não desfalcar a coluna, já inverosímil para tão vasto empreendimento, resolveu João de Almeida não construir então nenhum pôsto na Bunja e proseguir imediatamente no avanço.

Junto à embala do soba da Bunja morava, numa casa miserável de caniço, um comerciante (?) alemão. Tinha começado a fazer outra casa, a que os indígenas chamavam *fortaleza* e onde içavam a bandeira!

O que seria realmente do Sul de Angola, se João de Almeida não tem lá ido!

Bivacou a coluna em dois de Setembro, já muito causticada pela fadiga, em terras de Sambio, a dez quilómetros da embala e sem maior dificuldade que a amargura de ter que abrir caminho penoso para a frente, através dum mato espesso e irritante como detesas acedias.

Na manhã seguinte as patrulhas assinalaram a presença de massas de gentio, que pareciam querer vedar a passagem ao alto duns pequenos outeiros que limitavam a chana a oeste da embala. Mas, depressa, ainda antes da coluna se aproximar, fugiram todos, espavoridos, infiltrando-se no mato.

Quando entraram na *embala* estava esta completamente abandonada. O gentio apenas tinha deixado o mobiliário dentro das *cubatas*.

João de Almeida ordenou que nada fôsse destruído ou danificado.

Dentro da *embala* foram encontrados restos de carros boers pertencentes à família inglesa Barst que uns anos antes tinha sido massacrada pelo gentio.

Logo que verificou o abandono da *embala* João de Almeida mandou alguns indígenas para o mato deitar fala aos pretos para que se viessem apresentar, sob promessa de que seriam bem tratados e respeitados os seus haveres. Apenas alguns responderam que iriam logo que a coluna passasse, o que realmente fizeram.

Sem perder tempo foi imediatamente iniciada a construção dum pequeno reduto de cêrca de 120 metros quadrados, num outeiro sobranceiro à *embala* e junto ao rio, com largo campo de vista e completamente desarborizado.

E apesar do estado de fadiga em que se encontravam as tropas, João de Almeida que não queria perder tempo, acicatava de tal forma as praças que nesse mesmo dia à noite o reduto ficou em estado de defesa, comandado pelo tenente Guimarães que lá devia ficar com uma guarnição de indígenas da 15.^a, alguns disciplinares europeus e os homens mais estropiados.

E logo no dia seguinte, pela madrugada, tôda a coluna se punha novamente em marcha, a caminho do Dirico.

VI. Ocupação do Dirico.

Passadas algumas horas de marcha, quando a coluna se arrastava já como um grande miriápodo cansado, o comboio fluvial não poudo navegar mais. O leito do rio apresentava-se por tal forma cheio de pedras que foi necessário levar os barcos por terra durante um percurso extensíssimo.

O trabalho era tão penoso e tão precárias as condições físicas da tropa que os sapadores tinham que ser, alternadamente, substituídos por praças.

Mas já a tropa heterogênea do Lubango e Gambos andava afinada e unida pela mão do Governador. O seu exemplo e as dedicações que a sua acção constantemente suscitava elevavam as possibilidades da coluna a limites que são inverosímeis dentro duma lógica geométrica e rígida em que as cousas do coração não contam.

Praças e oficiais, negros e brancos, rotos, tisonados, sublimes — portugueses enfim! — trabalhavam com uma vontade e uma dedicação inexcedíveis. O chefe estava em tôda a parte e onde êle estava ninguém esmorecia.

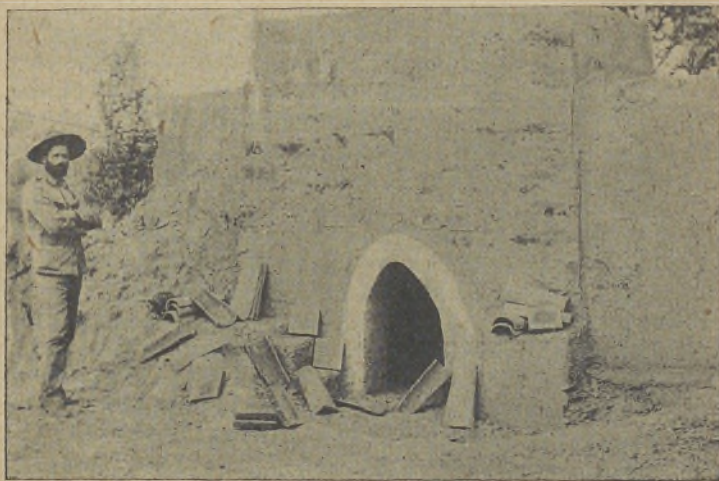
E assim vieram a bivacar no dia 7, pela tarde em frente da embala do Inhangana, soba do Dirico.

Foram recebidos amigavelmente, pois João de Almeida fizera constar os intuitos pacíficos da coluna, mas o soba, pretextando andar à caça, tinha fugido com receio.

Na manhã seguinte escolhera-se local para a cons-



Praças europeas fazendo telha no p \acute{o} sto militar do Cuangar (1909)



Forno de telha e tejo no p \acute{o} sto militar do Cuangar

trução do forte. Todos os séculos e chefes de libata desejavam que êle ficasse junto das suas *cubatas*, mas João de Almeida que queria que êle obedecesse, tanto quanto possível às condições políticas e higiênicas mais vantajosas, veio a construí-lo no extremo leste da cumeada que separa o Cuito e o Cubango, único que oferecia parte das condições desejadas.

Embora tivesse grande empenho em prosseguir a ocupação e receasse que a aproximação das chuvas o viesse tolher, João de Almeida não teve outro remédio senão esperar no Dírigo a formação duma nova base de viveres e material para irradiar para o Mucusso e pelo Cuito acima.

As tropas estavam exaustas por uma marcha fatigante de mais de mil quilómetros, durante a qual apenas tinham gosado uns dias de descanso no posto A. Até ao Cuangar, e sobretudo do Cuangar ao Dírigo, fôra necessário abrir caminho através de matas ásperas, com tôdas as exigências, esforços e cautelas duma marcha de guerra.

O esfôrço dispendido já era enorme.

O gado dos carros também estava exausto e precisava de descanso.

Como o gentio tinha incendiado o capim o gado tinha que alimentar-se de excremento de elefante.

A alimentação era pouco variada e há muito tempo que não havia farinha nem bolacha.

Por outro lado os gêneros para europeus sofriam crestas consideráveis para alimentar os indígenas para os quais já não havia *fuba*.

Como em virtude das ordens que tinha dado deviam estar a chegar alguns carros que a coluna tinha deixado no posto A, João de Almeida resolveu esperar no Dírigo a sua chegada, enquanto se procedia à construção do forte, de que êle queira fazer um entreposto de navegação no Cubango e Cuito e sentinela vigilante da fronteira.

O *soba* que foi cumprimentar o governador, manifestando grande contentamento pela sua presença e dizendo que esperava os portugueses desde que ali fôra o *capitango* (Paiva Couceiro) tomar conta da terra, queixava-se

de que a sua gente lhe estava a fugir para o Libele e Mucoia por causa da fome e com receio dos alemães.

Por êle soube também João de Almeida que o governador da colônia alemã, D. Schultz, e o padre alemão, superior da missão da Colônia For Golthardt, tinham ali estado.

Estas visitas de tam altas personalidades, se considerarmos que era desabitada a margem alemã, eram significativas, bem como as que constantemente faziam outras autoridades da colônia vizinha.

VII. Reconhecimento do Cuito.

Como o estado da população era o mais pacífico possível e a coluna tivesse que permanecer bastantes dias na construção do posto do Dirico, à espera da concentração de víveres, João de Almeida, para quem o repouso havia de continuar desconhecido, resolveu aproveitar os dias de espera para efectuar o reconhecimento do Cuito e, ao mesmo tempo, indagar da existência de jazigos auríferos que constava existirem nas margens dêste rio.

O objectivo essencial do reconhecimento era colher elementos para a divisão territorial e para a distribuição do material fluvial.

Deixando o comando do acampamento entregue ao capitão Faro, sem outros mantimentos além dumas latas de conserva e a caça que ia abatendo, abalou rio acima numa marcha rápida, da qual em seis dias, resultou êsse admirável reconhecimento cujo esbôço hidrográfico vem publicado no «Sul de Angola».

O mesmo detalhe, as mesmas informações luminosas, os mesmos estudos rigorosos que já tinham caracterizado os seus reconhecimentos anteriores, e que fizeram de João de Almeida o mais ilustre descobridor de Angola, observam-se neste reconhecimento do Cuito — êsse rio misterioso onde nem a lenda do oiro faltava!



VIII. Mucusso.

No seu regresso ao acampamento encontrou notícias pouco animadoras do Cuangar.

Desde a partida de João de Almeida que não eram recebidos víveres e a guarnição começava a lutar com falta de mantimentos. Dos carros que haviam saído do posto A, 35 dias antes, não havia notícias sequer.

Na coluna a situação não era menos precária. Quando esperavam dia a dia a chegada dos mantimentos vinha a saber-se que êstes nem ao Cuangar ainda tinham chegado.

Havia muitos dias que tôda a coluna se alimentava de carne assada dos bois dos carros e de caça. Só o exemplo de João de Almeida, sempre o último a receber a ração de carne, não gosando de mais privilégios ou confortos materiais do que o mais humilde dos seus soldados, conseguiam manter a disciplina na coluna.

As notícias que iam chegando eram cada vez mais desanimadoras.

Resolveu João de Almeida então reduzir o número de bocas e começou a enviar para a rectaguarda a maior parte das fôrças, depois de assegurar a guarnição do Dirico com 14 praças europeias e 49 indígenas.

Por essa altura um telegrama directo do Ministério da Marinha e Ultramar determinava ao governador que não passasse além da Foz do Cuito, afim de evitar dificuldades que pudessem surgir com os alemães.

No Terreiro do Paço, proseguindo-se uma política de cobardia e fraqueza vergonhosas, os conselheiros que nos governavam sentiam, no conforto dos seus *fauteuils* um medo que, lá em baixo, o governador, no meio duma tropa rôta e miserável, entre inimigos poderosos, ameaçado pela fome e pela indisciplina dos seus, a mais de mil e quinhentos quilómetros do litoral, não sentia.

Felizmente — e isto acontece nos períodos mais graves da nossa vida histórica — Portugal não era nesse momento o Terreiro do Paço. Portugal, o velho e novo Portugal, a sua alma eterna, o seu espírito independente de raça, o seu brio, a sua coragem e o seu valor, estavam exactamente, nessa altura, nas lonjuras do Cubango e tam

acima das fórmulas, das cobardias e da burocracia do Terreiro do Paço que já este não podia alcançá-lo nas suas malhas.

Aquela tropa castigada, de aspecto miserável e desluzido, em que havia faces apergaminhadas pela bilis e barbas revoltas de lendários salteadores, que tinha fome e parecia arrazada — era Portugal!

O telegrama que é digno de ser registado para justa apreciação do acontecimento resava assim:

«Para Secretário Govêrno — Lubango. Peço transmitir Governador onde estiver seguinte telegrama Ministro Marinha: Convém retirar posto Andara Libele não passando ocupação Dírico por enquanto ponto ao Norte margem direita Quando podem estabelecer-se convindo região Mucusso fronteira. ass.) Secretário Geral».

Além do pecado de patriotismo o telegrama continha um pecado de ignorância semelhante àquele outro dum Ministro que mandara marchar tropas da ilha de S. Miguel para a ilha Terceira... pela via ordinária. O Ministro da Marinha não queria que a ocupação passasse além do Dírico, mas permitia que se estabelecessem na margem direita do Cuando... para onde as tropas iriam naturalmente em avião!

E tudo isto para não melindrar nem irritar os alemães que estavam ocupando o nosso território!

Côm esta ordem do Ministério do Ultramar coincidia, em Lisboa, a assinatura dum tratado de comércio com a Alemanha que era dos mais vantajosos para o país de quantos a nossa diplomacia registava. A Alemanha concedia-nos um tratamento e vantagens tam raras que, em face do extranho telegrama enviado a João de Almeida e da surpresa manifestada pelos alemães com a ocupação do Baixo Cubango, alguns jornais do tempo, afirmavam que estas vantagens e tanta condescendência por parte dos alemães eram o preço de todo o nosso Sul de Angola.

O telegrama chegou às mãos de João de Almeida quando, por motivo das dificuldades de abastecimento e retirada duma grande parte das tropas, começou a constatar entre os indígenas da região que os portugueses não

podiam ir construir a fortaleza do Mucusso porque os alemães, em grande número, estavam dispostos a barrar-lhes a marcha com o auxílio do gentio.

Uma confidencial do comandante do Cuangar, chegada com o telegrama do Ministério, comunicava correrem ali idênticos boatôs, vindos da Bunja, esclarecendo ao mesmo tempo que de um grupo de cuanhamas ali chegados, alguns tinham seguido com o *lenga* Cambongue para o Dirico afim de observarem os movimentos da coluna.

Informações mais precisas davam os alemães ocupando já Andara, no Mucusso, e tentando sublevar as populações ribeirinhas do Cubango.

Parar seria, por consequência, não só o descrédito, o desprestígio e a perda de todos os sacrifícios já feitos, como também correr para o massacre das guarnições e da própria coluna, como mais tarde veio a suceder, no Cuangar e outros postos fronteiriços, após o desastre de Naulida.

João de Almeida guardou o telegrama do Ministério na algibeira e resolveu avançar.

No dia 28, vencidas as resistências daqueles que o tinham por louco e se queriam opôr ao avanço, passou à margem esquerda do Cuito com uma pequena coluna de 80 homens os quais com a guarnição do Dirico eram tudo o que lhe restava.

Aproximava-se a época das chuvas e já prenúncios vários a davam como eminente.

Era preciso andar depressa.

Tendo mandado alguns indígenas à frente a apregoar os intuitos pacíficos da coluna, deixaram o Dirico no dia 29 indo nesse mesmo dia bivacar no Muhapo, onde foram recebidos e presenteados pelo Bambo, filho do Inhangana.

Acompanhados por êste e pela sua gente prosseguiram na marcha, chegando finalmente ao Libebe (Andara) onde foram recebidos por dois *lengas* do soba, no dia 2 de Outubro.

Os brancos que lá estavam acampados e que João de Almeida tinha tanto interêsse em encontrar, tinham saído

de manhã em direcção ao Cuando, logo que souberam da aproximação da coluna.

Tendo parado exactamente sôbre o ponto da fronteira onde tinham estado os alemães, precisamente na altura em que está o extremo norte da ilha, deram imediatamente início à construção do forte um quilómetro para oeste do ponto em que o Governador calculou passar a linha de fronteira.

O soba melindrado por não ter recebido o presente do estilo nem os cumprimentos do Governador mandou dizer que não consentia que continuassem a construir o forte sem o irem cumprimentar com um bom presente.

João de Almeida que não tinha presente para lhe mandar respondeu-lhe que não iria cumprimentá-lo porque a sua *libata* era alemã.

Não se conformou o soba com a resposta e, vendo que a construção do forte continuava, mandou alguns escoteiros chamar os alemães que, todavia, não fizeram caso do seu apêlo. Mas nem por isso deixou de ameaçar a pequena coluna, dizendo que estava reunindo gente, que as suas armas carregavam com 5 tiros enquanto que as nossas apenas carregavam com um (o que era lamentavelmente verdade!) etc.

Sem fazer caso das ameaças do soba, João de Almeida activou a construção do forte.

No dia 4 começou a chover. Era a estação das chuvas que se anunciava com as suas comitivas de águas torrenciais e trovoadas.

Como não fizessem caso das suas ameaças, o soba resolveu mudar de atitude e mandou pedir aguardente ao acampamento. Satisfeito o seu pedido, João de Almeida, mandou então um oficial cumprimentá-lo com um pequeno presente amanhado, quasi por subscrição, com algumas peças do seu vestuário e do dos oficiais. Ficou o sobano radiante com a atenção e disposto a prestar todos os auxílios que a coluna e o forte necessitavam.

Emquanto se construía o forte o Governador fez o reconhecimento das ilhas que enxameavam o Cubango com o objectivo de colher elementos para assentar qual delas deveria servir de ponto de partida para fixar a linha

de fronteira Andara-Catima. Depois d'êste marchou até à Mucoia, para verificar se êste ponto estava ainda dentro do território português e balizar a fronteira até ao extremo leste, a entestar no Cuanda.

Construido o forte, João de Almeida regressou pelo Cubango acima, completando assim o esbôço hidrográfico d'êste rio até ao Dirico.

Estava occupado o Mucusso e balizada por activos núcleos de soberania e influência tôda a fronteira Sul de Angola.

* * *

Em 1 de Novembro João de Almeida tinha regressado ao Lubango, tendo regularizado todo o serviço de abastecimentos e comunicações dos novos póstos, organizando activamente a sua acção.

Do Mucusso ao Lubango tinha o Governador gasto 38 dias a percorrer 1.600 quilómetros — um *récord* extraordinário de velocidade e resistência — pois nem hoje com a facilidade de comunicações e com os transportes mecânicos se pode fazer, normalmente, tão rápida viagem.

Durante a marcha vertiginosa, foram-se agregando a João de Almeida, animados por um espírito de dedicação raro entre os negros e pela curiosidade de conhecer novas terras, muitos rapazes que o acompanharam até ao Lubango.

Um d'êles, acompanhou-o mesmo a Portugal, onde João de Almeida lhe mandou ensinar um officio e a ler e escrever, regressando mais tarde a Angola.

Da importância e do valor d'êste empreendimento quer sob o ponto de vista rigorosamente militar, quer política e administrativamente, se avaliará considerando que hoje, no ano de 1931, vinte e dois anos depois das operações no Baixo Cubango, a nossa influência, a occupação portuguesa e a organização territorial, são incomparavelmente menos intensas e perfeitas do que eram após a acção de João de Almeida (1).

(1) Vid. «Huila» (Relatório do Governador) por Henrique Galvão, págs. 210 a 223.

A região ficou dividida nos comandos militares do Baixo Cubango, com sede no posto A, Baixo Cuito, com sede no Dirico e a capitania mór do Quanto a estabelecer. Dependentes do comando do Baixo Cubango ficaram os portos do Cuangar e da Bunja; do Baixo Cuito; os do Mucusso e Sambio.

Os postos de Mucusso, Dirico, Cuangar e posto A, ficaram com atribuições fiscais e de despacho, e o serviço de vigilância ao longo da fronteira alemã a cargo das guarnições dos mesmos postos, bem como dos da Bunja e Sambio, auxiliadas por patrulhas volantes de cavalaria, escalonadas entre os postos. As comunicações de correio e outras do mesmo género eram executadas por praças das guarnições, ou indígenas contratados, de posto para posto, havendo dois postos de étapes entre Massaca e o Cuangar.

O Cubango é hoje, na miséria e abandono pavorosos em que se encontra, muito menos ocupado de que João de Almeida o deixou.

Durante o espaço curtíssimo de quatro meses, o mesmo prazo que as repartições dum ministério gastam para resolver qualquer pequena questão, fez João de Almeida a ocupação de tóda a extensíssima região que vai de Massaca (Posto A) ao Mucusso (Andara) numa extensão de mais de 700 quilómetros, continuando o isolamento do Cuanhama e balisando tóda a fronteira ameaçada pelos alemães, sem exigir à metrópole dispêndios de qualquer espécie, apenas com os enfezados recursos do distrito.

As marchas foram angustiosamente extensas e arrazantes. As tropas percorreram 2.350 quilómetros, havendo fracções, como o Quartel General por exemplo, que percorreram mais de 2500.

Foi a coluna que, em Africa, fez marchas mais extensas e realizou maior ocupação.

E se se considerar que algumas fôrças que fizeram parte da coluna, como o próprio governador, já tinham tomado parte na ocupação do Evale e dos *sobados* da Hinga, Balandó, Dombondola, etc., vê-se que, no espaço apertado de oito meses João de Almeida realizou a maior



Major Hinlch
Governador do distrito
norte da Damaraland
(1909)



Major V. Heydeureck
Comandante das Fôrças
Alemãs no sudoeste
africano (1909)



Oficiais portugueses e alemães no Cuangar (1909)



Pôsto de Massaca—«Pôsto A»

ocupação de que há memória nas operações colonais de qualquer país moderno.

Só quem conhece a Africa do tempo e a natureza de tais serviços poderá avaliar o arrojo, a tenacidade, o valor e a importância destas operações, para o prestígio, interesse e engradecimento da colónia.

E deve notar-se que não se tratava duma simples guerra, com finalidades puramente militares nem duma coluna dispendiosa daquelas de que o País e a Colónia estavam fartos, mas sim de uma coluna de ocupação pacífica, procurando atrair o gentio sem o hostilizar, abrindo caminhos, construindo fortes e postos de ocupação económica, nacionalizando o território, protegendo comerciantes e colonos, desempoeirando e iluminando terras desconhecidas e convidando uma Economia a instalar-se nelas.

O que João de Almeida estava fazendo era considerado assombroso pela imprensa estrangeira e pelos colonos do distrito. A sua resistência era sobrehumana — dir-se ia animada e impelida por um fogo interior de alto patriotismo, transcendente para a compreensão média das gentes.

Cansavam os soldados, cansavam os oficiais, morria o gado estoirado de fadiga. Só êle, sempre na vanguarda, com menos confôrto, meia dúzia de latas de sardinha e um pano de tenda, marchava para tôda a parte, de carabina a tiracolo e pistola à cinta, insensível à fadiga, aos trabalhos e às privações, encorajando e arrastando todos por mais remissos e refratários que fôssem ao trabalho.

«Serviço êste extraordinário e revelantíssimo» diz o louvor que galardoou a ocupação do Baixo Cubango.

O país, todavia, ainda não o compreendeu.

Para se avaliar com mais precisão da importância e oportunidade da ocupação que o Ministério da Marinha e do Ultramar quis deter, são de considerar as seguintes informações sôbre os territórios alemães que confinavam com a região do Cubango :

O solo é desoladamente arenoso e escaldado, sedento e amargurado. Abundam as minas mas falta a água. Por êste motivo era quási despovoado, especialmente numa zona mais triste e ressequida que forma uma grande faixa

de sêde, paralela ao Cubango, até perto do Mucusso. Daqui resultava a conveniência que tinham os alemães em se apoderarem das margens do Cubango, susceptíveis de farta irrigação, próprias para variadas culturas e, ao tempo, ricas em mão de obra.

A ocupação militar da colónia alemã não estava concluída mas tóda a colónia estava já dividida em distritos. Nas margens do Cubango apenas tinha um pôsto a juzante do Libebe mas tóda a margem direita e os terrenos a sul eram, freqüentemente percorridos em tódas as direcções por patrulhas de polícia europeia a cavalo.

As vias de comunicação estavam muito desenvolvidas estando quási todos os postos ligados por linhas tegráficas e carreteras. A rede de caminhos de ferro também estava muito desenvolvida, sendo o maior caminho o de Otavi ao mar, do qual distava três dias. Da sua última estação do caminho de ferro da Chivanda gastavam-se três dias a cavalo ao Cuangar e quatro e meio ao Dirico, o que permitia aos alemães porem as mercadorias no nosso território pelo mesmo preço que nós as tínhamos no Lubango. Só a muralha aduaneira estabelecida por João de Almeida, dando aos postos que montou, atribuições fiscais e de despacho, podia impedir a penetração comercial alemã como impediu a política e a militar.

As dificuldades que podiam surgir com alemães a que se referia o telegrama enviado a João de Almeida pelo Ministério da Marinha e do Ultramar, eram como se vê, apenas as que resultariam do direiio legítimo de defendermos o que era nosso e que o abandono ia transformando em terreno propício para a conquista.

Êste acontecimento extraordinário que fixava pela primeira vez as fronteiras incertas do Império português passou tão despercebido em Portugal que tem sido possível torná-lo ignorado da maior parte dos portugueses e pode ser substituído pelas calúnias de qualquer cuspihador de café.

A imprensa estrangeira, através da qual chegaram até nós distantes ecos do acontecimento, não guardou a mesma reserva. A imprensa francesa, alemã e a inglesa, sobretudo, fizeram largas referências, sendo notável pelo

detalhe e precisão um artigo de «Geographical Revue» de Fevereiro de 1910, em que depois de se fazer uma promenorizada descrição da ocupação do Baixo-Cubango, realizada por João de Almeida, se salientaram as consequências que dela adviriam para as relações com as colónias vizinhas — inglesas e alemãs — chamando-se a atenção dos respectivos governos para a superioridade adquirida pelos portugueses em virtude dessa ocupação.

Referindo-se às qualidades pessoais de João de Almeida enumerava os reconhecimentos feitos por êle na Província, classificando-os de superiormente concebidos e executados nos mais insignificantes detalhes técnicos e punha em relêvo traços de semelhança existentes entre João de Almeida e Kitchener: A frugalidade, a robustez física, a audácia e a persistência.

A propósito da campanha dos Dembos diz que nela revelou João de Almeida qualidades dum «*perfeito chefe inglês*» conjugados com a audácia e a bravura dum meridional.

Considera a ocupação do Baixo Cubango como o maior *raid* realizado na Africa nos últimos tempos — superior ao de Marchand na Africa Central, visto que do de João de Almeida resultou uma ocupação efectiva, o que não succedeu com o do primeiro.

Depois da publicação dêste artigo que causou profunda impressão, os jornais coloniais ingleses, especialmente o *Africa World* começaram a dedicar calorosos elogios e detalhada análise a tôdas as acções levadas a cabo por João de Almeida no seu govêrno do «Sul de Angola».

A casa Justus Perthes foi a primeira a publicar as cartas organizadas por João de Almeida, as únicas que ao tempo existiram para o estudo da geografia africana destas paragens, até então misteriosas e desconhecidas.

Finalmente, constituem ainda um índice significativo da importância e valor do serviço prestado por João de Almeida, as pressões de ordem internacional exercidas no Terreiro do Paço para ser abandonada tôda esta ocupação — pressões das quais devem constar amargos e tristes documentos no nosso Ministério das Colónias.

III

Operações realizadas em 1910

Quando João de Almeida chegou ao Lubango já Paiva Couceiro não era Governador Geral de Angola.

Afastado do Governo por uma casca de laranja burocrática lançada pelas repartições do Ministério das Colónias, o maior Governador Geral que tem passado por Angola, abandonava o seu posto exactamente quando da sua acção começavam por tóda a parte a colher-se bons e nutridos frutos.

E como se êste mal não bastasse outro lhe havia de suceder: Roçadas veio ocupar o lugar vago pela saída de Couceiro.

Roçadas—o irresoluto, o hesitante Roçadas—ótimo soldado e péssimo chefe, era a criatura menos recomendada para governar a Colónia, num momento em que a decisão, as atitudes claras e definidas, a acção viril e os pensamentos firmes, deviam dominar os problemas que em Angola se encontravam em via de solução.

Com Paiva Couceiro tinha-se estabelecido um ritmo de trabalho que Roçadas não podia nem sabia manter.

Êste facto devia reflectir-se na vida de tóda a Colónia e, por consequência, também na acção de João de Almeida na Huila.

Emquanto êste andara pelo Cubango os cuanhamas tinham continuado as suas razias, nos territórios de entre o Cunene e o Cuchi, de Caconda e Massaca.

As guarnições dos postos, desfalcadas como estavam — e ainda mais depois da retirada para a Metrópole de muitas praças que tinham terminado as suas comissões e que não tinham sido substituídas — não consegui-

ram guardar os vaus nem sequer dar apôio nesses serviços aos moradores mais interessados.

O Quartel General, a quem esta situação foi exposta repetidas vezes, respondeu mandando regressar a Loanda mais 66 praças, das de melhor comportamento e que a burocrática repartição entendia que estavam a mais nos efectivos de Huila!

E João de Almeida que pensava em ir ocupar o Cuanhama!

As dificuldades que lhe foram criadas pela restrição dos já depauperadíssimos recursos do distrito onde se estava fazendo a mais larga e intensa ocupação militar, eram de tal ordem que o Governador teve de mandar ministrar instrução de artilharia, às poucas praças de cavalaria que lhe restavam e aos indígenas para ter quem lhe guarnecesse as peças!

Êstes factos provocaram uma crise que, com outro homem que não fôsse João de Almeida poderia ter comprometido tudo quando já se tinha feito além-Cunene.

Por tôdas as regiões recentemente submetidas so-prava a ameaça duma nova rebelião.

Em Dezembro de 1909, depois de dar as providências mais urgentes, para aguentar a obra já realizada, foi João de Almeida a Loanda conferenciar com o Governador Geral.

Roçadas aprovou tôdas as suas propostas, prometeu-lhe todos os recursos pedidos — e ainda mais — e foi o primeiro a convir que era indispensável elevar tôdas as unidades ao efectivo máximo e que fôra um êrro deminuir os efectivos.

João de Almeida, iludido, voltou à Huila, disposto a prosseguir com tôda a actividade o seu plano de ocupação e pacificação, quer até ao Cuito-Cuando, quer com as operações projectadas a oeste do Cunene e entre êste rio e o Cubango (Cuanhama).

Mas o tempo foi passando e não só não lhe foram enviados recursos como ainda foram tomadas resoluções contrárias ao que com o governador geral tinha assentado.

A situação não podia ser mais crítica. No Cuamato havia apenas 5 officiaes para fazerem o serviço de 24. No

Humbe apenas um alferes para comandar a companhia e administrar a circunscrição. No Evale e nos Gambos também só um oficial. A maior parte dos postos de oficial estavam comandados por sargentos, e a 16.^a indígena tinha um cabo a responder pela companhia. No Cuamato não havia um único soldado de artilharia e João de Almeida já não tinha onde os ir buscar.

Foram trinta e seis as notas e telegramas enviados por João de Almeida para Luanda, a pedir providências — a pedir que não lhe desfalcassem ao menos os poucos recursos de que já dispunha.

O governador ou não lhe respondia ou fazia determinações que mais o comprometiam ainda.

João de Almeida então resolve não deixar sair do distrito, fôsse qual fôsse o pretexto, mais nenhum oficial. Sentia que a atitude de Roçadas ia fazer esboroar todo o edifício tam laboriosamente montado e defendia-o.

Os soldados indígenas continuavam a manifestar o seu descontentamento pelo aumento de tempo de serviço a que eram obrigados e não havia graduados europeus para os enquadrar e manter. Por outro lado os cuanhamas, instigados pelos alemães, mostravam-se mais audaciosos. No Cuamato davam-se algumas manifestações de rebeldia que obrigaram a fazer razias e outras medidas de polícia e o Calipalula, tornado agora inimigo dos brancos — segundo se supunha, pela falta de pagamento de serviços prestados à coluna de 1907 — pretendia estabelecer-se à força na borda do Cuamato Grande, para os lados do Cuambi.

As conseqüências da inércia, maldade, ou estupidez do governo geral não se fizeram esperar.

Por meados de Abril João de Almeida era informado que tinham desertado do Cuamato quatro sargentos europeus e algumas praças indígenas e que os cuanhamas, aliados aos cuamatos, se propunham atacar os fortes.

Além dos sargentos do 2.^o esquadrão havia apenas dois em que o comandante militar confiava — e o Governador não tinha praças, nem sargentos, nem um único oficial em condições de poderem rapidamente reforçar o Cuamato.

Mandando concentrar as guarnições do Aucongo e Naluéke nos fortes Roçadas e D. Luís, e dadas outras providências urgentes, como não tivesse gente disponível para o acompanhar, João de Almeida não hesita e vai só, atacar a questão de frente—segurar o grande edificio abalado nos seus fundamentos, depois de tanto trabalho a levantar.

Partiu no dia vinte de Abril — o seguinte àquele em que recebera a comunicação do Cuamato.

É o mês das chuvas copiosas, das trovoadas—e chovia como sói chover nessa Africa onde tudo é grande, violento, desde as distâncias aos elementos.

E nessa marcha em que habitualmente se gastavam 16 longos dias de penas, fadigas e martírios, gastou êle, marchando dia e noite, sob chuvas diluvianas, acicatado por dolorosas apreensões, sob a amarga ameaça de ver todo o seu esfôrço perdido por falta de apoio, três dias menos horas — pouco mais do que gasta hoje um automóvel!

Foi êste o mais portentoso esfôrço dispendido por João de Almeida entre tantos que embelezaram as suas acções.

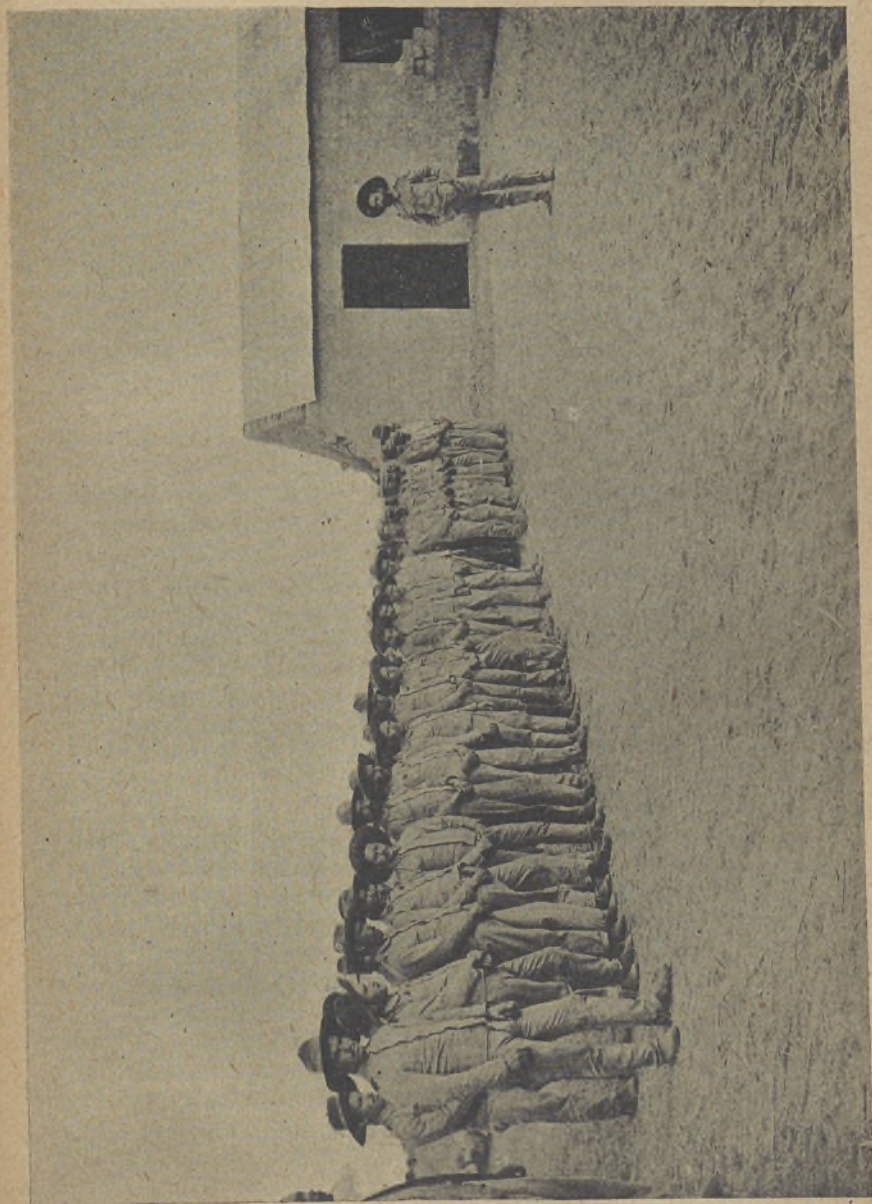
Na Kihita onde estavam retidos há mais de 15 dias muitos viandantes, pela impossibilidade de transporem a corrente impetuosa do Cacoluvar, passou êle com a sua montada.

A mulola Mucopa foi atravessada com água até ao pescoço. As refeições de conserva e bolacha eram tomadas em marcha para não perder tempo.

Quando chegou ao forte Roçadas, João de Almeida, pela primeira vez, não dispensou as honras de estilo nem as salvas de artilharia. Queria que todos comprehendessem que estava ali o Governador e que cada um, como êle, teria que consumir-se até aos últimos alentos para defender e manter a occupação.

Com uma demora de duas horas apenas marchou directamente para o forte D. Luís com uma pequena escolta do 2.º esquadrão de dragões.

E a sua presença no Cuamato, quasi tanto como as providenciais que tomou, não só evitou a seqüência dos



A guarnição militar do Cuanga após o estabelecimento do posto

acontecimentos como restabeleceu miraculosamente a ordem e a confiança alteradas. Foram os próprios indígenas insubmissos que, aquietados pela sua presença, lhe vieram entregar os sargentos desertores.

Só depois dêste tristíssimo acontecimento, que poderia ter comprometido tôda a obra militar já levada a cabo, com tão duros sacrifícios, no Sul de Angola, e que esteve prestes a custar a vida ao próprio Governador, que no seu regresso ao Lubango, adoeceu gravemente, o Governador Geral da Província se decidiu a enviar parte dos recursos pedidos em 36 notas e telegramas, por um homem que pedia sempre pouco e só quando nem dêsse pouco podia dispôr.

Os recursos enviados foram dois oficiais, sete sargentos, trinta cabos e soldados europeus, cem indígenas e vinte cavalos — ¡ menos do que tivera o mais pobre dos pelotões na coluna de 1907 ! ¡ Ficavam faltando, para cumprimento da promessa de auxílio ao Governador, dez oficiais, cento e trinta europeus e oitenta cavalos !

Mas apesar disto, com a ordem que restabeleceu no Cuamato, com o programa de « aguentar até morrer » e com os magros recursos que recebera, logo João de Almeida se julgou em condições de proseguir no seu plano de operações.

Esse plano, exposto ao Quartel General, num documento confidencial notável previa o seguinte desenvolvimento :

Começar-se ia por bater a região ocidental dos Gambos e montar um pôsto no Pocolo, com o emprêgo de todos os elementos do 1.º esquadrão, 1.ª europeia e 2.ª mixta, os convalescentes que estivessem no Lubango, os irregulares e os auxiliares brancos e pretos que fôsse possível reunir. Dos Gambos seguiria para o Humbe ultimando os preparativos para uma accção no Cuanhama ou na direcção de Cafima conforme os recursos que lhe fôsem enviados. Entretanto o Comandante do Cuamato procederia à montagem dum pôsto no Otokero para o que lhe seriam mandados alguns homens que ficassem disponíveis depois de montado o pôsto do Pocolo.

No caso de chegarem os reforços prometidos de

Loanda seguiria para o Cáfu e daí para o Evale, onde, com todos os recursos e uma fôrça da 16.^a indígena, procuraria montar postos em Cafima ou Tchimporo e estabelecer patrulhas montadas para cruzarem entre os postos da fronteira sul e em tórno ao Cuanhama.

Emquanto se procedesse a êste serviço seguiria um oficial com irreguláveis e praças do 1.^o de Dragões destacados no Pôsto A, Cuangar e Dirico, para o Mucusso, onde o Governador se lhe iria juntar, com os elementos que pudesse levar de Cafima para proceder à montagem do pôsto do Cuando, junto à ilha Kicoma.

Montado êste pôsto seguiria o Cuando até ao ponto em que o meridiano 22^o corta êste rio, estabelecendo aí a sede da capitania-mór do Cuando.

Se do Quartel General lhe fôssem enviadas 35 praças indígenas devidamente comandadas, montaria ainda outro pôsto na confluência do Cuanavale ou do Cumbinga com o Cuito, que seria a futura sede do Cuando ou a capitania mór do Alto Cuito, pôsto que tinha grande importância, não só por estar no centro da região mais rica em borracha, como também por se encontrar na linha por onde mais directamente se podia alcançar a testa do caminho de ferro de Mossâmedes.

A execução completa dêste plano dependia de chegarem a tempo os elementos prometidos pelo Governador Geral.

Infelizmente isso não sucedeu. Em Loanda, ao contrário do que acontecia no tempo de Couceiro, não só não se dava apoio às operações no Sul como também se contrariavam todos os planos e esforços de João de Almeida.

Nas vésperas dêste ir iniciar as operações que faziam parte do seu plano para 1910 faltavam no distrito 320 europeus, dos quais 53 graduados, havendo terminado a comissão 130 dos quais 33 graduados. O distrito estava com menos de $\frac{1}{4}$ dos seus efectivos. Se a lei se cumprisse e João de Almeida deixasse sair os graduados e europeus que tinham terminado as comissões os postos tinham que ser abandonados e perdia-se inteiramente tôda a ocupação.

São do relatório de João de Almeida as seguintes palavras àcerca da aflitiva falta de recursos com que lutava :

«Pois ao passo que nós nos víamos constantemente ilaqueados com a falta de gente, na Qunda faziam-se paradas, em Malange—quando ali foi o bispo visitar a missão—de 300 e tantos homens, dos quais uns 70 e tantos artilheiros europeus. Em compensação, nós, para as peças fazerem fogo, eramos pela necessidade forçados a mandar ensinar os poucos brancos que havia—cavalaria e infantaria—e as próprias praças indígenas, na manobra da artilharia, chegando os postos do Cuamato a estarem sem um único soldado desta arma.

E enquanto nas unidades do distrito faltavam mais de 200 indígenas e mais de 300 estavam com o tempo de serviço terminado, em Luanda a 2.^a companhia de depósito tinha mais de 900 — como se pode ver pelos mapas—com que de vez em quando o chefe de Estado Maior passeava à frente dêles, pelas ruas da cidade, à laia de generalíssimo.

Como dissemos, nós só tarde compreendemos o intuito, tão malévol e mesquinho que está abaixo de toda a crítica, que orientava as estações oficiais de que dependíamos.

Mas nós havíamos tomado o compromisso de realização dessa obra e havia de realizar-se como se realizou».

* * *

Foram estas as condições em que João de Almeida começou a dar cumprimento ao seu plano de operações para 1910.

II. Ocupação de Pocolo.

A insubmissão dos povos da região dos Gambos vinha de longa data. Indígenas aguerridos e ao mesmo tempo senhores de posições estratégicas de primeira ordem, tinham conseguido sempre manter mais ou menos o seu estado de rebelião, apesar da freqüência das razias e assaltos que lá faziam de quando em quando as tropas do governo.

Estas razias — programa quasi obrigatório de tôdas

as operações que se fizeram no distrito e que, geralmente, encontravam os Gambos na sua linha de étapes, nunca foram todavia eficazes. Apenas conseguiram, nos casos mais favoráveis deter por algum tempo a ousadia dos rebeldes.

Êstes, como sucedeu em 1906, como sucedeu em tôdas as operações que se fizeram nos Gambos, sempre que sentiam a aproximação das tropas, refugiavam-se nas alturas inexpugnáveis dos morros e ali ficavam a coberto de qualquer perseguição ou em condições de montar uma defesa fácil e vitoriosa.

Batidos no Jau, Bata-bata, Ampuca, Hae, Chicolovalo, etc., acabaram por se concentrar na região do Pocolo, Baixa Chela (Mossâmedes) e imediações onde a proximidade dos morros lhes garantia asilo seguro para as gentes e gados.

Êstes morros, numa série movimentada de altas corcovas e sinistros vales, ligam-se entre si por cumeadas mais ou menos recortadas, de encostas ásperas e, por vezes, fulminantes, eriçadas de blocos facetados de pedras cortantes, amontoadas umas sôbre as outras, e que formam nalguns pontos altas e imponentes muralhas completamente inacessíveis. No Pocolo, a linha de morros, apresenta para Noroeste quatro prolongamentos ou ramificações, ao intervalo dos quais correspondem morros isolados, em geral menos altaneiros, tapando e defendendo a entrada dos pequenos vales.

Tôda a região é de aspecto bravio e selvagem. Por entre as pedras aceradas o mato agarra-se à terra e nasce retorcido, amargurado e espesso, como uma cabeleira crespa de negro.

Por entre êsse mato assentava um labirinto confuso de caminhos que ligavam as *sanzalas* com as entradas misteriosas das fortalezas — os morros.

Mal pressentiam tropa logo nêles se acolhiam com os gados, deixando as *libatas* onde os soldados apenas encontravam as *cubatas* vazias e para os quais o incêndio erá, em última análise, uma medida forçada de higiene. As tropas retiravam, as *libatas* eram facilmente reconstruídas e uns tempos depois a rebelião voltava a manifes-

tar-se com scenas macabras de feitiçaria, roubos, razias, etc.

Para bater eficazmente o gentio dos Gambos só havia um processo: atacá-los nos seus redutos invencíveis até então e feri-los nos bens que mais apreciavam e a que tinham mais apêgo — os gados.

Mas isto que se sabia há muito tempo ainda nenhuma coluna o tinha tentado por causa das difficuldades enormes que oferecia.

João de Almeida resolveu acabar de vez com o foco constante de rebeliões que além de enfraquecer o nosso prestígio servia de refúgio a todos os malfeitores e rebeldes dos outros povos.

Estabelecidos como objectivos das operações a battida de tôda a região ocidental dos Gambos, castigando-se severamente os indígenas insubmissos, aprisionando-lhes os gados e destruindo as *libatas* e *lavras* dos que tentassem opôr-se pela fôrça à occupação — e a construção dum pôsto militar no Pocolo, que era o ponto mais central e próprio para a occupação e domínio de tôda a região — assentou o Governador no seguinte plano de operações:

A criação de um pôsto no Pocolo era tarefa fácil desde que a fôrça, dispondo de certos elementos, marchasse sem rodeios, directamente, ao local em que o desejassem estabelecer.

Mas o gentio, presentindo a marcha, como de costume, abandonaria com antecedência as *libatas* para se acolher nos morros, esperando que as fôrças retirassem para voltar tranqüilamente às suas casas ou a reconstruir as que lhe tivessem destruído. E como estavam convencidos, pela impotência e ineficácia das colunas anteriores, da invulnerabilidade dos seus abrigos e de que não haveria fôrças capazes de os desalojar das altas e labirínticas perredias cujo acesso só êles julgavam conhecer, a simples presença do posto estaria muito longe de bastar para os sujeitar ao nosso domínio e obrigá-los a fazerem a apresentação.

Para bem se conseguir a pacificação e o domínio era pois necessário levar a luta a êsses morros, bater o gen-

tio nas suas últimas resistências e alcançar uma vitória real e moral que de vez acabasse com a lenda da inacessibilidade das suas fortalezas naturais.

Iniciada portanto a luta era preciso levá-la ao fim, até vencer a última resistência e acabar-lhes com os meios de luta, sem o quê seria trabalho esteril e perdido tudo quanto se fizesse. O plano de operações consistiu, portanto, em fraccionar as fôrças em três grupos, cada um dos quais partiria de pontos diferentes, situados na periferia da região, fazendo uma marcha punitiva sobre as povoações que encontrassem até se concentrarem em local previamente determinado donde seria lançado o ataque aos morros.

Bem sucedidos neste ataque apreenderiam todo o gado que pudessem e construiriam o posto no local mais adequado.

E assim se fez.

As fôrças que João de Almeida juntou eram tudo quanto havia de mais improvisado e heterogénio — eram todos os recursos de que podia dispôr, incluindo os próprios doentes e oficiais e praças europeias que já tinham concluído as comissões (1): 10 oficiais, 9 sargentos, 93 praças europeias e 41 indígenas, como fôrças regulares; Auxiliares, carreiros e irregulares em número de cêrca de 400, constituindo a parte mais numerosa, embora a de menos confiança (2)!

No dia 19 de Maio abalaram a caminho do Hae, segundo o plano estabelecido e no dia 21 entravam na zona

(1) Lutando com uma grande falta de oficiais e praças europeias, João de Almeida mandou recado àqueles que com as comissões concluídas já iam a caminho de Mossâmedes para embarcar, pedindo-lhes para virem tomar parte nas operações. Alcançados no arraial de Caionda, apesar de se tratar dum pedido e não duma ordem — vieram todos, oficiais e soldados, até as praças indígenas da Lunda que tinham sido licenciadas com mais de dez e doze anos de serviço, numa manifestação tocante e rara de dedicação.

(2) Entre os auxiliares figuravam apenas cinco boers. João de Almeida propositadamente dispensou o serviço destes auxiliares para lhes demonstrar que o seu auxílio não era indispensável visto elles suporem que eram os sustentáculos e guardiões do Planalto.

rebelde, com o ritmo aceleradíssimo que caracterizava as operações de João de Almeida.

No Bidungulo encontraram a primeira resistência por parte do gentio que guardava um grande *sambo* de gado por detraz dum morro eriçado de pedras agrestes, onde se defendia com fogo vivo e crepitante de armas finas. O combate foi rápido. Tomado o morro de assalto, os pretos fugiram para o mato, mas o gado em número de 120 cabeças foi apreendido.

Neste combate deu-se o caso novo em operações em Angola de ser empregada a cavalaria na exploração a distância, como apoio dos auxiliares, e de apeara para combater a pé.

Foi o próprio Governador que ao ver-se detido pela resistência do gentio entrincheirado no morro, carregou a pé à frente da cavalaria apeada, resolvendo imediatamente a sorte do combate.

Este emprêgo da cavalaria aumentava o valor militar das tropas do distrito porquanto esta arma era tida, até então, como pouco eficaz o que, até moralmente a enfraquecia. Depois do Bidungulo uma alma e um moral novo valorizaram os cavaleiros cuja eficácia passou a ser preciosa.

Na refrega ficaram apenas dois auxiliares feridos.

Na manhã seguinte proseguiram a marcha. As *libatas* que encontravam, como fôra previsto, estavam abandonadas de fresca data. A marcha fazia-se com dificuldades enormes por causa dos carros e por via das agressões do mato. Só muito lentamente e à custa de penosíssimos esforços conseguiam avançar.

Concentradas as fôrças no dia 24 nas *cacimbas* da Miomba, marchou João de Almeida com a cavalaria, irregulares e auxiliares a fazer o reconhecimento dos morros do Pocolo, agressivamente erguidos a cêrca de oito quilómetros. Por tôda a parte encontraram o silêncio e o abandono. Só depois de destruírem as *libatas* — e entre elas aquela onde outrora residira o chefe Cander — é que descobriram os gados e o gentio entrincheirados nuns morros ásperos de oeste. Intimidados a apresentarem-se, não só não obedeceram como também convidaram o Go-

vernador a abandonar as suas terras. E que se quizessem agarrá-los que fôsem lá acima!

Não podendo atacar nesse momento por falta de elementos João de Almeida reconheceu minuciosamente os morros e as posições ocupadas pelos rebeldes e estabeleceu, a coberto dos fogos do inimigo, os irregulares e auxiliares para o vigiarem e impedir que êle descesse das serras.

Regressando ao acampamento, juntou a coluna e marchou com tôdas as forças disponíveis para atacar os morros.

Dada a ordem de combate, empenharam-se na ofensiva as várias fracções da coluna sob o comando do Governador que, como habitualmente, acudia a tôda a parte levando o estímulo, a coragem, a decisão e o ardor com que se vence.

Pelas ribas aspérrimas, vencendo quebradas difíceis e cortantes, ora emaranhados no mato, ora ofegantes ante um novo obstáculo, debaixo do fogo exasperado do inimigo, que do alto e em bons poleiros vertia os seus balaios, a tropa ganhava terreno lentamente.

A artilharia preparava a ascensão com tiros secos, impressionantes que rasgavam os ares e lançavam a confusão nos arraiais do gentio. Êste, ainda confiante, metralhava com fogo vivo e irritado os assaltantes. E o avanço continuava — difficil, penoso, conquistando o terreno palmo a palmo em avanços cautelosos, de abrigo em abrigo, de pedra em pedra. Por fim, os irregulares atingiram o *sambo* do gado. O gentio sentindo-se finalmente batido tenta um último esforço — um ataque vigoroso pelo flanco — mas as ordenanças e alguns artilheiros que ousadamente tinham galgado até meia encosta, contra atacam oportunamente e completam a vitória.

O ataque fôra tão bem conduzido, a marcha sôbre as fragas tão cautelosa e hábil e o fogo do inimigo tão desorientado e mal dirigido que tudo terminara apenas com dois mortos e três feridos.

Estava dominada a primeira grande dificuldade da ocupação.

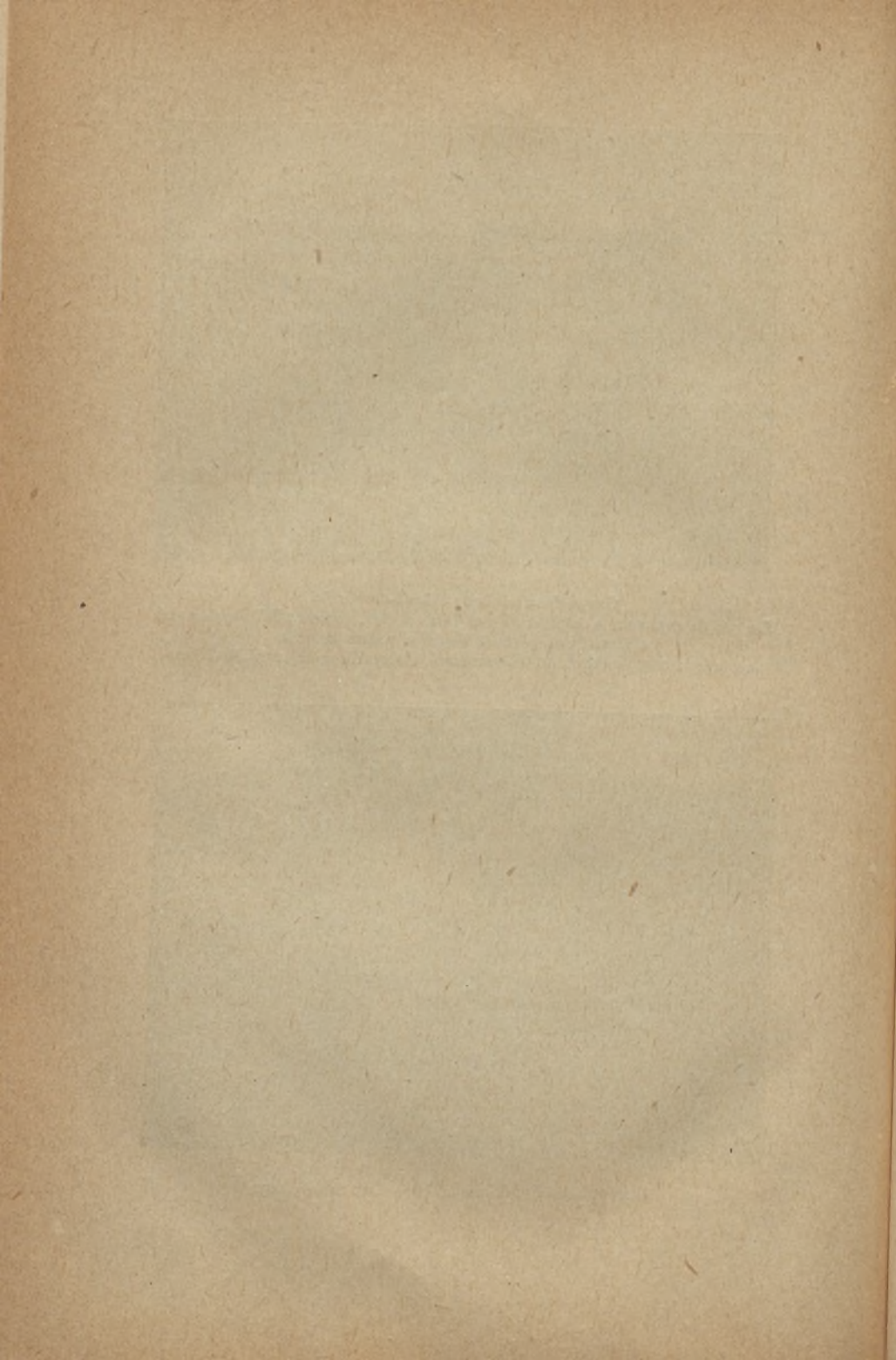
No dia seguinte, sem mais descanso que o sono da



Grupo de oficiais da coluna do Pocolo
Em pé, da esq. para a direita : alferes Teles Freire, tenentes Teles e Correia,
alferes Pires, tenente Santos e alferes Branco
sentados : capitão Almeida, Governador João de Almeida, capitão Vilas



Ocupação do Pocolo em 1910 — Um tiro de peça



noite no bivaque marcharam sôbre o Panguero (1) que raziaram e onde apreenderam 50 cabeças de gado, tendo chegado no dia 27 de manhã à beira do morro de Maquachipumbo — outro temeroso reduto dos rebeldes.

A posição era bem mais difícil que a do Pocolo e João de Almeida, olhando para a sua pequena tropa chegou a hesitar. Mas era impossível recuar. O gentio defendia-se encarniçadamente compreendendo que jogava os últimos trunfos no último reduto da sua longa independência.

Decidido e confiado na artilharia de que dispunha — duas peças de 7 centímetros e uma Ehrhardt — o Governador deu a ordem de combate e êle mesmo se lançou na frente para ganhar com o exemplo, o entusiasmo e a alma daquela tropa esfrangalhada — que era afinal a sua magnífica tropa de sempre, boa tropa de Portugal.

O gentio descendo alguns degraus da encosta abriu fogo nutrido sôbre os assaltantes. Êstes não se detiveram e o combate duro, implacável, travou-se como no Pocolo, de fraga para fraga, de abrigo para abrigo, até lá acima.

A artilharia prestava serviços incalculáveis. Sem ela nunca o morro poderia ser galgado, tal era a resistência do gentio. O terreno era conquistado, em fogo certo de barragem, destruidor e penetrante, lanço por lanço, abrindo caminho às tropas.

Quando a infantaria tinha alcançado já custosamente os *sambos* do gado, João de Almeida viu desenhar-se no flanco esquerdo um retorno ofensivo por parte do gentio

(1) O *raid* ao Panguero foi realizado pelo próprio Governador comandando a cavalaria. Durou dezeseis horas sem outro descanso além do necessário para tomar uma refeição. Continuava assim a fazer-se o emprêgo da cavalaria conforme as circunstâncias o aconselhavam, sem que os regulamentos demasiado rígidos para situações tão novas fôsem tidos em consideração.

O objectivo dêste *raid* era não só raziar a região mas também procurar junção com a tropa de irregulares que tinha ido pelo Chacuto com a missão de bater a Baixa Chela e cuja demora estava preocupando o Governador.

que ocupava a parte mais alta do morro onde havia uma *libata*.

Sem recursos para lhe fazer frente, visto que tôdas as tropas estavam empenhadas, o Governador com os oficiais que estavam junto dêle, os cinco boers, as guardiões das peças e as ordenanças — uns vinte homens! — lançaram-se em correria desaustinada sôbre o gentio, detendo a ofensiva e garantindo a acção final das restantes tropas.

O que foi êsse assalto desesperado, numa situação decisiva, só o pode avaliar quem já palmilhou êsses morros bravios e cortantes que ferem, fatigam — e doem!

Foi nesta carga que a presença e o exemplo de João de Almeida animavam, que o Governador foi ferido por uma azagaia do gentio. Mas nem isso o fazia deter. Apesar do aparato do ferimento, João de Almeida insensível, impellido pela ânsia da vitória e transmitindo-a a todos os seus, arrancou ainda e sempre até que a fuga desordenada do gentio, trouxe à acção a desejada apoteose.

No campo de batalha a coluna deixara nove mortos e três feridos.

Estava quebrada a última resistência do gentio no seu mais forte e derradeiro recanto.

Iniciada imediatamente a construção do forte, o gentio começou a apresentar-se em massa.

Todavia João de Almeida, não só para se assegurar do estado de pacificação da região, que não queria deixar sem que nela a nossa soberania se exercesse completa e rigorosamente, mas também para completar a carta do distrito na borda da Chela, esquecendo, que estava ferido, foi ainda às regiões dos Cubais e Maximbas, que percorreu de lés a lés, deixando-a inteiramente pacificada e esclarecida indo desembocar no Humbe com uma marcha de mais de quinhentos quilómetros.

No prazo de 16 dias tinha concluído uma obra de pacificação que há mais de cincoenta anos se vinha arrastando.

Nos Gambos onde todos os anos a rebelião se manifestava por qualquer forma violenta, não tornou a haver rebeldia e tôda essa riquíssima região ficou aberta ao comércio e à expansão da colonização branca.

A pacificação era tão completa que foram os próprios indígenas do Pocolo que abriram o caminho para a passagem do carro boer do Governador quando êste, só com a sua ordenança e alguns pretos, se dirigiu do Pocolo para o Humbe pela Chapicua.

Para aquem Cunene todo o distrito estava definitivamente pacificado.

Ao Lubango regressaram, ou para recolher aos hospitais donde tinham saído, ou para voltar à metrópole de cujo caminho tinham sido desviados, os doentes e aqueles que há muito tinham terminado as suas comissões.

Uns e outros, com uma dedicação que só os grandes chefes encontram, tinham prestado à sua Pátria e ao orgulho da sua Raça, serviços tocantes que a História não inscreverá e que são afinal índices que de tempos a tempos nos vêm dar, entre tanto pessimismo, uma nota optimista, sôbre os nossos destinos!

III. Otokero.

De todos os povos do Cuamato, apenas o Otokero não obedecia ainda aos mandados da nossa autoridade, nem permitia o arrolamento, nem pagava o imposto de *cubata*.

Isolado primeiro no recanto desageitado que a sua posição tornava difficil, tornou-se depois francamente hostil ameaçando o nosso domínio e prestígio.

Uma fôrça de dez praças que em Dezembro de 1909 tinha ido ao Otokero fazer uma intimação, foi recebida a tiro. Mataram-lhe um soldado e roubaram-lhe tôdas as armas, só tendo escapado ao massacre total porque lhe acudiu o século Chilombolene com a sua gente.

O Comandante militar do Cuamato reconhecia a necessidade de inflingir um castigo severo aos povos do Otokero, mas pelas informações que tinha sabia que na região se tinham refugiado todos os grandes da terra que as várias operações militares tinham batido, com armas e municões em grande quantidade, não se atrevendo portanto a acometê-los com as fôrças insignificantes de que dispunha.

Estava João de Almeida no Humbe, aguardando a chegada de algumas fôrças para proseguir, conforme o seu plano, no prolongamento da linha de penetração Cáfu, Evale e Cubango, quando tomou conhecimento das últimas manifestações de rebeldia dos povos do Otokero.

Infelizmente os pequenos reforços há tanto tempo esperados e prometidos não chegavam e o Governador, além dos recursos que estavam às ordens do Comandante do Cuamato, apenas dispunha de um oficial e oito praças de artilharia que tinham regressado das operações do Pocolo e que também se destinavam ao Cuamato.

Todavia as circunstâncias não permitiam hesitações, sobretudo para quem, como João de Almeida, queria ir tão longe, antes da época das chuvas.

E contra a expectativa e opinião de vários, contra a vontade expressa de muitos outros, João de Almeida, cuja sensibilidade de patriota e de ocupador reagia prontamente contra qualquer melindre feito ao nosso prestígio, resolveu ir pessoalmente, custasse o que custasse, montar um pôsto nas terras do Otokero.

Ainda no Humbe reduziu as guarnições dos fortes do Cuamato ao número de praças indispensável para uma defesa passiva, e concentrando as fôrças disponíveis no forte D. Luís para lá seguiu em 21 de Junho.

A 26, depois de aguardar a chegada de 22 europeus que tinham vindo de Loanda e que mandara avançar a tôda a pressa, tomou o caminho do Otokero com a pequena coluna que pôde organizar em tão precárias circunstâncias — mais uma dessas colunas subscritas pelos escassos recursos dos fortes, irregulares, auxiliares e tropa de refugo.

Mas por essa altura já o Governador alcançara tal prestígio entre todos os povos do distrito e tal confiança entre os seus subordinados que a sua simples presença duplicava o valor militar das colunas.

E tanto assim era que mal a coluna se pôs em marcha, de tôda a parte acorreram rebeldes a apresentar-se e a afirmar a sua submissão.

A construção do pôsto fez-se sem a menor resistên-

cia, apesar de João de Almeida, para experimentar a consistência da pacificação e manifestar o poder da sua autoridade, ter impôsto o trabalho obrigatório em várias obras públicas e aplicado multas aos rebeldes mais irrequietos.

As apresentações continuaram a fazer-se em massa e no Otokero não se manifestaram mais rebeliões nem desacatos à nossa autoridade.

IV. Ocupação de Cafima

O objectivo da ocupação de Cafima era completar uma linha de pôstos que, envolvendo o Cuanhama e servindo de apoio a patrulhas de tropas montadas, evitassem a incursão de guerrilhas, a entrada de armas e pólvora e permitissem a manobra duma política hábil de atracção e influência sôbre aquele famoso sobado, que era indispensável ocupar também, para que no distrito não houvesse, por tôda a parte, de norte a sul e leste a oeste, senão uma clara, vigorosa e activa soberania portuguesa.

A ocupação do Cuanhama era agora a grande preocupação e a grande ambição de João de Almeida. Sem recursos para a efectuar rasgadamente como desejava, perdido o apoio de Couceiro para lhos fornecer, mais guerreado em Loanda pelo *kuribeka*, novamente triunfante, do que na Huila pelos povos que submetia, o Governador procurava fazer uma ocupação em que os elementos políticos e militares se conjugassem no máximo das suas possibilidades.

Emquanto não estivesse ocupado o Cuanhama não poderia haver paz nem progresso na região central do distrito e numa grande zona ao sul do de Benguela.

A agricultura, o comércio lícito e regular, a cobrança de impostos, a constituição de emprêsas particulares, o repovoamento das fertilíssimas margens do Cunene, tudo estava dependente da atitude dos cuanhamas. E os cuanhamas espalhavam o terror e a morte a muitas centenas de quilómetros, devastando populações pacíficas, outrora ricas e fortes, a quem o Estado devia protecção.

O comércio irregular, de contrabando, sobretudo o alemão exercia-se em larga escala em todo o Cuanhama. E por via dêle a influência alemã era real, avassaladora, enquanto que a nossa mal vivia das simples relações hãbilmente mantidas por João de Almeida com o poderoso e velhaco soba Nande, senhor de todo o Cuanhama.

Apesar de tôdas estas razões e da insistência constante do Governador, pelos motivos inferiores que, em Portugal, são em regra parasitários das acções superiores, continuavam a ser negados a João de Almeida, não só os recursos para a occupação que êle desejaria fazer, como também aqueles que eram necessários para robustecer uma influência pacífica já iniciada mas que não podia, por enquanto, competir com a alemã.

Nada disto conseguiu demolir a energia e a vontade de João de Almeida.

Não lhe permitiam ir por onde era mais rápido, mais fácil e mais prestigioso para a nossa soberania. Iria por onde pudesse com a sua «malta» — essa gente já arrazada e heterogênia mas sublime em que êle instalara as virtudes de Portugal e o espírito da expansão.

Daf a necessidade de ocupar Cafima para obter mais um ponto de envolvimento e influência sôbre o Cuanhama.

Em fins de Abril tinha-se iniciado a concentração de víveres e material necessário à montagem dos dois postos no Cafu e Evale, êste último escolhido para base de étapes da coluna. Todavia, só em meados de Agosto é que João de Almeida conseguiu reünir na margem do Cunene algumas fôrças para aquele fim.

Os cuanhamas sobressaltaram-se com tam grande movimento de carros e, embora as não hostilizassem na sua passagem para o Evale, prepararam-se para a defesa na suposição de que algum movimento hostil lhes seria dirigido.

Em Junho e Julho um movimento de tropas alemãs na Donga, distraiu-lhes em parte as atenções, acorrendo cuanhamas em grande número ao extremo sul da terra.

Por sua parte João de Almeida continuava a manter as melhores relações com os cuanhamas, presenteando o

soba e enviando junto dêle pessoas de tôda a confiança, encarregados de lhe fazer ver as vantagens que para êle resultariam dos nossos objectivos e pretensões.

E de tal forma se conduziram que as propostas do Governador foram bem recebidas e chegaram a fazer crer na possibilidade do estabelecimento dum pôsto pacificamente. Mas a influência duns *brancos* que por lá andavam funando desde longe, malèvolamente aproveitada com a chegada do soba Auhanga, do Cuangar, fugido de Massaca, produziu um reviramento da opinião obrigando a suspender as negociações em curso.

É preciso no entanto frisar bem que a opinião do soba não era a mesma dos grandes nem a dêstes era idêntica à do povo, e que nem a vontade do Nande era absoluta; mas destas divergências esperava João de Almeida tirar bom proveito.

Em princípios de Agosto chegou o Governador ao Humbe, de volta do Cuamato, preparando-se para seguir para o Evale. As notícias que ali recebeu dos cuanhama não eram animadoras para os fins que visava. Entre outras versões corria a de que Cafima, sendo um protectorado do Cuanhama, êste viria vedar a passagem e atacar a coluna com todos os elementos de fôrça.

Mais acrescentavam, cartas mandadas por vários *funantes*, confirmadas pelo inglês Dangers que de lá havia regressado, que se notava certa efervescência entre o povo e que os *Malengas*, concentrados na borda da terra do lado sul, depois da retirada das fôrças alemãs (parece que por influência e pedido da companhia de Ottavi que via fugirem-lhe os braços) haviam marchado para norte para os lados do Evale e Cafima. Alguns pretos que João de Almeida tinha mandado em observação ao Cuanhama uns confirmavam, outros desmentiam essas notícias.

Tam variadas notícias e informações, muitas das quais com grandes visos de verdade, e que na realidade os podiam ter, não podiam deixar de produzir uma certa apreensão e mesmo hesitações.

O embaraço de João de Almeida era grande sobretudo pela falta de gente. As guarnições haviam chegado ao último apuro.

Para a marcha a Cafima tinha o Governador ao seu dispôr 33 europeus e 7 indígenas do 1.º esquadrão, 17 homens da 1.ª europeia — esta sem um único cabo ou sargento, 2 peças Erhardt e uma metralhadora servidas por 6 europeus, 4 indígenas e 80 praças da 16.ª, que a grande custo o Cuamato pôde dispensar, depois de se reduzir ao mínimo praticável as guarnições dos postos.

A situação não era agradável e o conselho de prudência dado como resposta aos pedidos do Governador eram para pôr de parte a idea de levar a nossa autoridade e domínio até Cafima.

¿ Mas em que situação ficaria o nosso prestígio, a nossa própria autoridade, se depois dos projectos de João de Almeida serem do domínio público, pela concentração de víveres e materiais e depois das importâncias já gastas êle desistisse do seu intuito perante a ameaça do gentio rebelde e atrevido? A maior parte dos habitantes, e muito menos os indígenas, não podiam ter a compreensão das suas dificuldades e de tudo sòmente veriam sobressair fraqueza e receio dos cuanhamas.

No segundo dia de marcha uma das patrulhas de cavalaria conseguiu aprisionar um grupo de cuanhamas, que sem dúvida vinha seguindo a coluna. Era natural que viessem observar a sua marcha e verificarem se realmente seguia para o Evale, visto que fàcilmente se poderia tomar o caminho do Cuanhama. Como êsse facto não podia ser tomado como hostil, João de Almeida mandou soltar os indígenas, depois de lhes fazer ver as suas intenções amigáveis.

No Evale permaneceu a coluna de 20 a 28 empregando-se as forças em completar e reforçar as obras de defesa do pôsto.

Ao chegar ali, novas notícias do Cuanhama, vindas pelo Humbe, mais pessimistas e terroristas, informavam o Governador de que os *lengas*, tendo levantado a sua gente, marchavam para a borda da terra entre Evale e Cafima. O comando do Cuamato, a quem João de Almeida encarregara de indagar o que se passava daquele lado, comunicam telegráficamente que os homens válidos



Um trecho do rio Cubango



O carro do Governador num atoleiro nas margens do Cunene

se tinham levantado em armas e marchavam para norte com o fim de irem atacar a coluna.

Não havia pois hesitações possíveis. Era necessário ir para a frente — já que o brio não consentia que se voltasse para trás.

Em 17 de Agosto concentravam-se na margem esquerda do Cunene, em frente do Cáfu, as fôrças já indicadas com mais onze cavaleiros do 2.^o esquadrão e catorze homens da 2.^a companhia europeia, destinados à guarnição do Evale. Em 18 de madrugada seguiram para o Evale, cujas terras atravessaram com tanta segurança que a marcha feita foi a melhor demonstração da efficacia das operações realizadas no ano anterior. Os inimigos desta vez foram os elementos, pois o percurso foi penosíssimo por causa dos carros. Os carreiros tinham fugido apavorados e foram os soldados que tomaram a seu cargo a condução das viaturas.

Tôda a gente previa um desastre. E de facto esta pode considerar-se a mais delicada e perigosa operação dirigida e comandada por João de Almeida.

Simplemente o Governador contava com o seu profundo conhecimento de psicologia indígena — e só êle poderia defendê-lo entre a malha de ameaças que envolvia a pequena coluna.

No Evale continuaram a receber-se notícias terroristas, especialmente por intermédio do Humbe, donde as recebiam directamente do Cuanhama. Constava que vários *lengas* marchavam com a sua gente e que, aliados a outros povos, projectavam um ataque simultâneo ao Evale, Cáfu, Cuamato e Humbe, logo que a coluna se internasse a caminho de Cafima.

Depuradas tantas notícias e atoardas, confiante nas manobras políticas que fizera e fazia perante o Nande, o Governador resolveu, a-pesar-de tudo, avançar.

A coluna dispunha apenas de nove carros, insufficientíssimos para o transporte dos viveres e de todo o material necessário para a construção do pôsto. Reduziram-se os viveres. Carregaram alimentação só para vinte e seis dias e proseguiram a marcha na madrugada do dia 29.

Durante os dois primeiros dias a marcha fez-se sem dificuldade. Diante da coluna estendiam-se as planícies amplas e louras do Evale — o piso era bom e o caminho rasgado. Mas depois, o areal movediço, em que árvores enormes se opunham à passagem dos carros, com a sua côr amargurada de sêde, as soalheiras que o aqueciam, a falta de água, tornou a marcha difícil e fatigante.

Houve carros aos quais foi necessário tirar tôda a carga, passar esta às costas, e meter-lhes depois as *espanas* para poderem vencer alguns metros do percurso.

Todos os dias encontravam grupos de cuanhamas e mucancalas a que não davam importância de maior. Mas no dia 5, pela madrugada, logo que iniciaram a marcha, deram com muito rasto fresco e nítido de cavalos e peonagem que denunciava com segurança a proximidade de guerrilhas cuanhamas.

Mais tarde veio a saber-se que a coluna tinha sido seguida e expiada desde a borda do Evale e que os *lengas* Makir, Calola, Chamangue, Auhanga e outros, tinham projectado atacá-la de surpresa na chana Chirumbala. Não o fizeram porque a disposição do serviço de segurança, obrigando-os a entrar primeiro em contacto com as patrulhas montadas, daria tempo à coluna para tomar formações de combate, perdendo-se assim o efeito da surpresa.

Também mais tarde se veio a saber que muita gente tinha pegado em armas para hostilizar a coluna, mas que muitos outros, entre os quais o próprio soba, não tinham anuido, pelo que, entre o chefe e os vários *lengas* se haviam levantado rijas divergências. Entre o gentio era corrente a versão de que tinham sido dois comerciantes brancos os instigadores dum ataque e que a êsses havia o soba respondido que uma vez que a coluna não entrava nas suas terras não havia razão para a atacar.

João de Almeida chegou com a sua gente a Cafima no dia 8 de manhã e, nesse mesmo dia, depois de ter procedido a um reconhecimento para os lados do Cuanhama, foi iniciada febrilmente a construção do forte.

A coluna tinha gasto onze dias do Evale a Cafima e, impelida pela necessidade de encontrar água, abriu um caminho de 160 quilómetros.

Com a ocupação de Cafima, completava-se o cêrclo isolador do Cuanhama e consolidava-se, em face do genio, uma situação moral de evidente prestígio que eram os elementos de mais valia para a ocupação do portentoso sobado.

Todo o distrito nominal de dois anos antes, com excepção do Cuanhama, estava ocupado e esclarecido. A soberania portuguesa, real, altiva, estendia-se de leste a oeste, irradiando de mais de vinte fortalezas e redutos onde pela primeira vez tremulava a bandeira das quinas.

Batidas as influências estrangeiras e organizada a nossa, os perigos eminentes de expoliação tinham sido conjurados e Portugal fechava finalmente o extenso polígono das suas fronteiras mundiais, mercê dum esforço que pode considerar-se um verdadeiro despertar das melhores energias da raça no seu espírito eterno de expansão.

Mas como ainda não era tudo, João de Almeida não descansava. O Cuanhama obsecava-o. O Governador queria, custasse o que custasse, completar a sua obra.

O projecto de ocupação do Cuanhama datava de 5 de Dezembro de 1909. Teve uma história movimentada que dá bem a idea do desamparo que João de Almeida encontrava para levar a sua obra por diante.

Nesse tempo, como complemento da ocupação do Baixo Cubango mandara êle ao Governador Geral o projecto duma coluna de operações ao Cuanhama, concebido nos seguintes termos:

«No officio confidencial de 2 de Fevereiro do corrente ano, apresentámos os delineamentos de complemento de ocupação do distrito e da pacificação de várias regiões ainda insubmissas, os quais mereceram a aprovação de S. Ex.^a o Governador Geral. Nêle salientámos que a ocupação do Cuanhama devia ser tratada por meios pacíficos e só depois de ocupados os povos circumvizinhos e do estabelecimento dum certo número de postos de envolvimento, e por forma que pelo conjunto, e por uma hábil política, se exercesse uma influência tal que a população olhasse a nossa autori-

dade como benevola e protectora e a preferisse ao despotismo do soba e séculos.

Só depois de criado grande número de adeptos, e quando estes meios não surtissem o efeito completo, se deveriam empregar outros mais inérgicos.

Também frizamos a necessidade de convergirem os nossos esforços na obtenção do estabelecimento dum posto nas terras do *Iheke* (Nekote) que balisasse a fronteira *sul*, naquele sobado, e garantisse o nosso território contra a influência e ambições extranhas.

Estas tentativas, porém, têm sempre falhado e apenas conseguimos do soba a prestação de vassalagem que, para êle, segundo o seu modo de pensar, nada implica; e as circunstâncias mudaram por tal forma que não dão tempo a esperar os frutos duma influência pacífica, que seria longa e demorada.

Ocupámos já o Evale, Handa e Cafima e todos os sobados a sudoeste do Cuamato e *sul* do Cunene; ocupámos Massaca, o Cuanagar e todo o baixo Cubango até ao Mucusso; está, portanto definida e assegurada a nossa fronteira *sul*.

Falta o Cuanhama, única porta aberta aos alemães.

O Cuanhama compreendeu, ou alguém lho fez compreender, a situação que lhe criámos com o estabelecimento dos novos postos.

Ê, pois, natural que aceitem os recursos para uma reacção enérgica e desprestijiosa para nós, fazendo o jogo de quem os tenta, abrindo-lhes a única porta que lhes resta.

E embora não tenham hostilizado directamente as nossas forças nem atacado os fortes, o que é facto é que as guerrilhas tomaram êste ano uma tal insistência e tenacidade que chega a ser uma verdadeira provocação e ostentação de força.

Essas guerrilhas têm assolado tôda a região entre o Cunene e Cubango, a margem direita do Cunene até ao Quipungo e Caconda.

O seu atrevimento é tal que tem tentado passar alguns *vaus*, mesmo à vista dos postos, sendo alguns obrigados a fazerem-lhe fogo.

Pelo extrato das communicações que juntámos, se poderá avaliar o que êles têm feito.

Mas são as margens do Cubango, do Umbalé, do Cuchi, enfim terrenos já do distrito de Benguela, sôbre tudo os pacíficos ambuelas que mais têm escolhido para teatro das suas maiores façanhas.

A sua acção estende-se a um raio de 300 k. onde têm asso-

lado tudo—homens, mulheres, crianças, gados, tudo arrebatam, tudo cai em seu poder. Apenas um ou outro consegue escapar, os que estão sob a acção directa dos fortes ou que retiram para regiões afastadas e excêntricas. Ninguém tenta resistir, — ao grito de Cuanhama tudo procura a salvação numa fuga louca. A sua audácia e descaramento levou-os já a roubarem os serviços de europeus em Caconda, no Cuando, no Cuchi, no Luacênha!

E as guarnições dos postos são tam reduzidas que não podem abandonar as fortalezas e executar uma perseguição enérgica. E quasi se pode dizer que não pode haver policiamento e vigilância possível. As guerrilhas marcham atrás dos matos, com o seu serviço de segurança e de informações bem montados. Observam e espreitam a presa e sem serem presentidos, em ocasião oportuna, caem de repente sobre ela, geralmente de noite, arrebatando tudo e pondo-se rapidamente em fuga.

Quando o gentio dá pela sua presença, quando os postos são avisados, já elles estão a grande distância e postos a são c salvo.

Ainda há pouco, quando as forças marcharam para o Cubango, bem como no regresso, várias guerrilhas passaram entre os escalões (alguns apenas com três dias de intervalo) sem que receio algum tivessem dêles. E as tropas nada fizeram—correrias inúteis, quando avisadas.

Do Cubango ao Cunene tudo está devastado; aqui e acolá restos de cubatas calcinadas atestam que estas regiões foram habitadas. A margem direita do Cunene e a esquerda do Cubango (com os postos acabados de estabelecer) ainda se poderão defender, vigiando os vau e escalonando forças que, quando avisadas, venham cortar as retiradas das guerrilhas que passarem à margem oposta. Mas as distancias são grandes, nem sempre chegarão a tempo, como tem acontecido várias vezes, e exigem um número de homens de que não dispomos.

Na região aberta de entre o Cunene e o Cubango não é possível a protecção além da zona dos fogos dos fortes. As guerrilhas torneiam-nos facilmente ou podem passar a pequena distancia sem serem presentidas. Êste mal estar faz-se também sentir dum modo muito pernicioso no Cuamato. Ali tudo está em constante sobresalto, especialmente os habitantes da borda da terra. Ao mais ligeiro ruido ou pronuncio do Cuanhama, tudo bate a *cua* e as guarnições dos postos estão em constante alarme. Em todos os povos sujeitos às incursões existe um pavor latente e não há tranquillidade possível.

A influência das guerrilhas e estado de insubmissão do Cuanhama estende-se a todo o distrito. Várias regiões, como o Pócolo dos Gambos, o Hae, o Tapa, Tchipeio, Nanpalanca, vertente S. O. da Lufinda, etc., não obedecem nem obedecerão às nossas autoridades, enquanto se não ocupar o Cuanhama. Estão convencidos de que, enquanto não batermos outros povos mais importantes, para o que julgam não termos força, os não dominamos também a eles, que têm a grande protecção do terreno.

E efectivamente, apesar das operações de 1906, nada ainda conseguimos dêles. E para reccrear será que, com a cobrança do imposto de cubata e outras exigências da lei, se não dê qualquer movimento de mais larga escala, alastrando a grande parte do distrito, sem que então tenhamos meios de o sufocar. A acção da soberania e sobretudo da cobrança têm de ser gerais e não poderão executar-se sem que tudo esteja dominado. De contrário acontecerá como está sucedendo, o gentio foge para um sobado quando se está arrolando outro, ou emigrará para regiões insubmissas.

O Cuanhama é o único sobado digno deste nome que actualmente existe fora da nossa soberania.

Além-Cunene, no Ovampo português, não há mais povo algum que não acate a nossa autoridade. Daí a grande influência que uma tal situação exerce sobre a obediência dos outros povos do distrito — e que, cremos, nunca será real nem efectiva, enquanto aquela região não estiver também ocupada.

Mas se a situação actual do distrito, o estado da nossa occupação, a disposição da maioria dos indígenas provocada pela frequência e insistência das guerrilhas, exigem a posse imediata do Cuanhama, um motivo mais forte e imperioso a determina — a necessidade de marcar e garantir contra ambições estranhas o que por direito nos pertence e foi defendido em conferências internacionais.

Os alemães têm nos últimos meses desenvolvido uma actividade grande de propaganda no Cuanhama, servindo-se já das missões ali estabelecidas — umas três, bem montadas — já por meio de presentes e visitas das suas autoridades e sobretudo por intermédio dos comerciantes. Ali têm vindo officiais por mais duma vez, com escoltas armadas, a cavallo. E a propaganda do comércio, sobretudo de descrédito para nós, para os nossos productos, para tudo quanto é português, é assombrosa. E nêle consta ter entrado a venda de milhares de cartuchos para armas finas. O intuito é evidente e claro, embora nos seja impossível colher e apresentar pro-

vas palpáveis. Mas de duas uma: ou ocupamos imediatamente o Cuanhama, embora tenhamos de fazer um sacrifício, ou nos sujeitamos a graves dissabores, a desprestígios e prejuizos cujo alcance não é fácil medir.

Se nos fôsse permitido, fariamos a seguinte pergunta: porque não foi levada a efeito a delemitação da fronteira *sul*, no corrente ano, se já em 1908 foi nomeada a nossa comissão?

Este mal estar, este estado de cousas vem de longe e por todos é bem conhecido. E todos aqueles que o têm observado, têm reconhecido a necessidade de lhe pôr um termo.

A ocupação do Cuanhama é uma questão velha, histórica, de importância incontestada e a que há muito se tem procurado dar solução. A ocupação do Cuamato foi apenas uma consequência dela, da qual derivou e que o desastre de 1904 pôs esta em primeiro logar e mais em foco. Mas a questão do Sul de Angola, a ocupação do Ovampo, teve sempre por base a ocupação do Cuanhama. Ocupados os outros povos com tanta glória e bom êxito, é dever nosso, é uma questão de honra e brio nacional, um dever de garantia dos nossos interesses, do nosso prestígio, completar essa grande obra histórica e lendária, cujo fecho é a ocupação do Cuanhama.

A ocupação do Cuanhama, olhada pelo lado económico, é um bom acto de administração, de flagrantes e incontestáveis vantagens. Na disposição em que se encontram os povos do distrito e especialmente os do Cuamato e os sujeitos às suas razias, é indispensável manter no efectivo máximo tôdas as unidades e estabelecer-se um serviço de vigilância e policiamento mais activo, o que só pode conseguir-se com tropas europeias e montadas. Não poderemos dispensar mais um homem para a ocupação da fronteira *leste*—já tudo preparado e também de grande necessidade—bem como do alto Cuito e do Cuando.

Com a ocupação do Cuanhama terá o Estado a dispender a quantia de 15:000\$000 na província e 32:800\$000 na metrópole como se vê do respectivo orçamento.

Ora, no fim de dois anos de ocupação, poderemos dispensar pelo menos duas unidades europeias, ou reduzi-las ao efectivo mínimo, além de podermos dispor de guarnições indígenas para outras regiões. Aquela redução representa uma economia de 72:000\$000 no orçamento, quantia suficiente para cobrir as despesas agora ocasionadas com largo juro.

Se atendermos à receita do imposto de cubata, que poderá ser cobrada duma maneira mais eficaz, ao aumento nas outras receitas, como sejam licenças, despachos alfandegários, e ao desenvolvimento comercial e tranqüilidade de todos, veremos a vantagem que de tal facto pode resultar para o Estado.

Ainda quanto ao lado humanitário, à perda de homens, há grande vantagem na occupação immediata.

O número de baixas produzidas pelas várias doenças, foi só no Cuamato :

Em 1907.....	} 81 europeus e 43 indígenas mortos.
Em 1908.....	
Em 1909 (10 meses)	

Não incluindo os que foram falecer fora do distrito (Mossamedes, Luanda e reino) e daqueles que ficaram inutilizados para tôda a vida. Pois o número total das baixas da campanha do Cuamato em 1909, foram de 275, dos quais apenas 40 foram mortos em combate ou em resultado de ferimentos em combate. (Seguiam-se depois as diferentes partes do projecto: II. Terreno e habitantes.—III. Causas das operações.—IV. Objectivos.—V. Linhas de operações.—VI. Plano de operações.—VII. Linha de comunicações.—VIII. Composição da columna.—IX. Armamento e municimento.—X. Equipamento e fardamento.—XI. Linha de étapes e escalonamento dos abastecimentos.—XII. Mobilização.—XIII. Concentração.—XIV. Transportes de víveres e material.—XV. Material de construção para postos.—XVI. Orçamento).

Do despacho do Governador Geral que aprovara o projecto e o-remetera ao Terreiro do Paço, resultou que as operações se fariam e que, se o Gôvêrno da Metrópole não quisesse enviar as fôrças que lhe pediam, João de Almeida executá-las ia com os recursos da Colônia, que Roçadas prometia pôr à sua disposição.

João de Almeida, de resto, apenas lhe pedia que completasse os efectivos das unidades do distrito e lhe enviasse mais três companhias disciplinares, cêrca de 100 indígenas e uma leva de condenados.

Como em fins de Março nenhuma solução prática tivesse ainda sido dada, a-pesar das instâncias do Governador da Huila, êste enviou outro officio concebido nos se-



Barco de passagem do Cunene, Ao fundo o Forte Roçadas—1908



Parapeito e baluarte do posto do Otokero—1910

guintes termos e que ainda hoje consta dos arquivos do Governo Geral em Loanda :

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Não tendo o ministério respondido à proposta para ser levada a efeito a occupação do Cuanhama, por meio de uma columna de tropas com os necessários elementos para de uma forma radical se acabar com a situação duvidosa e periclitante para a nossa soberania nos territórios de além-Cunene, é dever nosso, que de perto podemos avaliar as circunstâncias e pesar bem as funestas conseqüências que poderão derivar dum abandono propositado, não ficarmos inativos, de braços cruzados, em presença dum tal silêncio.

Ponderosos e vários poderão ser os motivos para a proposta não ser aceite, mas o que nada justifica é a falta duma resposta e a permissão de proceder dentro de certos limites ou pelo menos até onde o permitam os recursos da provincia. E estes, bem congregados, são, como verbalmente expozemos a V. Ex.^a, os suficientes.

E repito, é dever nosso não ficarmos inactivos em face dêste proceder, pois tal facto em situação tão melindrosa, seria a colaboração num crime de lesa-pátria; e não se diga também que não empregámos os últimos esforços, dentro do possível e das nossas forças, para assegurar a posse íntegra dos direitos e interesses do país, sejam quaes forem as conjunturas e sacrificios que ela demanda da nossa parte.

Conhece e aprecia V. Ex.^a, como nós, a situação nos povos de além-Cunene, o estado das suas relações com os outros povos limitrofes, alguns a centenaes de quilómetros, até onde os cuanhamas estendem as suas razias e a tranquillidade e situação moral numa grande parte do distrito. Quanto à influencia e pretensões alemãs, quer commerciaes quer de domínio, informaremos V. Ex.^a com a cópia do telegrama do commandante militar do Evale, a quem haviamos determinado entabolasse relações com o *Nandé* para prosseguir nas instâncias há muito iniciadas da obtenção amigável dum posto em terras cuanhamas que nos assegurassem o seu domínio, em que se confirmam as noticias da minha confidencial de 14 de Fevereiro passado e de outros boatos communicados.

Mais está averiguado que, enquanto as forças e autoridades alemãs que vêm ao Cuanhama, provém das regiões fronteiriças, do Okankuejo e do Tschumb, os funantes passam em frente do Cuangar, sobem o Tandué ao Tchimporo, passam na Cafima e en-

tram no Cuanhama. Não tendo o distrito meios bastantes ou não podendo ser congregados todos os recursos militares da província que, como expozemos, são os que julgamos indispensáveis para uma acção pelas armas, julgamos conveniente proseguir e insistir por todas as formas ao nosso alcance numa política de atracção e influencia pacífica, procurando obter-se o estabelecimento dum posto fortificado seja em que parte fôr do Cuanhama ou, na sua impossibilidade, o de um residente official junto do soba para o aconselhar e influir no ânimo dêste e dos seus maiores e ainda para provar de facto os nossos direitos e posse e anular a influencia dos alemães. Tão grande vantagem e necessidade encontramos numa tal política, que êste govêrno, se V. Ex.^a concordar, está dispôsto, se tanto fôr necessário e conveniente, ir pessoalmente ao Cuanhama para se conseguir êste fim.

Por outro lado é indispensável desarmar o Cuanhama a todo o transe. E não o podendo fazer pela fôrça, devemos faze-lo pelo tempo, evitando de todo a entrada de mais armamento e munições, para o que devemos empregar a necessária policia a cavallo, apoiada nos postos, convenientemente estabelecidos. Conjugada com esta necessidade, temos de dar protecção aos povos sujeitos ao nosso domínio e acabar de vez com as razias cuanhamas. Para isso devemos completar o círculo de envolvimento definido pelos postos do Cuamato, Cafu, Evale e Cuangar, construindo dois postos—blockaus—na Cafima e no Tchimporo, ou um posto de forte guarnição entre as duas regiões, conforme fôr julgado mais conveniente, e escalonar patrulhas montadas entre êsses postos. A Cafima é povo pacífico e submisso, que embora pequeno é preciso proteger; o Tchimporo, embora só habitado permanentemente por bushmans (mucancalas), tem grande importância a sua posse por ser para ali que os gados das regiões limitrofes são mandados na quadra sêca.

Como também já expozemos, uma e outra é passagem forçada dos contrabandistas de pólvora e armas.

Esta maneira de ver, já foi por nós exposta na confidencial de 2 de Fevereiro de 1909, não tendo sido posta em prática por falta de recursos e oportunidade. E se V. Ex.^a concordar com ela e autorizar a montagem dêstes blockaus ou postos, aproveitaremos a marcha para o Cuando, que tencionavamos fazer através do Evale e Cafima ao Cuangar, depois de prévio estudo e reconhecimento preliminar.

Como complemento, e embora custasse, para a repressão de crimes de armas e pólvora, devia ser fuzilado o primeiro comerciante apanhado em flagrante, depois de julgamento sumário feito pelas autoridades militares locais, nos termos do art. 56.º do C. J. M., como se fôsem espiões. Anunciar esta medida por editais no distrito e comunicá-la ao govêrno da colónia alemã, convidando-o ao mesmo tempo a que procedesse de idêntica forma para os que apanhasse no seu território. Com êste proceder nós exercíamos um acto de soberania no Cuanhama, cuja posse êles depois nos não podiam disputar. Ê claro que êste facto conviria fôsse tornado público nas outras nações, junto das suas chancelarias, mostrando-lhes que eramos obrigados a adoptar êste processo, por se estar fazendo grande comércio daquela natureza pela colónia alemã, sem que ela adoptasse as providências para uma eficaz repressão.

Para a execução dêsses projectos torna-se indispensável:

1.º Enviar para o distrito 2 peças de 7 cm. ou metralhadoras, para os postos de Cafima e Tchimporo. Não as havendo, lembrem-se 2 canhões-revólveres existentes no Depósito de Material de Guerra de Loanda, *que podem servir caso haja munições.*

2.º Completar o efectivo das unidades, especialmente de graduados.

3.º Remontar 90 a 100 cavalos de marca.

4.º Remessa de 150 a 200 quilómetros de linha telegráfica e duas estações telegráficas ou telefónicas.

5.º Autorização de 2:500\$000 a 3:000\$000 reis para montagem dos postos (verba necessária para materiais).

6.º Autorização duma verba para presentes a sobas.

Deus guarde a V. Ex.^a—Lubango, 4 de Abril de 1910.—
II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Governador Geral de Angola.— O governador,
João de Almeida.

Roçadas respondeu com novas promessas e evasivas — promessas que não cumpria e evasivas que eram eloqüentes.

E João de Almeida, para não ficar inactivo começa as operações de 1910 já descritas.

Ainda em 28 de Maio de 1910, ao comunicar ao Governador Geral, em definitivo, os projectos que ia realizar, esperando que Roçadas cumpriria finalmente as suas promessas, João de Almeida mandou concentrar no Cafu-



-Evale o material e os víveres destinados ao pôsto de Cafima.

A mesma esperança o levava a estreitar as relações com o Nande e os secúlos mais importantes quando da ocupação do Otokéro, tendo chegado a projectar uma visita ao soba.

E quando estacionado na margem do Cunene, no Cafu, aguardava ainda, com anciedade, alguns elementos de refôrço prometidos telegráficamente uns dias antes, como as dissensões políticas entre os cuanhamas andassem muito acesas e desorientadas, João de Almeida esteve resolvido a tentar um golpe de mão.

Mas nessa altura apenas dispunha de 56 europeus e 91 indígenas!

Depois da ocupação de Cafima, sempre iludido com promessas que nunca se cumpriam ainda esperou poder concluir a sua obra. Mas os recursos não chegavam.

Nem assim desistiu.

Já que não lhe enviavam nada do que pedia — êsse pouco que poderia ter evitado mais tarde o sacrificio de tantas vidas e tanto dinheiro que a coluna do General Pereira de Eça custou — resolveu operar com os recursos do distrito e sob sua responsabilidade, isto é, com quasi nada!

E assim planeou uma surpresa ao Cuanhama, durante a quadra das chuvas de 1911 — plano que comunicou ao Govêrno Geral como resposta ativa ao abandono a que era votado.

Êsse plano consistia no seguinte :

A perspectiva dum ano de fome, a continuação da política de influencia e atracção que vinha exercendo, agora facilitada pelos trabalhos realizados em 1910, fazia certamente aumentar o número de partidários da occupação portuguesa.

Aproveitando estas circumstâncias seguiriam alguns funantes por pontos diferentes, com carros carregados de mantimentos em ar de quem quer permutar. E num momento prèviamente marcado reunir-se iam na *embala* ou num local pròximo onde descarregariam os carros. Os mantimentos que aparentemente se destinariam à per-

muta seriam de facto para as tropas e entre êles iriam, occultos, material e munições.

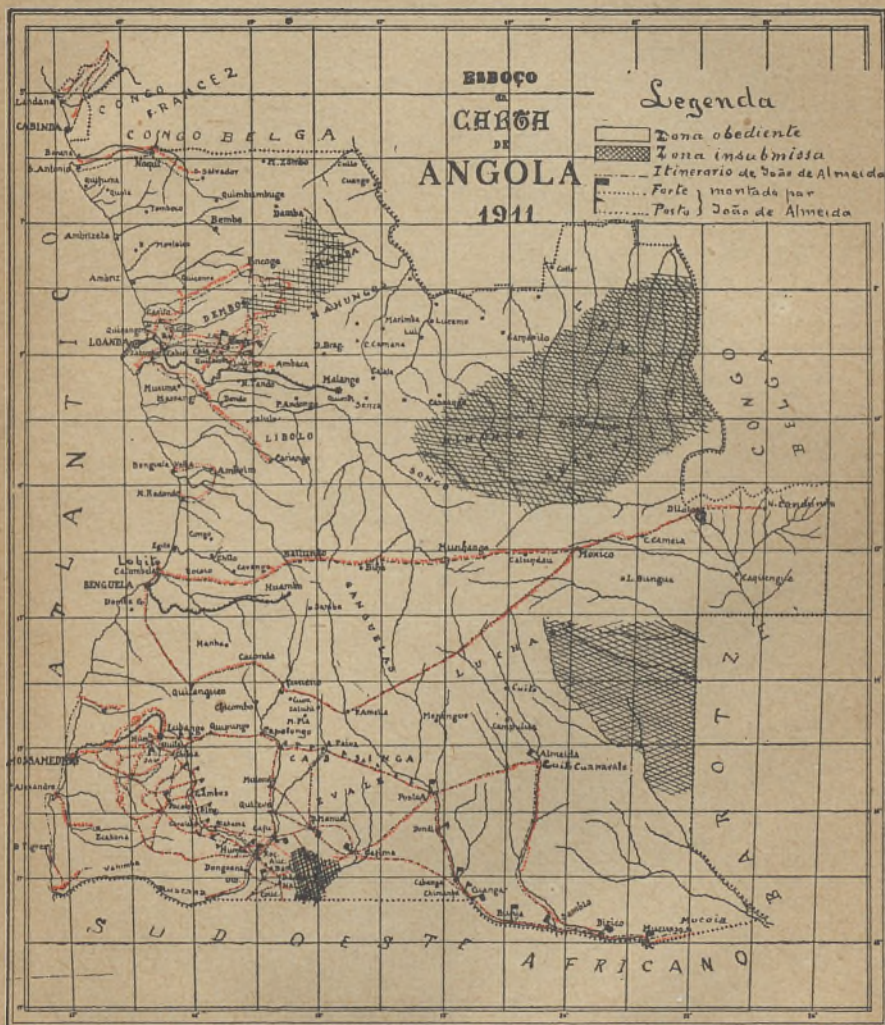
Aliviadas assim do tropêço e da dificuldade dos carros, que sempre reduziam consideravelmente a mobilidade das colunas, as tropas concentradas com João de Almeida nos fortes do Evale, Cafu e Damekero, na véspera do dia aprazado, pela noite, seguiriam em marcha fulminante para o local de estacionamento dos carros.

Estava o Governador convencido de que não haveria luta. Mas se a houvesse, em poucas horas estaria em condições de não poder ser desalojado.

Para realizar êste plano chegaram a fazer-se vários preparativos. João de Almeida tinha-o como uma cúpula magnífica a encimar a sua obra portentosa de ocupador.

Mas entretanto mudava o regimen.

E o Governador que nunca fôra, nem tivera tempo para ser um político, teve que ceder o logar a um parente do chefe de Gabinete do Ministro da Marinha e Ultramar do Govêrno Provisório, o qual precisava de ir à Africa ganhar uns cobres.



Estado da ocupação de Angola em 1911



IX

A obra administrativa



A ponte da Kihita



Oficina de carpintaria

Quem apreciar a obra militar de João de Almeida como Governador da Huila, êsses movimentos incessantes de lonjura para lonjura, exercendo em tôda a parte uma vigorosa acção de presença, multiplicando-se para manter os efeitos da occupação ou para a prosseguir, realizando a mais vasta acção de occupador de que há memória na história colonial contemporânea de qualquer país—maior que Marchand, mais incisivo e pertinaz que Kitchner— não comprehende facilmente que tôda esta actividade assombrosa de militar tivesse podido conjugar-se com uma acção administrativa que é das mais notáveis e, praticamente, das mais produtivas, de quantas um homem tem exercido em colónias portuguezas.

E, todavia, a acção administrativa exercida por João de Almeida não é inferior, sob qualquer ponto de vista que a encaremos, à sua acção militar. Julgamo-la mesmo superior: João de Almeida foi essencialmente um administrador a quem as circunstâncias obrigaram a servir-se de meios militares para alargar nuns pontos e criar noutros o ambiente necessário à sua obra de administrador.

Simplemente as cousas militares, com a grandeza que lhes dá o facto de exigirem o sacrifício da própria vida, pelo valor romântico que têm e pela teatralidade de que se revestem, fixam-se melhor na admiração dos homens e luzem com mais brilho nas páginas da história.

Só por isso se explica que a figura de João de Almeida seja mais conhecida como uma grande figura militar do que como uma grande figura de administrador.

Porque João de Almeida foi, sobretudo, um administrador.

Em dois anos apenas—dois anos de incessante actividade militar, decorridos sôbre a fadiga exhaustiva de outros dois anos trepidantes de acção movimentadíssima—

num distrito sem comunicações, que era três vezes maior que o Portugal metropolitano e cuja organização política, social e administrativa estava por fazer, não houve ramo de administração que não ficasse organizado, em terrenos que podem e devem constituir lição e exemplo para coloniais.

O «Sul de Angola», relatório do seu govêrno, é um verdadeiro tratado de colonização — ainda moderno em muitos dos seus aspectos, ainda impressionante pelo espírito criador e organizador que inspirou as obras que refere, sempre enorme no significado moral de patriotismo, desinteresse, entusiasmo e energia que revela.

De resto, já a série brilhantíssima de serviços que acabamos de descrever, não pode considerar-se senão como o esforço inicial para a montagem duma obra administrativa, destinada a dar uma realidade a êsse portentoso Sul de Angola, até então alheio e fechado à nossa influência.

Mesmo guerreando, combatendo, ocupando, João de Almeida era um administrador. Em tôdas as suas acções militares a vitória aparece como um meio e não como um fim — em tôdas elas o pensamento do político, do governador, excede em muito a mentalidade simples dum simples cabo de guerra.

Ao impulso inicial que desbravou a terra e a entregou rendida à nossa soberania, seguiu-se sempre, ou com êle andou de par, o trabalho ordenado e criador que enformou, organizou e pôs a funcionar, como um verdadeiro prolongamento de Portugal, a nova terra conquistada.

Todo o Sul de Angola, esclarecido, conquistado, pacificado, organizado, num milagre de dois anos intensísimos, é, pela originalidade dos processos, pelo cunho especial que lhe foi impresso, pela alma, os nervos e o suor de tanto trabalho, todo êle, uma criação de João de Almeida!

Antes dêle tudo estava por fazer, a-pesar-de decorridos quatrocentos anos duma soberania de direito.

Depois dêle, na ordem militar, o pouco que se fez para completar o muitíssimo que êle tinha feito, custou mais dinheiro e mais vidas que tôda a ocupação da Huila.

Na ordem administrativa não se percebe ainda hoje que mais alguém tenha merecido, pelo significado superior da palavra, êsse pomposo título de governador.

Não há nestas palavras um exagêro nem uma nota forçada.

É assim mesmo, por mais que custe a quantos as querem desconhecer ou ocultar — e já era para nós assim mesmo, antes de conhecermos pessoalmente João de Almeida, quando governamos o distrito que êle governou em Africa (1).

O autor dêste livro não escreve estas palavras por ser amigo de João de Almeida. Escreveu outras com o mesmo significado antes de o conhecer. Mas é Amigo de João de Almeida desde que pôde escrever, com sinceridade e convicção, palavras como estas.

Seriam necessárias muitas páginas para descrever aqui as fases e o desenvolvimento da obra administrativa de João de Almeida — tantas, pelo menos, como as que compreende o seu volumoso Sul de Angola.

Um simples resumo que todos os curiosos fãcilmente completarão com a leitura do relatório do governador, já publicado e valorizado, traduzido em quatro línguas e muito referido na imprensa estrangeira, bastará para dar dessa obra, a idea que a índole dêste livro procura sugerir.

Não esquecendo que o distrito da Huila, antes de João de Almeida, estava reduzido à área ocupada pelos núcleos europeus do Planalto e pelos boers — cêrca de 400 quilômetros quadrados — e pelas duas frágeis linhas de penetração já indicadas, recordando que, por consequência, nada havia administrativamente organizado nas regiões extensíssimas que constituíam o distrito nominal, considerando que, mesmo na pequeníssima área ocupada por europeus, com os abusos e liberdades dos boers, a irreverência dos colonos e a virtualidade das autoridades, o que existiam eram tribus e não uma organização social

(1) Vid. *Huila* por Henrique Galvão, pág. 6.

portuguesa, é fácil compreender o valor e o alcance das medidas que praticamente deram uma realidade ao Sul de Angola.

Na obra administrativa de João de Almeida há que considerar a época em que foi levada a cabo, a escassez de recursos com que se desenvolveu, o sentido português que sempre teve e, finalmente, que foi pensada, elaborada e realizada, sôbre o estudo mais completo e mais vasto àcêrca dos habitantes e do território, que até hoje se tem feito sôbre o Sul de Angola — a região onde ainda neste ano de 1934 há zonas desconhecidas!

A época em que foi levada a cabo foi aquela em que, apesar de corresponder a um período brilhante do ressurgimento colonial, logo a seguir a António Ennes e a Mouzinho, as colónias estavam em perfeito estado de abandono. A Metrópole decididamente não sentia as colónias — e quem por lá andasse, herói ou criminoso, santo ou pecador, era como se tivesse sido degredado. Nem apoio moral, nem amparo material poderiam esperar os que por lá labutavam. De resto a selecção não era cuidadosa. Couceiro, João de Almeida e outros de rija têmpera e boa alma apareciam quási por acaso. E com mais facilidade e abundância do que estes iam os inúteis, os videirinhos, — os que a si próprios se degredavam por não terem condições de vida na Metrópole.

A intriga era feroz — feroz na Colónia e nas filiais que tinha no Terreiro do Paço entre os invejosos e os apaniguados dos invejosos. E quando não se odiava, esquecia-se.

Emfim, as colónias interessavam muito pouco a quem estava na Metrópole — a não ser para se fazer qualquer atentado ou picardia aos que por lá andavam, não fôsse alguém tomar a sério os seus serviços e criar-lhe fama ou proveitos maiores do que os que se reservavam aos felizes detentores do Terreiro do Paço.

E para as colónias ia-se — para ganhar dinheiro.

Um pouco como o filho daquele inglês a quem o pai aconselhava: Make money — honestly if you can but make money!

A escassez de recursos era, naturalmente, uma con-

seqüência dos tempos que iam correndo. E já se disse no decorrer dêste livro quanto ela foi aflitiva na parte militar para se poder supôr o que seria para levar a cabo uma organização administrativa.

O sentido português da obra de João de Almeida é quâsi uma obsessão por parte do Governador. João de Almeida tem a religião da Pátria de quem se faz um cavaleiro à maneira medieval. Em todas as suas acções, no mecanismo das suas realizações e dos seus pensamentos, nos seus impulsos, na sua energia espantosa, na sua obra, a ância de nacionalizar, de criar Portugal na terra e nas almas é um traço saliente nítido nas grandes como nas pequenas cousas. Chega ao exagêro. Imagina mais do que pode realizar e realiza, sob êsse ponto de vista, muito mais do que os outros imaginam. Não há um gesto seu, uma disposição, uma organização em que o seu sentido nacionalizador e a sua ância de fazer medrar um orgulho português se não sinta inteiramente.

E' assim, na ocupação do Baixo Cubango, quando atinge terras distantes do Cuangar, impellido pela idea de expulsar os alemães do nosso território — é assim quando organiza a instrução e quer que as crianças do Planalto sintam e amem Portugal nas terras distantes da Africa em que se encontram.

Finalmente, o conhecimento profundo das gentes e do território, são um facto a considerar como exemplo de estudo dos problemas e das circunstâncias ambientes em que êles se podem desenvolver.

Quem ler o livro «O Sul de Angola», onde os actos da sua administração se encontram pormenorizadamente relatados verifica que tôda a primeira e terceira parte — as que têm por títulos «A terra e a população» e «Das divisões territoriais e sua evolução» são estudos profundos, que as dificuldades da época ainda mais valorizam, sem os quais se não compreenderia o acêrto das medidas, a sua utilidade flagrante e a grandeza da obra que deixou.

João de Almeida, realmente, administra a Huila com um conhecimento completo não só dos seus problemas visíveis mas de tôda a complicada trama que os formavam e condicionavam.

E assim se explica que, com elementos e recursos improvisados êle não tenha sido, no que fez e no que deixou um improvisador.

Na acção militar é muito mais com o conhecimento profundo que tinha da vida do gentio do que com o valor das armas, que o submete e domina. Na acção administrativa, sem dinheiro, sem auxiliares, com a tarefa enorme de organizar uma região quasi bárbara, é ainda o conhecimento do território, do clima, da hidrografia, da climatologia, das suas possibilidades agrícolas, da índole das várias raças etc. que lhe permitem deixar uma organização onde tinha encontrado o cáos.

O «Sul de Angola» na sua primeira parte estuda:

I—Situação e divisão territorial.

II—Orografia do Sul de Angola.

III—Hidrografia.

IV—Constituição geológica dos terrenos.

V—Flora e Fauna.

VI—Climatologia e nosologia.

VII—Etnografia.

Êstes estudos — a maioria dos quais foram feitos directamente pelo autor, servido por uma cultura científica vasta e desempoeirada — são de tal ordem que ainda hoje são os mais completos e profundos, os mais exatos e rigorosos de quantos se têm feito no Sul de Angola.

Os seus itinerários vão mais tarde servir a Pereira de Eça durante as campanhas da Grande Guerra — e foi preciso reconhecer-se então a sua exatidão para não continuarem a ser tidos por fantasiosos tais foram as condições difficilimas em que foram elaborados.

Os seus estudos sobre os costumes indígenas são, não só os mais completos do Sul de Angola mas também os mais sérios e mais bem feitos de toda a colónia. E ninguém poderá estudar hoje a etnografia de Angola sem os tomar como fonte preciosíssima na parte que se refere ao sul.

A terceira parte do volume ocupa-se dos concelhos, das circunscrições e dos comandos militares sob o ponto de vista da sua evolução e características:

I—Concelho da Huila. História e evolução da colónia da Huila. Estado actual e dados estatísticos.

II—Colónia da Chibia. Sua fundação e evolução. Estado actual e dados estatísticos.

III—Posto militar do Quipungo. Sua fundação, desenvolvimento e estado actual.

IV—Posto militar do Capelongo. Sua fundação e estado actual.

V—Situação, descrição física, clima e nosologia do concelho da Huila.

VI—Huila e Chibia. Habitantes, sua constituição leis e costumes.

VII—Quipungo. Seus habitantes, constituição, leis e costumes.

VIII—Capelongo. Seus habitantes, constituição, leis e costumes.

IX—Concelho da Humpata. Sua fundação e evolução; colónia portuguesa, colónia boer; sua fixação, desenvolvimento e qualidades características. Estado actual do Concelho. Situação, descrição física, clima e nosologia do concelho da Humpata.

X—Concelho do Lubango. Fundação da Colónia do Lubango e Cacoluvar. Emigrações madeirenses. Evolução das colónias, seu progresso e decadência. Estado actual e dados estatísticos. Situação, descrição física, clima e nosologia do concelho do Lugango. Habitantes, sua constituição, leis e costumes.

XI—Concelho dos Gambos. Sua formação e evolução. Caracter dos povos e estado actual. Situação, descrição física, clima e nosologia. Habitantes, sua constituição leis e costumes.

XII—Circunscrição do Humbe. História e evolução do concelho do Humbe. Caracter e lutas dos habitantes. Sua transformação em circunscrição. Estado actual e dados estatísticos.

XIII—Comando Militar do Cuamato. Sua criação e estado actual. Situação, descrição física, clima, nosologia. Habitantes, usos e costumes.

XIV—Comando Militar do Evale. Sua criação e estado actual; clima e nosologia. Habitantes, usos e costumes.

XV—Comando Militar de Cassinga. Sua criação e

estado actual ; clima e nosologia. Habitantes, usos e costumes.

XVI—Comando Militar do Baixo Cubango. Sua criação e considerações metereológicas e nosológicas. Habitantes, sua constituição, leis, usos e costumes.

XVII—Comando Militar do Cuito. Sua criação. Habitantes, sua constituição, leis, usos e costumes.

Esta simples descrição dá uma idea sôbre a solidez das bases em que assentou a administração de João de Almeida.

Pô-la em relêvo em fazer viver num exemplo que raras vezes tem sido seguido numa colônia onde o palpito, a paixão, a improvisação e o atrevimento da ignorância foram os melhores elementos de govêrno da maior parte dos governadores.

De resto, se não fôra assim, teríamos que considerar milagre a assombrosa actividade dêste homem ou beneficio da sorte o êxito dos seus empreendimentos.

Aqueles que glorificaram o heroi — os mesmos que depois o esqueceram nas paixões da política — não julgaram decerto que por detraz de bravura de militar, avultando mais, ganhando maior relêvo, se erguia a figura intelligente, fulgurante e decidida do administrador.

Não se pode considerar tão isoladamente como a vamos apresentar, em relação à parte militar da sua acção, a obra administrativa de João de Almeida.

Não só pelos elementos de que se serviu — à falta de outros — como também pelas condições especialíssimas em que se encontrava o distrito, a acção militar é apenas um aspecto, uma forma que as circunstâncias impõem à administração.

Todo o trabalho de organização militar é também, ao mesmo tempo, uma obra de organização civil, feita com elementos militares. Nesse tempo o soldado, o sargento, o official tinham que acumular as suas funções de guerra com funções civis que a situação não permitia entregar senão a militares.

Mas êste facto constitui um dos traços mais originaes da administração de João de Almeida. Não houve ramo de administração onde a sua acção se não fizesse



O Observatório metereológico no Lubango projectado e construido
por João de Almeida no quartel de Dragões

sentir. Em dois anos rápidos, intensos, plenos, forma-se um território português, organizado, apto a desenvolver-se num sentido português, onde antes existia o logradouro de gentio, das cobiças de indesejáveis e dos apetites de estrangeiros. E tudo isso se faz com elementos escassíssimos—impróprios segundo um ponto de vista teòricamente orgânico—mas que êle adapta, ensina, instrue e forma como peças preciosas da máquina que ia montando.

Quando hoje se vêm as administrações coloniais fazerem depender exclusivamente do maior ou menor volume de verbas o êxito ou fracasso dos seus empreendimentos, temos a impressão de que está esquecida ou ignorada a magnífica lição dada por João de Almeida: Há evidentemente uma questão de dinheiro que é indispensável considerar—mas o êxito duma administração colonial depende sobretudo do poder de adaptação do chefe aos recursos de que dispõe, do conhecimento profundo dos territórios e dos seus problemas, do espírito de sacrificio do administrador e das suas qualidades pessoais de engenho, de originalidade e de espírito realizador.

Foram essas as virtudes do Governador da Huila.

Vejamos como elas se desenvolveram através dos vários capítulos da administração dêsse território conquistado, nacionalizado e organizado por êle.

I. Política Indígena

O relato que fizemos àcerca da ocupação militar revela claramente quanto João de Almeida conhecia a vida e a psicologia dos indígenas.

Vimos como a habilidade junto dos povos rebeldes o serve, por vezes mais poderosamente, que a acção das armas.

O *Sul de Angola*, como já referimos nos capítulos referentes a indígenas, é um verdadeiro compêndio etnológico, um verdadeiro código de costumes.

Sobre êste conhecimento profundo àcerca dos povos que habitavam o distrito, não admira que a política indí-

gena tivesse alcançado equilíbrio e eficiência que jámais conheceu, quer na Huila, quer no resto da Colónia.

E nesse tempo, pode dizer-se, mal existia uma ciência oficial sôbre o assunto. Tudo era empírico, vago, abstrato.

O problema tinha, como bem pode calcular-se, uma importância capital. Tratava-se dum distrito cuja maior área estava recentemente ocupada, habitado por povos aguerridos e habituados a largos anos de liberdade e independência — em que os próprios já pacificados se encontravam sempre aptos a receber as sugestões e exemplos daqueles que ainda se não tinham submetido.

Vimos a habilidade com que o Governador levou a cabo uma obra de ocupação militar cujo maior título de glória consistiu em ser realizada, quási sempre, pacificamente.

As ocupações do Evale e de Cafima, sobretudo, são puras acções duma política indígena perfeita.

À medida que a ocupação ia avançando e a organização da administração civil se ia estabelecendo, o Governador dava directivas preceituais e claras sôbre a forma de política indígena a adoptar. É notável, sob todos os pontos de vista e confirma plenamente o que dizemos, o documento em que João de Almeida regulamenta as relações que devem existir entre as autoridades e os chefes indígenas e regula as atribuições, direitos e prerogativas de cada um.

«Lubango, 4 de Março de 1909. — Aos chefes de concelho e comandos militares do distrito.

Não terá por certo passado despercebido ao espírito de V. Ex.^a, e até mesmo deixado de o impressionar, o ver quão diminuta é a nossa influência sôbre os povos que habitam o distrito.

Pode dizer-se que não há uma única área territorial, nem mesmo naquelas de há muitos anos ocupadas, e onde a população branca mais abunda, em que a acção da autoridade seja completamente efectiva.

Estas vivem, por assim dizer, no meio das populações indígenas em completo isolamento, inspirando-lhes muitas vezes mais indiferença que simpatia, quando não é ódio ou receio, em vez de confiança.

¿ E quantas vezes essas mesmas autoridades se terão sentido desprestigiadas e até mesmo humilhadas no seu amor próprio e no prestígio do cargo que exercem, ao verem que não são acatadas as suas ordens, nem obedecidas nas suas determinações, embora justas e legais?

E é frizante o contraste que se dá com os particulares e muito em especial com as missões, aos quais os indígenas servem sem relutância e muitas vezes quasi gratuitamente, andando por toda a parte sem que os desrespeitem, antes, pelo contrario, recorrendo a elles para a resolução das suas questões.

¿ Possuirão estes individuos alguma força especial ou qualidades superiores às das autoridades, para tratar com o gentio e captar as suas simpatias? Não, por certo. ¿ Qual o motivo deste contraste e de tal situação? Variadas são as causas e tão salientes e palpáveis ellas são, que acho desnecessário enunciá-las, mesmo porque não desejo ferir susceptibilidades de ninguém.

O que é urgente e indispensável é adoptar uma nova orientação mais consentânea à cruzada em que todos nós estamos empenhados, para o que em V. Ex.^a não faltam qualidades nem extremos de boa vontade, e que eu conto que nela empregará o zelo e dedicação, de que tantas provas tem dado noutros serviços.

Nesta orientação está em primeiro plano a política indígena que deve assentar na reconstituição dos pequenos sobados e *mucundas* com os seus séculos (não os grandes sobados sempre diffíceis de manter no seu justo logar e que muitas vezes constituem uma ameaça e entrave à nossa influencia) investindo na autoridade os eleitos pelo povo de entre os grandes e homens de prestígio, mas sujeitos ao nosso veto, para que a eleição não recaia em quem nos não mereça confiança ou seja hostile ao nosso domínio.

É claro que não se nomearão sobas quando as populações os não queiram, mas deverão ser organizadas as mucundas com os seus séculos, embora ellas nunca tivessem existido. Levantar o prestígio desses chefes gentílicos, dando-lhes a força necessária para as suas gentes lhes obedecerem, evitando também que elles abusem da autoridade, praticando violências contra o seu povo ou conspirando contra o nosso domínio, é prática boa e de resultados benéficos.

É claro que onde o chefe se revolta ou exorbita, deve haver immediato castigo ou destituição, mas nunca suprimindo o logar ou enfraquecendo a sua autoridade.

A acção da força deverá ser enérgica e persistente e sempre



seguida duma pressão administrativa constante, justa e benévola, obrigando os chefes indígenas a cumprirem e fazerem cumprir as ordens recebidas, prendendo os desobedientes e castigando rigorosamente os que não se submetam pelos meios brandos.

Será, pois, por intermédio dessas entidades, que os chefes farão conhecer e cumprir com extrema facilidade as suas determinações, uma vez que todos estejam disciplinados e compenetrados dos seus deveres.

Convirá até que os mais afastados tenham junto das suas sedes administrativas representantes seus, para mais facilmente sabermos o que se passa nos seus povos, e fazer-lhes conhecer as determinações das autoridades.

Uma outra questão importante é a repressão enérgica do exercício da autoridade e política, (como seja a resolução das questões gentílicas) praticadas por particulares, comerciantes, funantes, agricultores, e até pelas próprias missões.

Numa palavra, é preciso evitar que os particulares se substituam às autoridades, atendendo os indígenas que se dirijam directamente e nunca por intermédio daqueles, o que por certo redundava em seu prestígio, e se convençam que a quem devem obedecer, é à autoridade e não a eles; isto é, pôr completamente de parte os intermediários.

Com certa mágua tenho observado que as missões exercem um poder político que quizera ver adstrito exclusivamente às autoridades. Não quero dizer com isto que se deve tirar o prestígio às missões, antes o contrário é o meu desejo; mas julgo absolutamente indispensável que as autoridades ganhem e exerçam sobre os povos que as cercam, o poder político que representam.

E' tarefa delicada mas não impossível; e, com tacto e boa vontade, não será difficil, respeitando as missões e missionários no seu verdadeiro campo de actividade, indirectamente exercendo a sua acção sobre os povos em que hoje actuam por intermédio deles, fazendo ver aos indígenas que, devendo acatar e obedecer às prescrições morais e religiosas dos missionários, que legalmente devem pretender, têm forçosamente de atender às ordens das autoridades, sob pena de incorrerem na falta de desobediência e como tal serem punidos.

Um outro ponto também que muito importa, é a educação dos indígenas e, sobretudo, o fazer-lhes conhecer quais são as suas obrigações e deveres para com as nossas autoridades.



Coluna do Pocolo — 1910. Gado tomado no combate do Maquachipumbo



Um 2.º prêmio na Exposição Pecuária distrital — 1910

Estou certo que muitos deles reagem e desobedecem aos mandatos legais, devido a uma má compreensão desses deveres, por exagerados uns, pelo temor das penas outros, e ainda pelo receio de serem desterrados para locais donde nunca mais voltam.

Para isso deverão as autoridades empregar todos os meios de propaganda ao seu alcance, lançando mão dos irregulares, aproveitando o arrolamento do imposto e visitando directamente os habitantes nas suas «sanzalas», de forma a estabelecer com êles certa convivência e intimidade.

Desta forma farão convencer os indígenas da grande vantagem que lhes advem na obediência e sujeição, e dos graves danos que lhe podem resultar do estado de rebeldia.

Nessas visitas os chefes resolverão questões de justiça, aconselhando os povos a que se dirijam afoitamente às autoridades, indagando dos seus processos de agricultura, indicando-lhes os géneros que mais convem cultivar, da criação dos gados, etc., e, enfim, conhecer das suas necessidades mais urgentes, como abertura de camimbas, caminhos, etc., executando logo aquelas que estiverem ao seu alcance e possam ser de sua iniciativa e propondo superiormente as que saiam fora da sua alçada.

Ainda outro ponto não menos importante é o arrolamento de cubata, o qual se deve fazer com tãda a actividade e prudência, devendo o pagamento efectuar-se, sempre que seja possível, por intermédio dos chefes indígenas.

Desta operação resultará um conhecimento mais perfeito da região, do número de habitantes, da sua índole, dos seus haveres, etc.

Finalmente, as operações de recrutamento de mancebos para as unidades indígenas, deverá também servir-se dos séculos, com persistência e tacto, aconselhando-os, fazendo-lhes ver que os brancos prestam igual serviço e muito mais penoso, visto que vêm para muito longe, através do mar, ao passo que êles o prestam nas suas terras, até se chegar à perfeição de o realizar por sorteio entre êles.

Os benéficos resultados já colhidos pelos chefes do Lubango e Humpata, resultantes da prática dos princípios que deixo expostos, e muito em especial depois das diligências efectuadas nalguns concelhos, levam-me à convicção de que, se êles forem empregados com vontade e dedicação, em breve todos os povos do distrito acatarão a nossa autoridade e o farão entrar num período de sossego e prosperidade.—O Governador: *João de Almeida*.

Baseando-se no prestígio das autoridades gentílicas, na conservação e na continuidade dos chefes indígenas, na sua hierarquia própria, desde os séculos e chefes de mucumba até aos sobas, conforme as tradições e usos das respectivas tribus, assegurou uma colaboração absolutamente eficaz entre as duas autoridades concorrentes, utilizando as autoridades indígenas para todos os actos de administração.

E como com João de Almeida, fiscal vigilante de todas as medidas que ordenava, as instruções não eram apenas palavras escritas em papeis, a política posta em prática não tardou a produzir os seus efeitos, na ordem administrativa, tão exuberantemente como os tinha produzido na ordem militar.

Os impostos que nunca, até então, tinham sido pagos ou exigidos começaram a pagar-se sem constrangimento, as revoltas acabaram, as violências dos agricultores e comerciantes desapareceram—e até essa magna questão do trabalho indígena conheceu um desembaraço e clareza que não voltou a ter. Os indígenas trabalhavam sem que para isso fôsse necessário amarrar-lhes um grilheta aos pés, como ainda hoje sucede nalguns pontos do Congo belga e da Africa do Sul.

Antes de João de Almeida, isto é, até 1908, não havia possibilidade de se obter um carregador ou trabalhador para qualquer serviço, por intermédio das autoridades.

Quando Eduardo Costa foi, em 1906, visitar o distrito, impossibilitado de marchar a cavalo, pela obesidade de que sofria, telegrafou ao chefe da Chibia (pura região planáltica ocupada e habitada por europeus) para lhe arranjar carregadores—sob pena de demissão imediata se os não arranjasse.

Respondeu o chefe que se considerava demitido porquanto *era impossível cumprir a ordem do Governador Geral*.

E Eduardo Costa não teria prosseguido se não lhe valesse, com um carro e respectivo gado de tracção, um colono da Chibia.

Os trabalhos agrícolas e domésticos eram assegurados por serviçais prativos das fazendas (escravatura do-

méstica) ou contratados nas regiões a Norte de Cassinga.

Com João de Almeida tudo mudou.

O angariamento de carregadores foi regulado de forma que era sempre fornecido, mediante contracto, pelos chefes de concelho e comando militar, nos quais se fazia o depósito correspondente ao pagamento do trabalhador e onde, no fim, as contas eram reguladas.

E por êste processo, constituído sôbre a base duma política indígena eficiente, eram em 1910 fornecidos todos os trabalhos agrícolas do distrito e das fazendas da Chela, os Caminhos de Ferro de Mossâmedes (em mais de 800 trabalhadores) e até as minas de Octowa, na Damara!

À falta de continuidade na política estabelecida e orientada por João de Almeida se deve o constante despovoamento que depois se passou a observar, até 1928, na Huila.

II. Instrução

A instrução oficial, ao tempo em que João de Almeida assumiu o govêrno do distrito, estava reduzida à que se ministrava nas escolas oficiais de Humpata, Lubango e Chibia, além das particulares devidas às missões religiosas.

Praticamente era inexistente: Insuficientíssima em quantidade, inútil ou prejudicial em qualidade. Uma fórmula importada da Metrópole sem adaptação ao meio nem às pessoas. Se, embora deficientemente, acudiam às necessidades de leitura e escrita das crianças brancas, ignoravam ou não consideravam a instrução do indígena.

João de Almeida atacou, logo de entrada esta deficiência.

As ideas em que o fez estão expostas a páginas 392 e seguintes do «Sul de Angola» em termos dos quais não resistimos à transcrição dos seguintes excerptos, pela atualidade que ainda teem neste ano de 1934:

«A população mais numerosa, quasi única, na maior parte da província, mais do que no distrito, é a preta que,

em verdade, constitui uma enorme e poderosa força, e de incalculável valor económico, que não nos convém desprezar nem abandonar. De que servem os territórios sem braços? Aproveitá-la, pois, dominá-la, amoldá-la às suas e nossas necessidades, desenvolve-la, torná-la ápta, aperfeiçoá-la como instrumento de produção e de trabalho agrícola ou industrial, chamá-la a nós, à nossa influência, aos nossos costumes e aos nossos hábitos—mas tendo o cuidado de a afastar dos maus e viciosos que tão perniciosamente corroem a nossa raça—dar-lhe das nossas comodidades e confortos o *quantum* compatível com o seu estado social, enfim, atraí-la pela nossa acção civilizadora e humana, tal deverá ser a função do Estado por intermédio das suas autoridades e funcionários. Mas para o conseguir nenhum meio, nenhum instrumento mais apropriado, nenhum aparelho mais perfeito, do que a instrução e educação.

Não essa instrução que nós chamaremos falsa, se bem que não seja êste o termo rigoroso, que faça do indígena, dessa verdadeira criança, dêsses cérebros duros e absolutamente fechados às mais simples e elementares ideas de abstracção, onde nunca penetrou o mais insignificante raio de luz, que é o preto de Africa, um creatura nova só por saber ler e escrever, mas com a mesma mândria da sua raça e desviando-se dos seus semelhantes por novos vícios; mas essa instrução que faça dêles criaturas com hábitos de trabalho, morigerados na família e no convívio social, não se envergonhando nem repelindo o contacto dos seus, mas caminhando para êles com conhecimentos úteis e applicáveis à agricultura, às artes e às indústrias.

.....
 Quer dizer: que façamos dos pretos homens que saibam falar, ler e escrever o português, mas que permaneçam nas terras, que as cultivem, enfim, que sejam um elemento de progresso e de desenvolvimento da riqueza dêles e dos outros.

.....
 Com a leitura e a escrita ministra-se o ensino do officio ou arte. E tais conhecimentos só podem ser ministra-



Manifestação feita a João de Almeida na sua visita à Humpata em 1910

dos nas escolas-oficinas de artes e de ofícios e nos campos de ensaios e culturas.

.....
E uma vez adquiridos estes conhecimentos, perderam entre os indígenas, do mesmo modo que entre as populações rurais do continente, transmitindo-se de pais para filhos e ainda a estranhos, sendo freqüente os pais mandarem os filhos aprender um ofício com outro que o saiba, da mesma região. São factos da nossa observação. Quando, em missão de reconhecimento, percorremos a região dos Dembos, no distrito de Luanda, no Encoje, no Duque de Bragança, em Ambaca, encontramos, entre os nativos, ferreiros, pedreiros, carpinteiros, que fabricavam as suas ferramentas, construíam as suas habitações (casas com duas águas, de 2, 3 e mais compartimentos) mais cómodas, mais confortáveis, que muitas das dos nossos camponeses das províncias de Portugal. Não é raro também encontrar-se o mestre de escola indígena para casa de quem são mandadas as crianças a educar.

Com estas ideas, o Governador começou por organizar as escolas já existentes, e que à sua saída eram suficientes para tôda a população branca, e atacou de frente o problema da instrução e educação dos indígenas.

Para isso mandou abrir cursos apropriados, junto dos postos militares, cursos que eram regidos por oficiais, sargentos e praças europeias e indígenas. Êstes cursos funcionavam em casas e alpendres de capim que João de Almeida mandou construir para o efeito, sendo dada uma gratificação variável, paga pelos «Fundos do Distrito» a que adiante nos referiremos, aos cabos e sargentos e um ordenado aos professores, antigos alunos das missões.

Tôda a verba orçamental para expediente de instrução não excedia 100\$00! Foram os «Fundos do Distrito» que permitiram acudir a esta realisação.

Os resultados colhidos nestas escolas, que funcionaram regularmente enquanto João de Almeida governou o distrito foram interessantíssimos e não voltaram a alcançar-se até hoje: Assim, no Capelongo, o alferes Adanta, no curso indígena que ali se estabeleceu e que era freqüentado por indígenas da região, praças brancas e indí-

genas do destacamento, chegou a obter que a percentagem dos analfabetos indígenas fôsse inferior à dos europeus.

Para facilitar a regência dêstes cursos e para lhes dar um carácter mais prático, procurou o governador obter das missões, educandos seus, que, a par da leitura e escrita, soubessem um officio ou amanho das terras, visto que sabendo a lingua dos indígenas mais facilmente os ensinariam, e estes menos relutância teriam em se aproximar da escola.

Também João de Almeida procurou dar uma solução ao problema da instrução profissional para os indígenas, depois de ter fracassado perante a indiferença de Luanda nos seus esforços para montar a instrução profissional e secundária para europeus e indígenas civilizados.

Para isso estabeleceu ainda uma escola de artes e officios junto das oficinas do Material de Guerra, que foram desenvolvidas e ampliadas com a criação das oficinas de funileiro, carpinteiro, sapateiro e alfaiate junto do Depósito distrital. Estas oficinas, uma vez desenvolvidas, eram freqüentadas pelos brancos que o quizessem e por um certo número de rapazes pretos dos arredores, que os chefes indígenas se obrigavam a mandar apresentar.

É claro que todo êste programa se desenvolvia paralelamente ao intensíssimo labor da occupação militar.

III. Agricultura

Se outros elementos da apreciação não houvesse para julgar da persistência inquebrantável e da teimosia heroica que João de Almeida punha ao serviço do seu tacto de grande administrador colonial bastaria o exame da correspondência trocada entre o Governador de distrito e o Governo Geral com o fim de dar uma agricultura ao plano da Huila, para as provar.

É certo que a maior parte do seu esforço se dispendeu em pura perda perante a inércia de Luanda, perante a indiferença do Governo Geral após a saída de Paiva Couceiro—outro heroi que se esfalfou a lutar contra o

Terreiro do Paço. Mas não é menos certo que dêsse esforço ficou o mais completo e espolhado estudo do problema agrícola do planalto da Huila que até hoje tem existido.

O homem que escreve estas linhas governou a Huila, vinte anos depois de João de Almeida a ter governado; está pois em condições especiais de julgamento perante uma questão que ainda está praticamente por resolver e que ainda encontraria nas soluções preconizadas pelo Governador de 1908 a 1910, a maior parte das soluções de hoje.

É que realmente uma das características de génio administrativo de João de Almeida, é ver longe. Mesmo quando a improvisação seria desculpável e parecia necessária, as suas medidas eram de molde a projectarem-se anos fora, a construir um futuro.

No estado de ocupação em que se encontrava a Huila, com a escassês, inferioridade e dificuldade dos meios de transporte dêsse tempo, João de Almeida viu—e muito bem—que o problema agrícola do distrito seria durante muitos anos ainda o problema agrícola da região planáltica, onde era necessário estabelecer, com base na agricultura e na benignidade do clima, fortes núcleos de população branca.

As grandes explorações agrícolas nas terras mais distantes do distrito, uma vez estabelecido um núcleo central de ocupação rural bem organizado e dotado, apareceriam automaticamente como um fenómeno de expansão dos agricultores do planalto—uma vez que estes fôsem realmente organizados e conduzidos. O que era necessário, por consequência, era formar, com condições de vida e de prosperidade, a colónia agrícola de europeus que mais tarde se haviam de expandir por todo o distrito na medida dos êxitos da ocupação militar e do desenvolvimento dos transportes.

Como nos demais capítulos da sua administração, João de Almeida gizou o seu plano sôbre o estudo e o conhecimento dos recursos e possibilidades agrícolas do distrito. O que no «Sul de Angola» se relata sôbre a agricultura na Huila, zonas de cultura, condições económicas,

produtos agrícolas, etc., é, na maior parte das suas observações e conclusões, lição em que ainda podem e devem aprender os homens de hoje.

Conhecedor profundo da meteorologia do seu distrito, terreno por nascimento e inclinação, ao mesmo tempo que tinha o sentido do agricultor e o amor pela terra que um agricultor pode ter, compreendia e via com clareza as condições de êxito duma agricultura planáltica destinada a mercados internos e a garantir as subsistências da população europeia que desejava ver instalada nesse pedaço sagrado de Portugal.

A condição duma boa agricultura, nessa região irregular de chuvas e numa altura em que o estudo da rusticidade das sementes estava por fazer, era, evidentemente, a existência dum sistema de irrigação, aliás indicado e fácil de estabelecer dados os caracteres geográficos do planalto e o estabelecimento dum regime de terras cativante para o colono e útil para a Colónia.

De facto, João de Almeida empenhou-se desde o princípio em regularizar a já complicada questão das terras e em garantir, por meio da construção de represas, a abundância e o aproveitamento das águas para a agricultura.

Já em Fevereiro de 1909, quando eram intensíssimos os trabalhos da ocupação militar, se pode verificar a existência do seguinte alvará que marca o início da campanha agrícola de João de Almeida—essa campanha que havia de fracassar ingloriamente de encontro à muralha de indiferença que se levantara em Luanda:

«Tendo em atenção a urgência que há em se proceder à divisão de todas as águas de irrigação desta colónia de Sá de Bandeira, urgência tanto maior quanto nos últimos anos tem sido irregulares as chuvas e sensível o aumento de população; e sendo certo que a divisão actual, de modo nenhum satisfaz por ter sido feita numa época em que se não dava nenhum dos casos acima citados; atendendo ainda que à autoridade administrativa compete proceder à sua divisão anualmente, divisão, que deve ser, quanto possível, equitativa e justa, beneficiando-se a todos na justa medida das suas necessidades, que

serão avaliados pela área de terreno agricultado, reconhecida actividade e distâncias a que se acham das várias nascentes, para assim poder atender-se às perdas durante o percurso, natureza do terreno e outras circunstâncias que à comissão abaixo nomeada compete ponderar, devendo atender especialmente a que não podem ser usufrutuários destas águas indivíduos que há mais de dois anos não agricultam os seus terrenos, a não ser que se comprometam a agricultá-los, do que a comissão fará menção, na divisão que apresentar.

Hei por bem nomear os seguintes cidadãos para procederem à divisão como neste alvará se indica.

(Seguem os nomes).

Êste trabalho deverá ser apresentado no prazo de 15 dias e o giro não poderá ir além de 7 dias».

Com excepção do que faziam algumas missões religiosas e alguns colonos, isoladamente e contra todas as dificuldades ambientes que provinham da falta duma organização oficial, a agricultura no planalto da Huila, à data em que João de Almeida tomou posse do Govêrno, era a agricultura cafreal. Amanhada a esmo, sem regras, sem orientação e sem estímulo, não dava muitas vezes de comer ao próprio agricultor.

Os ensaios e as experiências feitas na granja da Humpata e nas colónias do planalto tinham-se perdido quasi inteiramente. Delas apenas restavam algumas fazendas particulares em que se cultivava, de preferênciã, a cana sacarina, o trigo de regadio e algumas tristes árvores de fruto.

João de Almeida restabeleceu, montando-as eficientemente, as granjas da Humpata, e do Coculavar e, firme no seu propósito de criar para todas as actividades núcleos de expansão de que o futuro deveria aproveitar, estabeleceu ainda granjas em todos os comandos e postos militares, e postos agrícolas em todos os postos de étape.

Nestes, além das culturas próprias para exploração, visando essencialmente servir os viajantes no interior, faziam-se ainda ensaios de culturas novas, tais como o arroz, o algodão e o tabaco; experiências de resitência de

sementes, viveiros de árvores de fruto e de árvores de saneamento, como o eucalipto, austrálias, etc.

O próprio Governador, fazendo prodígios de aproveitamento de tempo, elaborou um pequeno manual de agricultura que habilitava os chefes dos postos militares, à falta dum quadro de agricultores, a desempenhar a missão que as circunstâncias lhe impunham paralelamente à acção militar. Os postos e granjas do interior eram depois percorridos por agrónomos e regentes agrícolas que, com instruções directas do Governador, completavam uma assistência técnica que era indispensável e dava certa solidez a êsse princípio de colonisação agrícola que quaisquer outros julgariam impossível de estabelecer por falta de recursos.

Nenhum administrador colonial dispôs certamente de tão magros recursos para realizar uma obra como João de Almeida. E êsse pretexto que a tantos, mais providos, tem servido para cruzar os braços, não o utilizou êle. A sua obra é maior, mais vasta e de mais largo alcance que a de muitos que tiveram desastradamente nas mãos os meios materiais necessários para realizar sem dificuldades o que êle fez.

Juntamente com êste impulso inicial dado à agricultura, procurou o Governador acudir ao desenvolvimento da pecuária, utilizando para a aperfeiçoar raças directamente importadas do Cabo e outras salvas dos restos das primitivas colónias agrícolas do planalto.

Foi perante o desenvolvimento e execução dêste plano que o problema das águas se lhe deparou como condição essencial dum êxito durável.

Ordenada a classificação dos terrenos conforme as suas características ou qualidades e estudada, como vimos, a forma de aproveitamento das águas para irrigação e força motriz no Lubango, êle próprio delineou outros aproveitamentos no Caculovar, Neva, Chimpumpunchim, Pocolo, etc.

Mas não bastavam êsses trabalhos para garantir um desenvolvimento amplo à agricultura da Huila. Eram apenas elementos de arrumação imediata aos quais era necessário juntar obras de mais vulto e mais poder, a que

Luanda não se dignou corresponder apesar de serem ridiculamente pouco custosas.

Mas o Governador não era homem que se detivesse perante dificuldades de burocratas. Desajudado de Luanda, e convencido que dali, como sempre, nada tinha a esperar, projectou a formação duma grande companhia agrícola, associando as forças vivas do planalto, para uma exploração pecuária e agrícola em larga escala e aproveitamento das energias hidráulicas para irrigação e força motriz. Os estatutos desta Companhia chegaram a ser organizados, mas a idea cessou com a saída de João de Almeida.

Muitas outras cousas, de resto, cessaram por largos anos.

Um dos últimos actos administrativos do Governador foi a primeira Exposição Agrícola e Pecuária do distrito da Huila. A primeira, não só distrito, mas também de todas as colónias portuguesas.

Esta exposição que foi naturalmente uma consequência do desenvolvimento agrícola que a Huila tinha experimentado sob o impulso de João de Almeida, foi uma verdadeira apoteose de resultados e obriga-nos a meditar uma vez mais sobre o que seria o govêrno dêste homem e as suas consequências para o futuro, se tem encontrado o amparo digno da sua dedicação, do seu patriotismo e das suas formidáveis qualidades de organizador.

E facto curioso. Não foram os particulares que melhor se exibiram na exposição, apesar de terem feito uma demonstração valiosa de actividades e resultados. Foram as granjas militares, directamente organizadas e vigiadas pelo Governador, as que reflectiam poderosamente uma acção official, as que obtiveram as mais eleyadas distinções.

Tudo esmoreceu em 1910 com a exoneração de João de Almeida.

E quem hoje percorrer o distrito da Huila, pacificado, ocupado, cortado por estradas, e se detiver sobre os seus problemas agrícolas, verifica que ainda se movem sob o impulso do Governador de 1908-1910 e que muitos dêles esperam as soluções que João de Almeida tinha preconizado há mais de vinte anos.

IV. Comunicações

A obra de João de Almeida em matéria de comunicações desenvolveu-se paralelamente à da ocupação militar. As suas correrias trepidantes através do distrito, as próprias necessidades da acção militar e o desejo ardente de estabelecer o contacto permanente com todos os pontos da região extensíssima que governava, deram ao problema das comunicações um impulso formidável.

O simples relato do que fez, sem comentários, perante a eloqüente exuberância dos números e dos factos é impressionante:

Montou duas grandes linhas de étapes: uma do Lubango ao extremo do Cuamato (450 quilómetros) passando pela Chibia, Gambos e Humbe; outra de Lubango ao Mucusso (1.100 quilómetros) passando por Quipungo, Capelongo, Cassinga e Posto A.

São ainda hoje as duas grandes linhas de penetração no distrito.

Na primeira havia um posto étape erguido em cada 24 quilómetros (um dia de marcha itinerária) constituído por casas para pernoita de europeus e indígenas, com todos os objectos necessários para cosinhar, telheiros para recolha de gados, depósitos de capim e de lenha, água filtrada, uma pequena horta, capoeira, vacas leiteiras, etc. Nestes longos percursos qualquer europeu podia viajar contando com seguros recursos de pernoita e alimentação que o defendiam da necessidade de fazer-se acompanhar por comitivas numerosas e caríssimas.

Na linha do Cubango estes postos variavam entre dois e quatro dias de marcha.

Uns e outros resolveram, ao tempo, o problema das facilidades de transporte para o interior, condição eterna do desfêgo económico das colónias.

A passagem dos rios e ribeiros foi assegurada, nas duas linhas de étape, por meio de pontes de madeira e outras de alvenaria.

O sistema de transportes nas comunicações terrestres era completado pela navegação fluvial em barcos a vapor e a remos. Vinte anos depois os cursos navegáveis dos



João de Almeida, Governador da Huila, em 1910

rios Cunene, Cubango e Cuito estão ainda por utilizar, pois não voltaram a ser praticados pela navegação fluvial depois de João de Almeida.

O serviço de correios, estreitamente dependente dos transportes e comunicações, encontraram no desenvolvimento dêstes o seu natural desenvolvívmento. Deixaram as malas do correio de ser transportadas às costas dos pretos para o ser em viaturas puxadas a bois, com mudas nos pôstos de étape. Chegaram a criar-se carreiras como as *malas postas* para o transporte de correio e passageiros, em *char-à-banco* mandados construir no Pôrto para serem utilizados também por tracção bovina.

Os telégrafos tomaram grande incremento ligando quási todos os centros de administração, quer se tratasse de fortalezas ou sedes de administração civil. O pessoal, como para tôdas as actividades, teve que ser improvisado. João de Almeida organizou uma secção de telegrafistas sob o comando dum oficial e abriu uma escola de telegrafistas para praças indígenas no Lubango, recrutando desta forma o pessoal necessário para assegurar o funcionamento da rêde por êle montada e que não era paga pela direcção dos telégrafos.

Os próprios guarda-tios e o pessoal de conservação das linhas era militar, com instrução apropriada. À falta de elementos civis o Governador aproveitava as magníficas qualidades de adaptação do soldado português — e a falta de recursos não lhe servia de pretexto para parar.

No momento da exoneração de João de Almeida a Huila, só por si, tinha mais dum terço da rêde telegráfica de tôda a Colónia!

V. Política e Administração Civil

A obra de João de Almeida na Política e Administração Civil coloca-o no primeiro plano dos governadores coloniais.

Da escola admirável de António Enes, que depois se havia de esfrangalhar com improvisações de baixa polí-

tica, foram êle e Paiva Couceiro os únicos grandes realizadores da Costa Ocidental—os únicos a quem se pode atribuir uma intuição política.

As circunstâncias em que se encontrava o distrito da Huila, ainda por organizar, eram, sob múltiplos aspectos, de extrema gravidade.

A ocupação, como referimos, afora as duas linhas de penetração até ao Cunene e ao longo dêste rio, estava por fazer. O domínio sôbre as povoações indígenas era o que temos descrito.

Os próprios brancos escapavam à acção da autoridade, não acatando as leis. Viviam-se sob a ameaça dos boers que, possuídos de fôrça e prestígio sôbre brancos e pretos, alimentavam veleidades de se apôssar do território, proclamando a independência e constituindo-se em república no Sul de Angola.

Havia que organizar uma sociedade onde só existiam tribus, clans, desordem — o cáos.

João de Almeida, sem hesitações, impôs a todos o cumprimento das leis — as leis frágeis que estavam publicadas, e nem sequer eram ainda um princípio de organização, e as leis substanciais que ia publicando e que metódicamente realizavam os objectivos administrativos e políticos do Governador.

E assim, ao passo que por um lado obrigava os colonos portugueses a integrarem-se na sua função social colocando-se ao lado das autoridades no cumprimento da sua missão colectiva de colonizadores, impunha aos boers o respeito pela lei e o regresso à sua condição de hóspedes de terra hospitaleira. Começou por obrigá-los a regularizar a ocupação dos terrenos de que se tinham apossado, a submeterem-se aos regulamentos de contribuição predial, de cortes de madeiras, de caça, etc. — coisas de que a colónia boer, quási soberana no Sul de Angola, não fazia o mais pequeno caso.

Proibiu-lhes em absoluto a administração da justiça pelos seus chefes e autoridades, impôs-lhes os usos e costumes do país que os recebera— isto é, restituiu aos portugueses a sua função efectiva de soberania.

Os boers a princípio pretenderam reagir. Tinham-se

apossado de muitos direitos para se conformarem facilmente com os novos deveres que lhes eram impostos. Mas João de Almeida, mal percebeu o intuito, foi-se à Humpata, então ocupada por eles e, com a rapidez e decisão que lhe eram peculiares, reuniu as forças europeas de que dispunha e, em algumas horas, expulsou o padre, dois professores e quatro dos chefes que tinham aconselhado os seus a resistir às ordens do administrador do concelho quando êste pretendia prender uns boers que tinham espancado um seu compatriota.

A lição foi salutar.

«E quando, em 1909, J. A. regressou duma visita a Loanda, tôda a colónia boër, para mais de 200 cavaleiros, o foi esperar ao arraial de Caionda, à entrada do Distrito, acompanhando-o e vitoriando-o no percurso até ao Humpata onde foi recebido em festa. Quanto à política indígena, é notável o documento em que J. A. regulamenta as relações que devem existir e regular o procedimento das diferentes autoridades e os chefes indígenas, constituindo um verdadeiro Código.

Determina a conservação e a continuidade dos chefes indígenas, desde os *seculos* e chefes de povoações até aos *sobas*, e que estes sejam sempre nomeados ou eleitos segundo a tradição e o uso da respectiva tribu.

Prestigiando desta forma a autoridade gentílica, tendo-a na mão e ao lado do govêrno, as autoridades delas se servem para todos os actos de administração. E tão salutares efeitos produziram estas medidas e orientação que os impostos passaram a pagar-se sem constrangimento, notando-se que nunca até àquela data haviam sido pagos ou exigidos, acabaram-se as revoltas e os domínios de certos agricultores, comerciantes e funantes, passando todos a ter melhor compreensão dos seus direitos e deveres.

.....

Os trabalhos agrícolas e domésticos eram assegurados pelos serviçais privativos das fazendas ou contratados nas regiões a norte de Cassinga, excepção feita dum ou outro rapaz para pastorear os gados ou para serviço dos carros.

Um escoteiro ou transporte correio que acidentalmente precisassem mandar, as autoridades tinham que recorrer aos particulares.

O fornecimento de trabalhadores foi regulado de modo que era sempre fornecido mediante contrato pelos chefes de concelho e comando militar nos quais se fazia o depósito correspondente ao pagamento do trabalhador e onde no fim se regulavam as contas.

Por êste processo, em 1910, forneciam todos os trabalhos agrícolas do Distrito e das fazendas da Baixa Chela, fornecia-se uma média de 800 a 1000 trabalhadores para o Caminho de Ferro de Mossâmedes, não se fornecendo mais porque os não queriam, e iniciando-se o fornecimento para as minas de Octowa, na colónia alemã» (1).

Constituída e organizada a nova sociedade, foi regulamentado o exercício do comércio, organizada a cobrança do imposto indígena e formado realmente, efectivamente, para Portugal, êsse portentoso Sul de Angola que é obra e criação de João de Almeida.

As dificuldades que removeu não são fáceis de imaginar, mesmo através da série de factos que temos amontoado.

Entre elas avultava naturalmente a dificuldade financeira. O distrito não tinha, por assim dizer, receitas próprias — e Luanda esquecia-se que a colónia não era só Luanda.

As verbas do orçamento destinadas a quaisquer obras, eram postas à disposição das obras públicas, mal chegando para a conservação e reparação dos edificios do Planalto.

«Para construção de estradas e carreiteiras, de pontes, das fortificações e outras obras de interêsse militar ou à administração dos territórios recentemente ocupados e pacificados, o Governador não dispunha de cinco reis.

Teve João de Almeida a idea feliz e prática de criar receitas, estranhas às da Fazenda Pública, que êle regulamentou e

(1) «O Coronel João de Almeida», Lisboa, 1927.

fazia fiscalizar com o maior rigor. Faziam parte dos Fundos do Distrito 40 % das receitas líquidas das granjas militares, hortas e viveiros trabalhadas pelas guarnições militares, pelas verbas dos carregadores destinados a oficiais e funcionários, a que se concedia meio de transporte para pessoas e bagagem, pelas receitas dos postos de etapa por alojamentos a civis e fornecimentos de água, combustíveis e forragens, venda de leite, ovos hortaliças, etc., pelas receitas de portagens e passagens dos rios, ofertas de oficiais, comerciantes e proprietários, estes em regra cimento, forragens, pipas, etc., serviços braçais e de transporte em carros.

João de Almeida era sempre o primeiro a dar o exemplo. A verba dos carregadores a que tinha direito, a forragens do cavalo e muares do seu carro de mato, que êle sustentava, quando em viagens pelo interior, assim como a retribuição de presentes que êle fazia da sua algibeira, deram sempre integral entrada nos Fundos do Distrito.

E dêstes fundos, por todos auxiliados, saíam as verbas para a abertura de carreteras, pontes, barcos para travessia dos rios, laboração de oficinas e fabrico de telha, tijolo, secção de madeiras, compra de material telegráfico, sua montagem e pagamento do pessoal particular, não incluído nos quadros, aos professores das escolas junto dos fortes e postos militares, fornecimento de livros, aos observadores dos postos meteorológicos, modificações nos fortes, mobílias e utensílios para os europeus.

Só em 1910 adquiriu João de Almeida, para serviço das guarnições militares, 34 meios serviços de louça da Vista Alegre e outros tantos de vidros da Marinha Grande e mais 400 mosquiteiros para praças europeias, além de muitos outros artigos para utilidade das muares e dos oficiais; em 1909, comprou à casa Rosemberg 500 k. de linha telegráfica, fio e isoladores e 20 estações, tudo isto pago pelos Fundos do Distrito. Foi ainda esta verba que em 1910 forneceu os recursos para as despesas com a 1.^a Exposição Agrícola e Pecuária e os respectivos prémios, a última obra de João de Almeida.

Verba abençoada que para tudo chegava. Nos fortes

do Sul de Angola, os europeus habitavam em casas de alvenaria ou de adobe, quasi tôdas cobertas a telha, caiadas, janelas envidraçadas, dispondo do conforto que as mesas, cadeiras, louças, camas, etc., oferecem, em contraste com a casa de capim, o caixote para servir de meza assento, a sordidez e a miséria. Até a maioria das casas dos soldados pretos eram caiadas. Era cousa que muito impressionava nacionais e estrangeiros ver tôdas essas comodidades mesmo nos fortes internados a 1.200 quilómetros do mar, como Mucusso, em contraste com o que se passa noutros postos, apenas a alguns quilómetros da costa» (1).

Resumindo, vemos o seguinte:

«Não teve João de Almeida mais espaço que dois escassos anos para realizar tão extensa obra. Fez muito, deixou muita semente na terra. Mais faria se o não roubam à sua tarefa, a execução do seu ideal de grande e verdadeiro português.

A *ocupação* que era de 300 quilómetros passou a 1.200. E a *área* onde se passou a exercer a nossa administração pacificamente como na Metrópole, passou a 14.000 quilómetros a mais de 100.000 (!).

De 13 *Fortes Militares* passou a haver 27, marcando o nosso domínio, policiando, administrando, ensinando, educando, agriculturando, fazendo obra de paz e de fomento. A guarnição que para 14.000 quilómetros era de 2.152 homens, passou a ser reduzida de 747 para o serviço dos 100.000 quilómetros registados!

Como consequência de tudo isto, o *Imposto* na região Abucuneira, que em 1808 rendeu pouco mais de 1 conto e 500 mil reis, em 1910-11, rendeu mais de 27 contos e 500 mil reis; isto é, aumentou 17 vezes, espantoso e grande benefício para a Fazenda Nacional. E é apenas o

(1) «O Coronel João de Almeida», Lisboa, 1927.

Imposto indígena, pois o desenvolvimento do Comércio, da Indústria e da Agricultura, também criou riqueza e veio directa e indirectamente beneficiar o erário público, que foi quem ganhou com êste colossal trabalho do Governador João de Almeida, e o gentio obedecia e dava trabalhadores, o que até ali não fazia.

A *Rede Telegráfica e Telefónica* foi aumentada tendo feito levantar 797 quilómetros e deixado para levantar 397, de maneira que só o seu distrito ficou com mais de um terço (!) da rede de tôda a Província. E do *rendimento* das *granjas* militares, tendo remunerado convenientemente o pessoal que trabalhou, só o Pôsto de Quipungo, no seu segundo ano de exploração, educados os soldados para o trabalho, rendeu mais de 17 contos de receita líquida para os Fundos do Distrito.

Apreciando a obra realizada é preciso não esquecer de apreciar também os recursos que, para ela, dispôs ou soube criar João de Almeida para ser avaliado, como deve ser, o seu trabalho.

Traçou um plano que não mereceu reparos superiormente, bem ao contrário, e que correspondia a uma necessidade sendo a continuação natural da obra começada pelas colónias agrícolas da instituição de Sá da Bandeira e aspirações criadas depois da fixação dos boers no planalto.

Precisava de elementos para o efectivar, mas quem ler o *Sul de Angola* vê a tristíssima odisseia que foi a luta contínua de aquele Governador reclamando os elementos referidos sem nunca ser atendido e sem ser possível pedir responsabilidades por tanta enercia.

A guarnição do Distrito foi até reduzida em mais de 800 homens, a-pesar-da área ocupada ter quási decuplicado. Pois estes homens, concentrados na Huila, tinham permitido essa sonhada ocupação do Cuanhama, que tão cara ficou; evitando-se aquelas grandes horas de inquietação ao valentes formando o quadrado da Mongua, e a não menor inquietação dos valorosos portugueses, que num formoso rasgo de solidariedade, ainda não devidamente reconhecida e recompensada pela Metrópole, vieram do Cuamato restabelecer a situação e facilitar a vitória definitiva das armas portuguesas.

Faltou o pessoal militar e faltou o pessoal civil. Porém João de Almeida não vacila:—não atendem, improviza. Improviza telegrafistas, engenheiros, operários, mestres, escolas, enfim tudo quanto precisou, tendo encontrado da parte de oficiais, sargentos, praças, funcionários civis, colonos fixos, boers e até indígenas (herrerros fugidos aos alemães, damaras, etc.) o auxílio de que teve necessidade, sempre prontos com a dedicação que João de Almeida, a cada passo, regista no seu livro memorável, e êle tão bem sabia provocar.

Quanto ao material, que a sua actividade intensa, inesgotável, encomendava no Cabo, na Alemanha, etc., visto não lhe darem dinheiro, para o pagar, improviza também, cria, como já atrás se disse, uma nova receita —*Os Fundos do Distrito*. Entrava aí o rendimento das granjas militares, economia do não fornecimento de carregadores (entre estes estão aqueles a que João de Almeida tinha direito como governador e que *nunca* recebeu) etc. Pois até esta receita, que não existia se não fôsse êle, indispensável para acabar a obra que não se fazia se não fôsse êle, lhe quizeram, depois de criada, arrebatá-la, aqueles que não vão para as colónias colonizar, mas ganhar como funcionários, e como funcionários entrando tudo que não seja o ra-me-rão que conhecem, e além do qual não vai a sua largueza de vistas. Contra êles lutou João de Almeida também e os Fundos durante quanto êle durou ali, pagavam grande parte das despesas sem as quais, talvez ainda não houvesse os Distritos nos quais se dividiu o extenso Sul de Angola, campo largo onde se exerceu a actividade de João de Almeida. Isto mostra que não se podia zelar melhor os interesses da Fazenda não os separando do patriotismo e do exacto mas inteligente cumprimento do dever. Não há administração de dinheiros públicos mais parcimoniosa e até mais feroz, que a dos de que dispunha João de Almeida; de contrário a obra que realizou não passaria do papel» (1).

(1) «O Coronel João de Almeida», Lisboa, 1927.



Catarata Ruacaná no rio Cunene — Marca geodésica de João de Almeida



Um trecho do Cunene depois da catarata de Ruacaná

X

O Prémio

Estava João de Almeida a alcançar a meta depois de tão larga e exgotante correria. A Huíla estava administrativamente organizada, progressiva, desenvolvida e — a pobre, a tradicionalmente pobre Huíla — até desafogada financeiramente, quasi rica estava.

Activavam-se os trabalhos para a occupação do Cuanhama, desenvolvia-se esse plano magnifico que havia de coroar a sua obra de occupador e que pouparia mais tarde o sacrificio de tantas vidas e tanto dinheiro que se perderam na campanha do general Pereira de Eça e no misterioso desastre de Naulila.

Do desenvolvimento do Comércio e da Agricultura, do impulso dado às novas indústrias, novos e importantes rendimentos afluíam ao Estado.

Estava prestes uma grande exposição agricola e pecuária com representação de todo o distrito e que o Governador tinha organizado como elemento de propaganda e de controle da obra administrativa realizada.

Nessa altura proclamou-se a República em Portugal. O regime mórbido dos conselheiros caía apodrecido com o seu prestígio apenas salvo pelos homens do ressurgimento colonial.

Para o substituir vinha outro conduzido, em geral, por esfomeados a quem a farta mesa do Estado logo se-
duziu.

João de Almeida só soube da proclamação da República cinco dias depois do acontecimento.

Pediu immediatamente a demissão, mais pelos laços de amizade que o ligavam à família reinante, do que por

quaisquer outros motivos duma Política de que sempre se conservara alheio e arredo.

Quando no Lubango se soube do pedido de demissão, todos os colonos e funcionários, numa manifestação unânime — todos êsses que tinham sido espectadores e companheiros da sua acção, os únicos que em boa verdade e sã consciência o podiam apreciar — lhe foram pedir que ficasse. Ao Governo Provisório foi enviado um telegrama pedindo a sua permanência à frente do distrito em nome dos serviços que nêle tinha prestado.

Dias depois o novo Ministro das Colónias telegrafava pedindo a João de Almeida que se mantivesse como Governador da Huíla.

Êste que não via outra cousa senão a sua obra, devorado pela ânsia de a levar a cabo, ocupando e pacificando o Cuanhama, cedeu, e logo se lançou no prosseguimento dos trabalhos que estavam em curso, possivelmente satisfeito com a solução do caso.

Realiza então essa admirável exposição Agrícola e Pecuária — estendal precioso dos frutos da sua acção administrativa e a prova provada de quanto a sua organização, o seu trabalho e o seu espírito criador tinham sido eficazes. Foi o primeiro certame dêste género que se realizou em colónias portuguesas.

E, em competência com os agricultores da Huíla e de Mossâmedes, foram as granjas militares que obtiveram maior soma de prémios e referências.

Ao mesmo tempo intensificava a acção diplomática junto ao Cuanhama e organizava os *funantes* que haviam de iniciar o seu plano de ocupação.

Em plena actividade recebeu então, particularmente, através de um seu irmão que vivia na Metrópole, a notícia de que ia ser exonerado.

Telegrafou imediatamente para Luanda, donde o Governador lhe respondeu que nada constava, pedindo-lhe que, portanto, se deixasse ficar. Todavia, telegrafou ainda para o Ministério das Colónias donde também lhe responderam que nada constava.

Como tivesse a maior confiança — e com razão — na informação particular que recebera, comunicou para Loanda

que seguia para o Norte. E no dia imediato àquele em que terminou a exposição pecuária abalou a caminho da capital da Província.

Governava então interinamente a Colónia, Caetano Gonçalves, que, recebendo em Luanda o Governador da Huíla novamente lhe assegurou que nada constava sôbre a sua exoneração e que, uma vez que fôra o próprio Ministério quem lhe pedira para se conservar no Govêrno, aconselhou o seu regresso ao Lubango.

A-pesar-de tudo João de Almeida resolveu não ficar.

A informação que tivera era realmente de boa fonte.

Tendo embarcado para Lisboa, cruzava-se em S. Tomé, com o seu sucessor—um parente do chefe de gabinete do Ministro—a-pesar-de alguns dias antes o Ministério lhe ter comunicado que nada constava a respeito da sua exoneração.

Era o prémio.

João de Almeida começava então a pagar com dureza, como se fôsse crime ou negro pecado, o que pelo seu país tinha feito.

Daí por diante iam começar os revezes para êste homem, que em cinco anos assombrosos de acção os não tinha conhecido uma só vez.

Regressava pobre—mais pobre do que tinha partido—pois teve que pedir dinheiro emprestado para embarcar. As magras economias que poderia ter feito eram gastas nas despesas de representação e presentes ao gentio.

O que se ia passar depois, durante vinte anos, em vexames, perseguições, insultos—tudo organizado, por vezes, numa verdadeira campanha de difamação oficial—excede tudo quanto a imaginação mais doentia poderia prever.

Também essa história se há-de fazer um dia com a triste documentação sôbre a forma como Portugal—êste país onde os valores escasseiam—sacrifica e põe de porte os seus melhores homens.

As conseqüências da exoneração de João de Almeida começaram imediatamente a sentir-se. Entre o que a êsse respeito, os jornais de tôdas as côres publicaram, umas

vezes expontâneamente, outras vezes como reflexo de considerações da imprensa estrangeira, respigamos algumas palavras eloqüentes :

Diário de Notícias de 3/5/911, correspondência do Lubango :

«Abstemo-nos por completo de entrar em apreciações sôbre o Govêrno que tem feito o novo Chefe do distrito; é assunto tão escabroso e ingrato que entendemos não o dever abordar...»

Tudo se tem cifrado, que nós saibamos, em substituições de funcionários e angariar elementos para syndicar os que vão e os que ficam.

.....
 Os nossos votos eram e continuam a ser que S. Ex.^a faça um govêrno que se aproxime um pouco, já não dizemos igual porque isso é impossível, ao do grande e inolvidável João de Almeida»,

Diário de Notícias de 19/5/911, correspondência do Lubango :

Desavenças com os alemães

.....
 «Emquanto João de Almeida esteve a governar a Huíla correu tudo muito bem; João de Almeida é substituído e apenas chega a noticia à Damaraland alemã começam as complicações...»

Pois quando tôda a gente esperava que, à semilhança do que fazia João de Almeida, o actual chefe do distrito partisse imediatamente para lá, vimos com mágua incalculável que nem êste assunto lhe mereceu tão grande consideração».

Diário de Notícias de 1/6/911 :

«Começa a sentir-se a falta de João de Almeida»,

.....

De *O Mundo* de 10/7/911 :

«De um sincero republicano actualmente residindo em Chibia recebemos uma longa carta, onde, além de lamentar a exoneração do sr. capitão João de Almeida, fez a êsse respeito várias considerações».

Diário de Noticias de 26/4/912, a propósito da nomeação dum novo Governador (Moura Braz):

«A Sua Excelência lembramos o conselho desinteressado e neste logar expendido, ao seu antecessor—seja um continuador da grande obra do nunca esquecido governador João de Almeida...

Cultive e ampare com carinho a semente deitada na Huíla por aquele grande patriota, aquela indomável alma de herói, contribua para fazer subir à altura máxima a obra gigantesca cujos alicerces tão fundamente foram lançados por aquela férrea vontade e verá coroados do êxito mais lisongeiro os seus profícuos esforços».

A Reforma de 25/2/911 :

Os Cuanhamas

«Deu-se o facto que o patriota João de Almeida tanto almejava; morreu o soba Nane. Os acontecimentos resultantes estavam previstos por João de Almeida, com rara intuição, reveladora da sua prespicácia e do profundo conhecimento que tem do distrito. Com êle, aproveitando o país as suas extraordinárias faculdades de trabalho e excepcionais qualidades de profissional, ocupar-se-ia o *Cuanhama* com os minguados recursos militares e financeiros da província. Sem êle, ainda nada se fez, e há um mês que o *Cuanhama* se dividiu em dois bandos que se deglandiam numa guerra exterminadora e pedem aflitivamente o nosso auxílio. O visinho Evale espreita a ocasião de intervir pelo seguro, e espera que nos pronunciemos, para ir pelo bando nosso protegido! O grave do caso é ser um dos chefes dêsse bando apaniguado da missão americana! Perde-se o ensejo; e quem sabe o que mais se perderá...

Reveja-se a *Arcada* neste espelho mas ao menos que nos não

tenha por cúmplices do crime de lesa-pátria que cometeu demitindo João de Almeida, na presente conjuntura».

Reforma de 12/12/911:

«Paris, 7—A *Gazeta da Colônia* faz alusão ao facto de ter sido occupado pelos alemães na Província de Angola e na margem do rio Cubango, um forte português, afirmando que êsse forte estava construído na zona de influência alemã».

.....
«O que dirá a isto o sr. Capitão João de Almeida?»

Voz de Angola de 30/3/911:

«Com que saúde se pronuncia êste nome! E com que má-gua reconhecemos de verdadeira a grande falta que o modesto João de Almeida, o incansável, o puro, o honrado cidadão, faz ao distrito!

Há 2 anos que, na presente quadra, o vimos correr para o Evalé, com um punhado de homens dizimados pelas marchas em terrenos encharcados, pantanosos.

.....
Hoje o Cuanhama debate-se numa guerra fraticida.

O Nande morreu legando ao seu povo a mais intransigente disputa entre dois dos seus herdeiros.

E não há quem aproveite a deixa para se entrar ali completando a occupação do distrito!

!Falta o João de Almeida—falta tudo!

Tendo-se assim elevado acima de tôda a política reles que então, antes e depois, parasitava o país, nunca, todavia o bestunto inferior dos dirigentes o pôde ou soube compreender.

Recusando aos monárquicos a sua colaboração nas tentativas de restauração monárquica, foi malquisto por estes; negando-se perante os republicanos a pagar como preço do Governo Geral de Angola a sua adesão a um dos partidos do regime foi por êles votado a tôdas as perseguições.

É como a maior parte do país se enfeudara servil-



Catarata Ruacaná no rio Cunene — Rápidos a montante à catarata



Outro aspecto das cataratas de Ruacaná

mente a uns e a outros, como dentro do próprio exército a política inferior dos interesses e dos grupos ia correndo a disciplina, a camaradagem e o patriotismo, muitos poucos eram aqueles que estavam em estado mental e moral de compreender as atitudes de João de Almeida.

E todavia essas atitudes eram infinitamente simples e resultavam duma regra que tinha imposto a si próprio: Servir o seu país, fôsse qual fôsse o regime, uma vez que êsse serviço não fôsse contrário à sua consciência de português e de patriota.

E assim serviu a República, quer nas comissões de que fez parte logo em 1911, quer em Aveiro como comandante duma unidade, quer em Cabo Verde onde concebeu êsse grandioso projecto do pôrto Grande de S. Vicente.

Os monárquicos que o queriam ver a seu lado maldiziam-no porque êle servia o seu país dentro do regime vigente; os republicanos acusavam-no de querer a monarquia!

Mal com os homens por amor d'el-rei; mal com el-rei por amor dos homens!

Entre os dois fogos, a-pesar-de manter para com os monárquicos uma atitude irrepreensível de camaradagem, que foi até ao ponto de não se defender de algumas das suas agressões, e de manifestar para com os republicanos a mais perfeita lealdade, João de Almeida não conseguia fazer um gesto, dizer uma palavra ou tomar uma atitude sem que gesto, palavra ou atitude fôssem imediatamente desvirtuados e mordidos pela calúnia.

É que realmente era difícil, em Portugal, ser simplesmente português.

E tão difícil que quando foi julgado a bordo da fragata «D. Fernando» a sua fôlha militar apareceu com a casa de condecorações e louvores em branco—porque nada constava a respeito dos seus serviços!

E assim, perseguido, batido, preso, deportado—in-sultado até, sem que pudesse desafrontar-se ou defender-se, os vinte anos que se seguiram têm sido uma longa odisseia—a odisseia-prémio da odisseia gloriosa de 1906 a 1910!

Primeiro tem que expatriar-se para não morrer de fome; faz um curso de engenheiro, frequenta uma escola de aviação e vai trabalhar para o Brasil. Surpreendido pela guerra, de passagem por Marselha, é convidado para comandar um regimento da Legião Estrangeira, que não aceita. O desastre de Naulila, leva-o a oferecer-se para fazer parte da expedição enviada ao Sul de Angola, mas não o aceitam.

Em Marselha onde começa como electricista numa loja de artigos eléctricos acaba como engenheiro duma companhia de caminhos de ferro. Volta a Portugal mas o movimento de 14 de Maio obriga-o a expatriar-se outra vez. Vai depois para Marrocos onde o surpreende a entrada de Portugal na guerra. Apresenta-se no Consulado em Casablanca, para ser mobilizado, mas não é convocado. Apresenta-se mais tarde em Portugal após o movimento de 5 de Dezembro de 1917, sendo preso depois da morte de Sidónio Pais na masmorra que serviu a Gomes Freire. Serve em Cabo Verde donde regressa depois de 28 de Maio de 1926.

E já depois desta data é preso ainda e deportado, por via duma intriga que a História esclarecerá um dia.

E contudo no Brasil faz trabalhos notáveis; em Marrocos concebe êsse generoso e patriótico plano de que saiu a «Visão do Crente», primeiro catecismo do nacionalismo português; em Cabo Verde porta-se como o primeiro e único director de Obras Públicas que por lá passou e deixa o estudo mais completo e grandioso que há feito sobre o pôrto grande de S. Vicente; em Portugal serve lealmente o regime—a ponto de ser êle quem, pode dizer-se, o salva em Aveiro.

Pois bem! É em Aveiro que lhe atribuem atitudes escuras, tôda essa gente que ignora ou finge ignorar o que êle tem feito de claro, de grande e desinteressado.

Através de todo êste amargo calvário de 20 anos, no entanto, João de Almeida não esmorece nem nêle fraqueja a ânsia patriótica de «servir», de ser útil, de contribuir para a grandeza do seu País.

O homem de acção, vigoroso, trepidante, apaixonado

pelos seus objectivos, alcança nestes 20 anos, a par duma cultura notável, um sentido mental e espiritual de patriotismo que a «Visão do Crente» define com uma clareza, uma profundidade e um idealismo que são a própria essência do Político que nas razões superiores duma Política entende os destinos do seu País.

É com êle que a idea nacionalista aparece pela primeira vez em Portugal—não com o cunho integralista que já lhe têm attribuído e que, no fundo, é o cunho de mais um partido político como os outros, que não lhe podia interessar—mas com a pureza, as aspirações superiores e os objectivos patrióticos que vivem na própria essência do vocábulo. De resto as ideas integralistas são posteriores à «Visão do Crente».

É do concôrto das suas ideas que sai o programa da ditadura iniciada em 28 de Maio e elaborado a pedido do marechal Gomes da Costa.

É um programa! São palavras, dir-se-á.

Simplesmente é preciso recordar que, se há homens que possam elaborar um plano, com direito à confiança de todos, pelo que respeita à execução, um desses homens é, incontestavelmente, João de Almeida.

Espírito disciplinado e perfeito de realizador, servido por um grande ideal e por ideas arrumadas, realizou sempre os seus planos e programas com uma exuberância e pujança que não vemos em mais nenhum dos portugueses dos últimos cem anos.

Todavía não esboça um gesto, um pensamento ou uma attitude que os monárquicos não tomem como uma adesão de vendido aos partidos republicanos e que os republicanos não denunciem como um acto atentório da segurança do regime.

¡ Rico e poderoso País êste que pode assim esbanjar e inutilizar homens como João de Almeida!

Não há absurdo que não tenha sido aceite e pôsto a correr pelos seus inimigos. Os mesmos homens que um dia o accusam de pretender restaurar a monarquia, no outro dia perseguem-no sob o pretexto de estar conluiado com os partidos constitucionais.

E aqueles que não acreditam, a-pesar-de tôdas as

provas, na sua acção formidável de soldado, de administrador, de político, de herói e de português, não hesitam em acreditar e dar curso, sem prova nem raspa de prova, às calúnias mais fantasiosas.

Na verdade — rico País êste !

A odisseia é longa e não é aqui o lugar de se fazer a sua história. ; Importa apenas enunciá-la como título de recompensa e gratidão... à portuguesa !

Eu sei que amanhã, quando João de Almeida desaparecer, não faltarão apoteoses e coroas de louros a decorar a sua memória. Sei também que na comitiva se hão de incorporar muitos daqueles que por inveja, ódio inferior e falta de patriotismo, o apedrejam ou o têm apedrejado.

Mas a essa justiça tardia e hipócrita não nos queremos nós associar.

João de Almeida está felizmente vivo, são, no pleno desenvolvimento duma mentalidade altíssima de português — *homem de acção e homem de ideas*, segundo a fórmula de Bergson.

A justiça que é preciso fazer-lhe tem que ter, para não ser hipócrita, anti-patriótica e balofa, êste aspecto prático: Torná-la utilizável pelo País ao qual João de Almeida pode ainda prestar serviços do quilate e da têmpera daqueles que lhe tem prestado.

XI

Para fechar

Êste livro tem sido escrito com muito entusiasmo. Não é, de-certo, o livro dum historiador. Não pretendi dominar-me, nem procurar efeitos—escrevi-o tal como o senti e senti-o sôbre factos que qualquer pode verificar na extensa bibliografia de que nos servimos.

Estas críticas que se podem fazer ao livro—a do entusiasmo e a do calor que passa nalgumas das suas páginas—não o recomendam certamente como compêndio de história. Mas notemos que a admiração que não escondo e que muita sinceramente deixei ficar, sem emendas nem razuras, nos capítulos desta obra, justifica-se por dois motivos: um que resulta do facto de se tratar realmente duma figura admirável; outro que é pura reacção dum homem que conhece João de Almeida, que o estudou e que o tem visto trabalhar, contra tantos que o não conhecem senão através do que a fantasia duns e a maldade de outros foi amontoando anos fora.

Perdoem-me, aqueles que desejariam encontrar nestas páginas mais frieza e maior rigidez de apreciação, menos calor, menos admiração—porque em compensação os factos são verdadeiros, verificáveis, e, graças a Deus!, podem demonstrar-se com mais facilidade que certas negativas invejosas que por vezes sinto em volta do nome de João de Almeida.

Não fiz História, concordo—porque não soube ocultar uma forte admiração nem uma sadia amizade pelo homem de quem quisera ser discípulo e cujo exemplo magnífico tantas vezes me comove. Mas deixo a quem quiser fazer História subsídios valiosos e que, por serem exactos, hão de conduzir a resultados idênticos aos que

apresentei. Mais frios talvez, mais elegantes, mais prestigiosos—mas, no fundo os mesmos.

É que, como disse, a figura é admirável.

Mestre da acção, homem de pensamento e de extraordinário poder realizador, João de Almeida é o mais notável exemplo de energia, de patriotismo e de dedicação pelo trabalho, que Portugal viu nos últimos cem anos.

Isto hoje é verdade para meia dúzia de homens—amanhã sê-lo-á para Portugal inteiro, quando sôbre as paixões arrefecidas outros homens vierem reparar as injustiças de opinião e conceito que são vulgares entre gerações que se acotovelam.

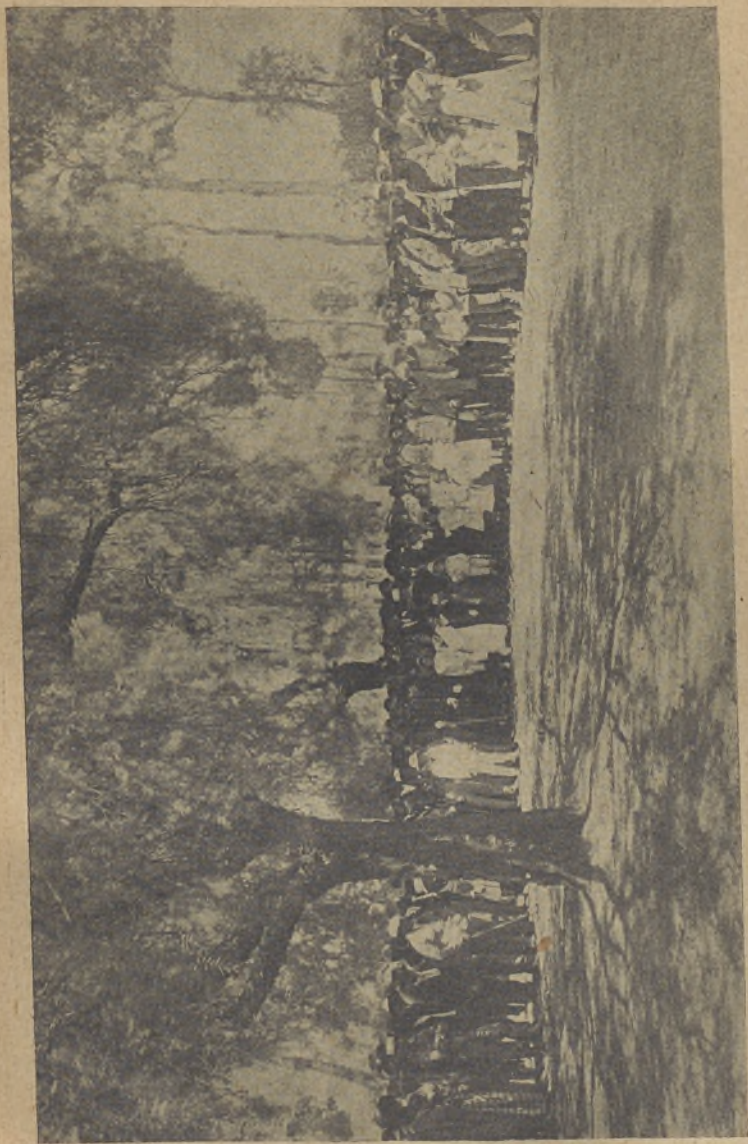
Não sei, todavia, que mais admire em João de Almeida: se a sua obra formidável em África como conquistador, guerreiro, político e administrador—porque tudo isto o foi com espantosa capacidade—se a magnífica perseverança e grandeza de alma com que tem resistido aos embates das invejas, de calúnias e das injustiças que o têm perseguido desde que voltou de Angola.

Se a revolta é legítima ou justificável João de Almeida é dos homens que mais fortes razões poderia invocar para ser um revoltado.

E, todavia, êste homem nunca reclamou mais do que o mínimo a que tinha direito e não desejou ardentemente senão uma coisa: trabalhar, agir, consumir em utilidade para o seu país essa espantosa febre de acção que constantemente o domina.

A política, ou antes, a intriga política procurou enredá-lo muitas vezes. E ao cabo verificava-se sempre que as humilhações, as perseguições, as calúnias, se exerciam sôbre um homem que depois de dar à sua terra o melhor do seu esfôrço, do seu sangue e do seu valor apenas desejava continuar a servi-la com a mesma dedicação e o mesmo desinterêsse. E esta é uma nota que todos os homens de bem, isto é, aqueles que não formam juízos fáceis sôbre factos e pessoas que não conhecem, precisam conhecer: o desinterêsse de João de Almeida.

Êsse desinterêsse, na Huila, foi ao ponto de não receber todos os vencimentos a que tinha direito. O que de lá trouxe foram dívidas e moléstias.



Manifestação dos habitantes do planalto ao Governador depois da proclamação da República

O Ministério das Colónias pode certificar que ainda se devem a João de Almeida quantias que eram avultadas para o tempo—porque êle se esquecia de as cobrar.

E foi sempre assim.

Sei que há quem o não acredite. Mas sei eu que tenho vivido na sua intimidade e que fiz do que conheço a seu respeito, sem dúvidas possíveis, a razão da minha amizade por êle, que tudo isto é verdadeiro.

João de Almeida terá a sorte de tantos homens eminentes dêste país—mas que não diga amanhã, quando justiça lhe for feita, que não houve na geração que se lhe seguiu ninguém que representasse um protesto, um sentimento oportuno de justiça, um juízo verdadeiro sôbre o Homem.

Por isso êste livro tem por vezes o calor duma exaltação.

Alguém o compreenderá um dia.

Mas não fomos só nós.

E para que conste também nesse dia em que a justiça se fizer, não resistimos à tentação de encerrar esta obra com a transcrição do último capítulo do folheto «O Coronel João de Almeida» publicado em 1927 por iniciativa dum grupo de companheiros e amigos coloniais: *João de Almeida perante a opinião* :

«Quando se aprecia com imparcialidade a grandeza da obra que vimos referindo, sente-se que ela é do maior que se tem feito desde os começos do século XIX. E sem quereremos fazer comparações, não é bravata afirmar que o que fez o modesto capitão português, é bem mais que o executado por um vulto que a França tanto venera, o colonizador Faidherbe. Isto deve ser dito bem alto para glória de Portugal. E contudo, à parte os que se dedicam aos estudos coloniais com dedicação, e não animados por personalismo, por desejo de só brilharem êles próprios, a Nação quasi desconhece esta formidável obra, à qual, estrangeiros que acompanham os nossos coloniais desinteressados, que referimos, prestam uma grande homenagem.

Mas o mais censurável não é esta ignorância, por

parte de quem não se dedica a estudar o que vai pela terra dos pretos, como, dando-se ares de espirituosos, certa gente diz. O censurável é, pessoas inteligentes, cultas, com responsabilidades, que nos centros de cavaco, por ignorância, por não terem apreciado com um critério justo e patriótico a dita obra, muitas vezes por inveja, e até mesmo para afastarem quem pode fazer sombra às suas ambições se entretêm a denegrir os acontecimentos, apresentando-os sob outros prismas, rebuscando detalhes bem mínimos e até sem significação, para, servindo-se da sua autoridade, desorientarem a opinião e levarem-a criminosamente no mau sentido. E se formos apreciar o que são estes *bem intencionados*, encontramos, que ou só têm reputação feita pelo rèclame, que não resistirá à primeira análise feita com o devido conhecimento de causa, ou, por mais que façam ou pretendam ter feito, não apresentam uma obra capaz de os honrar e honrar Portugal. São estes os mais a temer, pois se abrigam, em regra, atrás de pretensos serviços, para acusar, desfazer reputações, e fazer a sua própria.

Mas, se virmos o que se tem passado, pelo menos entre nós, nota-se que aparecendo quem preste serviços ou apenas que pode prestá-los, são perseguidos, como foi (isto sempre sem quereremos fazer comparações) Gomes Freire, Mousinho e tantos outros. Ao primeiro, os *bem intencionados* não sossegaram enquanto o não viram executado na esplanada de S. Julião de Barra. Ao segundo, patriotas do mesmo quilate, também só ficaram contentes quando a bala de um revólver nos arrebatou um grande português, cuja obra Moçambique compreendeu e que os de cá, os passeantes da Baixa, se fartaram de maldizer, considerando-o apenas um soldado brutal, quando êle era um formidável administrador. E se querem ver um dêsses juízos malfeitos—como aparecem de João de Almeida—leiam o artigo sôbre Mousinho, na *Enciclopédia* de Maximiliano de Lemos.

Quem vir esta fúria de aniquilar competências, parece que nós, em Portugal, nadamos num mar de competentes, que, afinal, são apenas aqueles desorientadores da opinião acima referida.

Mas é tempo da Nação se libertar de estes patriotas apenas na aparência, em cuja alma não há generosidade para avaliar e fazer a devida justiça a tudo quanto não seja obra sua. Deixêmo-los isolados e vamos directamente à alma do povo, falar-lhe, esclarecê-la, trazê-la para o verdadeiro caminho.

É preciso mostrar a todos os que são sinceros, que João de Almeida não foi recompensado no mínimo, pela sua bravura, pelo seu heroísmo, pelo seu extremado patriotismo, pela dedicação à causa pública e por a tarefa que tantos benefícios trouxe a Portugal.

Devido aos acontecimentos da mudança do regime, nem sequer recebeu os vencimentos completos, que lhe eram devidos, como governador do distrito que êle arrancou do nada; nem mesmo lhe foi pago o que oficialmente se combinara, para custear as despesas com a impressão do seu livro *Sul de Angola* que tanto honra o nome do autor e o de Portugal, como país colonizador. É credor do Estado, dêsses serviços, em mais de 5 contos!

João de Almeida, como recompensa de tôda a sua acção em Angola, tem a «Tôrre e Espada» e a medalha «Rainha D. Amélia», comemorativa dos Dembos, e nada mais!! Nem o valor militar, êle que foi ferido duas vezes em combate e tantos actos de heroísmo praticou, nem de quaisquer serviços, êle que tantos prestou..., mais nada! É humilhante, é criminoso o procedimento havido para com êle.

Têm sido criadas medalhas comemorativas de operações coloniais até com grande significação, e nas suas, que relatamos, ninguém pensou, e até, hoje mesmo, não consentiram que ninguém pensasse. Pelo que fez na Huila, arriscando a vida, estragando a saúde, dispendendo inteligência e energia nunca vistas modernamente, não tem a mais pequena condecoração para memória; ao passo que há por aí cobertas de veneras, até pela sua própria mão, pessoas cujos serviços não se comparam, nem de longe, aos de João de Almeida.

Tôda a vida de João de Almeida tem sido de férrea luta, de trabalho incessante, de altruísmo, de dedicação, possuindo, como ninguém, o espírito de sacrifício e desin-

terêsse. Votando-se à Pátria, como o verdadeiro soldado, jamais pensou no interêsse próprio, material ou mesmo moral. Nunca serviu emprêsas, nem desempenhou quaisquer cargos de companhias, êsses cargos rendosos das emprêsas coloniais, nem como delegado do Govêrno, ou qualquer comissão com remuneração especial. Jamais perdeu tempo em se distrair ou ocasião de se instruir e ganhar conhecimentos úteis à sua profissão de militar e de engenheiro, de prestar todos os serviços possíveis ao seu país. João de Almeida nunca teve uma hesitação perante o cumprimento dos seus deveres.

Nunca, até hoje, se escusou a prestar qualquer serviço, por mais árduo ou espinhoso, que lhe fôsse cometido.

Entrou pobre para o Govêrno do Distrito da Huila e saiu pobre, como pobre é e sempre tem sido, o que os coloniais não estranham, pois estes governos nunca remediam ninguém. Mas, para se compreender João de Almeida, veja-se que ali, como em tôda a parte,—durante mais de 20 anos de vida colonial—sacrificou-se sempre pela sua pátria, pela causa pública, pelo seu nome, pois que, tendo inteligência e energia, dispondo de nome e de uma enorme tenacidade, passou essa idade de ouro dos gananciosos, que foi o período da guerra, trabalhando incessantemente,—porque tôda a sua vida tem sido de trabalho honesto, para ganhar o seu sustento e dos seus—sem enriquecer, ao passo que sobram os novos ricos e até os videirinhos, que, pensando em si mais que João de Almeida pensa no próprio interêsse, se estão hoje rindo dos que, sem egoísmo, olhos fitos em um grande ideal, são vítimas do seu altruísmo, da sua elevação, do seu patriotismo, com o orgulho de essa consciência de velhos portugueses que se vai tornando rara, e que, entretanto, os anima nas suas acções, acções incompreensíveis para aqueles onde fala alto apenas o interêsse próprio.

João de Almeida é de uma grande modéstia, modéstia excessiva que o leva a nunca falar de si, deixando no esquecimento os actos pessoais, à sobriedade e demasiada concisão dos seus relatórios, o que imenso o tem prejudicado.

Nunca requereu uma recompensa, qualquer que fôsse, porque diz João de Almeida que aquilo a que se tem direito não se pede e é obrigação dos chefes não esquecerem aqueles que cumprem e vão além do cumprimento dos seus deveres.

Uma grande qualidade de João de Almeida é o reconhecimento e a dedicação por todos os que com êle trabalham; assim como possui o verdadeiro espírito de camaradagem e da maior generosidade, a *Residência* da Huila, enquanto foi governador, esteve sempre franqueada a todos os que, chegados ao Lubango, ali não tinham quem os hospedasse. Dias houve em que João de Almeida sentou à sua mesa 17 oficiais, jamais permitindo que inferior seu fizesse a menor despesa quando em sua companhia.

É tempo de se lhe fazer justiça. E, se, até hoje, não houve um só ministro com a coragem cívica de o reconhecer, com inteligência, com elevação, com largueza de vistas, como homem de coração e sobretudo como português que ame a sua Pátria, pondo-a acima da pequenez, do egoísmo vulgar, êsse estadista deve aparecer para honra sua e de Portugal. E avaliando os serviços dêsses audazes portugueses que tanto engrandeceram o nosso império colonial, virá dizer a verdade perante a opinião pública, e conferir em nome do País a recompensa a que têm direito, por o mesmo País a reclamar.

Mas essa recompensa deve-lhes ser dada sempre em vida para que êles ocupem na sociedade portuguesa o lugar que lhes compete, continuando êles, quer nas Colónias, quer na Metrópole a animar com a força criadora que emana dos seus espíritos—representantes dêsses inolvidáveis portugueses que fizeram o Brasil—a dar forma ao nosso império colonial, obra que é preciso fazer-se sobretudo nesta hora solene em que a defesa das colónias se não faz por retórica, mas sim com o exercício da actividade governativa, de todos os competentes, como o são aqueles que têm obra feita, da qual se não pode duvidar, por ela falar por si e por êles, como se dá com a obra de João de Almeida.

Houve em 1907, após a campanha dos Dembos, uma

proposta do Governador Geral de Angola, Paiva Couceiro, para promover por distinção ao pôsto imediato o comandante de aquela campanha, João de Almeida. Não era uso, entre nós, esta promoção, que, com a maior injustiça, foi negada a Galhardo e que a custo foi concedida a Mousinho.

Mas a injustiça praticada para com João de Almeida foi ainda maior, pois foi concedida a Roçadas a promoção a tenente-coronel, aguardando-se a sua promoção a major, igualmente por proposta de Paiva Couceiro, nos mesmos termos, pelos mesmos motivos e na mesma data. E não se poderá dizer que a campanha dos Dembos fôsse menos árdua ou penosa que a dos Cuamatos, antes pela sua natureza, pelas perdas, pelos trabalhos, pelos sacrificios de tôda a ordem e pelos resultados colhidos, o foi superior em relêvo—emquanto que no Cuamato predominou sempre a clássica formação em quadrado, em que tudo está na mão dos comandantes das fracções; pelo contrário, nos Dembos, tôdas as acções demandaram do comando a concepção e portanto a execução da manobra e do movimento—e exigiram do seu comandante excepcionais qualidades de que só *um militar de raiz, um soldado de alma e coração, um chefe inteiriço*, como João de Almeida, é possuidor. E é preciso ainda não esquecer os lances de bravura e heroicidade de João de Almeida, que, gravemente ferido, contra as ordens dos seus superiores e conselhos dos oficiais seus companheiros, com a morte quasi certa, prosseguiu nas operações até final. Roçadas, mais prático e menos idealista que João de Almeida, apenas chegado à *embala* do Cuamato Grande, dá as operações por findas, não cuida da pacificação dos territórios conquistados, abandona o Distrito, com todos os seus graves problemas, e apressa-se a vir com as tropas metropolitanas, desembarcar à frente delas no Terreiro do Paço, colhêr as palmas e vantagens da vitória. João de Almeida, que comandara apenas tropas das colónias, tendo completado a sua missão nos Dembos, gravemente doente e ainda com as feridas em aberto,—com a certeza da proposta para a promoção por distinção ficar sem efeito, se naquela altura não viesse também desembarcar em Lis-



boa,—João de Almeida, num espírito de sacrificio como ninguém tem revelado maior, num desprendimento de interesse no que há de mais caro a um official, num verdadeiro estoicismo, aceitou sem hesitação o *pôsto de confiança* que no Sul de Angola pertencia a Roçadas. E quando, em Junho de 1908, João de Almeida veio a Portugal convalescer, os seus feitos haviam caído no esquecimento, não do povo, mas sim do Govêrno, mudado pelo regicídio, que, para justificar a sua ingratição, o apodava de republicano.

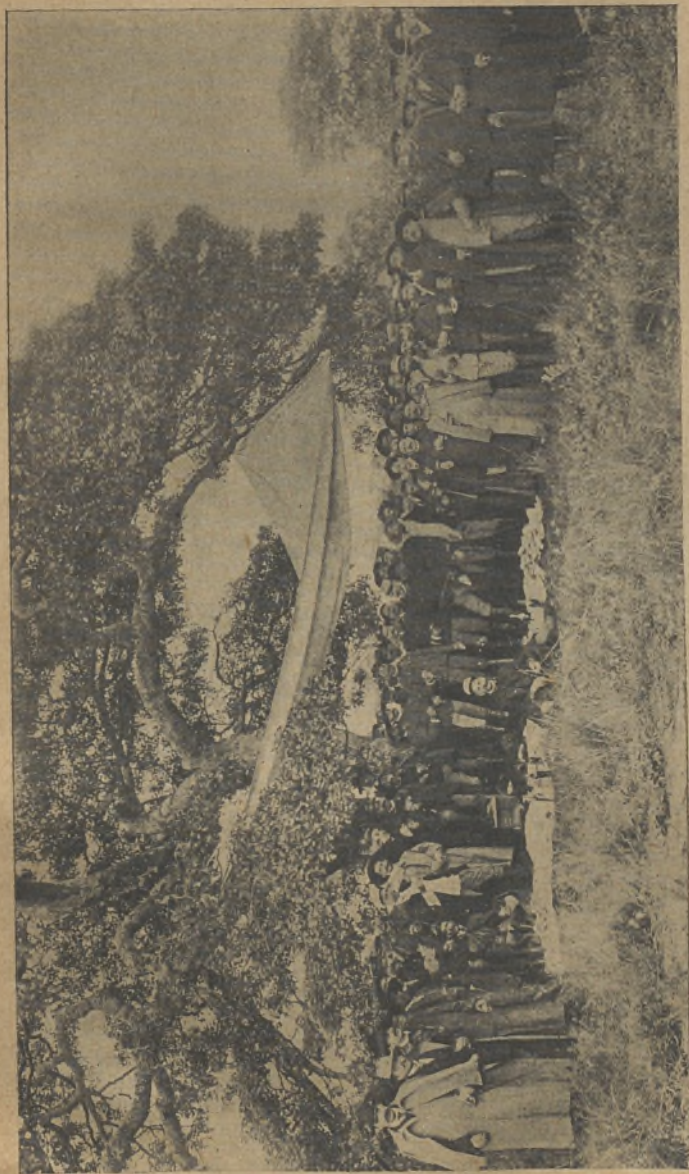
Por outro lado, o espírito público evolucionou tanto, que até foi possível promover, pelo Parlamento, pessoas que não tinham serviço algum de guerra, que só de ouvir lhe constava que houvera quem se batesse, quem arriscasse a vida à sombra da gloriosa bandeira das Quinas e pela glória de Portugal. Pois se alguém tem direito a promoções destas, são aqueles que comandaram em chefe, pessoalmente, numerosas operações de guerra, onde a morte pelo ferro, pelo fogo, pela doença, pela falta de recursos e pelas privações, os espreitava dias, noites, meses e anos e que produziram obra de bem maior valia que os proventos e honrarias que elas poderão representar. Tal é João de Almeida, chefe do estado maior da coluna do Cuamato em 1906, comandante da coluna dos Dembos em 1907, comandante de numerosas operações, de numerosos destacamentos de tôdas as armas para formar os distritos actuais do Sul de Angola, o que tudo conduziu como organizador, como comandante em tôdas as situações de guerra, com a categoria e o exercício de general, vencendo inimigos internos e externos, e produzindo uma obra tão grandiosa, tão vasta, que os 16 anos decorridos sôbre ela a têm confirmado e pôsto em maior relêvo.

Pois que um dos primeiros actos de êsse estadista seja fazer justiça, apreciar os esforços de todos os que têm direito a recompensas, até hoje esquecidos, e, dentro de essa orientação actual que têm beneficiado pessoas cujas qualidades militares não foram postas à prova, beneficie e promova os até agora postos de parte, para o canto, e entre os quais tem seu lugar de muito destaque

João de Almeida, capaz de prestar à sua Pátria, hoje ainda, enormes serviços, tantos como no passado. Êste passado, pôsto sob os olhos dos estrangeiros, que nos acusam de não sermos nada entre os países coloniais, desmente-os formalmente, pois, quando mais não seja, aí estão as páginas de ouro do *Sul de Angola* para alto e muito alto falarem, sobretudo, de Portugal e do seu esforço, que hoje é tão perfeito quanto o foi no passado longínquo, que constitue a brilhantíssima epopeia da nossa História, e muito especialmente, da nossa história em êsse Além-Mar, onde fomos antes de mais ninguém e afirmámos ser não só descobridores e guerreiros, mas colonizadores. Esta raça não se extinguiu ainda, como está bem patente, como o pode provar, em última análise, essa notável trindade de verdadeiros orgulhos da nossa obra colonizadora, e que são os acima mencionados livros *Mocambique* de Mousinho, *Angola* de Couceiro, *Sul de Angola* de João de Almeida, êste de quem falam estas páginas, como falam os coloniais sinceros, como fala a sua Obra imorredora.

A Pátria, numa das suas horas mais agudamente graves chama por João de Almeida, como um dos mais arduos e mais fiéis intérpretes do espírito novo, que palpita e adeja, como um dos seus mais gloriosos filhos».





Recepção feita ao Governador no arraial de Caiandá, no seu regresso de Loanda — 1909

Documentos

Além da relação bibliográfica e documental que publicamos e cuja matéria se torna impossível transcrever pela sua extensão, inserimos na íntegra os documentos que, por mais difíceis de consultar, devem ser postos à disposição de quantos entendam dever verificar o que neste livro escrevemos como História do Nosso Tempo.

EXTRACTO DA FOLHA DE MATRÍCULA E NOTA DE ASSENTOS (PROCESSO INDIVI- DUAL), E DOS VÁRIOS DOCUMENTOS OFI- CIAIS DO GENERAL JOÃO DE ALMEIDA

- Alistado como voluntário no Regimento n.º 5 de Caçadores de El-Rei em 18 de Novembro de 1891.
- Promovido a alferes por D. de 27 de Fevereiro de 1896.
- Idem a tenente por D. de 27 de Fevereiro de 1901.
- Idem a capitão em 26 de Dezembro de 1905.
- Idem a major em 27 de Fevereiro de 1915.
- Idem a tenente-coronel e coronel em 17 de Setembro de 1917.
- Idem a brigadeiro em 6 de Dezembro de 1950.
- Idem a general *por escolha* em 25 de Novembro de 1933 (O. E. n.º 5, 1954, 2.ª Série).

É actualmente comandante da Escola Central de Oficiais.

É habilitado com os :

- Curso de infantaria da Escola do Exército (em 28-10-1895).
- Curso do Estado Maior da Escola do Exército (ano lectivo de 1902/1903).
- Curso preparatório para a arma de artilharia e engenharia da Universidade de Coimbra (1900).
- Bacharel formado em filosofia pela mesma Universidade (6-7-1901).
- Engenheiro Civil pela École du Génie Civil de Paris.

Tendo concluído o curso do Estado Maior e terminado os tirocínios legais em 1904, foi julgado idóneo para o Serviço do Estado Maior, passando a fazer parte do respectivo quadro.

Seguindo para Angola, foi colocado como Sub-Chefe do Estado Maior do Quartel General da província de Angola, passando depois a desempenhar o lugar de Chefe do Estado Maior cumulativamente com as de Sub-Chefe em Março de 1906.

Nesta situação concebeu e elaborou o plano geral de ocupação e pacificação de toda a província, cabendo-lhe a preparação, a organização e o comando de grande parte das colunas que realizou a posse e o domínio efectivo da maioria do território daquela província ultramarina (Vidé "História do Nosso Tempo," págs. 56 e seguintes e "Portugal Militar," pág. 654).

Reorganizou por completo os serviços do quartel general e dêle dependentes, dando completa eficiência ao Decreto de 14 de Novembro de 1901, que reorganizou as fôrças ultramarinas (Vidé "História do Nosso Tempo," pág. 56).

Reorganizou os serviços do Depósito Geral de Degredados e Vadios, e ainda o de Deportados, e o Batalhão Disciplinar, montando oficinas na Fortaleza de S. Miguel, para os dois sexos, e distribuindo os condenados e deportados que não estavam sujeitos a prisão, por pelotões que passaram a trabalhar nos serviços públicos de estradas e outros de obras públicas, e os artífices foram distribuídos pelas várias oficinas de material de guerra da Província.

Tomou parte nas seguintes Operações :

1—Do Cuamato em 1906, no distrito da Huíla, como chefe do Estado Maior da coluna. Tomou parte :

a) como comandante no reconhecimento de 1 de Setembro ;

b) e nas razias do Pocolo em 13 ;

c) de Mocume em 22 ;

d) de Jau em 23 ;

e) de Bata-Bata em 25 de Novembro. (O efectivo da coluna do Cuamato era do comando de coronel, e o serviço de Chefe do Estado Maior é considerado como de comando tendo além disso comandado pessoalmente um reconhecimento executado por um destacamento do comando de coronel).

Cumulativamente com as funções de Chefe de Estado Maior da coluna :

a) Dirigiu em pessoa a construção de uma ponte sôbre o rio Cunene, de 146 metros de comprimento, tôda com material de ocasião (Vidé Relatório das Operações "Sul de Angola," "História do Nosso Tempo," págs. 73 (foto) e 75 e "Portugal Militar," pág. 655).

b) Efectuado vários reconhecimentos abrangendo todos os povos ribeirinhos do Cunene e de tôda a zona de penetração do Planalto ao Ruacanã, fronteira alemã no Cunene.

c) Foi encarregado de ir em missão política e militar ao país dos Cuanhamas efectuando um reconhecimento completo da região e dos povos (Vidé Relatório das Operações, "História do Nosso Tempo," pág. 80 e "Portugal Militar," pág. 656).

d) Idem ao País do Evale (Vidé Relatório das Operações, "História do Nosso Tempo," pág. 82 e "Portugal Militar," pág. 657).

Seguidamente :

e) Encarregado de estudar e reconhecer a melhor linha de comunicações Mossâmedes-Cunene (Vidé Mapas itinerários, "História do Nosso Tempo," pág. 109 e "Portugal Militar,").

f) Nomeado para coadjuvar o Governador do Distrito da Huíla na determinação e correlativos reconhecimentos de sistema conjugado de postos, linhas de comunicação e fôrças fluviais e terrestres, tendo em vista por meio das posições e da mobilidade, realizar o domínio do mesmo distrito e a sua polícia, particularmente na zona meridional

dentre-Cunene e a fronteira Leste, com o mínimo de efectivos e despesa e o máximo de irradiação e eficácias.

g) Encarregado dos reconhecimentos no distrito de Benguela, Huíla e Mossâmedes e estudo das vias de comunicação tendo em vista a ocupação e administração dos territórios (Vidê Relatório das Operações).

h) Encarregado do reconhecimento da região de Lago Dilolo e Nana Cadundo, tendo em vista a recolha de elementos para a delimitação da fronteira com o Congo Belga (Vidê Relatório das Operações, "História do Nosso Tempo," pág. 112).

i) Encarregado do reconhecimento dos Dembos e Mahungos, e outros territórios insubmissos do distrito de Luanda (Vidê Relatório das Operações, "História do Nosso Tempo," págs. 118 e 131).

2—No ano de 1907 fez parte das operações na região dos Dembos como comandante da coluna, cujo efectivo era do comando de coronel e tomou parte como comandante nos combates:

- a) de Casal em 27 de Setembro;
- b) de Cambuale em 3 de Outubro;
- c) da passagem do rio Ueua em 8;
- d) do Gombe, e do Imbundo em 16;
- e) do caminho da Delegação em 17, onde foi ferido;
- f) do Chingo no Guimbo Aluquem em 19;
- g) de Quimassa, da Quilemba e da Banza de Cassoangongo (principal objectivo das operações), em 29;
- h) de Marvila em 24;
- i) do Zembe, do Bambe e do Muando em 26; e
- j) do Porto Mandele em 7 de Novembro.

Da maneira como se houve nestas operações, mostra a proposta do Governador Geral de Angola, para ser promovido ao posto de major por distinção (Documento A) (Vidê Relatório das Operações, "História do Nosso Tempo," págs. 228 e 229 e "Portugal Militar," págs. 665 e seguintes).

Nomeado Governador interino do distrito da Huíla em 7 de Janeiro de 1908.

3—Como Governador, e portanto com a categoria e o exercício de general, organizou e comandou a coluna de operações à Kihita e Vimanha em Maio de 1908 (Vidê "Sul de Angola," "História do Nosso Tempo," pág. 247).

Nomeado Governador efectivo do distrito de Huíla em 5 de Junho de 1908.

Como Governador e portanto com a categoria e o exercício de general, organizou e comandou as colunas de operações:

4—Do Jau e Bata-Bata, no Planalto, em Janeiro de 1909 (Vidê "Sul de Angola," "História do Nosso Tempo," pág. 261 e "Portugal Militar," pág. 674);

5—Da Mocuma, Ampuca, Hae e Chicolovalo em Janeiro e Fevereiro de 1909 (Vidê "Sul de Angola,");

6—Da ocupação e pacificação do Evale em Março e Abril de 1909 (Vidê Relatório das Operações, "Sul de Angola," "História do Nosso Tempo," pág. 273 e "Portugal Militar," pág. 674);

7—Da ocupação e pacificação da Hinga, Balandu Hunda e Debondela, em Maio de 1909 (Vidé Relatório das Operações, "Sul de Angola,, "História do Nosso Tempo,, pág. 280 e "Portugal Militar,, pág. 675);

8—Das operações e ocupação do Baixo-Cubango de Junho a Novembro de 1909 (Vidé Relatório das Operações, "Sul de Angola,, "História do Nosso Tempo,, pág. 284 e "Portugal Militar,, pág. 676);

9—Das operações e ocupação do Pocolo em Maio e Junho de 1910 (Vidé Relatório das Operações e "Sul de Angola,,).

Tomou parte como comandante, nos combates :

- a) dos morros do Bidungulo em 21 de Junho ;
- b) da tomada da Quimpaca do Pocolo em 24 ;
- c) Razias e combates do Panguere em 25 ;
- d) Combates e tomada do Maquachipumbo, em 27, onde foi ferido (Vidé Relatório das Operações, "Sul de Angola,, "História do Nosso Tempo,, pág. 365 e "Portugal Militar,, pág. 677).

10—Da ocupação de Otckero, no Cuamato Grande, em Julho e Agosto de 1910 (Vidé Relatório das Ocupações, "Sul de Angola,, "História do Nosso Tempo,, pág. 325 e "Portugal Militar,, pág. 678).

11—Da ocupação de Gafima, em Agosto e Setembro de 1910 (Vidé Relatório das Ocupações, "Sul de Angola,, "História do Nosso Tempo,, pág. 325 e "Portugal Militar,, pág. 679).

Pelos serviços prestados na coluna do Baixo Cubango, foi proposto para ser considerado como tendo sido promovido ao posto por distinção a major (Documento B).

É pelos serviços prestados nas operações 3 a 11, foi proposto para ser promovido ao posto de general por distinção (Documento C).

Os serviços prestados nestas colunas de operações, foram considerados Distintos e Relevantes pela Port. Min. Col. de 10 de Abril de 1928.

Ferimentos em combate :

Foi duas vezes gravemente ferido em combate. A primeira vez nas operações dos Dembos na marcha debaixo de fogo no caminho da Delegação dos Dembos, na testa da coluna, mantendo-se com eminente risco de vida à frente da coluna, contra a prescrição médica, o parecer do conselho de oficiais e a ordem terminante do Quartel General do Governo Geral, que o mandava recolher a Luanda.

A segunda vez no Pocolo por azagaia num corpo-a-corpo, no assalto ao môro do Maquachipumbo, carregando à baioneta, à frente de um pelotão.



Como Governador do Distrito da Huíla, a sua acção foi das mais notáveis e brilhantes e de maior alcance político e militar de quantas há memória, nos últimos cem anos, com um renome mundial, dando grande prestígio às instituições militares e glória à Nação.

Em menos de 2 anos tornou efectiva a soberania portuguesa na vasta região do Sul de Angola, desde a Serra da Chela, até aos confins da fronteira Leste, definindo e guardando a fronteira Sul, em mais de 800 kil., a mais difícil e delicada, que pela vizinhança dos alemães oferecia verdadeiros e eminentes perigos, numa área territorial superior três vezes à de Portugal continental.

Superior à obra militar de ocupação e pacificação é a administrativa e económica, desenvolvendo todos os serviços e em especial os da instrução, — criando 36 escolas — a agricultura, a pecuária, montando granjas, hortas experimentais e campos de cultura em todos os fortes e postos militares, as comunicações, — construindo milhares de kil. de carreiteiras e estradas, várias pontes, etc. — montando mais de 600 kil. de linhas telegráficas e telefónicas com 12 novas estações, tudo sem dispendio para o Estado. Não houve serviço público que não melhorasse e desenvolvesse, terminando por uma exposição agrícola e pecuária, a primeira que se realizou em terras de África Portuguesa e na qual os primeiros prémios foram quasi todos conferidos às granjas militares. Toda a sua notável obra está escrita e documentada no livro modelar que é o "Sul de Angola,."

Os serviços prestados como Governador do distrito da Huíla foram considerados Altos e Relevantes por Portaria do Min. das Colónias de 30 de Junho de 1928.

Outras Comissões e serviços prestados :

- a) Em 1911 fez parte como vogal da Comissão encarregada de proceder ao estudo da reorganização das fôrças coloniais (P. n.º 18 — B. M. C. n.º 2 — 1911);
- b) Idem da reorganização administrativa da Província de Angola;
- c) Comandou os regimentos de cavalaria n.ºs 4 e 8;
- d) Exerceu o lugar de engenheiro-director das Obras Públicas de Cabo Verde (Portaria de 23/3/1925);
- e) Idem o de Governador da Província de Cabo Verde;
- f) Idem o de Ministro das Colónias (D. de 6/7/1926);
- g) Idem o de Chefe da 5.ª Repartição da 3.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra;
- h) Idem de Sub-Chefe dos Serviços do Exército (O. E. n.º 6 — 2.ª Série — 1928);
- i) Idem de Quartel Mestre General, interino (O. E. n.º 7 — 2.ª Série — 1930);
- j) Idem de Chefe da 2.ª Repartição da 3.ª Direcção Geral do Ministério da Guerra (O. E. n.º 2 — 2.ª Série — 1929);

κ) Idem de vogal adjunto da Comissão de Cartografia do Ministério das Colónias;

l) Idem de vice-presidente do júri de exames para major de tôdas as armas.

Tem averbados na sua fôlha de matrícula os seguintes louvores :

1—Louvado pela iniciativa da preparação de uma carta itinerária de Angola, e pelo zêlo, inteligência e prontidão com que elaborou as duas primeiras fôlhas da referida carta (P. G. n.º 198 de 24/5/1906).

2—Louvado pela serenidade, valor e disciplina com que se houve no desempenho do reconhecimento que teve lugar em 1 de Setembro de 1906 (O. da coluna de operações ao Cuamato n.º 11, do indicado dia).

3—Louvado pelo valor e dedicação que mostrou no desempenho do serviço importante e especial de que foi incumbido como membro da missão ao País Cuanhama (O. da coluna de operações ao Cuamato n.º 56 de 16 de Outubro de 1906).

4—Louvado pelos serviços prestados :

- a) No desempenho do cargo de Chefe do Estado Maior da coluna de operações Além-Cunene;
- b) e na das missões de reconhecimento ao Cuanhama e Evale;
- c) e no estudo da estrada de etapas Cunene-Mossâmedes (D. n.º 117 de 21 de Fevereiro de 1907).

5—Louvado por :

1.º—Pela inteligência e valor que domonstrou no comando das colunas de operações de polícia realizadas no Sul de Angola :

- a) em 1908, na Kihita e Vimanha;
- b) em 1909, no Jau e Bata-Bata;
- c) e seguidamente na Mocuma, Hae e Chicolovalo, da acção das quais resultou a pacificação das regiões e a livre circulação com o Humbe e Cuamato (Baixo-Cunene) e o poder mais tarde ser submetida a rica e insubmissa região ocidental dos Gambos.

2.º—Pelo valor, inteligência e tenacidade de que deu provas no comando :

- a) da coluna de ocupação do Evale, em 1909, cuja ocupação permitiu o estabelecimento de uma li-

- na de penetração e facilitar a subsequente ocupação dos outros povos circunvizinhos do Ovampo;
- b) e no comando da coluna que seguidamente ocupou os territórios de Hinga-Uncuancia, Dobondola, Unda e Balandó, permitindo o estabelecimento de uma base para a fixação da fronteira Sul de Angola.

3.º—Pela inteligência, energia, bravura e provado esforço de que deu provas no comando :

- a) da coluna que em 1909, realizou a importante operação militar para a ocupação do Baixo-Cubango, serviço este extraordinário e relevantíssimo que permitiu levar a soberania de Portugal aos confins do Sul de Angola, através de povos rebeldes e regiões desconhecidas e marcar e definir a fronteira com a antiga colónia alemã ;
- b) da coluna que em 1910 realizou a ocupação do Pocolo, na qual foi ferido ;
- c) da coluna de ocupação de Otokero, em 1910 ;
- d) da coluna de ocupação de Cafima, em 1910 (P. do Ministério das Colónias de 10 de Abril de 1928.—O. E. n.º 7—2.ª Série—1928).

6—Louvado pela forma inteligente e patriótica como concebeu e orientou a sua administração civil no Governo do distrito da Huíla estabelecendo princípios e fixando normas que têm sido até hoje em grande parte seguidos e applicadas com os mais proveitosos resultados, e pela notável energia, decisão, prudência, sagacidade e patriotismo que sempre revelou em grau superior na administração daquele território (P. Min. Colónias, de 30 de Junho de 1928—O. E. n.º 15—2.ª Série—1928).

Tem as seguintes medalhas e condecorações :

1—Condecorado com a medalha de ouro dos serviços distintos ou relevantes no Ultramar pelos altos e relevantes serviços que prestou na colónia de Angola, quando Governador do distrito da Huíla, de 1908 a 1910, sendo ao tempo capitão, realizando a ocupação do mesmo distrito por forma brilhante e com escassas forças. Para esse efeito comandou, mostrando inteligência e valor, as colunas de operações de 1908 a 1909, da acção das quais resultou a pacificação da região e a livre circulação com o Humbe e Cuamato e o poder mais tarde ser submetida a rica e insubmissa região ocidental dos Gambos ; comandou, demonstrando valor e tenacidade, a coluna de ocupação do Evale em 1909, ocupação que permitiu o estabelecimento de uma linha de penetração destinada a facilitar a subsequente ocupação dos outros

povos circunvizinhos do Ovampo, e a coluna que seguidamente ocupou territórios que permitiram o estabelecimento de uma base para a fixação da fronteira Sul de Angola; comandou mostrando energia, bravura e provado esforço, a coluna que em 1909, realizou a importante operação militar para a ocupação do Baixo-Cubango, serviço extraordinário e relevantíssimo que permitiu levar a soberania de Portugal aos confins do Sul de Angola, através de povos rebeldes e regiões desconhecidas, e marcar e definir a fronteira com a antiga colónia alemã; finalmente comandou, em 1910, mostrando igualmente inteligência, bravura e provado esforço, as colunas de ocupação do Pocolo, de Otokerero e de Cafima, sendo ferido na de Pocolo (D. de 30 de Junho—O. E. n.º 2—2.ª Série—1929).

2—Foi galardoado com a comenda da antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito, por D. de 14 de Maio de 1908, B. M. U. n.º 12—1908.

3—Condecorado com o Grau de Grande Oficial da Ordem Militar da Torre e Espada, por D. de 10 de Janeiro de 1929, pela sua brilhante acção militar no Sul de Angola, nos anos de 1908, 1909 e 1910 organizando e comandando as colunas que submeteram à nossa soberania toda a vasta região do Sul de Angola, merecendo especial menção a ocupação do Baixo-Cubango e a de Pocolo, e pela sua formidável acção militar posteriormente à campanha dos Dembos, serviços estes considerados altos e relevantes (O. E. n.º 2—2.ª Série—1929).

4—Condecorado com o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo com palma (O. E. n.º 4—2.ª Série—1929).

5—Condecorado com a medalha militar de prata da Classe dos Bons Serviços com palma (Campanha) (O. E. n.º 9—2.ª Série—1929).

6—Condecorado com a medalha militar de ouro da Classe dos Bons Serviços com palma (Campanha) (O. E. n.º 15—2.ª Série—1928).

7—Condecorado com o grau de cavaleiro da Real Ordem de S. Bento de Aviz, por D. de 1 de Janeiro de 1909.

8—Condecorado com o grau de Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz (O. E. n.º 16—2.ª Série—1929).

9—Condecorado com a Legião de Honra, francesa (O. E. n.º 7—2.ª Série—1929).

10—Condecorado com o grau de Gran-Cruz da Ordem do Império Colonial (O. E. n.º 14—2.ª Série—1929).

11—Condecorado com a medalha de prata "Rainha D. Amélia," com a legenda "Dembos-1907," (B. M. U. n.º 22—1908).

12—Condecorado com a medalha de ouro comemorativa das campanhas do Exército Português com a legenda "Huila-1908-1910,"

13—Idem, Idem, "Baixo-Cubango-1909,"

14—Idem, Idem, "Além-Cunene-1908-1910," (O. E. n.º 8—1.ª Série—1928).

GOVÊRNO GERAL DE ANGOLA

II.mo e Ex.mo Sr.

O capitão de Infantaria e do Serviço do Estado Maior, João de Almeida, chefe do Estado Maior interino da província de Angola e actual comandante da coluna dos Dembos, desembarcou em Luanda em 31 de Janeiro de 1906 e, desde então para cá, recebeu cinco louvores successivos dos quais, os últimos três ao serviço da coluna de operações do Sul, no desempenho de reconhecimentos e missões arriscadas, com citações de qualidades de valores, dedicação, serenidade e disciplina. É um oficial de corpo resistente, e de espirito sério, militar de raiz, cumpridor do dever e firme no trabalho, corajoso, disciplinador e dedicado, e por cima de isso tudo, instruído e sabedor do seu officio.

Qualidades de organizador e de comando, acaba de demonstrá-las pelo facto, quer na preparação da coluna dos Dembos e hábeis disposições para o seu reconhecimento quer na execução do serviço através um povo insubmisso e demoradamente resistente e através de um solo em grande parte áspero e fechado, quer finalmente no acerto das providências tomadas para as occupações do País e sua abertura ao trânsito commercial e influências civilizadoras. Nestas condições, pensando ainda menos no dever de justiça que manda compensar e incitar o mérito e os sacrificios com as distincções e as vantagens, de que no serviço Nacional, cujo alto interesse, muito superior a considerações individuais de qualquer ordem, requer evidentemente que se levantem para o comando, não só para que comandem mas para que sirvam de demonstração viva dos carinhos que levam ao comando, os homens de carácter e saber, e os que revelam pelos factos, a energia de alma e de corpo, e essa faculdade, que não pertence talvez a todos de sobrepor ao bem estar e ao bem viver da pessoa, o desejo intenso de ver luzir o nome do seu país e de lhe promover prosperidades e grandezas—nestas condições, repito—e com a consciência plena de que me acompanha o de justiça e das conveniências do País e do Exército, proponho em conformidade com o art. 77.º da Lei de 12 de Junho de 1901 para a promoção por distincção, o capitão de infantaria e do Serviço do Estado Maior, João de Almeida, por se achar comprehendido no art. 76.º da mesma Lei como comandante, ferido em combate, da coluna que venceu e subjugou os Dembos, em circunstâncias cuja parte politica e antecedente, os poderes públicos conhecem e cujos detalhes de execução se contém no relatório incluso.

Remeto juntamente com o mencionado relatório as propostas re-

lativas aos que bem mais merecerem nas ditas operações dos Dembos em 1907.

Deus Guarde a V. Ex.^a

Repartição do Gabinete do Q. G. Angola, Luanda, em 14 de Dezembro de 1907.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar.—Lisboa.

O GOVERNADOR GERAL INTERINO

(a) *H. Paiva Couceiro*

DOCUMENTO—B

Considerando ter sido o coronel do C. E. M., João de Almeida, proposto pelo Governador Geral de Angola em 14 de Dezembro de 1907, para a promoção ao posto immediato pela forma brilhante como organizou e comandou a coluna de occupação dos Dembos na qual foi ferido, proposta esta feita em conformidade com o art. 77.^o da Lei de 12 de Julho de 1901, e a qual não teve então seguimento, sendo-lhe apenas concedida a Comenda da Torre e Espada;

Considerando que a acção do referido official em seguida à campanha dos Dembos, como Governador do Distrito da Huila, desenvolvendo tôdas as suas grandes qualidades militares, realizou a occupação de todo o Sul de Angola, correndo grandes riscos e tendo sido novamente ferido em combate;

Considerando que no exercício dêste cargo, organizou e commandou em 1908 e 1909 as colunas de operações na Kihita, Vimanha, Jau, Bata-Bata, Mocuna, Hae e Chicolovalo, que restabeleceram a ordem e a administração àquem-Cunene; em 1909 a coluna de occupação do Evale que permitiu o estabelecimento de uma linha de penetração destinada a facilitar a occupação dos outros povos circunvizinhos de Ovampo; no mesmo anno a coluna de operações de Hinga, Unda, Dombondola, Uncuancua e Balandó; ainda em 1909 a coluna de occupação do Baixo Cubango que levou a soberania de Portugal aos confins do Sul de Angola através de povos rebeldes e regiões desconhecidas, definindo a fronteira com a antiga colónia alemã; das colunas que em 1910 occuparam o Pocolo, em cujos combates foi novamente ferido, Otokero e Cafima;

Considerando ainda que o Govêrno da República já em portaria louvando o referido official, reconhece-lhe os serviços considerando-os altos e relevantes;

Considerando finalmente que tão prestimoso cidadão e oficial é de justiça premiar tão assinalados serviços prestados à Pátria :

Tenho a honra de propor a V. Ex.^a que o coronel João de Almeida seja promovido ao pòsto immediato por distinção.

O MINISTRO DAS COLÓNIAS

(a) *J. Bacelar Bebiano*

DOCUMENTO—C

Tendo o Governador Geral de Angola proposto em 14 de Dezembro de 1907, em seguida à campanha dos Dembos, para promoção por distinção ao pòsto de major do então capitão de infantaria e do serviço do Estado Maior, João de Almeida ;

Considerando que o Conselho Superior de Promoções em seu parecer de 10 de Novembro de 1927, relativo a um pedido de promoção a general feito pelo referido oficial, diz que os **serviços revelantes prestados pelo coronel João de Almeida eram dignos de serem considerados entre aqueles que poderiam ter ocasionado a sua promoção por distinção ao pòsto de major**, se o govêrno de então tivesse concordado com a proposta feita pelo Governador Geral de Angola ;

Considerando que essa proposta não foi atendida porque o chefe da extinta 4.^a Repartição da Direcção Geral do Ultramar informou considerar recompensa bastante o grau de comendador da Tòrre e Espada e a Medalha de Valor Militar, **medalha que aliás não lhe foi concedida não tendo tido dúvidas nenhuma outra entidade ;**

Considerando que **o processo não seguiu os trâmites legais porque não foi ouvido o Conselho Superior de Promoções** como expressamente determinava a 2.^a parte da Carta de Lei de 12 de Junho de 1901 ;

Considerando que a inteligentíssima acção do referido oficial teve um enorme alcance político e militar ;

Considerando que o Govêrno da República reconheceu numa portaria recentemente como altos e relevantes todos estes serviços prestados pelo Coronel João de Almeida ;

Considerando mais não ser caso único recompensar com promoção por distinção serviços prestados em épocas afastadas porquanto **em 12 de Setembro findo foi promovido por distinção ao pòsto immediato o capitão de mar e guerra, Guilherme Ivens Ferraz, baseando-se essa promoção entre outros motivos**

nos serviços relevantes prestados por êste oficial durante a campanha de 1895 contra o régulo Gungunhana (Decreto n.º 14.264) :

Tenho a honra de propor a V. Ex.^a que o coronel João de Almeida seja considerado como promovido ao pòsto de major por distinção desde 11 de Abril de 1909 data em que terminou a occupação do Sul de Angola, renovando-se assim a proposta do Governador Geral de Angola de 14 de Dezembro de 1907, tendo em vista a brilhante acção militar subsequente do referido official depois da campanha dos Dembos.

Ministério das Colónias, em 9 de Julho de 1928.

O MINISTRO DAS COLÓNIAS

(a) *J. Bacelar Bebiano*



Elementos bibliográficos e Documentos consultados

Livros, Relatórios, Opúsculos e Legislação :

Abreu (Miguel de)

«La Politique Coloniale et Internationale en Portugal».

Almeida (João de)

«A Velocipedia Militar».

«Guia do Oficial de Infantaria em Campanha».

«Combate das Grandes Unidades».

«Marcha e estacionamento dum Batalhão de Infantaria».

«Carta itinerária de Angola» (mapas).

«Estatística Militar de Angola».

«Relatório das Missões ao Cuanhama e Evale em 1906».

«Esboços dos Reconhecimentos feitos em 1906 no Sul de Angola».

«Esboços dos itinerários na Huíla de 1906 a 1910».

«Esboços dos reconhecimentos hidrográficos do Cunene, Cubango e Cuito em 1908-1910».

«Reconhecimentos militares dos distritos de Huíla, Benguela e Mossâmedes».

«Cartas das regiões de Mossâmedes ao Ovampo».

«Relatório das Missões aos Dembos e Mahungos em 1907».

«Relatório das Operações Militares nos Dembos em 1907».

«Relatório da Ocupação do Evale em 1909».

«Relatório da Ocupação da Hinga, Baland e Dobondola em 1909».

«Relatório da Ocupação do Baixo Cubango em 1909».

«Relatório das operações militares no Pocolo em 1910».

«Relatório das operações no Otokeru (Cuamato) em 1910».

«Relatório da Ocupação de Cafima em 1910».

«Instruções e Regulamentos do Governo da Huíla».

«Determinação das coordenadas no Sul de Angola de 1908 a 1910».

«Instruções sobre confecção de itinerários».

«Projecto de reorganização militar de Angola».

«Sul de Angola».

«Marrocos terra irredenta de Portugal».

«Visão do Crente».

«O Pôrto Grande de S. Vicente de Cabo Verde».

«Defesa Nacional—Reorganização do Exército Português, 1930».

- «Relatório sobre o estabelecimento duma linha de comunicações entre a França e Marrocos através de Portugal».
- «Relatório sobre a revolta militar de Coimbra».
- «Relatório sobre o Serviço das Obras Públicas em Cabo Verde».
- «Regulamentos e propostas presentes ao Governo Geral» (7 relatórios).
- Aguiar (Capitão)**
«Relatório das operações ao Cuanhama em 1904».
- Beaulieu (Paul Lleroy)**
«De la Colonisation Chez les Peuples Modernes».
- Buell (Raymond)**
«The Native Problem in Africa».
- Cardoso (José)**
«Colonização Agrícola—Organização do Trabalho Indígena—Protecção à cultura do Algodão».
- Castro (J. Borges de)**
«Nova Coleção de tratados, convenções e contratos públicos celebrados entre Portugal e as mais potências» Tomos I a XV.
- Carvalho (Henrique)**
«Expedição à Mati».
- Capelo e Ivens**
«De Angola à Contra Costa».
- Couceiro (Henrique)**
«Angola».
«Viagem às Terras do Mucusso».
- Cruz (Domingos)**
«A Crise de Angola».
- Curto (António Ramada)**
«L'alcoolisme dans les Colonies portugaises».
- Eça (General Pereira de)**
«Relatório sobre a Campanha do Sul de Angola».
- Galvão (Henrique)**
«Hufla».
«Nacionalização de Angola».
- Hardy (Georges)**
«Nos grands problèmes Coloniaux».
- Machado (Carlos Roma)**
«Zonas Colonizáveis».
«O Sul de Angola e as águas do rio Cunene».
- Maklembourg (Duque de)**
«Conferência sobre a ocupação do Baixo Cubango».
- Marquardsen (Hugo)**
«Angola Marquardsen».
- Otto Martens e Karstedt**
«Afrika» (Série de Monografias).
- Ministério belga da D. N.**
«Les campagnes coloniales belges (1914-1918)».
- Matos (Norton de)**
«A Província de Angola».
- Pinto (J. Ferreira)**
«Angola».

Roçadas (J. Alves)

«Relatório das operações do Mulondo em 1905».

«Relatório das operações ao Cuamato em 1906».

«Relatório das operações ao Cuamato em 1907».

Vidal (Lima)

«Por Terras de Angola».

Weimar (Georges Nitzche)

«Sôbre a Terra de Ovambo».

— «O Coronel João de Almeida» (Publicação da iniciativa dum grupo de companheiros e amigos coloniais).

— «The Enciclopedia Britânica».

— «Justiça a João de Almeida» (dos habitantes dos concelhos do Lubango, Humpata e Chibia).

— «A Ocupação do Evale» (Conferência realizada no Estado Maior alemão em Berlim, transcrita na «Revista de Infantaria»).

Govêno do Distrito da Hufla (1908-1910)

«Compilação das disposições sôbre concessões de terrenos no Estado do Ultramar até 26 de Junho de 1909».

«I—Instruções para os comandos e postos militares; II—Fundos do Distrito».

«Decreto de 16 de Julho de 1902; Julgamentos sumários».

«Instruções para os postos de passagem dos rios».

«I—Regulamento de Indacas; II—Regulamento de Caça; III—Regulamento de corte de madeiras; IV—Regulamento do Imposto de cubata; V—Acórdão da procuradoria da Corôa e Fazenda; VI—Circular sôbre a cobrança do Imposto de Cubata».

«Disposições sôbre a pesquisa e lavra de Minas».

«Regulamento de irregulares».

«Regulamento da importação e uso de porte de armas e suas munições na Província de Angola (1909)».

«I—Licenças de Comércio ambulante; II—Tabela de licenças da contribuição industrial; III—Edital de 23-3-908; Edital de 23-3-909; Edital de 30-1-908; Edital de 8-2-909; Edital de 26-1-909».

«I—Regulamento de Carregadores; II—Tabela de salários de Carregadores no Distrito; III—Tabela de Carregadores no Distrito».

«Organização administrativa dos territórios entre o Cunene e o Cubango».

«Ordem especial aos srs. Chefes de Concelho e Comandantes Militares».

«I—Regulamento da Secção de Transportes; II—Instruções provisórias para o serviço dos depósitos militares».

Província de Angola

«Primeira Exposição Agrícola e Pecuaría no Distrito da Hufla realizada em 18 de Novembro de 1910».

«Instruções para o exêrcio de tiro das tropas da Guarnição da Província de Angola e classe civil (1906)».

«Ordens à força armada da Província de Angola (de 1901 a 1911)».

«Boletins Officiais da Colônia de Angola (de 1870 a 1929)».

Revistas e Jornais portugueses :

- «O Século», 1907 a 1908.
- «O Diário de Notícias», 1907 a 1911.
- «Mala da Europa», 1911.
- «Portugal», 1908 a 1910.
- «Brazil-Portugal», 1909.
- «O Colonial», 1911.
- «O Popular», 1907.
- «Jornal de Notícias», 1908 a 1923.
- «O Petardo», 1909.
- «Capitão João de Almeida» (Número único comemorativo, 1908).
- «O Mundo», 1911.
- «Jornal do Povo», 1908.
- «O Ocidente», 1907.
- «Suplemento de O Século», 1907.
- «O Combate», 1908.
- «O Norte», 1910.
- «O Dia», 1915.
- «Notícias da Guarda», 1907 a 1910.
- «Distrito da Guarda», 1911 a 1929.
- «Palavra», 1910.
- «Voz de Angola», 1909 a 1910.
- «A Reforma», 1909 a 1912.
- «O Comércio do Porto», 1908 a 1910.
- «A Guarda», 1908 a 1912.
- «Diário Ilustrado», 1907 a 1910.
- «Correio da Noite», 1907.
- «Correio do Norte», 1907 a 1908.
- «A Luta», 1911.
- «Liberal», 1911.
- «Novidades», 1908 a 1910.
- «Jornal da Noite», 1911.
- «A Nazaré», 1908.
- «Comarca de Arganil», 1926.
- «O Primeiro de Janeiro», 1907 a 1911.
- «Diário da Tarde», 1909.
- «Voz Pública», 1909.
- «Correspondência da Covilhã», 1908 a 1910.
- «O Benguela», 1908 a 1911.
- «Idea Nova», 1923.
- «A Voz», 1931.
- «A Informação», 1926.
- «Diário de Lisboa», 1926.
- «Correio da Manhã», 1926.
- «O País», 1919.
- «A Capital», 1923.
- «Diário Nacional», 1919.
- «O Liberal», 1918.
- «A República», 1923.

- «Diário da Madeira», 1930.
 «A Gazeta», 1930.
 «A B C», 1927.
 «Portugal em África», 1904 a 1911.
 «Ilustração Portuguesa», 1906 a 1910.
 «Os Serões», 1906.
 «Revista Militar», 1895 a 1915.
 «Revista de Infantaria», 1902 a 1910.
 «Revista do Exército e da Armada», 1897 a 1902.
 «Boletim da Sociedade de Geografia», 1906 a 1930.
 «Boletim da Agência Geral das Colónias», 1925.
 «Revista Insular de Turismo», 1930.
 «Portugal Colonial», 1931.

Revistas e Jornais estrangeiros:

- «El Debate», 25-XII-926.
 «Tanger Gazeta», (Marrocos), 1928.
 «El Popular», (Marrocos), 1928.
 «La Vigie Marocaine», (Marrocos), 1928.
 «Geographical Review», 1910 a 1911.
 «The Geographical Journal», Maio de 1911 e Abril de 1924.
 «Deutsche Revue», Março de 1911.
 «Ovamboland» (Inaugural Dissertation), 1913 (Kiel).
 «A Tarde», (Brasil—Bafá), 1913.
 «Vossische Zeitung», (Berlim), Dezembro de 1911.
 «Militar Wochenblaft», (Berlim), Fevereiro de 1911.
 «African World», 1909 a 1911. 1930 a 1931.
 «Deutsche Kolonialzeitung», Número 47 (1910).

Documentos diversos:

- Correspondência oficial trocada entre o Governo da Hufla e o Governo Geral de Angola de 1903 a 1911.
 Colecções de Legislação Colonial.
 Nota de assentos do Coronel João de Almeida.
 Colecções da «Ordem do Exército», de 1908 a 1930.
 Defesa de João de Almeida apresentada à Nação e ao Exército, por X.

ÍNDICE

	Pág.
Prefácio	7
O estado de ocupação de Angola antes de 1906.....	17
A primeira Comissão em África—Algumas notas biográficas—O Chefe de Estado Maior das forças do Exército	29
Expedição ao Cuamato em 1906.....	63
Reconhecimentos nos distritos da Huíla, Mossâmedes e Benguela.....	107
Reconhecimentos das regiões dos Dembos e Mahungos.....	115
Paiva Couceiro, Governador Geral—João de Almeida, Chefe do Estado Maior.....	149
A Campanha dos Dembos	163
O Governo da Huíla	241
A Obra Administrativa.....	343
O Prémio	377
Para fechar	389
Documentos	401
Bibliografia.....	415

ERRATAS

- Pág. 24, linha 18 :
onde se lê «Mossâmedes e Baía dos Tigres»,
leia-se «Massâmedes, Pôrto Alexandre e Baía dos Tigres».
- Pág. 26, linha 27 :
onde se lê «por mais dos seus»,
leia-se «por meio dos seus».
- Pág. 33, linha 27/28 :
onde se lê «Salvador da Costa»,
leia-se «Salvador Correia».
- Pág. 33, linha 36 :
onde se lê «aprovou a decadência»,
leia-se «aggravou a decadência».
- Pág. 59, linha 28 :
onde se lê «fortaleza»,
leia-se «fortaleza de S. Miguel».
- Pág. 59, linha 32 :
onde se lê «distribuídas pela fortaleza»,
leia-se «distribuídas pelo quartel do Batalhão Disciplinar e pela for-
teza».
- Pág. 78, linha 32 :
onde se lê «Cuanhamas do Evale»,
leia-se «cuanhamas e dos evales».
- Pág. 147, linha 27 :
onde se lê «encontrou um telegrama»,
leia-se «alcançou-o um telegrama».
- Pág. 161, linha 20 :
onde se lê «Pessoal:»,
leia-se «Pessoal e animal:».
- Pág. 161, linha 31 :
onde se lê «64 munições de artilharia»,
leia-se «64 tiros de artilharia».
- Pág. 211, linha 13 :
onde se lê «o inimigo tinham»,
leia-se «o inimigo tinha».
- Pág. 219, linha 11 :
onde se lê «icandescente»,
leia-se «incandescente».
- Pág. 224, linha 9/10 :
onde se lê «laras»,
leia-se «lavras».

- Pág. 236, linha 35 :
onde se lê «o relatório de Alves Roçadas»,
leia-se «a proposta referente a Alves Roçadas».
- Pág. 336, linha 16 :
onde se lê «em 1909»,
leia-se «em 1907».
- Pág. 237, linha 2 :
onde se lê «encarregados»,
leia-se «encarregadas».
- Pág. 238, linha 40 :
onde se lê «comunicam»,
leia-se «comunicava».
- Pág. 238, linha 14 :
onde se lê «Vinte dias. Além»,
leia-se «Vinte dias. A enchente do Cunene alagava a margem direita numa
extensão de 6 quilómetros de largura interrompendo as comunicações
com o Cuamato. Além».
- Pág. 239, linha 33 :
onde se lê «Forte Roçadas»,
leia-se «fortes além-Cunene».
- Pág. 243, linha 17 :
onde se lê «Forte de Luiz»,
leia-se «Forte de D. Luiz».
- Pág. 245, linha 1 :
onde se lê «questão do Cuamato»,
leia-se «questão do Ovampo».





RÓMULO

CENTRO CIÊNCIAS VVA
UNIVERSIDADE COIMBRA



1329694161

DEPOSITÁRIOS
PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA
Rua Augusta, 44 a 54
LISBOA